

Em decorrência de um incêndio numa casa de diversão desencadeia-se uma complexa rede de comunicação, envolvendo meios tradicionais de emissoras, veículos impressos e online do Brasil e do mundo, mas especialmente utilizando-se da capacidade mobilizadora das redes sociais.

Matéria essencial da mídia que realiza vultuosos investimentos para informar, mostrar e reforçar seu contrato com os leitores e espectadores transformados, então, em testemunhas ocasionais.

Recortar a tragédia como um acontecimento público permite contribuir para os limites e a abrangência dos poderes da política, da mídia e da sociedade em contextos excepcionais quando tornam-se tênues e movediças as divisas entre os interesses públicos e interesses privados e à respectiva responsabilidade destes poderes.

A obra apresenta 27 autores de nove universidades brasileiras e outros 2 atuando no estrangeiro que, em 16 textos, dedicam-se a analisar uma catástrofe biopolítica de nosso tempo.

...A CONTINUARMOS VIVENDO
PRECISAMOS ENTENDER...
SANTA MARIA 27/01/2013

FÁBIO CERVINSKI
DEPOIS DA LUTA
CONTRA A LEUCEMIA
SAUDADES...

APELO
EXAUSTOR
EM LUGAR PÚBLICO

JUSTIÇA!
JUSTIÇA!
A BOCA DO MONTE NÃO
QUEREMOS PAZ, QUEREMOS

Cristo não pediu muita coisa; não exigiu que as pessoas
escalassem o Everest ou fizessem grandes sacrifícios. Ele só
pediu que nos amássemos uns aos outros!
Chico Xavier

SANTIDADE
AMOR ETERNO

FÉ, FORÇA E JUSTIÇA!
SANTA MARIA
OS VÊ, TU NÃO



Ada Cristina Machado da Silveira (Org.)



MIDIATIZAÇÃO

da tragédia de Santa Maria

FACOS-UFSM

Ada Cristina Machado da Silveira (Org.)

MIDIATIZAÇÃO DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

Santa Maria
FACOS-UFSM
2014

O trabalho Mídiação da tragédia de Santa Maria de Ada Cristina Machado da Silveira (Org.) está licenciado com uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional**. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em <http://comunicacaoeidentidades.wordpress.com/>.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.

Você pode:

- compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Sob as seguintes condições:

- Atribuição — Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

- Não-Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

- Sem-Derivações — Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.

Qualquer uma das condições acima pode ser renunciada, desde que você obtenha permissão do autor.

Qualquer direito de uso legítimo (ou fair use) concedido por lei ou qualquer outro direito protegido pela legislação local não são em hipótese alguma afetados pelo disposto acima.

M629 Mídiação da tragédia de Santa Maria [recurso eletrônico] / Ada Cristina Machado da Silveira (org.). – Santa Maria : FACOS-UFSM, 2014. 362 p. ; 21 cm

Disponível em:

<http://comunicacaoeidentidades.wordpress.com/2014/01/20/midiacao-da-tragedia-de-santa-maria-e-book/>

1. Comunicação social 2. Mídia 3. Tragédia
4. Mídiação I. Silveira, Ada Cristina Machado da

CDU 316.774

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Eckhardt CRB-10/737
Biblioteca Central - UFSM

ISBN 978-85-8384-000-8

Apoio:

**gp comunicação,
identidades
e fronteiras**



FACOS-UFSM

Av. Roraima nº 1000 - Cidade Universitária
Prédio 67 - Bairro Camobi - Santa Maria/RS
CEP: 97105-900 – Brasil

Sumário

Apresentação

- 11 A festa “Aglomerados” e a catástrofe biopolítica
Ada Cristina Machado da Silveira (UFMS)

Preâmbulo

- 29 Boate Kiss: nova versão de uma antiga tragédia
Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro (UFMS)

PARTE I - MUDIATIZAÇÃO DE DISCURSOS PRIVADOS NO ESPAÇO PÚBLICO

- 39 **1. Luto no tapume: Andradas, 1925**
*Antônio Fausto Neto, Anaiara Ventura
e Laura Fabrício (Unisinos, Unifra)*
- 69 **2. Morrer em Santa Maria: as charges
de Marco Aurélio sobre a tragédia da Boate Kiss**
Adriana Schryver Kurtz (ESPM)
- 87 **3. Noticiar a dor: possibilidades e dificuldades
do jornalismo na tragédia de Santa Maria**
Sylvia Debossan Moretzsohn (UFF)
- 107 **4. A participação do discurso local
na cobertura jornalística nacional**
*Edileuson Santos Almeida
e Ada Cristina Machado da Silveira (UFRR, UFMS)*
- 129 **5. A articulação entre local e global
pelos correspondentes internacionais**
*Isabel Padilha Guimarães, Janayna Barros
e Ada Cristina Machado da Silveira (UFMS)*

**PARTE II - MOBILIZAÇÕES
E DESDOBRAMENTOS MIDIÁTICOS**

- 157** **6. Tragédia e solidariedade direcionada no discurso jornalístico**
Carlos Orellana e Isabel Padilha Guimarães (UFSM)
- 179** **7. Mobilização social no Facebook: conectando solidariedade e justiça no caso da Boate Kiss**
Carolina Moro da Silva e Liliane Dutra Brignol (UFSM)
- 213** **8. O perfil do delegado Marcelo Arigony no Facebook: a circulação de sentidos sobre o incêndio na boate Kiss**
Carlos Sanchothene e Adriana Garcia (UFBA, Unisinos)
- 233** **9. Jornalismo com sistema de alerta: integração entre mídia social e imprensa na tragédia de Santa Maria**
Gabriela da Silva Zago e Marco Toledo Bastos (UFRGS/UFPEL e Duke University - EUA)
- 255** **10. Drama, mobilização e construção de relatos coerentes em meio ao caos na estrutura de rede**
Ada Cristina Machado da Silveira e Aline Roes Dalmolin (UFSM)

**PARTE III - CATÁSTROFE BIOPOLÍTICA
E NARRAÇÕES DO TRÁGICO**

- 329** **11. Tragédia Kiss: acontecimento público e armadilhas da imagem**
Bruno Kegler e Maria Helena Weber (Unisc, UFRGS)
- 313** **12. Contextos diversos, tragédias similares: a cobertura jornalística brasileira dos incêndios do Gran Circo Norte-Americano e da boate Kiss**
Rogério Martins de Souza e Renan Henrique Rodrigues Ferreira da Silva (CUVR)
- 333** **13. Contar a própria tragédia: o caso Cromañón**
Andrea Maria Estrada (UBA-Argentina)
- 349** **14. Mídias jornalísticas e o trabalho de memória: o incêndio da boate Kiss na primeira página**
Leandro Lage (UFMG)
- 367** **15. Santa Maria, trauma e resistência: a experiência estética na dor do outro**
Amarildo Luiz Trevisan, André Luiz de Oliveira Fagundes e Eliana Regina Fritzen Pedroso (UFSM)
- 391** **16. Narrações do trágico e horizonte ético**
Noeli Dutra Rossato (UFSM)

A maior tragédia de nossas vidas

Fabrizio Carpinejar

<http://carpinejar.blogspot.com.br/2013/01/a-maior-tragedia-de-nossas-vidas.html>. Acesso em 27jan2013

Morri em Santa Maria hoje. Quem não morreu?
Morri na Rua dos Andradas, 1925.
Numa ladeira encrespada de fumaça.

A fumaça nunca foi tão negra no Rio Grande do Sul.
Nunca uma nuvem foi tão nefasta.

Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas desejam sua companhia.
Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa.

A fumaça corrompeu o céu para sempre.
O azul é cinza, anoitecemos em 27 de janeiro de 2013.

As chamadas se acalmaram às 5h30, mas a morte nunca mais será controlada.

Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa.

Morri porque já entrei em uma boate pensando
como sairia dali em caso de incêndio.

Morri porque prefiro ficar perto do palco para ouvir melhor a banda.

Morri porque já confundi a porta de banheiro com a de emergência.

Morri porque jamais o fogo pede desculpas quando passa.

Morri porque já fui de algum jeito todos que morreram.

Morri sufocado de excesso de morte; como acordar de novo?

O prédio não aterrissou da manhã, como um avião desgovernado na pista.

A saída era uma só e o medo vinha de todos os lados.

Os adolescentes não vão acordar na hora do almoço.

Não vão se lembrar de nada.

Ou entender como se distanciaram de repente do futuro.

Mais de duzentos e quarenta jovens sem o último beijo
da mãe, do pai, dos irmãos.

Os telefones ainda tocam no peito das vítimas
estendidas no Ginásio Municipal.

As famílias ainda procuram suas crianças.

As crianças universitárias estão eternamente no silencioso.

Ninguém tem coragem de atender e avisar o que aconteceu.

As palavras perderam o sentido.

Apresentação

A FESTA “AGROMERADOS” E A CATÁSTROFE BIOPOLÍTICA ADA CRISTINA MACHADO DA SILVEIRA (ORG.)

*Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento,
Folhas, coração
Juventude e fé.*

*Coração de Estudante,
Milton Nascimento*

¹Veja-se Hjarvard,
S. Midiatização:
teorizando a mídia
como agente de
mudança social e
cultura. **MATRIZES**,
São Paulo, Ano 5, No 2
jan./jun. 2012.
p. 53-91.

A festa “Agromerados” e a catástrofe biopolítica

A obra “Midiatização da tragédia de Santa Maria” busca atender ao premente desafio de refletir sobre as circunstâncias que vitimaram 242 pessoas, deixaram sequelas em outras 700 pessoas e, mais que tudo, abalaram os fundamentos da vida social.

Superando traumas, envolvimento passionais e aspectos pessoais, o conjunto de uma vintena de pesquisadores deteve-se no estudo da midiatização de tragédias, a maioria detidos nos acontecimentos a partir da Boate Kiss, ocorrida em 27 de janeiro de 2013 em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

A abordagem construída em termos de midiatização relaciona-se com a perspectiva de Stig Hjarvard (2012) quando aponta que essa abordagem surgiu como quadro teórico para refletir sobre a mídia em suas relações com a sociedade e a cultura.¹ O autor que atua na Dinamarca, aponta que, ao integrar-se nas rotinas de instituições e da vida social, a mídia compromete-se com o amplo domínio das interações sociais.

Assim, quando observamos a tarefa titânica de realizar a cobertura ao vivo de uma catástrofe humana, observamos muitas implicações que acabam por comprometer todo o sistema biopolítico. Superando as conhecidas catástrofes naturais que remetem muitas vezes às noções de fatalidade e de impossibilidade de domínio da natureza, a tragédia de Santa Maria, conforme foi noticiada no mundo inteiro, remete aos comprometimentos políticos próprios de nosso tempo.

Neste livro enfatizamos como centenas de profissionais da mídia foram testados ao limite. A liturgia dos meios privados rendeu nos primeiros três dias cerca de 46 horas de cobertura ao vivo em Tv aberta, ademais de muitos outros aspectos que fizeram a fortuna midiática do acontecimento, a par do alcance político

que ele supõe. Em atenção a seu esforço e, mais que tudo, numa tentativa de evidenciar a importância social da investigação em Comunicação para um drama coletivo muito próximo à maioria dos autores, apresenta-se a presente obra.

Antes de apresentar, portanto, o conjunto de autores e textos, comentamos alguns aspectos do contexto social que oportuniza a coletânea de 27 autores, 25 do Brasil e dois pesquisadores atuando na Argentina e nos EUA. Ademais deles, há um Preâmbulo de Elizabeth Bastos Duarte e de Maria Lília Dias de Castro, no qual se articula o acontecimento trágico a antecedentes noticiados pelo mundo. A obra congrega ao total 29 pesquisadores.

Sobre a tragédia em seus primeiros dias

Passado um ano, amenizado o torpor, tento ponderar algumas coisas. A tragédia de Santa Maria abateu-nos em nosso valor mais caro, a vida de jovens a quem nos dedicamos a formar. Embarcados por ilusões que a vida noturna promete, nossos alunos embarcaram no sonho de diversão num local qualificado pela tese da Delegacia de Polícia e Promotoria Pública como uma câmara de gás. Mortos e feridos pela ação tóxica do gás cianeto, nossos jovens perderam a inocência presente em todos nós de que Santa Maria é o lar de milhares de corações de estudante, reminiscência que embala os relatos da maioria de egressos quando narram sua vida na cidade.

Em nossos cursos de Comunicação Social da UFSM perdemos uma caloura de Jornalismo, Alana Willers, uma loirinha de Ijuí, aluna nota dez, e um adiantado aluno de Relações Públicas, roqueiro e amante da noite, Emerson Cardozo Paim. A festa dos alunos da Comunicação Social da UFSM ocorreu na véspera na mesma boate por divergências de gosto musical; o repertório regional contrariava as preferências da maioria dos alunos da Comunicação. Assim, como tantas vezes no passado, os alunos dos cursos do Centro de Ciências Rurais, aglutinados aos da Pedagogia, apostaram na festa “Agromerados”. Ela era produzida

pela empresa Green Live e, enfatizando a apropriação popular do termo aglomerados, a fórmula prometia repetir o êxito tantas vezes proporcionado em diversos Estados brasileiros. O propósito de evidenciar que a festa seria um amontoamento de alunos de escassas afinidades acadêmicas apostava no sucesso do compartilhamento da preferência musical pelo estilo gauchesco do grupo “Gurizada Fandangueira”. Apontava-se a dissolução da individualidade em favor do mergulho no coletivo.

Retraída em casa por questões de saúde, observei atentamente a cobertura realizada.

Desde o início sobressaiu a disputa informativa entre veículos locais, regionais e nacionais, ademais da repercussão da cobertura internacional, realizadas em grande parte por repórteres que para Santa Maria deslocaram-se prontamente.

Num primeiro momento, dois aspectos fizeram-se salientes. O agendamento da cobertura a reboque das mídias sociais e o inevitável despreparo e carência de materiais das coberturas centralizadas no eixo Rio-São Paulo.

As mídias sociais atuaram num conjunto tão grande de ações que enumerá-las faz-se temerário: mobilização do voluntariado, informação sobre feridos e mortos, localização de familiares, promoção de auxílios diversos (alimentação, transporte e alojamento, etc.), manifestação do pluralismo e, finalmente, a organização de passeatas e cultos.

Alguns equívocos da cobertura local podem ser alinhados à cobertura regional. Trata-se especialmente da promoção dos assessores de imprensa e seu posicionamento firmado na produção de informação unitária e coerente, em acordo com interesses institucionais e muitas vezes distanciados do nível do indivíduo.

Alguns equívocos da cobertura nacional ficaram claramente perceptíveis quando observados da perspectiva local: a falta de estrutura para a cobertura de acontecimentos na extensão do território nacional, opiniões arvoradas na alocação de lugares

comuns e clichês, o uso e às vezes abuso de vozes de autoridade profissional para explicar os fenômenos em questão.

O conflito com certas manifestações midiáticas aponta para a denuncia e culpabilização da exposição da morbidez e exploração sensacionalista da tragédia. Uma ausência refere-se ao não registro por qualquer mídia das ocorrências de suicídios.

A ênfase dominante nos discursos politicamente corretos e no jornalismo de fontes sentiu-se perturbada com algumas autoridades muito próximas da população: o major do Corpo de Bombeiros e os delegados da Polícia Civil e Promotoria Pública. Seu desempenho em acordo com as virtudes heroicas contrariou nitidamente o perfil despido de autoridade assumido pelo Prefeito e seu Vice, recém reeleitos.

A avaliação das principais vozes em manifestação protagônica num primeiro momento aponta para a afirmação do polo da consternação, contemplando o nível do indivíduo e, por outro, para o polo da judicialização do debate, apoiado nas figuras dos doutores das leis. Recordo Hannah Arendt quando, frente a situações não-razoáveis, refletiu sobre o totalitarismo e a impossibilidade da razão jurídica penetrar no núcleo de sua experiência. Um tema delicado numa cidade com uma arraigada comunidade judaica, com destacados políticos a ela vinculados. A constatação de um pesquisador da UFSM de tratar-se do mesmo gás usado pelo nazismo significa mais que memória histórica para nossa população multicultural, numa cidade geoestratégica e disciplinada pela presença das Forças Armadas.

Observa-se que, mesmo com a forte legitimidade das redes sociais e do terceiro setor, ademais da agilidade da Polícia e da Promotoria Pública, os desdobramentos permanecem concentrados no conflito entre o polo do indivíduo e o da institucionalidade, fortemente estruturado na cultura autoritária e atualizada pela mídia de referência. Sair desse modelo implica na amplificação da

² Parte do teor desta Apresentação foi publicado em Observatório da Imprensa sob o título "Nossos corações de estudante na câmara de gás", http://www.bservatorioidaimprensa.com.br/news/view/_ed732_coracoes_de_estudante_na_camara_de_gas. Acesso em 06/02/2013.

³ AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

cidadania, na imputação de responsabilidades pessoais frente a qualquer eventual comando da máquina de governo, por mínimo que seja seu poder decisório.

Conforme registrei em outra oportunidade², entendo que permanece o testemunho para o resto de nossas vidas de ter presenciado as condições para engendro daquilo que o pior do totalitarismo já proporcionara ao mundo.

Giorgio Agamben³ ao refletir sobre o tema, adverte que:

A cesura fundamental que divide o âmbito biopolítico é aquela entre povo e população, que consiste em fazer emergir do próprio seio do *povo* uma *população*, ou melhor, em transformar um corpo essencialmente político em um corpo essencialmente biológico, no qual se trata de controlar e regular natalidade e mortalidade, saúde e doença. Com o nascimento do biopoder, cada povo se duplica em população, cada povo *democrático* é, ao mesmo tempo, um povo *demográfico* (AGAMBEN, 2008, p. 90).

Assim, o corte brutal que se abriu entre a condição de povo e de população por ação de tantas mortes repentinas estabelece uma fissura no tecido social que necessita muitas narrativas, em distintos formatos, suportes e materialidades para recuperar-se um pouco do que a fatalidade biológica nos condenou e que a falta da consciência democrática nos impingiu.

Sobre a obra

Os textos apresentados na presente coletânea são extremamente variados e seu ordenamento um tanto arbitrário. A abordagem delineada sustenta a abordagem da midiatização nas duas dimensões referidas por Antônio Fausto Neto (2008) quando enfatizou a passagem da "sociedade dos meios" para a "sociedade midiatizada".⁴ As análises aqui apresentadas tomam em consideração ambos os aspectos, apontando para a condição de prática social e de prática de sentido. Devido a isto, o livro está composto por dezesseis artigos de pesquisadores de comunicação

e de mídia, organizados em três partes, considerando-se tanto o campo representacional como sua dimensão mediadora:

I. “Cobertura midiática e discursos privados no espaço público”, detida em analisar o desempenho profissional sobre a cobertura do evento, bem como ações e agentes em situações comunicacionais privilegiadas;

II. “Mobilizações e desdobramentos midiáticos”, expressão da ecologia da mídia em que agentes a tem como meio de encontro, reforço e reiteração de estratégias solidárias, buscando superar os efeitos do acontecimento trágico; a audiência participa e se expressa no tempo e no espaço instaurado pelo tecido social; e

III. “Catástrofe biopolítica e narrações do trágico” aborda o enfoque ético-político detido no alcance primário do poder e não apenas em formas institucionalizadas e já estabilizadas politicamente. Reconhece as articulações do acontecimento de Santa Maria com outras narrativas, recompondo o caráter trágico de sua narrativa e suas consequências humanas.

Alguns textos estão relatados em primeira pessoa, outros com cuidado de expressar distanciamento; uns estão presos ao relato midiático da tragédia, outros a tomam apenas como referência para estabelecer uma reflexão mais abrangente tanto em torno da condição midiática como seu impacto nos processos sociais. Outros extrapolam o midiático, buscando refletir sobre a condição do nível comunicacional na sociedade contemporânea. Alguns são individuais, outros produzidos por duplas e até há dois trios de pesquisadores. Há textos de fôlego teórico e outros mais detidos em evidências empíricas de televisão, impressos, online, redes sociais e outras manifestações. Muitos apoiam-se em farta documentação de imagens. A temporalidade analisada varia, praticando-se desde

APRESENTAÇÃO

⁴ FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **MATRIZES**, São Paulo, Ano 1, No 2, abril, 2008. p. 53-91.

o estudo dos primeiros momentos até avaliações de vários meses. Trata-se, enfim, de uma *collage* do que no presente momento podemos dizer, dado que para muitos autores foi um exercício muito difícil, considerando-se o grau de envolvimento pessoal com a tragédia.

Dentre os antecedentes de investigação em torno a tragédias, destaco o esforço de pesquisa articulado por Sergio Dayrell Porto (2002) quando buscou refletir o acontecimento de 11 de setembro de 2001; orientado pela perspectiva dos estudos de identidade, a equipe enfatizou a incompreensão das diferenças e analisou distintas manifestações midiáticas dentro do quadro que então se delineava de uma ação terrorista.⁵

Inspirada no esforço de Sergio Porto, a presente obra configura-se como uma tentativa, talvez ainda um pouco açodada, de refletir sobre o acontecimento a partir de sua mediação midiaticizada. As múltiplas e às vezes espetacularizadas maneiras de contar, de relatar e de lembrar estabelecem respostas à expectativa da sociedade que nelas ocorre com vistas a suprir sua necessidade de amparo, compreensão e suporte.

Antes de chegar à presente versão, os textos foram apresentados em nove diferentes eventos científicos, os quais contribuíram em alguma medida para qualificar o teor que aqui se publica:

- XIV Congresso Regional Sul da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação-Intercom, Mesa “Pode o local falar para o nacional?”, realizado em 30/05/13, em Santa Cruz do Sul-RS;

- XXII Encontro Nacional da Associação Nacional dos programas de Pós-graduação em Comunicação-Compós, realizado em 04-07/06/13, em Salvador-BA, GT de Jornalismo;

- XXXVI Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação-Intercom, realizado em Manaus-AM, em 05-06/09/13, nos GTs de Políticas e estratégias em Comunicação e de História do Jornalismo;
- Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, de 15-17/10/13, no GT de Estudos em Cultura e Identidade;
- II Colóquio Semiótica das Mídias, realizado pelo Ciseco, em 25/09/13, em Japaratinga-AL;
- “Kiss: o aprendizado após a tragédia”, evento ocorrido em 03/10/13, organizado pela Unijuí e Núcleo Missões de amigos, parentes e sociedade em geral na defesa dos direitos dos cidadãos vítimas da negligência do caso Kiss - Santa Maria/RS, em Ijuí-RS;
- O 11°. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, ocorrido em 7-9/11/2013 na Universidade Nacional de Brasília, em Brasília-DF;
- “Catástrofes, Movimentos Sociais e Formas de Resistência”, realizado pelo programa de Pós-graduação em Educação da UFSM, em 18-20/12/13, em Santa Maria-RS.

O conjunto expressivo de eventos demonstra a preocupação dos pesquisadores com o tema e o desejo de expor suas análises a públicos e contextos variados.

A coletânea inicia em sua parte I, intitulada “Cobertura midiática e discursos privados no espaço público”, com o texto de Antonio Fausto Neto, pesquisador da Unisinos e da Unifra,

juntamente com as pesquisadoras Anaiara Ventura e Laura Fabrício da Unifra. O texto intitula-se “Luto no tapume: Andradas, 1925” e aborda o que Edgar Morin denominou ‘acontecimento-choque’, singularizado nos tapumes afixados para interditar a fachada do local da ocorrência da tragédia. Os autores detêm-se naquele lugar em que persistem as manifestações de luto de familiares, amigos dos mortos e da sociedade local. Nomeado como tragédia que se mediatiza através de um complexo processo de circulação de mensagens, especialmente de caráter jornalístico, o acontecimento é apropriado por uma outra atividade discursiva - o trabalho do luto - que também se faz público, e que se estampa no tapume através de várias modalidades de mensagens ali inscritas, gerando o que os autores analisam como um outro modo enunciativo.

A seguir, o texto de Adriana Schryver Kurtz, pesquisadora da ESPM de Porto Alegre, intitulado “Morrer em Santa Maria: as charges de Marco Aurélio sobre a tragédia da Boate Kiss” pondera que o incêndio evidenciou os limites da utilização da charge como gênero jornalístico opinativo que conjuga humor e crítica para comentar as notícias mais importantes do dia. A autora recupera o episódio da indignação da opinião pública gaúcha com duas charges publicadas no Jornal Zero Hora relativas à tragédia. Sua análise, redigida na primeira pessoa do singular, problematiza a dificuldade de emitir juízos racionais em momentos de dor extrema. Além disso, reflete sobre o humor e a questão da tematização da memória das vítimas de eventos traumáticos, colocando em evidência os limites morais da abordagem humorística na mídia.

O texto de Sylvia Debossan Moretzsohn, da UFF, intitulado “Noticiar a dor: possibilidades e dificuldades do jornalismo na tragédia de Santa Maria” aborda diretamente a questão da dor, a necessidade e a dificuldade de noticiá-la. A autora discute a relação entre razão e emoção e indaga como tratar esse sentimento em sua densidade, fugindo do apelo ao sensacionalismo. O trabalho

foi previamente apresentado no GT de Jornalismo do Encontro Anual da Compós, ocorrido em Salvador-BA, e incorpora aspectos debatido na ocasião.

O texto “A participação do discurso local na cobertura jornalística nacional” de autoria de Edileuson S. Almeida e de Ada C. Machado da Silveira, vinculados ao Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, da UFSM igualmente foi apresentado nos eventos Intercom Sul e no GT Políticas e Estratégias de Comunicação do Congresso Nacional da Intercom. No texto, evidencia-se que a cobertura ao vivo iniciada momentos após o incêndio na Boate Kiss provocou uma variada participação da mídia local em rede nacional. Destacou-se o esforço na mídia televisiva no decorrer da programação da Tv aberta e a cabo, inclusive na programação esportiva, de auditório/variedades e jornalística da Tv Globo, a maior rede comercial do Brasil há meio século. Explicita-se a abordagem de “análise dos acontecimentos relatados” (AR) em emissão ao vivo pelo nível local (RBS Tv Santa Maria). A prática sistemática do nível local seria incorporada oportunamente na cobertura jornalística do nível regional (RBS Tv Porto Alegre e filiadas) e nacional (Tv Globo e sua rede).

O texto de Isabel Padilha Guimarães, Janayna Barros e Ada C. M. da Silveira, vinculadas ao Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, da UFSM, fecha a primeira parte da obra. Ele analisa a presença dos correspondentes internacionais na cobertura do evento trágico e sua repercussão em jornais e emissoras do mundo, considerando que a globalização provoca a redescoberta da corporeidade. Para apreender a realidade do lugar é evidenciada pelos correspondentes internacionais graças a sua presença física nos cenários relacionados ao acontecimento, e intitula-se “A articulação entre local e global pelos correspondentes internacionais”.

Na segunda parte, intitulada “Mobilizações desdobramentos midiáticos”, há cinco textos que articulam o acontecimento com diversas dimensões sociais, ademais de sua passagem pelas mídias.

Inicialmente, o texto intitulado “Tragédia e solidariedade direcionada no discurso jornalístico” de autoria de Carlos Orellana e Isabel P. Guimarães vinculados ao Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, da UFSM investiga as lógicas de compreensão de fatos trágicos, principalmente de situações de grande comoção compartilhada, a partir das narrativas midiáticas. O discurso jornalístico sobre a tragédia da Boate Kiss articulou a formação de comunidades emocionais, ativando a solidariedade direcionada e gerando um metadiscurso do fazer jornalístico incorporado pela sociedade. O trabalho foi apresentado anteriormente na Mesa promovida pelo grupo de pesquisa no evento Intercom Sul, ocorrido em Santa Cruz do sul, bem como nos trabalhos do GT Políticas e Estratégias de Comunicação do Congresso Nacional da Intercom, em Manaus.

Outros três textos estão detidos no desempenho das mídias sociais atuando na mobilização e solidariedade.

“Mobilização social no *Facebook*: conectando solidariedade e justiça no caso da Boate Kiss” de Carolina Moro da Silva e de Liliane Dutra Brignol da UFSM analisa a rede social online na proposição e organização de mobilizações sociais. A pesquisa analisa três eventos criados na plataforma online, que geraram duas ações no espaço urbano da cidade: a Caminhada da Paz/do Luto e o Protesto por Justiça. Ao combinar observação sistemática dos eventos na web, observação das ações nas ruas e entrevistas com atores sociais envolvidos, é possível perceber que o *Facebook* protagonizou a organização de mobilizações híbridas entre os ambientes online e offline. Por seu caráter espontâneo, as mobilizações permitiram a expressão, o compartilhamento e a experimentação de emoções em torno do episódio, gerando envolvimento entre os participantes, acionado por sentimentos de luta por justiça, compartilhamento de solidariedade e esperança.

O texto de Carlos Sanchotene, doutorando da UFBA e da mestra pela Unisinos Adriana Garcia, intitula-se “O perfil do

delegado Marcelo Arigony no *Facebook*: a circulação de sentidos sobre o incêndio na boate Kiss”. O delegado regional de Polícia Civil que investigou a tragédia, teve seu perfil analisado durante seis meses e tomado como um dispositivo interacional de contato entre o público e um ator social responsável pela atividade policial.

O texto “Jornalismo como sistema de alerta: integração entre mídia social e imprensa na tragédia de Santa Maria” dos pesquisadores Gabriela da S. Zago (UFPEL/UFRGS) e Marco Toledo Bastos (Duke University-EUA) analisa o jornalismo como um sistema de alerta que integra diferentes canais de comunicação. O estudo de caso foi realizado com base no incêndio da boate Kiss ocorrido na cidade de Santa Maria, RS, em 27 de janeiro de 2013. Monitorando todos os links para o jornal Zero Hora que circularam na rede social Twitter entre 25 e 31 de janeiro de 2013, compreendendo um conjunto de dados de 20.012 tweets, foi possível analisar o volume de mensagens replicadas, seu conteúdo e os perfis mais retuitados de modo a poder identificar como o Twitter funcionou como um sistema de alerta durante a tragédia. Os resultados indicam que mídia social e imprensa funcionam de modo coordenado como um sistema de alerta durante eventos de grande comoção. O trabalho foi apresentado no GT de Jornalismo do Encontro Anual da Compós ocorrido em Salvador-BA.

Encerrando a parte II, o texto de Ada C. Machado da Silveira e de Aline R. Dalmolin, vinculadas ao Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, da UFSM, segue na linha dos demais de avaliar o papel da mídia numa tragédia. Intitulado “Drama, mobilização e construção de relatos coerentes em meio ao caos na estrutura de rede”, trata de algumas implicações inerentes à estrutura de rede e suas relações assimétricas, conhecidas pela perspectiva das políticas de comunicação. As autoras argumentam que o peso da estrutura de rede na mobilização e cobertura jornalística de tragédias está relacionado diretamente à questão

da regionalização de conteúdos e os eventos catastróficos têm a capacidade de expor os limites de sua capacidade midiático-comunicativa. A tentativa de construção de relatos coerentes em meio ao caos de um acontecimento de grandes proporções como foi o caso da tragédia de Santa Maria possui diversas características que puseram em xeque a capacidade informativa da estrutura de comunicação. Sua capacidade de resposta, a articulação com redes sociais e os limites da estrutura de rede são avaliados no texto. Apresentado nos eventos da Intercom na região Sul e no Congresso Nacional, a versão atual incorpora comentários e questões debatidas em ambos eventos.

A terceira parte, “Catástrofe biopolítica e narrações do trágico”, apresenta seis textos.

Inicialmente o texto de Bruno Kegler e de Maria Helena Weber da UFRGS aborda o incêndio da Boate Kiss a partir da noção de acontecimento público constituído nas relações entre mídia, política e sociedade. Intitulado “*Tragédia Kiss: acontecimento público e armadilhas da imagem*”, busca refletir sobre o processo de apropriação, atribuição de responsabilidades e difusão do horror. O impacto do fato, as fortes imagens de fogo, morte, desespero, a indignação de familiares e as perguntas sobre a responsabilidade e a segurança do lugar mantêm vivo o acontecimento público. A análise está sediada nas premissas: o poder das mídias definido pela sua centralidade privilegiada quanto à apropriação, representação da realidade e distribuição de informações; o paradoxo da política entre seu poder e sua fragilidade enquanto refém da visibilidade e da opinião; a morte trágica, a imagem das vítimas, o medo e o desespero como constitutivos da matéria essencial da mídia que realiza vultuosos investimentos para informar, mostrar e reforçar seu contrato com os leitores e espectadores transformados, então, em testemunhas ocasionais.

O texto denominado “Contextos diversos, tragédias similares: a cobertura jornalística brasileira dos incêndios do Gran

Circo Norte-Americano e da boate Kiss” é de autoria de Rogério Martins de Souza e de seu aluno Renan H. R. F. da Silva, vinculados ao CUVR, no Rio de Janeiro. Eles analisam as diferenças entre as coberturas de duas das maiores tragédias envolvendo incêndios na história brasileira: as chamas que destruíram o Gran Circo Norte-Americano, em 1961, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, e a boate Kiss, pela fumaça originária de fogos, em janeiro de 2013. A comparação das duas tragédias e a evolução dos meios de comunicação entre 1961 e 2013, bem como as mudanças na imprensa nestas décadas produzem um amplo panorama através do qual os autores buscam entender o que mudou desde então. A reflexão sobre a modernização da imprensa em meio século e a adaptação do profissional às novas mídias eletrônicas e digitalizadas permite identificar aspectos similares e diferentes da cobertura entre as duas grandes tragédias. Uma versão anterior do texto foi apresentada no Congresso Nacional da Intercom, em Manaus.

O texto da pesquisadora argentina Andrea Estrada, vinculada à UBA, intitulado “Contar a própria tragédia: o caso *Cromañón*”, a autora situa sua análise a partir dos acontecimentos de 30 de dezembro de 2004, numa boate localizada no coração do chamado bairro “Once”, em Buenos Aires. Um estudo linguístico sobre os discursos a cerca dos 194 mortos a partir de fogos de artifício e o envolvimento da banda Callejeros encaminharam a um estudo publicado pelo título “*Así se siente Cromañón. Evidencialidad y formas de percepción de la enunciación pasional*”. Na versão elaborada para a presente coletânea e traduzida pela professora Luciana Montemezzo da UFSM, a autora revisa seus resultados de análise, agora à luz do veredito que condenou uma dúzia de pessoas.

O texto de Amarildo Luiz Trevisan, André L. de O. Fagundes e Eliana Regina Fritzen Pedroso da UFSM, “Santa Maria, trauma e resistência: a experiência estética na dor do outro” resulta de reflexões realizadas durante o evento Catástrofes, Movimentos Sociais e Formas de Resistência”, realizado em Santa Maria-RS. Os

autores buscam repensar a educação a partir das experiências do holocausto, tendo em vista a necessidade de propor um modelo de formação sensível à prevenção das catástrofes coletivas. Somado a isso, sua ideia é a de investigar algumas obras de autores que se debruçaram sobre questões pós-traumáticas nos últimos tempos na perspectiva da literatura de testemunho – especialmente Adorno, Benjamin, Agamben e Kertés, para tecer cruzamentos entre as noções de catástrofe, trauma e resistência.

O texto de Leandro Lage, da UFMG, intitulado “Mídias jornalísticas e o trabalho de memória: o incêndio da boate Kiss na primeira página” trabalha a evocação de memória pelo jornalismo enquanto exercício de prospecção e de retrospectiva. Apoiado nos conceitos de “lugar de memória” de Pierre Nora e de “dever de memória” de Paul Ricoeur, o autor problematiza a fidelização ao passado. Ele o comunicou no 11º. Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, ocorrido em Brasília.

A organização da obra finaliza com o texto “Narrações do trágico e horizonte ético” do pesquisador Noeli Dutra Rossatto da UFSM, igualmente comunicado no “Santa Maria, trauma e resistência: a experiência estética na dor do outro” resulta de reflexões realizadas durante o evento Catástrofes, Movimentos Sociais e Formas de Resistência”. Sua reflexão aprofunda a distinção entre problemas causados por ações de agentes naturais e ações motivadas por agentes humanos; ou seja, entre coisas que nos acontecem e coisas que fazemos acontecer. Para responder a essa problemática, o autor adentra em discussões referentes à relação entre vida e narrativa, historiografia e ficção, ponderando se, de fato, haveria um aprendizado moral com o trágico. A definição do termo catastrófico implica no tratamento de episódios dramáticos e envolve ao mesmo tempo o acontecimento factual e sua narrativa. O ritmo do cosmo seria transposto para o próprio ritmo da narração, pois o termo *kata-strophe* denota tanto a repetição cosmológica e natural de um evento, como a repetição (*strophe*) daquilo que

⁶ **Ada Cristina Machado da Silveira** é professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do CNPq. Graduada em jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é mestre em Extensão Rural pela UFSM, *magister en Ciències de la Comunicació* e *doctora en Periodisme* pela *Universitat Autònoma de Barcelona*. Possui estágio pós-doutoral na *Sorbonne III* e na *Universidad Nacional de Quilmes*. Lidera o Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br

é sua narração. Conforme ele aponta, Paul Ricoeur ao distinguir sabedoria trágica de sabedoria prática ou moral, aponta que não há identificação entre ambas. Ricoeur jogaria a moralidade para um processo de aprendizagem contínuo. Assim, nenhuma das duas sabedorias pode pressupor uma verdade absoluta e nem abdicar do sofrimento. Uma posição que descarta uma solução racionalista, de uma razão que tudo pode resolver, tanto como aquelas soluções que veem no sofrimento o erro de aplicação de princípios morais, ou um castigo divino.

Para finalizar, registro que a presente obra apresenta um esforço inicial de pesquisadores vinculados a treze diferentes instituições brasileiras e duas estrangeiras. Empenhados em refletir sobre o acontecimento trágico, representam um pouco daqueles que não se eximiram de posicionar-se e buscam, à luz de procedimentos científicos, iluminar um pouco a dor individual e coletiva frente ao desatino produzido por uma catástrofe biopolítica de nosso tempo.

Santa Maria, janeiro de 2014.
*Ada Cristina Machado da Silveira*⁶
Organizadora

PREÂMBULO

BOATE KISS:

NOVA VERSÃO DE UMA
ANTIGA TRAGÉDIA

ELIZABETH BASTOS DUARTE
MARIA LÍLIA DIAS DE CASTRO

¹ **Elizabebeth Bastos Duarte** é professora visitante sênior da Capes no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM; doutora em Semiótica (USP); pós-doutora em Televisão (Universidade de Paris 3); pesquisadora 1C do CNPq; vice-coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação televisual. E-mail: bebethb@terra.com.br

² **Maria Lilia Dias de Castro** é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM; pós-doutora em Comunicação, com ênfase em Televisão e Publicidade (Universidade de Paris 3); coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação televisual, certificado pelo CNPq. E-mail: mlilia@terra.com.br

Boate Kiss: nova versão de uma antiga tragédia

*Elizabeth Bastos Duarte¹
Maria Lilia Dias de Castro²*

A cena parece bastante familiar: casa superlotada, muita animação, clima dionísíaco, música ao vivo, dança, pirotecnia..., mas portas fechadas, extintores vazios, confusão, falta de ar.

Em janeiro de 2013, mais uma vez esse cenário foi palco de uma tragédia, ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria, cujo saldo foram 242 mortos, na maioria jovens que lá estavam festejando sua formatura, seu ingresso no mundo adulto. E, mesmo os que de lá conseguiram escapar em tempo, saíram tatuados: carregam para sempre no peito as marcas indelévels da catástrofe, comprometendo, com isso, sua saúde física e psíquica.

A trágica ocorrência provocou uma catarse coletiva: todo país assistiu à exaustão, via ampla e reiterada cobertura midiática, ao sofrimento e à inconformidade dos sobreviventes, familiares e amigos.

Remakes de uma mesma narrativa

A bem da verdade, chega a causar estranheza que um acontecimento tantas vezes repetido mundo afora ainda provoque tamanha surpresa e consternação, e, mais do que isso, que ainda ocorra com essa frequência. Afinal, já nos anos 40 do século passado, 207 pessoas morreram no *Rhythm Club*, Natchez (EUA), devido a um acidente com um palito de fósforo, responsável pelo fogo que fez arder o prédio inteiro, atizado pelo uso de sprays altamente inflamáveis ali colocados para combater os mosquitos. Dois anos mais tarde (1942), o fogo iniciado em uma falsa palmeira, parte da decoração da *Boate Coconut Grove*, Boston (EUA), espalhou-se em questão de minutos, causando a morte de 492 pessoas, devido à superlotação do local e ao mau funcionamento das portas de emergência. Em 1971, novamente um palito de fósforo e o material altamente inflamável empregado na construção consumiram em pouco tempo a boate *Cinq-sept*, St. Laurent du Pont (França), matando 143 pessoas, a maioria adolescentes.

E a lista não para aí: em 1977, chamas no *Beverly Hills Supper Club*, Southdate (EUA), mataram 165 pessoas; em 1990, incêndio ocorrido na *Boate Happy Land*, Nova York (EUA), tirou a vida de 87 pessoas; em 1996, fogo no *Ozone Disco Club*, Quezon City (Filipinas), provocou a morte de 160 pessoas, a maioria estudantes; em 2003, incêndio na *Discoteca de Luoyang*, Luoyang (China), deixou um saldo de 309 mortos; em 2009, difusão do fogo no *Lame Horse Club*, Perm (Rússia), provocou o óbito de 154 pessoas.

Mas, entre todos esses incêndios em casas noturnas, ocorridos no curso dos anos 2000, as mídias conferiram forte destaque a dois em especial: *The Station*, West Warwick (EUA), em 2003, e o da *República Cromagnón*, Buenos Aires (Argentina), em 2004. Em ambos, o fogo foi provocado, como na boate Kiss, por artefatos e sinalizadores utilizados durante o show das bandas.

A tragédia na casa noturna *The Station*, no estado norte-americano de Rhode Island, aconteceu durante a apresentação da banda Great White, sendo considerado esse acidente como o concerto de rock com maior número de vítimas de sua história. Naquela noite, a pequena casa noturna de madeira, que, como habitualmente, recebia mais gente do que a sua capacidade, ardeu em chamas e muitas das 458 pessoas presentes no local ficaram presas. A tragédia, que deixou um saldo de 100 mortos e cerca de 200 feridos, provocou rápidas mudanças nas regras de segurança dos EUA: foi aprovado um novo código de prevenção contra incêndios, incluindo o aumento de penalidades para responsáveis, e nunca mais ocorreu esse tipo de acidente com tal número de vítimas.

Em dezembro de 2004, o grupo musical Callejeros apresentava-se na casa noturna *República Cromagnón*, quando um dos espectadores do show acendeu um foguete pirotécnico, cujos projéteis incandescentes entraram em contato com a decoração, uma espécie de tela de plástico inflamável, pendurada no estofado do teto, feito de placas de poliuretano. Ao entrar em combustão, a tela contaminou o ar com gases nocivos, intoxicando mais de 100 jovens que ali se encontravam. Ao perceberem o fogo, os jovens entraram em desespero, partindo então para o salve-se quem puder.

Assim, o pânico impediu uma evacuação ordenada e segura: a discoteca estava superlotada; uma das saídas se encontrava fechada com um cadeado e fios; os gases tóxicos produzidos pelos materiais inflamáveis asfixiaram rapidamente as pessoas; o fogo provocou a queda de energia elétrica. Além disso, muitos dos que conseguiram sair, retornaram para resgatar os que ainda se encontravam no interior do edifício. Apesar dos esforços, durante o incêndio e nos dias subsequentes à tragédia, morreram 194 pessoas e ao menos 1432 dos sobreviventes ficaram feridos, inclusive familiares de integrantes da banda.

Apropriações da tragédia pelas mídias

A tragédia da boate Kiss pode ser pensada como um mero acontecimento dramático ocorrido no mundo real, dizendo respeito, nessa perspectiva, ao grupo representado pelos familiares e amigos das vítimas. Ampliando o âmbito da reflexão, em direção ao social, podem-se discutir aspectos culturais, políticos e/ou jurídicos ligados à tragédia. Mas uma coisa é inquestionável: se ela ultrapassou esse âmbito mais restrito e chegou ao público em geral, foi, sem dúvida, devido à desmedida cobertura realizada pelas mídias, principalmente pela televisão e internet, que fizeram do acontecimento objeto de amplas e reiteradas matérias, tema de incontáveis edições jornalísticas, motivo de longas reportagens, foco central de entrevistas com todo tipo de especialistas. O uso e abuso do tema e o tom e forma de tratamento a ele conferido, sensacionalista, apelativo e interpelativo, garantiram, sem dúvida, ao menos inicialmente, uma enorme audiência. Afinal, e Aristóteles já ressaltava, assistir ao sofrimento dramatizado por uma tragédia tem alto poder de sedução sobre a audiência. Daí por que tanto se discute o que se constitui verdadeiramente em tema de uma tragédia; certamente, não é apenas um final triste que define o gênero: é necessário que a história, como no caso da boate Kiss, preencha um conjunto de requisitos. Ocorre que a sua tão reiterada exibição acabou, não obstante, mais uma vez, por banalizar a tragédia.

A grande verdade é que se está frente a uma catástrofe por demais anunciada que pode tornar a acontecer na próxima semana, na esquina de sua casa. E, por aqui, as providências para evitar esse drama tantas vezes reiterado têm sido morosas: na esfera estadual, as novas regras para prevenção de incêndios só foram aprovadas pela Assembleia em 11 de dezembro de 2013 e sua sanção e regulamentação devem estender-se até março ou abril de 2014; na esfera nacional, a proposta de lei apresentada em 2007, e depois reformulada por conta do incêndio da boate Kiss, até hoje não tem nenhuma previsão de regulamentação.

Mais ainda, as irregularidades responsáveis pelos diferentes remakes já citados continuam por aqui fora de um controle efetivo, pois suas causas persistem: ausência de policiamento sobre o uso de material inflamável em ambientes fechados; inadequação do público à capacidade e estrutura das casas noturnas; inexistência ou obstrução das saídas de emergência; não disponibilização de extintores de incêndio em bom funcionamento; utilização, em espaços fechados, de fogos de artifício e outros tipos de pirotecnia.

Sem dúvida, a mídia, em especial a televisão, em que pese o horror representado por esse tipo de acidente, acaba por se aproveitar do acidente para ganhar mais visibilidade: uma tragédia desse tipo representa um tema seguro de que se ocupar para garantir audiência. Tanto isso é verdade que, para além dos programas jornalísticos, as emissoras apostam em versões ficcionais sobre o tema: é só olhar as constantes rerepresentações de seriados americanos, como, por exemplo, o episódio 22, temporada I, de *CSI – Miami*, intitulado *Tinder box* (caixa de pavios), inicialmente exibido em 5 de maio de 2003, em que dois personagens da série, Speedle e Delko, estão presentes em um estiloso clube noturno quando ele pega fogo, aparentemente provocado pela explosão de fogos de artifício empregados por um DJ, matando 16 e ferindo dezenas de outras pessoas, para constatar a semelhança das cenas então exibidas com aquelas veiculadas nas edições jornalísticas sobre o incêndio da boate Kiss.

Releituras da tragédia pela academia

A academia, sempre mais cautelosa na análise dos fatos, devido às características dos percursos que ela própria se impõe, costuma examinar, com maior distanciamento, as causas e consequências dos acontecimentos do mundo real. Essa posição mais reflexiva procura, de um lado, estabelecer as relações entre os elementos responsáveis pela geração do acidente; de outro, examinar os diferentes formatos desse falar sobre o fato ocorrido, ou seja, analisar esse discurso que as próprias mídias constroem sobre a tragédia e que dialogam entre si, cujo acelerado movimento metadiscursivo é tão intenso que acaba, na maioria das vezes, como já se referiu, por banalizar o próprio fato real.

Acontece que esse distanciamento exigido pelo mundo acadêmico, e a lentidão inerente aos procedimentos de análise fazem com que essas narrativas percam sua força dramática: as histórias ficam tão distantes e impessoais que há amortecimento de sentimentos, um esquecimento de suas causas e consequências. Com isso, muitas vezes, o texto acadêmico perde sua função e seu poder de denúncia.

Daí a importância deste livro. Ele chega às mãos do leitor exatamente um ano após a tragédia, convocando os leitores à reflexão enquanto o acontecimento ainda está bem presente na memória de todos, obrigando a repensar **não só** os problemas sociais ligados a esses acontecimentos, as imposições deles decorrentes sobre o mundo político e jurídico, a urgência de um melhor funcionamento da máquina pública e de suas esferas de fiscalização, a necessidade de mais seriedade na busca de provas técnicas eficazes para a responsabilização dos envolvidos, **como** a verdadeira função social das mídias, independentemente de sua sofreguidão pela audiência. Seu poder de mobilização deve ser cuidadosamente direcionado à exigência de mudanças que podem trazer melhorias à população e evitar tragédias como esta.

A análise de coberturas jornalísticas, comparando incêndios que repercutiram em solo brasileiro, como o ocorrido na boate Kiss e aquele do Gran Circo Norte-Americano (1961), no Rio de

Janeiro; a discussão sobre a participação da cobertura jornalística local no que concerne a temas de interesse geral, dimensionando a capacidade midiático-comunicativa dessas esferas locais no global; ou o exame desse metadiscurso decorrente ao fazer jornalístico e até mesmo do papel da charge na imprensa diária possibilitam verificar até que ponto um livro como este tem condições de examinar em maior profundidade situações de comoção e mobilização pública, veiculadas pelas mídias.

Referências bibliográficas

JUS BRASIL. Incêndio em boate de Santa Maria relembra tragédia semelhante nos EUA. **Reuters Brasil** – Jus Brasil. 27.01.2013. Disponível em: <http://reuters-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100313813/incendio-em-boate-de-santa-maria-relembra-tragedia-semelhante-nos-eua>. Acesso em: 27.12.2013.

O que aprendemos com 2013. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, ano 50, no 17.614, 31 dez 2013 e 1o jan 2014, Encarte especial, p.2-3.

UCHOA, Pablo. Tragédia em boate de Santa Maria é ‘terceira mais fatal da história’. **BBC Brasil**. 27.01.2013. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130127_tragedia_boate_historia_pu.shtml. Acesso em: 27.12.2013.

WIKIPEDIA – **CSI Miami**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/CSI:_Miami. Acesso em: 27.12.2013.

WIKIPEDIA – **Lista de episódios de CSI Miami**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_episódios_de_CSI:_Miami. Acessado em: 27.12.2013.

WIKIPEDIA – **República Cromaón**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/República_Cromaón. Acesso em: 27.12.2013.

WIKIPEDIA – **Tragédia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tragédia>. Acesso em: 27.12.2013.

PARTE I

MIDIATIZAÇÃO
DE DISCURSOS PRIVADOS
NO ESPAÇO PÚBLICO

1

LUTO NO TAPUME: ANDRADAS, 1925

Antônio Fausto Neto é professor titular do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Professor do curso de Jornalismo do Centro Universitário Franciscano (Unifra); Presidente de Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO) e pesquisador 1A do CNPq.
E-mail: afaustoneto@gmail.com

Anaiara Ventura é professora do Centro Universitário Franciscano (Unifra) em Santa Maria. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Pesquisadora-colaboradora da universidade do Rio dos Sinos (Unisinos-CNPq).
E-mail: anaiaras@gmail.com

Laura Elise de Oliveira Fabrício é professora de fotografia do curso de Jornalismo do Centro Universitário Franciscano (Unifra) em Santa Maria. Formada em Jornalismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado Do Rio Grande do Sul (Unijuí), É mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: laurafabricio@gmail.com

LUTO NO TAPUME: Andradas, 1925

*Antônio Fausto Neto
Anaiara Ventura
Laura Fabrício*

*Para continuar vivendo precisamos entender.
(mensagem anônima fixada no “tapume-mural”)*

Introdução

Primeira observações: a passagem dos escombros ao “tapume-mural”

A “*tragédia da boate Kiss*”, designação que foi dada ao acontecimento no qual morreram 242 pessoas na madrugada de 28 de janeiro de 2013, em Santa Maria, é um dos ‘*acontecimentos-choque*’, retomando a nomeação que Morin (1998) faz para definir eventos que irrompem na organização social à margem de suas agendas, previsões e rotinas. E alguns traços do seu engendramento mostram sua inserção no ambiente midiático, ou da ‘realidade midiática’, conforme sugere Luhmann (2002). Sabe-se que há um primeiro contato que conecta o acontecimento com o mundo externo, enquanto sinal de sua irrupção. Uma mensagem emitida de um celular para redes sociais, vinda de uma jovem que estava na boate, anunciando o incêndio na casa de diversão, é o primeiro marco que dá ao evento uma materialidade discursiva e, segundo racionalidade de midiaticização. Ocorre a partir daí o desencadeamento de um fluxo que faz migrar o acontecimento de uma cidade da região central do Rio Grande do Sul para esfera planetária. O pedido de socorro ecoa pelas plataformas digitais, mas são os sinais de fogo, emitidos da boate, que mobilizam taxistas que trafegavam na imediação da Andradas, 1925 (local do incêndio), para a criação de uma cadeia de comunicação e de ajuda, envolvendo várias formas de auxílio, na prestação dos primeiros socorros junto às vítimas. Centenas de jovens, não conseguindo abandonar o ambiente do incêndio, morrem asfixiados, sob os efeitos dos gases e ou-

tros padecem, ali mesmo, de onde são transferidos para serviços médicos locais. O acontecimento passa a ser apropriado por um complexo circuito de circulação de mensagens, e se desloca também do ambiente privado da casa de show para as ruas, gerando `micro-acontecimentos` que são manifestações de dor e de comoção, antecipando a importância que as ruas teriam como palco para as gigantescas manifestações que eclodiriam no país naquele mesmo ano. Tal processo de circulação de mensagens, dinamizado principalmente pelos atores sociais, levam também o acontecimento a fazer um *retorno* ao local da tragédia, com a transformação da fachada da boate em um mural no qual se exteriorizaria os signos de um trabalho de luto (FREUD, 1856, p. 2011), enquanto forma de reação às perdas de pessoas amadas.

Logo após dois dias da ocorrência, outros dois fatos apontam para o desdobramento daquele `acontecimento-choque`. O poder público atravessa com um outro discurso, o ritual do trabalho de luto apenas emergente, para anunciar o que seria uma decisão protocolar, que aparece envolta em um cerimonial típico arquitetado pelo discurso político. O prefeito local anuncia que desapropriaria o local do incêndio para transformá-lo em memorial, como gesto de homenagem e de lembranças aos desaparecidos. Mas, ofuscando o `discurso-promessa` da instituição política, população e familiares se apropriavam literalmente das ruas de acesso e do local da boate, transformando-o num ambiente de reverência e de tributo aos seus mortos, numa gênese de uma espécie de panteão. E, para chorar e lembrar dos seus entes desaparecidos, ali instalaram um memorial improvisado que recebe objetos, flores, mensagens inseridas em cartazes expostos, com teor de despedidas, de denúncia, e outras manifestações que exteriorizavam dor e comoção. Como num passo seguinte, para a instituição do que viria a ser a edificação física propriamente dita, do `mural-tapume`, o poder da rua faz uma segunda apropriação, ao tomar conta do prédio da boate. Um jovem escala o prédio da casa de diversão e no topo da sua construção,

¹As fotografias dispostas
neste texto foram
produzidas por Laura
Fabrício.

efetua a enunciação da primeira mensagem do mural ao pichar, na parte superior da edificação - onde já estava afixada a logomarca da boate - a mensagem: “Justiça a todos” (Fig. 1).¹

Fig. 1 – A primeira pichação e a emergência de um outro operador de identificação introduzindo uma outra cena no lugar da Kiss.



Uma semana após, o mural perde o seu funcionamento informal, pois fiscais da prefeitura interditam o acesso às instalações da boate, através de tapumes que são edificadas revestindo a sua fachada. Apenas a parte superior do estabelecimento fica descoberta, e lá é encontrada uma brecha para o mural sobreviver: cartazes alusivos ao incêndio e mortes, geram um novo cenário de informação e de referência, fugitando o teor informativo do principal operador de identificação do recinto que, no caso, seria o nome da própria casa de diversão (Fig. 2).

Também, ao longo do corpo da ‘fachada-tapume’, particularmente sobre a própria superfície da madeira que impede o acesso ao prédio, se instala a escritura da dor. É neste pequeno dispositivo, de um pouco mais de dez metros de extensão, que desembarca esta “ação comunicacional” que se realiza há quase um ano, e que se integra, segundo singularidades próprias, ao complexo processo de circulação de mensagens sobre a ‘Tragédia da Boate KISS’. O

Fig. 2 – Dividindo a identidade e gerando outros operadores de identificação



‘tapume-mural’ irrompe no cenário da cidade mas sua existência não fica entregue a um funcionamento aleatório (MOUILLAUD, 1978), pois tem um modo de existência dinamizado por certas lógicas e operações, conforme veremos. Edifica-se na rua e assume um caráter próprio, segundo uma espaço-temporalidade que vai sendo cadenciada por dinâmicas impostas pelo trabalho do luto. Seus enunciadores pertencem a um âmbito coletivo, alguns mais próximos ao círculo familiar dos mortos, mas também aqueles mais distantes, que se somam à tessitura desta elaboração. Eles não são reféns da rota do trabalho de circulação midiática, embora a dinâmica desta possa também potencializar seus efeitos de sentidos. Seu território é uma referência espacial sobre o amplo fluxo no qual o acontecimento vai levado adiante. Se a dinâmica das redes sociais leva-o à uma escala interacional sobre a qual não imaginamos os seus horizontes, é ali naquele pequeno trecho da polis que se edifica este monumento construído por operações de sentidos, segundo ação comunicativa que se faz numa outra rede e segundo outras lógicas entranhadas no cenário e no modo de ser da cidade.

Sua disposição oferece-se para dentre outros efeitos de sentidos, o acesso ao ‘olhar contemplativo’ do “homem ordinário” (Fig. 3) que por ali circula.

Fig. 3 - Olhar contemplativo.



Mas também para a intervenção de outras operações enunciativas que transformariam este ‘leitor-flutuante’ numa espécie de co-enunciador comovido (Fig. 4).

Sua disposição técnica prepara sentidos, uma vez que enseja vínculos para acesso e deslocamentos sobre a sua própria superfície. Seus textos não são apenas produtos que ali são depositados, de modo automatizado. Mas resultam de uma complexa cadeia de operações – muitas das quais que pertence ao mundo subjetivo das pessoas – mas visam compartilhar suas manifestações de dor e de incômodos. Uma nova arquitetura impõe-se aquele local: mostra dentre outras, marcas do panteão, do mural, de santuário, mas também de “ponto turístico da morte”, conforme nomeações construídas pela “leitura-intervenção” dos que visitam o local (Fig. 5).

Fig. 4 – Olhar de comoção.



As madeiras separam, literalmente, o interior da boate do ambiente exterior. Com elas, não se tem nenhuma visão do lado interno da casa de diversão, pois a altura na qual elas foram fixadas, impede o surgimento de qualquer pista. Do lado externo, uma pequena fita usada por serviços do trânsito, separam a parede de madeira das pessoas que dela se aproximam, visando impedi-las de um contato físico com as mensagens afixadas. Um pouco mais atrás, cones usados na via pública, delimitam as fronteiras do ambiente do mural, protegendo as pessoas que o visitam dos carros que por ali circulam. Nestas condições, edifica-se a estrutura física do mural-panteão. As madeiras transformadas em paredes, são o destino de mensagens que são organizadas em várias formas e suportes, e segundo um ‘arranjo diagramático’ que recebe possivelmente, a intervenção de ‘editores anônimos’. Pistas de alguma intervenção que estes fazem são constatadas no modo como as fotos são articuladas entre si, e estas, com textos, cartazes, além de objetos de várias naturezas, etc. (Fig. 6).

Fig. 5 – Renomeando o tapume: Mural ou ponto turístico?



Fig. 6 – Trabalho de “edição” organiza sentidos em oferta.



Na sua parte inferior são depositadas flores, além de objetos pessoais e signos de devoções religiosas, apontando para ‘sincretismos’ cujo eixo de articulação, em termos de sentidos, se constitui a dor e a reverência aos mortos. Ocupado de alto a baixo, e de um lado a outro, o tapume revela uma estética multicolor nas paredes de madeiras toscas e mal tratadas, que mostram também resquícios do que foi uma casa de diversão. Visto do alto, ou de longe, o tapume caracteriza-se pelas marcas de muitas enunciações. Parece evidenciar harmonia, discrição, beleza e somente deixa revelar uma tensão que nele se estrutura e funciona, por força do trabalho de luto, quando dele nos aproximamos, e se passa a ter um contato mais amiúde com a natureza de suas mensagens. A simetria do mural é conferida pela tomada fotográfica à distância (Fig. 7), que mostra a força do dispositivo instituindo-se no meio da cidade.

Fig. 7 – Memorial em simetria



Mas tal simetria se desarticula, num segundo olhar quando se ingressa no âmago do mural, pela mãos das diferentes “gramáticas” que organizam e dinamizam o seu funcionamento (Fig. 8).

Marcas de uma periodicidade do trabalho de luto ali realizado, somente são percebidas quando há índices que sinalizam a intervenção dos enunciadores sobre a superfície do mural. Isto ocorre quando flores são renovadas; objetos são instalados; o ambiente sofre retoques e os objetos re-situados no contexto da moldura do mural; e mensagens são deixadas. Pouco se captura dos momentos nos quais os atores sociais agem sobre tapume através de um contato físico (algo que será descrito mais na frente). De modo geral, os contatos se fazem através da “economia do olhar” ou de uma ou outra moção gestual. O dispositivo é receptor da intervenção e presença de (novas) manifestações, mas, ao mesmo tempo, de outras mensagens como as intempéries do tempo – chuva, ventos e sol – que produzem efeitos sobre o seu modo de ser, e no seu dia a dia. Tais ocorrência fazem “envelhecer” materiais ali

Fig. 8 – “Gramáticas” apontam instabilidade e assimetria do território



expostos, exigindo a renovação e cuidados com os mesmos, algo que é efetivado pela “vigilância” dos entes das vítimas, mas também de anônimos que, assim se entregam a esta corrente de preservação de memória, etc. Num primeiro estágio de funcionamento do mural, constatava-se que nenhuma inscrição era feita à mão, diretamente sobre as madeiras, e no máximo as mensagens eram afixadas sobre os tapumes, circunstância através dos quais familiares “conversavam” com os entes falecidos. Somente tempos depois no qual se dá a “familiarização” com os tapumes, é que as pessoas deles se aproximam intervindo sobre sua superfície e nela projetando mensagens sem a mediação de outros materiais, a não ser canetas, pincéis etc. Com o avanço desta familiarização, os tapumes se tornam num bem privado e as pessoas deles se apropriam para projetar seus cuidados como possibilidade de sua preservação. Nas vésperas da comemoração do primeiro aniversário da tragédia, “mães de janeiro limpam a frente da boate”, anunciam os jornais locais, documentando particularmente as ações de suas mãos sobre o tapume (Fig. 9).

Fig. 9 - Mãos que cuidam



Da circulação ao território

O trabalho de luto se faz material e discursivamente. Ao reter o acontecimento ao local da tragédia, com a transformação dos tapumes em mural, visa-se dar ao mesmo uma existência e referência geográficas específicas, indicando sua pertença e vínculo com a comunidade na qual a tragédia irrompe. Sabe-se que relatos sobre a tragédia circulam em esfera planetária dinamizados pela midiatização. Mas é na instância da topografia do “mural-tapume” e na sua especificidade comunicativa que o trabalho de luto se faz, segundo uma paisagem que reúne pessoas, desde os familiares, passando por amigos e visitantes, transeuntes da própria cidade. E ainda por aqueles – os de fora – que por ali transitam. Ou seja, as pessoas

não seguem o acontecimento, mas se expõem ao acontecimento, segundo diversas operações desde as contemplação aos processos de apropriação (Fig. 10).

Fig. 10 – Seguindo ou expondo-se ao acontecimento?



O “tapume-mural” é um dispositivo que visa se constituir em uma referência específica do acontecimento e para tanto, disputa uma simbólica construção particular sobre sua significação. Retira o acontecimento da dinâmica de um processo mais complexo de circulação e o reinveste com uma materialidade significativa cuja construção somente se faz com um trabalho de enunciação que vem do âmbito de transações de sentidos quem passam por práticas discursivas dos próprios atores sociais.

Nestas condições, a existência do “tapume-mural” oferece aos sujeitos uma dupla articulação de acesso à sua topografia: de um lado, uma apropriação propriamente física, possibilitando que o sujeito promova algum tipo de gestão sobre sua organização, espacialidade, etc. Possivelmente, este tipo de gestão é feita mais es-

pecificamente por agentes de uma comunidade mais restrita, constituída por familiares, amigos, círculos de vizinhanças, os quais, de alguma forma têm vínculo com a própria experiência do mural. De outro lado, um trabalho propriamente dito de intervenção discursiva de uma comunidade mais extensa sobre o ‘tapume-mural’ e que se faz pelo investimento de sentidos, na forma de textos diversos que são afixados sobre a superfície das madeiras, segundo diferentes estratégias de produção de sentidos. Destas ações, resultam mensagens que funcionam como operadores significantes a atualizar a cadeia de vínculos, que se manifesta no âmago mesmo do trabalho de luto. Fotos, saudações e mensagens explicitam manifestações de várias naturezas formuladas, seja pelos círculos enlutados ou mesmo, por segmentos de ‘curiosos’, ou ainda, por visitantes, além daqueles que nutrem algum tipo de vínculo com a tragédia. É o caso, por exemplo, dos discursos enunciados por vários campos - religioso, assistencialista, associativo, saúde, jurídico etc. - que vão além da reverência e da homenagem *in memoriam* aos mortos. Pretendem produzir vários sentidos que ultrapassam aqueles que são expressos

Fig. 11 –A intervenção dos discursos sociais



Fig. 12 – A vida continua, assegura mensagem do discurso ofertador de serviços de apoio



por uma comunidade mais restrita aos falecidos. Colocam-se na condição de “discursos-serviços”, pois visam denunciar algum aspecto da tragédia; oferecer algum tipo de mediação, chamar atenção para questões específicas que envolvam as condições e circunstâncias do acontecimento. Assim, suas mensagens que também se instalam sobre os tapumes denunciam as condições de funcionamento da casa noturna, bem como os serviços de fiscalização do Estado sobre estabelecimentos de diversão; oferecem serviços de apoio, como os de ‘aconselhamentos espirituais’; chamam atenção para a importância dos serviços de apoio psicoterápico; e outros de natureza de assistência jurídica (Fig. 11).

Em suma, muitos deles indicam, com estas estratégias, vão de encontro a existência de um “mercado” cujas “demandas” podem ser acolhidas por este universo de colaborações e de assistências. Nestas condições, convidam os familiares a dar um destino às suas dores. Para tanto, propõe-lhes que suas queixas - além dos sentidos de que se revestem - tem, se tratadas, muitos resultados, pois a vida continua (Fig. 12)

Mensagens, Inscrições e Escrituras

As mensagens inscritas no tapume manifestam o desenrolar do trabalho de luto. Freud (1917), quando descrevia a sintomatologia desta manifestação, sublinhava que:

[...] via de regra, o luto é a reação à perda de uma pessoa querida [...]. O luto profundo, de reação à perda de uma pessoa amada, contém o mesmo estado de animo doloroso, a perda de interesse pelo mundo externo [...] e o afastamento de toda e qualquer atividade que não tiver relação com a memória do morto [...] (FREUD, 1917, p. 46-47).

É verdade que a perda de interesse pelo externo se efetiva, mas neste processo preservam-se as atividades que mantém relação com o ente morto, como sintoma de ligação de objeto. Ou seja, elege-se o tapume como local onde se produz e se manifesta a escritura de uma enunciação que aborda as relações e registros que fazem parte deste trajeto. Talvez a singularidade deste processo de publicização do trabalho de luto que se faz via tapume, tem a ver com a compreensão que atores familiares fazem deste complexo acontecimento, cuja ocorrência não pertenceria apenas ao mundo da família, enquanto espaço privado, mas ao tecido social mais amplo. As mensagens ali enunciadas procedem dos mundos privado e público. Arquivos do mundo familiar - como álbuns de família e outros documentos - são abertos e deles retiradas fotos e outros registros dos falecidos, para serem transferidos para o mural, dando aos mesmos uma nova moradia. Ali, submetem-se às novas paginações, mesclando-se aos registros vindos também dos amigos próximos e distantes, bem como às mensagens ali enunciadas por pessoas que preferem o anonimato. Ao se eleger o ambiente da boate como inscrição deste dispositivo de elaboração, significa simbolizar a complexidade destas mortes e suas relações com a esfera pública. Também, ao se reconhecer o *locus* da ocorrência, se faz dele uma referência física que daria ao acontecimento uma outra permanên-

cia e, mesmo durabilidade, pois o processo de elaboração viria a ser efetivado com fundamentos e referências da comunidade e menos pela volatilidade dos processos de midiáticação. Nestas condições, dá-se ao objeto imediato – o local da tragédia e as ressonâncias de espessura e materialidade - um destino: uma outra construção discursiva, cujo primeiro efeito de sentido, é transformar o local da dor num recinto de recordações, mas também de elaborações.

Procura-se abaixo descrever, de modo econômico, algumas características de mensagens, através das quais funciona o trabalho do luto. São enunciadas a partir de vários “lugares de fala”, de onde caminham para sua publicização no “mural –tapume”. O processo de leitura as situou em torno de algumas categorias temáticas. Mediante discursos cujas pistas de procedência indicam a manifestação de campos sociais acenando para sua “adesão”, através de várias manifestações, ao processo do trabalho de luto. Desde mensagens pessoais que mostram a comoção e dor dos mais próximos, àquelas dos mais distantes, como instituições que procuram aderir aos sentimentos gerados pela tragédia, através da oferta de serviços. Há transações de discursos que se misturam, mas que fazem, através de várias estratégias, do eixo da dor e da comoção um horizonte interpretativo.

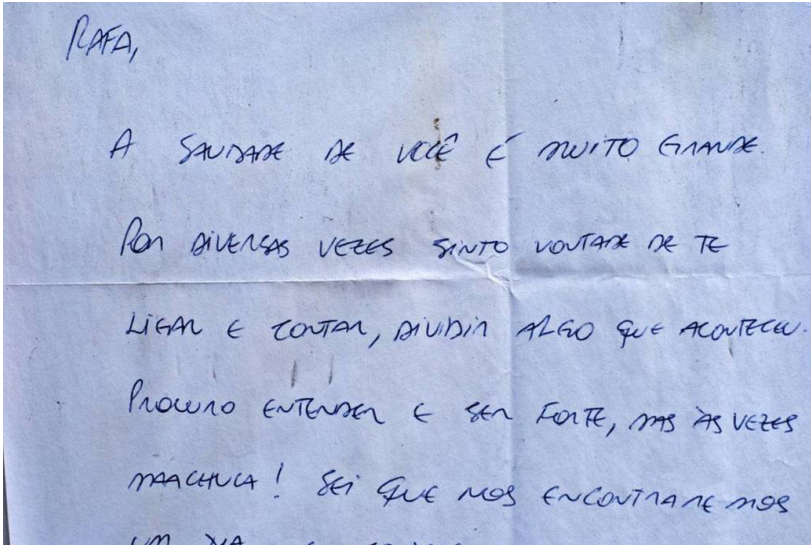
Chamamos, inicialmente, atenção para algumas mensagens relacionadas com vínculo de familiares e pessoas mais próximas aos mortos. Entende-se por estas, os textos afixados no tapume por familiares, entes e amigos dos falecidos que enfatizam reações pontuais, descrevendo sentimentos de perdas em termos de manifestações de saudades, desolação, denúncia, indignação etc.. São destinados para os entes que se foram, mas mensagens que também são compartilhadas com aqueles que queiram aderir ao processo de escuta/circulação destas discursividades. Tal deferência – do privado ao público - permite também que o ‘leitor-anônimo’

não só contemple desta conversão íntima, mas ingresse no circuito da comunicação para participar deste trabalho que se faz, na vida pública, trabalho de recordar, mas também de elaborar o que significa o desaparecimento dos que faleceram. As mensagens externam saudades e lamentos: “Fábio, depois de tanta luta contra a leucemia, saudades”. Mas também o desejo de que se eternizem vínculos entre vivos e mortos, e para tanto anunciam promessas para que eles não se desfaçam: “Wagner, nosso anjo [...] orgulho para sempre [...] estará sempre em nossos corações e em nossas lembranças”. Externam compromissos que apontam para a permanência dos afetos eternos: “Faisse, nossa estrelinha, te amaremos”. Anuncia compromisso de lealdades ao luto e a memória: “Bruno [...] nosso luto, nossa luta, estamos aqui com você”. Também formas de despedidas nas quais desejos são anunciados sobre o destino que os falecidos possam ter numa outra vida: “Miguel, nosso anjo loiro, de olhos azuis, fique em paz”. Há também mensagens de cunho familiar, ou de círculos de amizades nas quais se enfatiza em meio a dor da despedida, a indignação, mas também pelos efeitos resultantes desta tragédia que afetou pessoas, que neste caso aparecem re-significadas como heróis. “Ana Paula [...] descanse em paz juntamente com todos que foram vítimas do país da impunidade. Anjos heróis que a morte de vocês (241) não tenha sido em vão”. Lamentos são anunciados na forma de bilhete dirigido ao ente falecido, no qual se reflete sobre a morte como ruptura: “Rafa, a saudade de você é enorme. Por diversas vezes, sinto vontade de te ligar e contar, dividir algo que aconteceu. Procuo entender e ser forte, mas às vezes machuca! [...]” (Fig. 13).

Uma breve mensagem telegráfica, dirigida em tom de despedida por um pai a um filho, enunciada em torno de cinco palavras e um símbolo de uma aliança, expressa a intensidade e extensão de um dor a ser externada, ali no tapume: “Amor [imagem inserida]

do seu PAI Raimundo”. O destinatário automeia-se com dupla identificação situando as fronteiras de sua especificidade: a condição de pai e o nome que recebe para também identificá-lo no circuito das trocas linguísticas e da cultura.

Fig. 13 – Saudades na forma de bilhete



Mensagens do campo religioso são inseridas, segundo duas modalidades: a que expõe no ambiente, imagens de santos e de anjos, além de objetos religiosos, como pequenos santuários, bíblias, rosários, novenas, etc. os quais, na sua maior parte, se misturam às flores que ali são depositadas - crisântemos, margaridas, lírios, amor-perfeito, bromélias, rosas, etc. E de outro lado, algumas que são enunciadas por instituições de diferentes confissões religiosas, como mensagens de pastorais católicas da juventude que denunciam a tragédia como extermínio: “Um extermínio de jovens que a justiça feita – Pastoral da Juventude - PUC”; de centros espíritas nas quais se aconselha uma adesão aos rituais que ali se professa: “procurem intensificar os trabalhos nesta casa pois haverá muita necessidade de socorro”. Ou mensagens extraídas de livros de líderes de re-

ligiões kardecistas: “A vida não termina onde a morte aparece. Não transforme saudades em fel nos que se foram. Dá-lhes amor e paz, por muito que padeças, elas também te esperam procurando em outras partes. Todos juntos na presença de Deus” (Chico Xavier). Há ainda mensagens de igrejas pentecostais que se oferecem como espaço de conforto e de acolhimento. Para tanto, uma convocatória de adesão: “A luta aqui na terra é uma luta. Entre no Reino de Deus”. De instituições religiosas procedem também mensagem de cunho bíblico, mas desta feita de caráter aconselhador: “Buscai o senhor enquanto se poder achar”.

De outros campos sociais emanam mensagens de diferentes naturezas, como aquelas que oferecem serviços de ajuda: “Atendimento psicológico de 24 horas”. Prefeitura Municipal de Santa Maria [...]. Que denunciam a inexistência de equipamentos de segurança em ambientes públicos: “APELO EXAUSTORES em locais públicos” (Fig. 14).

Outras que especificam denúncias contra os serviços de fiscalização de órgãos públicos: “Não houve fiscalização da prefeitura e Estado”. De pressão e de advertência sobre os órgãos de justiça:

Fig. 14 – Denúncia, apelo.



Fig. 15 – Prefeito no tapume



“justiça seja feita não cair no esquecimento Luto”. E também, mensagem contendo críticas explícitas ao prefeito da cidade e que é escrita diretamente sobre o tapume: “Cadeia Schirmer Lei orgânica” (Fig. 15).

Fig.16 – Prefeito-personagem segundo mensagem de atores individuais



Há discursos de outros atores pessoais que explicitam críticas às próprias instituições ou aos seus líderes, associando, por exemplo, a responsabilidade do prefeito com a tragédia da boate: “São convidados pelo Prefeito PONTO TURÍSTICO DA MORTE”. O discurso renomeia o ambiente que deixa de ser o panteon que a própria sociedade edificou para se transformar num outro local nomeado como um ponto turístico específico: o da morte (Fig.16). A mensagem visa chamar a atenção dos turistas no momento que visitam o mural por ocasião dos festejos da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Medianeira.

Estratégias de apropriação e de intervenção dos atores sociais

Muitas são as estratégias de apropriação e de intervenção feitas no ‘tapume-mural’, por parte dos atores sociais e que se caracterizam por um rol de investimentos de sentidos sobre o suporte discursivo, principalmente por ações que mobilizam o corpo como principal operador significante. Através destas estratégias, os atores sociais abandonam a condição de visitantes passivos, objetivos, comportados, contemplativos, etc. - como não tivessem nenhum tipo de ‘protagonismo’ com o contexto do ‘tapume-mural’. E revelam algumas marcas de interação sobre sentidos que lhe são ofertados, impondo-lhes manifestações que indicam processos e leituras que são por eles, mesmos, enunciados. Entende-se como como estratégias de apropriação aquelas situações nas quais os que visitam o tapume ‘agem’ sobre o seu ‘ambiente’ propriamente dito, organizando suas feições e seus ‘equipamentos’, como jarros de flores; o velário; instalando novas mudas de flores sobre o pequeno jardim; refixando ou fixando as mensagens sobre os tapumes, promovendo a limpeza do ambiente, etc. (Fig.17).

Chamamos estratégias de intervenção aquelas ações que se caracterizam menos como um ato de gestão do mural, enquanto ambiente, e mais como uma atividade enunciativa através da qual, marcas discursivas são deixadas por visitantes e observadores, e expostas na superfície do ‘Mural-Tapume’. As pessoas ingressam

Fig.17 – Operações de apropriação sobre o ambiente do “Mural-Tapume”

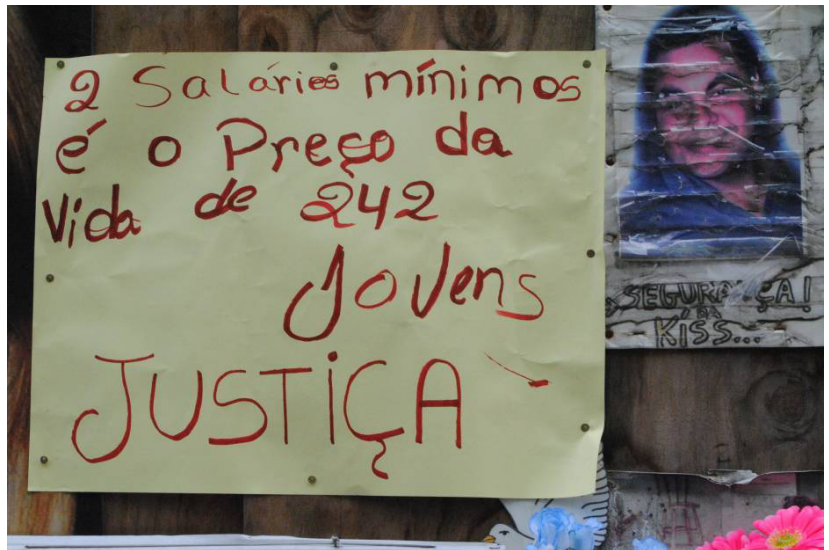


Fig.18 – Introduzindo atualidade



com seus textos na própria “gramática” do tapume segundo um diversificado trabalho de operações de produção de registros comunicacionais: produção de cartazes, reordenando da disposição `diagramática`, com a reordenação da estética que articula texto e imagens, escrevendo mensagem diretamente sobre os tapumes; sobreposição de novas mensagens sobre antigos registros, através das quais chamam atenção para algum fato novo que deve ser observado pelos visitantes, a partir dessas “operações de edição”. Na figura 18 vemos que uma mensagem sobreposta a um cartaz publicitário sobre serviços ofertados procura impor um novo conteúdo à mensagem originalmente exposta. Tal operação destaca a autonomia que os sujeitos têm para intervir sobre o mural tanto em termos de forma como de conteúdo. E por causa desta circunstância, ele recebe informações de várias natureza, inclusive aquelas que articulam atualidade, denúncia conforme sugere a figura (Fig. 19).

Fig. 19 – Didatizando a tragédia.



Notas Conclusivas:

Dissolução do Tapume?

Na véspera do registro do 1º aniversário da tragédia, conclui-se este trabalho de observação-leitura que foi feito do “tapume-mural”. Ele “nasceu”, a exemplo do que aconteceu com outros processos de observação, como manifestação que se impôs na agenda do trabalho acadêmico, especialmente àquele que segue via leituras, o funcionamento das discursividades sociais no contexto da sociedade em vias de mediação. A exemplo de outros “acontecimentos-choque”, ele se instala no trabalho analítico, o qual durante, praticamente durante 12 meses, seguiu as “pegadas” desta singular atividade enunciativa. A observação-leitura desta ação comunicativa produziu, aos seus elaboradores, muitos efeitos, especialmente desafios impostos ao processo de descrição de discursos que se enunciam em um ambiente de comoção e de dor. Compreende-se que aquilo que vinha do “tapume-mural” não era apenas matéria que se ofereceria como um fim aos objetivos e instrumentos da análise discursiva, mas uma enunciação que, para se “fazer passar”, demandava a intervenção do trabalho da observação semiótica- textual e fotográfica.

Nestas condições, a história da enunciação deste artigo pertence a uma história mais ampla, a da ocorrência desta tragédia. Ou seja, o texto de análise está em sintonia com a intertextualidade mais alargada sobre a qual esta tragédia se instituiu. Como últimas observações, resta-nos descrever que, nos últimos meses de 2013, o “tapume-mural” apresentou instabilidades na sua fachada. Imagens revelam um “refluxo enunciativo” e que se traduz pela evidência de claros espaços na sua materialidade. Há sintomas segundo os quais o mural parece estar em um processo de desaparecimento. Diminui o fluxo de presentes e visitantes; o pequeno jardim em sua parte inferior sofre com intensidade do calor e a falta de chuva. O tapume reaparece; madeiras que eram escondidas pelos textos que nela eram fixados, revelam suas superfícies, ainda que entrecortadas por algumas “ilhas” de textos (Fig. 20). Tal sintomatologia parece curiosa diante do fato da aproximação do primeiro aniversário da tragédia. Tal registro sugeriria pensar que o tapume seria invadido

na sua peculiar periodicidade por uma nova “onda” de textos e de mensagens. Muitas hipóteses poderiam ser formuladas em torno deste processo, que assim estaria associado a possibilidade de seu desaparecimento.

Certamente se pensássemos no tapume como uma mídia convencional, sua ascensão estaria associada a uma perenidade caracterizada por um amplo ciclo de vida, a exemplo de outras mídias fundadas numa lógica de temporalidade mais “clássica”. Por conta da volatilidade da memória, cujos registros são solapados por conta da midiatização intensa, desaparecem dos cenários e paisagens das cidades protocolos de comunicação estruturados em torno de dinâmicas e lógicas mais afinadas, com racionalidades comunitárias. No caso da tragédia da boate Kiss, enquanto um “acontecimento de choque”, viveu-se na sua fase primeira uma intensidade de interpretações e de relatos dinamizados por processos e circuitos de midiatização. Este acontecimento é um prato cheio para uma circulação planetária e sua conseqüente instalação em múltiplos territórios de midiatização. Da tragédia, resultam relatos que foram para os arquivos e para as memórias e que, certamente, serão agora na transcorrência de seu primeiro aniversário, remobilizados por edições jornalísticas em caráter especial. Mas o “tapume-mural” opera numa outra lógica (complementar/ diferencial) aquelas dos processos midiáticos. Seu funcionamento estaria associado a uma outra lógica de ciclos, menos afim àquelas que orientam a produção do acontecimento de natureza midiática. As lógicas em que operam murais, como o ‘tapume-mural’ da Andradas, 1925, são solidárias com outras ações comunicativas, cujas temporalidades são distintas – pontuais ou efêmeras, não importa, mas cumprem certamente, outros protagonismos.

Se muito pôde ser dito sobre a tragédia, através das coberturas midiáticas, é impossível também admitir que, nada – ou muito pouco - do que diz respeito ao dia-a-dia deste caso, interessa, atualmente, à cobertura das mídias. Os insumos da tragédia alimentaram uma gigantesca cobertura internacional de cujos procedimentos, editores e a sociedade podem certamente tirar lições. De sua parte, os atores familiares e sociais que emergiram do

tapume um novo dispositivo de comunicação, deram à cidade um lugar de produção e de transação e reflexões. Possibilitaram, por esta enunciação, articulada por várias possibilidades de linguagens, a existência de um dispositivo a articular uma nova ação comunicativa, em torno de um específico “valor-notícia”: a elaboração discursiva sobre a vida e morte dos seus entes queridos. Edificaram nas rotinas desta experiência um outro tipo de meio para nomear a tragédia. Fizeram do tapume, enquanto referência limite para aquilo que significaria a vida-morte da casa de diversão, seu espaço de manifestação, de revolta, mas passagem para um outro trabalho que tem começo, meio e fim, que é o trabalho do luto.

Há muitas possibilidades para desvendar o tapume como objeto de leitura, especificamente quando nas suas feições avançarem marcas de dispositivo desarranjado, envelhecido e sem a pulsão que caracterizou as suas primeiras “edições”. Acreditamos que, tanto do ponto de vista psicológico, quanto do ponto de vista comunicacional, o trajeto do trabalho do luto é longo, com seus horizontes assinalam passagens de um tempo a outro. As pistas dos buracos ou os buracos como pistas, se oferecem como desafio à pesquisa, especialmente a aqueles que se dedicam a observação de complexas ações semióticas como as que dizem respeito ao desaparecimento de vidas num fluxo de tempo tão célere e tão dramático. Se inquéritos e processo judiciais poderão se constituir da matéria prima da ação midiática nos próximos dias, pouco se pode presumir do que virá a ser o tapume, enquanto mural. Sabemos pouco do que se passa nas “almas coletivas” e na economia subjetiva dos sujeitos. Podemos talvez dizer que, seguindo adiante, ou abandonando a sua existência, o “tapume-mural” é matéria para muitas investigações. Sobretudo em tempos, nos quais a comunicação comunitária vê a sua topografia em desaparecimento, ou ameaçada. Pode-se concluir dizer que as mortes destas 242 vítimas são os primeiros significantes a renomear a rua como espaço de comunicação.

Fig. 20 - Fachada da Boate Kiss



O “acontecimento-choque” - o da Andradas, 1925 - devolve à rua a sua condição de articuladora de sentidos e, particularmente, abre alas para o que seriam as ruas brasileiras como instância estuário, mas também produtoras de sentido e de sonhos. De modo mais imediato, a transformação do tapume em mural não contém a circulação de sentidos na complexa semiose em que vivemos, mas interpõe-se como um ponto de referência que faz ingressar, na dinâmica do “acontecimento-choque”, reflexões riquíssimas e valiosas sobre o viver e morrer em comunidade.

Referências bibliográficas

BARTHES, R. A metáfora do olho por Roland Barthes. In: BATAILLE, G. **História do Olho**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 119-228.

_____. Sobre a Fotografia. In: _____. **O grão da voz: entrevistas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 493-503.

_____. “Civilização da imagem”. In: _____. **Imagem e moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 - (Coleção Roland Barthes), p.65-69.

BERGER, C.; HENN, R.; MAROCCO, B. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: Volume 3 - Diante da Morte**. Florianópolis: Insular, 2012

CAMPOS, R. **Porque pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do Graffiti Urbano**. Lisboa: Fim de Século, 2010.

_____; BRIGHENTI, Andrea Mubi; SPINELLI, Luciano (Orgs.). **Uma cidade de imagens, produções e consumos visuais em meio urbano**. Lisboa: Mundos Sociais, 2011.

D'AVILA, R. S. **Sentidos em recepção: Leituras sobre mortes construídas através de narrativas do caderno *Para Sempre*, sobre a tragédia da Boate Kiss**. 2013. 129 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2013.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: _____. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p.41-85.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2002.

MORIN, E. **Communications**. N.18. (L'événement). Paris: Seuil, 1972.

_____. (Org.). **Sociologia: a sociologia do microsocial ao macroplanetário**. Portugal: Europa-América, 1998.

MOUILLAUD, M. et al. (Orgs.). **Des tracts en mai 68**. Paris: Champ Libre, 1978.

_____. As grandes mortes na mídia. In: _____.; PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido** – 3. ed. rev. ampl. – Brasília: UNB, 2012. P.453-465

SILVEIRA, F. **Grafite Expandido**. Porto Alegre: Modelo de Nuvem, 2012.

2

MORRER EM SANTA MARIA: AS CHARGES DE MARCO AURÉLIO SOBRE A TRAGÉDIA DA BOATE KISS

Adriana Schryver Kurtz é doutora em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), jornalista e professora adjunta dos Cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR/ESPM-Sul) e líder do Grupo de Pesquisa Teoria e Prática no Jornalismo Gaúcho.
E-mail: adrianakurtz@terra.com.br

Morrer em Santa Maria: as charges de Marco Aurélio sobre a tragédia da boate Kiss

Adriana Schryver Kurtz

Uma introdução necessária

Escrever um texto científico é uma combinação de prazer e dor. Prazer, pois pesquisadores vivem de suas inquietações, curiosidades e paixões intelectuais, fazendo delas a sua expressão, seu trabalho cotidiano e seu legado. Dor, pois essa tarefa exige reflexão profunda, pesquisa, escolhas e uma boa dose de esforço mental. Escrever textos acerca dos limites da representação diante de eventos traumáticos – dois temas que me são caros e que têm feito parte de anos de pesquisas e publicações – sempre constituiu tarefa delicada. De fato, nunca acreditei que a pesquisa científica pudesse ser totalmente neutra, objetiva ou imparcial – para usar o tripé enganoso do jornalismo e de seus textos, que nunca alcançam um *desiderato* que vivem propalando ao seu público – e tampouco acredito que tais atributos, se possíveis, conduziriam a uma verdade mais pura, por assim dizer.

Mas escrever este texto mostrou-se infinitamente mais difícil do que o normal, por tratar de uma tragédia que vitimou 242 jovens que saíram de suas casas para se divertir numa boate e jamais retornaram aos seus familiares. Além do mais, nasci em Santa Maria, cidade onde parte de minha família ainda mora e na qual vivi até os 18 anos (idade de muitas das vítimas da Boate Kiss), tendo inclusive iniciado minha formação acadêmica na UFSM. De resto, também já experimentei a dor e a perplexidade da perda, ainda que não em decorrência de um acontecimento que, entendemos todos, no caso do incêndio que enlutou Santa Maria, se torna mais revoltante porque poderia ter sido evitado. Como qualquer integrante do público, acompanhei a cobertura da tragédia – com sua dose desnecessária de sensacionalismo - e me solidarizei com a dor das famílias que perderam seus entes queridos.

Tudo isso, enfim, torna esta reflexão diferente das demais e, ainda que arriscada a cair num lugar comum, me faz lembrar que o tema em questão há de ser moralmente - mais do que “cientificamente” - balizado, em respeito aos sobreviventes e, sobretudo, à memória das 242 vítimas. Bem disse o filósofo Theodor Adorno que a diferença entre a morte e o nada é a memória: nos salvamos quando recordamos ou quando nos recordam. Mas recordar “las victimas, el ejército de perdedores, todos aquellos que no pueden descansar tranquilos porque se les ha privado de su dignidad” nos obriga a saldar, diz Reyes Mate, direitos pendentes que constituem uma responsabilidade incondicional, na medida em que “todos somos herederos de injusticias pasadas: unos las heredan como fortunas y otros, como infortunios” (MATE apud TAFALLA, 2003, p. 144).

Dito isso, o texto vai refletir acerca dos limites da charge – e de seu caráter humorístico e/ou crítico – na agenda midiática resultante da tragédia da Boate Kiss, em Santa Maria. Como caso pontual, parte da polêmica instaurada a partir da publicação da charge de Marco Aurélio intitulada “Uma nova vida”¹, na edição de 29 de janeiro de 2013 do jornal gaúcho Zero Hora. A partir de elementos da teoria do jornalismo e dos estudos mais pontuais sobre o estatuto da charge, bem como de algumas abordagens filosóficas e históricas, concernentes ao humor, à representação de eventos traumáticos e à memória das vítimas, o texto buscará entender em que medida a charge de Marco Aurélio foi capaz de criar uma situação tão constrangedora para o profissional, o veículo e o próprio Grupo RBS, após uma inédita reação do público gaúcho.

Para tanto, procederemos à recapitulação do episódio, à apresentação das duas charges produzidas pelo decano de ZH e às considerações de ordem teórica-conceitual, objetivando postular que o formato de opinião em análise não pode tematizar determinadas questões em eventos de grande comoção pública, bem como ultrapassar o interdito da morte e do respeito à memória de vítimas, sob pena de resvalar para a mais pura manifestação de mau-

¹ O caso não foi o único registrado: uma charge de Chico Caruso, na qual a presidente Dilma assiste impotente a queima de um prédio – que mais parece uma prisão – foi duramente criticada por profissionais do jornalismo e blogs especializados. Já uma charge polêmica de Latuff criticou duramente o comportamento da mídia ao mostrar um repórter de televisão que, diante de uma mãe desfalecida e agarrado a um caixão que jaz no chão, pergunta: “qual o sentimento nessa hora?”.

² A tipificação de acontecimento noticioso excepcional, diz Traquina (2005, p. 97), é definida como um acontecimento não programado e imprevisível, “imbuído de uma tal dose de noticiabilidade que provoca uma reação excitada e um tumulto na redação”. Tais fatos arrebatam nas redações jornalísticas e provocam uma alteração completa na rotina tais como uma nova primeira página, boletins de notícias e uma interrupção prolongada da programação normal. A novidade, o inesperado, o insólito, a relevância ou a notabilidade do ator são alguns dos valores-notícias envolvidos nesses mega-acontecimentos. No caso de Santa Maria, infelizmente, a morte foi o destaque entre os valores-notícia concernentes ao episódio.

gosto, insensibilidade e, no limite, de escárnio. Involuntariamente, Marco Aurélio provou aquela máxima de Walter Benjamin: não há um documento de cultura – sobretudo da cultura de massa, deveríamos acrescentar – que não seja também um documento de barbárie.

O prólogo de uma abordagem infeliz

No dia 28 de janeiro de 2013, Zero Hora lançava uma edição especial dedicada à tragédia da Boate Kiss, em Santa Maria, cidade universitária encravada no coração do Rio Grande do Sul, que se tornaria tristemente conhecida em todo o mundo, diante de um fato que Traquina (2005, p. 97) define como *mega-acontecimento*.² Ambos os profissionais da “opinião ilustrada” de ZH, Marco Aurélio e Iotti, bem como todo o corpo de jornalistas e de colaboradores – como é o caso dos articulistas – foram convocados a participar de um esforço concentrado daquela agenda, tematizando o incêndio e as vítimas a qualquer custo.

O episódio em Santa Maria tinha proporções raras e se impunha na agenda nacional – e logo internacional – por seus números e dramaticidade: em torno de 230 jovens tinham perdido a vida até então, num incêndio se não criminoso, ao menos repleto de falhas e omissões não apenas por parte dos proprietários de uma casa noturna, mas do poder público que deveria garantir a segurança em tais locais. Centenas de vítimas recebiam atendimento médico, outras centenas de familiares, parentes e amigos, desesperados, procuravam seus entes queridos em hospitais ou enfrentavam a terrível tarefa de reconhecer seus corpos num cenário aterrador, instalado emergencialmente num ginásio da cidade, no qual fileiras de cadáveres jaziam, enquanto ainda soavam as chamadas de celulares colocados junto aos corpos. A mídia repetia *ad nauseam* as poucas imagens da tragédia enquanto buscava atualizar os números de mortos e feridos, entender o que tinha acontecido na boate e apontar responsáveis: a repercussão do caso atingia proporções globais. E é em meio a este clima de comoção que veremos as duas primeiras charges relativas à tragédia.

Coube ao chargista Iotti expressar o sentimento coletivo diante dos fatos com uma peça delicada e minimalista, na qual, sobre um fundo escuro vemos apenas dois olhos e uma lágrima que escorre. Numa economia de traços que expressa uma atitude distanciada tanto da crítica quanto do humor, dois traços constitutivos do gênero charge, Iotti fez surgir uma lágrima num rosto que parecia representar, afinal, não apenas a grande notícia do dia (outra característica fundamental da charge), mas o luto respeitoso de cada leitor envolvido pelo trágico acontecimento. A charge, aliás, sequer tem título ou qualquer texto, coerente com sua concisão e seu caráter ao mesmo tempo discreto e contido. Lado a lado com essa homenagem, o desenho de Marco Aurélio ia numa outra direção, bem mais arriscada. Sua “Charge em preto em branco” apostava no mote da crítica e fazia uso de um certo humor negro. Vejamos a peça:

Fig. 1 – “Charge em Preto e Branco”



Fonte: ZH, 28/01/2013

³ Marco Aurélio tem uma certa limitação nos traços. O casal de jovens – fato que inferimos a partir dos dados reais da tragédia - não parece um casal de jovens, mas um casal mais maduro.

Também não fica muito claro se esse casal entrega ao porteiro um ingresso ou dinheiro, o que parece mais provável. Já na maca, temos o que parece ser um único corpo. A palavra “saída” e a cruz vermelha no uniforme do personagem que conduz a maca estão em vermelho, cor que se soma a peça intitulada “charge em preto e branco”. A palavra “Alvará” faz uma alusão a questão do alvará da casa noturna, a boate Kiss, cujo nome não consta explícito na peça. As limitações estéticas de Marco Aurélio, que se utiliza fortemente do texto verbal para compensar suas dificuldades na produção imagética, costumam fazer parte das críticas destinadas ao chargista.

⁴ A afirmação elogiosa e original de Beauvoir - “jamais teria imaginado

Toda a ação se passa num mesmo prédio, dividido por uma angulação que pressupõem dois momentos da situação. No primeiro, um casal diante de uma porta de “entrada”, parece entregar um dinheiro a um terceiro personagem, que os recebe, provavelmente um porteiro, num estranho uniforme na cor preta. No segundo momento, um corpo sai por outra porta (“saída”), numa maca mortuária, carregado por um médico e acompanhado pela figura estilizada da morte, com sua caveira medonha, foice em punho, sinistra, ostentando na mão esquerda um documento onde se lê a palavra “alvará”.³ Uma fumaça negra que sai do interior do prédio escapa para o alto, insinuando-se igualmente por sobre a porta de entrada. Note-se que o chargista busca uma equação simétrica: são duas portas, cada uma com três personagens e em cada núcleo temos dois deles vestidos de branco e um vestido de preto. Na “entrada”, o casal está de branco e o porteiro de preto; na “saída”, a morte, obviamente, assume esta cor.

No dia seguinte, 29 de janeiro de 2013, a edição de Zero Hora é igualmente dedicada de forma quase integral à cobertura e repercussão do acontecimento. O veículo já busca responsabilidades, investe numa linha que oscila entre a investigação e a cobrança, enquanto lista os mortos e repercute a comoção mundial provocada pela notícia. Marco Aurélio e Iotti novamente estão convocados para seguir a linha editorial do jornal. É justamente nesta edição que será publicada a charge intitulada “Uma nova vida”, centro de toda a polêmica que se instaura em torno da homenagem de Marco Aurélio e que incluirá o veículo, seus leitores, a opinião pública gaúcha e jornalistas/analistas que extrapolam as fronteiras estaduais.

Acerca de alianças impossíveis

Parafraseando uma frase lapidar de Simone de Beauvoir, o leitor de Zero Hora poderia ter dito: “Jamais teria imaginado tal aliança do horror e da charge”.⁴ Ou quem sabe, deveríamos

falar na aliança inaceitável entre a homenagem e o escárnio, como sugeriu o jornalista Luciano Martins Costa num texto publicado no Observatório da Imprensa no dia 31 daquele fatídico mês de janeiro. Abrindo sua reflexão com a afirmação de que faz parte das crenças das redações que os jornalistas, por viverem imersos em fatos e em contato permanente com dramas, acabam desenvolvendo “uma espécie de capa impermeável emocional”, Costa chega enfim ao aspecto que mais chamou sua atenção em relação à cobertura da tragédia por parte da mídia nacional.

Sua análise recai justamente sobre a imprensa de referência no Estado que vivenciou a tragédia e que deveria, pela lógica já clássica do critério de noticiabilidade relativo à proximidade (ERBOLATO, 1991), ter dado um exemplo aos demais veículos nacionais. “Um jornal importante, como o gaúcho Zero Hora”, observou Luciano Costa, “pode passar de manifestações explícitas de luto, como a colocação de faixas pretas em suas páginas, até o extremo oposto, o de admitir conteúdo de puro escárnio às vítimas”. Assim, depois de ressaltar as manifestações de protesto que se multiplicaram na internet acerca da peça e descrever o conteúdo da charge intitulada “Uma nova vida”, o autor defende que a referência direta aos mortos na boate tematizada por Marco Aurélio em ZH não teria sido impunemente exibida nem pelo “mais reles pasquim de quinta categoria” (COSTA, online). O crítico então postula a pergunta que, de certa forma, centenas e centenas de pessoas teriam feito: o que, afinal, o jornal gaúcho pretendia ao publicar esse monumento ao mau gosto? E ainda esclarece a questão que nos parece central em torno do episódio. Para Costa, afinal, espera-se dos jornalistas

tal aliança do horror e da beleza”, abre o prefácio que a filósofa dedicou à publicação de “Shoah”, texto integral do documentário homônimo de Claude Lanzmann sobre os sobreviventes do Holocausto, considerado como um marco no tratamento ético ao tema.

[...] que dominem o vernáculo e as demais linguagens da comunicação, de modo a poderem se aproximar dos fatos com alguma objetividade, sem pieguice mas também sem frieza. Em episódios de risco de má interpretação, a medida mais salutar é eliminar as fontes de possíveis equívocos. No caso da tragédia de Santa Maria, o mais correto seria dispensar os chargistas de terem que caminhar na corda bamba. Mesmo porque uma seção de humor é a última coisa que o leitor gostaria de ver num jornal em uma ocasião como essa. (COSTA, 2013, online)

Se devemos eximir o chargista Marco Aurélio e destacar que a estratégia de ZH foi exatamente oposta aquela aconselhada por Costa, de eliminar “as fontes de possíveis equívocos”, há que se relembra que Iotti, o profissional número dois na ordem de hierarquia da “opinião ilustrada” de Zero Hora, abordou o tema da tragédia em Santa Maria em seis oportunidades (nos dias 28, 29, 30 e 31 de janeiro, 1 e 3 de fevereiro), sem que nenhuma delas tivesse causado qualquer tipo de reação negativa por parte do público

Ocorre que, por definição, a charge é um formato de opinião e de comentário da notícia que tem estreito vínculo com o humor e a ironia, mas que por outro lado também se destina à crítica e à reflexão, conforme vários conceitos trabalhados em estudos sobre o formato. Como ressaltam Quadros & Pilla (2010), “componente do universo jornalístico e tecido com fios de um humor irreverente, crítico, aparentemente inofensivo”, o discurso da charge “desvela o cotidiano da sociedade, valores, experiências, fraquezas, misérias e grandezas marcadamente humanas”. Assim, o material chargístico se alimenta dos últimos acontecimentos, permitindo a manifestação de efeitos de sentido que fornecem representações (ideológicas) “necessárias para ver e dizer o mundo” (QUADROS & PILLA, 2010, online).

Ver e dizer o mundo, diga-se de passagem, sempre sob a ótica do humor, ainda que “aparentemente inofensivo”, como notaram os autores. Aqui, caberia uma pequena reflexão sobre a questão da comicidade que, como lembrou Henri Bergson (2001, p. 04-06), não existindo fora “daquilo que é propriamente humano”, tem evidente significação social. Um aspecto das análises bergsonianas interessa pontualmente para se pensar a charge jornalística. O riso se faz acompanhar, diz o filósofo francês, de uma *insensibilidade*: a indiferença é seu meio natural. Para o autor, o cômico só tem seu significado comprovado quando exige a inteligência do homem. Daí que “o riso não tem maior inimigo que a emoção”, na medida em que os homens necessitam racionalizar os sentimentos para

poderem rir. Assim, a comicidade exige algo como “uma anestesia momentânea do coração”⁵ (BERGSON, 2001, p. 3-4). Na mesma linha de análise, George Minois, em sua obra “História do Riso e do Escárnio” (2003), salientou algumas características-chaves deste gesto tão humano e universal: uma aparente falta de consideração pela moral ou o decoro (que, não raro, acaba por favorecer um caráter moralizante), um vínculo histórico entre riso e agressão e sua utilização como arma conservadora e não revolucionária, que ataca personagens políticos visando manter a ordem social.

Como assinalou ainda Minois (2003), já no Século XX, o homem encontraria no riso a força para zombar de seus intermináveis males: guerras mundiais, genocídios, crises econômicas, fome, pobreza, desemprego, terrorismo, miséria crescente entre países subdesenvolvidos, bomba atômica, degradação do meio ambiente, ódios nacionalistas. De ponta a ponta do globo, a gargalhada ressoou. Minois diz que o riso foi o ópio do século XX e essa “doce droga” permitiu à humanidade sobreviver às suas vergonhas (seria esse o sentimento que moveu a charge “Uma nova vida” de Marco Aurélio?). Ocorre que essa “droga” insinuou-se por toda a parte, e o século morreu de *overdose* – uma *overdose* de riso.

O riso tornou-se o sangue e a respiração desta sociedade humorística que é a nossa. Não há como escapar dele: o riso é obrigatório, os espíritos tristonhos são postos em quarentena, a festa deve ser permanente. Do mundo político aos meios de comunicação e do colégio ao clube de terceira idade, manter o cômico é inevitável. O humor universal, padronizado, midiaticizado, comercializado, globalizado, conduz o planeta. Mas será que esse riso é apenas um ricto obrigatório? Quando nada que existe é sério, é possível ainda rir? O mundo *deve* rir para camuflar a perda de sentido. Ele não sabe para onde se encaminha, mas vai rindo. Ri para agarrar-se a alguma continência. Não é um riso de alegria, é o riso forçado da criança que tem medo do escuro. Tendo esgotado todas as certezas, o mundo tem medo e não quer que lhe digam isso; então, ele fanfarreia, tenta ser *cool* e *soft*, ri totalmente de qualquer coisa, até para ouvir o som da própria voz. É nesse sentido que o século XX morre de rir e, ao mesmo tempo, anuncia a morte do riso (MINOIS, 2003, p. 553-554).

⁵ A Marco Aurélio parece seguir a risca o raciocínio de Bergson, provavelmente de forma involuntária. “Não quero com isso dizer que não podemos rir de uma pessoa que nos inspire piedade, por exemplo, ou mesmo afeição: é que então, por alguns instantes, será preciso esquecer essa afeição, calar essa piedade [...] Que o leitor agora se afaste, assistindo à vida como espectador indiferente: muitos dramas se transformarão em comédia” (BERGSON, 2001, p. 3-4).

A observação sobre certa onipresença do riso na sociedade contemporânea problematiza ou radicaliza o estatuto da charge e sua utilização como forma de opinião ilustrada nos veículos diários da mídia. Afinal, se o humor é indissociável do formato charge, sendo constitutivo do mesmo, resta a questão de sua intensidade ou graduação, bem como de sua pertinência a determinados temas.

A natureza percível, a união entre texto verbal e texto não verbal, a abordagem de temas políticos, econômicos e/ou sociais, a linguagem que tende ao coloquial e a presença de humor são as principais características do gênero textual charge jornalística. Através do humor e das imagens, esse gênero demonstra ter um caráter mais leve, comparado ao “peso” das notícias da primeira página dos jornais impressos. (SANTOS, online)

Contrariamente ao que diz a autora, o *peso* da charge de Marco Aurélio publicada no dia 29 de janeiro de 2013 em Zero Hora se fez notar. A peça – bastante poluída em seus traços e textos – retrata uma longa fila com uma dúzia de jovens, roupas coloridas, postados diante de um prédio identificado como “USP – Universidade São Pedro”. Da porta, ninguém menos que o próprio São Pedro recebe e direciona os candidatos – de forma enérgica e com aquela informalidade típica das caóticas situações de matrícula em universidades públicas – conforme a área de estudos de cada jovem. Assim, “arquitetos devem ir à sala 5 com Niemeyer; “gente da pedagogia”, com Gilberto Freyre; medicina, sala 7 com Zerbini e militares, na sala 3 com o Duque de Caxias” (!). Um anjo, acima do prédio, se oferece para “informar” acerca de dúvidas. Na fila, os jovens fazem perguntas sobre vagas em cursos, se apresentam, mas uma fala em particular chama a atenção e causa um verdadeiro choque: uma menina, supostamente ao celular, diz “mãe, eu estou bem”.

A publicação da charge causou uma reação imediata no público: mais de quatro mil mensagens de protesto, conforme informações do radialista Rogério Mendelski (da Rádio Guaíba) chegaram à redação de Zero Hora e à RBS, enquanto o assunto fervilhava nas redes sociais. Após as primeiras manifestações de leitores, o desenho

desapareceu da versão online do jornal e o blog “Os diaristas”, que costuma publicar os trabalhos de chargistas e caricaturistas do grupo Zero Hora, foi tirado do ar - e relegado, até hoje e certamente, para sempre, ao esquecimento. Na edição do dia seguinte, 30 de janeiro, a página dois teve de abrir um espaço constrangedor em “Sobre ZH”. Ali quatro leitores repercutiam a charge do dia anterior.

Fig. 2 – “Uma nova vida”



Fonte: ZH, 29/01/2013, Disponível em < <http://4.bp.blogspot.com/-UKKhwTBv-G9Y/UQpOuGed8ZII/AAAAAAAAr4g/JRnC57IDeMo/s1600/Charge.jpg>>. Acesso em 13/01/2014

Contrariando a lógica do equilíbrio entre os descontentes e os defensores, três manifestações ressaltaram a falta de sensibilidade, o teor ofensivo, inadequado e desrespeitoso da peça. A mais indignada destas cartas afirma que a charge “foi totalmente insensível, ofensiva, inadequada, enfim, sem o menor bom senso!”, além de constituir “uma agressão à dor dos familiares e amigos das vítimas”, para além da própria população que, segundo a autora, estaria inconformada e à espera de justiça. Uma única leitora posiciona-se a favor da charge, “delicada e sem qualquer teor de sátira ou riso”, ressaltando o que o “recado” dado pelo chargista aos pais das vítimas é o de que “todos os filhos terão uma nova vida, no céu, ao lado dos principais destaques nas suas profissões” (ZH, 30/01/2013), como se a representação idealizada do chargista fosse se confirmar na prática num hipotético mundo espiritual.

Abaixo das cartas, uma Nota da Redação responde lacônica: “o chargista disse que pretendeu homenagear os estudantes, com uma universidade no céu” (ZH, 30/01/2013). Na página ao lado, a charge do dia de Marco Aurélio já não tematiza mais a boate Kiss, retornando a um de seus assuntos preferidos – e certamente menos espinhosos – a dupla Gre-nal. E já na quinta feira, 31 de janeiro, o espaço de Marco Aurélio era ocupado pelo ilustrador interino Zé Dassilva, que aborda a questão da volta da inflação e do preço dos combustíveis. Abaixo de seu desenho lemos “O chargista Marco Aurélio está em férias”.

Assim, subitamente, o profissional que tem encarnado há 45 anos a própria opinião de Zero Hora e do Grupo RBS, em seu viés mais conservador, elitista, preconceituoso e, no limite, reacionário, conforme tenho defendido em pesquisas sobre o seu trabalho (KURTZ, 2012a; 2012b), protagonizou uma retirada estratégica que chegou a fazer com que parte do público que não aprecia seus traços – tampouco sua visão de mundo - pensasse, esperançosa e erroneamente, que sua aposentadoria estaria, finalmente, encaminhada (mas Marco Aurélio voltaria, ao final de um mês, com sua

natural verve). Conforme notícias veiculadas posteriormente pelo site Coletiva.Net, revista digital focada no mercado gaúcho de marketing e comunicação, a decisão pelo afastamento teria sido tomada por Nelson Sirotsky, presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS.⁶ Aurélio teria dito ao comunicador da rádio Guaíba o mesmo mantra publicado em ZH: que sua intenção fora homenagear as vítimas do incêndio. “Marco me disse que jamais iria fazer qualquer coisa ofensiva sobre a tragédia de Santa Maria, mas foi mal-interpretado”, registrou Mendelski, em seu perfil no Facebook. A frase denota o traço arrogante do chargista. Chegamos à conclusão de que no mínimo quatro mil pessoas não tiveram competência para interpretar corretamente sua obra.

Nas pesquisas que tenho realizado acerca da produção gráfica de Marco Aurélio, postulei o conceito de “Charge Ideológica” (KURTZ, 2012a), buscando compreender a fidelidade e o caráter simbiótico de sua produção em relação às posturas ideológicas e políticas conservadoras de ZH e do Grupo RBS. No caso da cobertura da Kiss, em que pese constituir outro contexto, tal caracterização do humor gráfico de Marco Aurélio não deixa de ser funcional. Após tantas décadas como o titular intocável da opinião de ZH/Grupo RBS e ainda que o chargista tenha afirmado que “jamais iria fazer qualquer coisa ofensiva sobre a tragédia de Santa Maria”, o fato é que seu trabalho é, naturalmente, ofensivo. Aurélio é coerente com sua trajetória e com suas características pessoais. Sua agressividade exala na maior parte das charges que assina, sejam elas sobre política, costumes ou futebol. Por outro lado, o uso que faz dos estereótipos (no caso em questão, a morte) não raro é de mau-gosto e mesmo quando não objetiva fazer rir, resta no seu trabalho uma dose considerável de sarcasmo – que facilmente transforma-se num insulto - ou daquela frieza que, segundo Costa, não deveria fazer parte do tratamento dos fatos por parte de jornalistas.

Valeria resgatar um aspecto pontual do conceito, para lembrar que o equívoco de Marco Aurélio, segundo suas próprias afir-

⁶ Ao confirmar seu afastamento de Zero Hora, O chargista reclamou: “Toda a direção viu minha charge, só eu estou no refrigerador”. Num desabafo, disse que teve a defesa negada pelo Grupo RBS. “Até quem comete uma injustiça tem o direito de se defender. A RBS me negou esse direito”. E reafirmou que o objetivo da charge era ser solidário com os familiares das vítimas. “Charge funciona assim, demonstra o momento. Não poderia chegar ali e falar sobre o sexo dos anjos. Era uma forma de apoio aos pais. Tem até uma menina dizendo ‘mãe, estou bem’”, explicou. Sob a avalanche de reclamações, o diretor do Grupo Nelson Sirotsky teria dito ao chargista: “tira férias comigo e quando eu voltar a gente fala sobre isso. Vai ser melhor para a empresa e vai ser melhor para ti”. O chargista ainda pediu ao colega e colunista Paulo Sant’Ana que reproduzisse um trecho do texto de Luis Nassif intitulado “Santa Maria: poesia incompreendida do chargista Marco Aurélio”, como forma de propiciar aos leitores uma “melhor

compreensão da charge”, mas o texto teria sido vetado. Ver no site Coletiva.Net, que traz toda a cobertura sobre o episódio, inclusive uma entrevista com Marco Aurélio.

mações, teria sido na verdade um erro coletivo de Zero Hora que, no entanto, fez as pazes com seu público enquanto penalizava um funcionário que há mais de quatro décadas encarna a opinião da empresa. Isso porque o formato charge

não tem necessariamente o humor como seu objetivo final, mas faz uso de ironia visando ler criticamente a notícia ou denunciar o caráter de seus retratados, sempre a serviço da opinião do veículo, de sua linha editorial e ideológica, ainda que busque uma relação de empatia e cumplicidade com seu público alvo, no âmbito da cultura local onde se insere (KURTZ, 2012a).

E como destacou Patrick Charaudeau (2006, p. 73), há que se lembrar que a comunicação midiática é formada pelo que chama de “instância de produção”, espécie de “entidade composta que compreende vários tipos de atores”, entre os quais, os da direção do organismo de informação que cuidam da saúde financeira da empresa e de sua organização competitiva, os da programação, os da redação da notícia e os operadores técnicos que escolhem tratar a informação conforme sua linha editorial. Todos contribuem, diz o autor, “para fabricar uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático”, uma co-enunciação cuja intencionalidade corresponde “a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 73).

Mas será preciso voltar à charge de Marco Aurélio que, afinal, acabou por assumir sozinho a responsabilidade pela desastrosa homenagem às vítimas da tragédia de Santa Maria. Ao seu modo, a USP celestial de Marco Aurélio materializa uma versão algo tortuosa para o clássico conceito de carnavalização do inferno que Bakhtin observara na obra literária de François Rabelais.

À penetração dos elementos carnavalescos na visão oficial do inferno, fato consumado na obra de Rabelais, Bakhtin chama carnavalização do inferno: o inferno, como símbolo da cultura oficial, como encar-

nação do acerto de contas, como imagem do fim e do acabamento das vidas e do julgamento definitivo sobre elas, é *transformado em alegre espetáculo, bom para ser montado em praça pública e no qual o medo é vencido pelo riso, graças à ambivalência de todas as imagens*. O inferno carnavalizado [...] testemunha a permutação do alto e do baixo ou a lógica da inversão, própria à cultura popular: os grandes são destronados, os inferiores são coroados (DISCINI, 2012, p. 55 [grifo nosso]).

Se lembrarmos que o prólogo para o desastre foi a não menos chocante “Charge em preto e branco”, restaria postular que ambas as peças têm em comum o tom grosseiro, aquela frieza e falta de respeito, delicadeza e compaixão que caracteriza, de fato, boa parte da produção de Marco Aurélio. De forma consciente, e com a devida aprovação de seus superiores, o chargista ultrapassou por duas vezes o interdito da representação da morte: na primeira charge ao abordar literalmente o corpo sem vida de uma das vítimas (que representa todos os que pereceram) e, na segunda, ao carnavalizar os mortos numa suposta “nova vida”, enquanto os familiares ainda choravam suas perdas.

Num dos aforismos da obra “Minima Moralia”, Theodor Adorno resumiria a polêmica em torno das charges de Zero Hora acerca da tragédia de Santa Maria de forma definitiva: vista com as lentes da Indústria Cultural, “a morte começa a tornar-se cômica” (1993, p. 203). E se caberia um conselho do filósofo ao chargista Marco Aurélio seria “de bom alvitre desconfiar de tudo o que é ingênuo, descontraído, de todo descuidar-se que envolva condescendência em relação à prepotência do que existe” (ADORNO, 1993, p. 19).

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. **Minima Moralia. Reflexões a partir da vida danificada.** São Paulo: Ática, 1993.
- BERGSON, H. **O Riso. Ensaio sobre a significação da comicidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.
- COLETIVA.NET. **Chargista de Zero Hora está afastado de Zero Hora.** http://www.coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=48598. Acesso em 23 nov. 2013.
- _____. **Marco Aurélio confirma afastamento de Zero Hora.** http://www.coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=48636. Acesso em: 23 nov. 2013
- COSTA, L. M. Entre a emoção e o escárnio: o jornalista, um fingidor. **Observatório da Imprensa no Rádio**, Programa n 1988. Postado em 31/01/2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/radios/view/gt_gt_entre_a_emocao_e_o_escarnio_lt_br_gt_gt_gt_o_jornalista_um_fingidor. Acesso em: 02 nov. 2013
- DISCINI, N. Carnavalização. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2012. Ps. 53-93
- ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo.** São Paulo: Ática, 1991.
- KURTZ, A. S. **A “charge ideológica” de Marco Aurélio em Zero Hora.** In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 21., Juiz de Fora, 2012. Anais... Juiz de Fora: UFJF, Compós, 2012a.
- _____. **As charges de Zero Hora sob a ótica da indústria cultural e do mundo – e jornalismo – administrado.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., Fortaleza, 2012. Anais... São Paulo: Intercom, 2012b.

MINOIS, G. **História do Riso e do escárnio**. São Paulo: UNESP, 2003.

PISEI CHÃO – Tragédia de Santa Maria em Charges. <http://piseichao.blogspot.com.br/2013/01/tragedia-de-santa-maria-em-charges.html>. Acesso em: 28 out. 2013.

QUADROS, C. B.; PILLA, A. Na mira do chargista: a produção de sentidos em charges que criticam o presidente Lula. **Razón y Palabra**, Ciudad de México, n. 70, jan. 2010. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N70/7%20Boos_Pilla_revisado.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SANTOS, J. dos. Intertextualidade em charges: uma abordagem cognitivista. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 14., Rio de Janeiro, 2010. **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: UERJ, CiFEFiL, 2010. p. 2761-2774. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2761-2774.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

TAFALLA, M. Recordar para no repetir: el nuevo imperativo categorico de T. W. Adorno. In: MARDONES, J. M.; MATE, R. **Lá ética ante las víctimas**. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2003.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II. Florianópolis: Insular, 2005.

3

NOTICIAR A DOR:

POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DO JORNALISMO NA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

Sylvia Debossan Moretzsohn é professora no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutora em Serviço Social.
E-mail: sylviamoretz@uol.com.br

¹Este artigo, com breves modificações, foi apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 4 a 7 de junho de 2013.

²Na madrugada do dia 27/1/2013, um incêndio na boate Kiss matou imediatamente mais de 230 pessoas, a maioria jovens universitários.

³Entre os dias 28/1/2013 e 12/2/2013 (da edição 730 à 733 do *Observatório*), foram 43 textos, de autores de variada qualificação, que abordavam diferentes aspectos da tragédia, a maioria deles sobre a cobertura midiática.

Noticiar a dor: possibilidades e dificuldades do jornalismo na tragédia de Santa Maria¹

Sylvia Debossan Moretzsohn

Introdução

Uma grande tragédia – ou melhor, uma grande tragédia que obtém repercussão midiática – costuma provocar imediatamente enxurradas de análises sobre a cobertura jornalística, muitas delas tão previsíveis quanto o próprio objeto que pretendem criticar. E isso não porque sejam análises feitas no calor da hora, mas porque resultam de certos cânones interpretativos que acabam se tornando clichês: parte-se do pressuposto de que a mídia, sobretudo televisiva, é manipuladora, sensacionalista, ao mesmo tempo produto e agente da “sociedade do espetáculo”, exacerba a exploração da dor com o único objetivo de conquistar audiência, etc. São críticas recorrentes, acionadas e aplicadas a qualquer evento desse tipo, e que por isso mesmo não apresentam qualquer novidade, ao mesmo tempo em que se revelam impotentes para interferir no quadro que denunciam: é mais ou menos por isso, também, que continuam a ser produzidas, como se a previsibilidade do noticiário as legitimasse automaticamente.

Foi o que ocorreu em boa parte da análise da cobertura da tragédia de Santa Maria², como se pode verificar pelos textos publicados no *Observatório da Imprensa*, site de crítica de mídia que fornece elementos confiáveis para essa apreciação.³ E foi justamente a repetição de certos lugares-comuns da crítica – salvo algumas abordagens relevantes e de rara perspicácia – que suscitaram a proposta do tema deste artigo: a necessidade de se noticiar a dor, entendida como elemento constitutivo não apenas das tragédias mas da própria atividade humana, indissociável, portanto, da cobertura jornalística, e ao mesmo tempo a dificuldade dessa tarefa.

Percorrer esse caminho exige recuperar algumas pesquisas recentes sobre o papel da emoção no jornalismo, que remetem a fontes variadas – da filosofia, da sociologia, da psicologia, da neurociência – questionadoras da tradicional e, por isso mesmo, já naturalizada oposição entre razão e emoção, ou entre *logos* e *pathos*, que sustenta o conceito redutor de objetividade sobre o qual o jornalismo dito “de referência” procura se orientar, embora a observação sistemática do que se publica ou veicula contrarie frequentemente as recomendações dos manuais. Significa reiterar a objetividade como valor fundamental para o jornalismo, entretanto entendida numa relação dialética com a subjetividade, não apenas de quem apreende os fatos e os noticia, mas também de quem os vivencia e sofre. Significa, finalmente, indagar como tratar jornalisticamente esse sentimento em sua densidade e singularidade, na contramão do sentimentalismo lacrimogêneo e da generalização que costumam pautar as reportagens desse tipo.

Razão e emoção

Num livro introdutório sobre filosofia, Marilena Chaui (1994, p. 59) mostra que a palavra “razão”, “na cultura da chamada sociedade ocidental”, origina-se do latim *ratio* e do grego *logos*, com o sentido semelhante de reunir, juntar, medir, calcular. Desde o começo da Filosofia, diz ela, a palavra é oposta a quatro atitudes mentais: ao “conhecimento ilusório” – na tradição platônica de que “a razão se opõe à mera opinião” –, às emoções, sentimentos e paixões – “que são cegas, caóticas, desordenadas”, de modo que a razão é vista “como atividade ou ação (intelectual e da vontade) oposta à paixão ou à passividade emocional” –, à crença religiosa e ao êxtase místico. Na abertura do capítulo dedicado ao tema, cita a célebre frase de Pascal, “O coração tem razões que a razão desconhece”, para argumentar sobre os significados distintos da palavra: “*Razões* são os motivos do coração, enquanto *razão* é algo diferente

de *coração*; este é o nome que damos para as emoções e paixões, enquanto ‘razão’ é o nome que damos à consciência intelectual e moral” (CHAUI, 1994, p. 58).

Assim, a frase de Pascal pode ser traduzida da seguinte maneira: nossa vida emocional possui causas e motivos (as “razões do coração”), que são as paixões ou os sentimentos, e é diferente de nossa atividade consciente, seja como atividade intelectual, seja como atividade moral.

A consciência é a razão. [...] A razão, enquanto consciência moral, é a vontade racional livre que não se deixa dominar pelos impulsos passionais, mas realiza as ações morais como atos de virtude e de dever, ditados pela inteligência ou pelo intelecto. (CHAUI, 1994, p. 58).

Faltaria, nessa interpretação, indagar como razão e emoção se relacionam. De fato, a oposição entre ambos está incorporada no senso comum – e nos manuais de redação – como se fosse algo absoluto. A complexidade do tema exigiria naturalmente uma abordagem muito mais ampla e densa, mas aqui é possível pelo menos apontar interpretações que, de campos distintos do conhecimento, convergem no estabelecimento do vínculo entre essas duas esferas.

No artigo em que analisaram da maneira pela qual os jornais, em seus manuais, códigos e cartas de princípio, tratavam da temática da afetividade na produção noticiosa, Carlos Jáuregui e Elton Antunes (2012) rejeitam posições teóricas baseadas na dicotomia radical entre razão e emoção e vão se apoiar em autores que contestam essa oposição. Por exemplo, Herman Parret, para quem “o próprio juízo é passional, [...] o próprio raciocínio é afetivo”, de tal forma que, assim como “as nossas paixões influenciam nossos hábitos judicativos, nossos juízos determinam os estados e o desenvolvimento de nossa vida passional”, de modo que “o próprio *pathos* é razoável” (PARRET, apud JÁUREGUI e ANTUNES, 2012). Isso implica, segundo os autores, “o reconhecimento de um componente afetivo no *logos* e um componente lógico no *pathos*”.

Também o antropólogo David Le Breton considera que as emoções resultariam de uma avaliação “mais ou menos lúcida” dos acontecimentos vividos:

As emoções não são expressões selvagens que vêm quebrar as condutas razoáveis, elas obedecem a lógicas pessoais e sociais, elas têm também sua razão, da mesma forma que a razão não se concebe uma inteligência pétrea ou maquina. Um homem que pensa é sempre um homem afetado, alguém que reúne o fio de sua memória impregnada de certo olhar sobre o mundo e sobre os outros. (LE BRETON, apud JÁUREGUI e ANTUNES, 2012).

Os autores recorrem ainda a Sartre, que, na trilha da fenomenologia de Husserl, afirma que “a emoção não é um acidente, é um modo de existência da consciência, uma das maneiras como ela *compreende* (no sentido heideggeriano de ‘*verstehen*’) seu ‘ser-no-mundo’” e concluem que os afetos teriam um papel fundamental sobre a forma como o sujeito “vê as coisas”: “um ‘sujeito indignado’ não ‘vê as coisas’ da mesma forma de um “sujeito feliz” ou um “sujeito admirado”.

No campo da neurobiologia, o livro que António Damásio (2012) publicou originalmente em 1996 amplia as perspectivas dessa abordagem. E nem se diga aqui da suspeita sobre o trabalho dos neurocientistas – porque, afinal, os limites de conhecimento do cérebro são dados pelo próprio cérebro –, inclusive porque mesmo o autor, embora otimista, faz essa ressalva⁴. Mas é relevante saber que o que o levou a estudar os fundamentos neurais da razão foi justamente a desconfiança sobre a natureza da racionalidade: a ideia de que “decisões sensatas provêm de uma cabeça fria e de que emoções e razão se misturam tanto quanto a água e o azeite”.

Damásio (2012, p. 16) afirma que cresceu “habitado a aceitar que os mecanismos da razão existiam numa região separada da mente onde as emoções não estavam autorizadas a penetrar e, quando pensava no cérebro subjacente a essa mente, assumia a existência de sistemas neurológicos diferentes para a razão e para a emoção”. Até que se deparou com um paciente afetado por uma doença neurológica que danificou um setor específico do seu cérebro, o que causou, de um dia para o outro, uma profunda deficiência na capacidade de decisão:

⁴ “Talvez a complexidade da mente humana seja tal que a solução para o problema nunca possa vir a ser conhecida devido às nossas limitações intrínsecas. [...] Mas, por mais que simpatize com aqueles que não conseguem imaginar como poderemos desvendar o mistério [...], acredito, na maior parte do tempo, que acabaremos por resolvê-lo” (DAMÁSIO, 2012, p. 22).

Os instrumentos habitualmente considerados necessários e suficientes para um comportamento racional estavam intactos. Ele possuía o conhecimento, a atenção e a memória indispensáveis para tal; a sua linguagem era impecável; conseguia executar cálculos, lidar com a lógica de um problema abstrato. Apenas um outro defeito se aliava à sua deficiência de decisão: uma pronunciada alteração da capacidade de sentir emoções. [...] essa correlação foi para mim bastante sugestiva de que a emoção era um componente integral da maquinaria da razão. Duas décadas de trabalho clínico e experimental com muitos doentes neurológicos permitiram-me repetir inúmeras vezes essa observação e transformar uma pista numa hipótese testável (DAMÁSIO, 2012, p. 16).

O neurocientista começou a escrever “com o intuito de propor que a razão pode não ser tão pura quanto a maioria de nós pensa que é ou desejaria que fosse”, e que “as emoções e os sentimentos podem não ser de todo uns intrusos no bastião da razão, podendo encontrar-se pelo contrário, enredados nas suas teias, para o melhor e para o pior”.

Não se pretende negar com isso que as emoções e os sentimentos podem provocar distúrbios destrutivos nos processos de raciocínio em determinadas circunstâncias. O bom senso tradicional ensinou-nos que isso acontece na realidade e investigações recentes sobre o processo normal de raciocínio têm igualmente colocado em evidência a influência potencialmente prejudicial das emoções. É, por isso, ainda mais surpreendente e inédito que a *ausência* de emoções não seja menos incapacitadora nem menos suscetível de comprometer a racionalidade que nos torna distintamente humanos e nos permite decidir em conformidade com um sentido de futuro pessoal e princípio moral. [...]

Limito-me a sugerir que certos aspectos do processo da emoção e do sentimento são indispensáveis para a racionalidade. No que têm de melhor, os sentimentos encaminham-nos na direção correta, levam-nos para o lugar apropriado do espaço da tomada de decisão onde podemos tirar partido dos instrumentos da lógica. Somos confrontados com a incerteza quando temos de fazer um juízo moral, decidir o rumo de uma relação pessoal, escolher meios que impeçam a nossa pobreza na velhice ou planejar a vida que se nos apresenta pela frente (DAMÁSIO, 2012, p. 17).

O que remete à aguda observação de Eduardo Gianetti (2011, p. 56) a respeito do processo (racional) de decisão, numa paráfrase ao *cogito* cartesiano: “Penso, logo hesito”.

Damásio indaga, afinal, qual foi o “erro de Descartes” que o motivou a dar título a seu livro e principia, justamente, desse mesmo *cogito*:

Considerada literalmente, a afirmação [“penso, logo existo”] ilustra exatamente o oposto daquilo que creio ser verdade acerca das origens da mente e da relação entre a mente e o corpo. A afirmação sugere que pensar e ter consciência de pensar são os verdadeiros substratos de existir. E, como sabemos, Descartes via o ato de pensar como uma atividade separada do corpo, essa afirmação celebra a separação da mente, a “coisa pensante” (*res cogitans*) do corpo, não pensante, o qual tem extensão e partes mecânicas (*res extensa*). [...] É este o erro de Descartes: a separação abissal entre o corpo e a mente, entre a substância corporal, infinitamente divisível, com volume, com dimensões e com um funcionamento mecânico, de um lado, e a substância mental, indivisível, sem volume, sem dimensões e intangível, de outro; a sugestão de que o raciocínio, o juízo moral e o sofrimento adveniente da dor física ou agitação emocional poderiam existir independentemente do corpo. [...] (DAMÁSIO, 2012, p. 218-219).

Os muitos anos de atividade clínica permitiram ao autor sugerir que, ao contrário, “a ação dos impulsos biológicos, dos estados do corpo e das emoções pode ser uma base indispensável para a racionalidade”. A seguir, recorda a célebre frase de Pascal sobre as razões do coração para propor uma modificação:

Se me fosse permitido alterar sua afirmação, diria: *O organismo tem algumas razões que a razão tem de utilizar*. Não duvido que o processo continua para além das razões do coração. Por um lado, usando os instrumentos da lógica, podemos verificar a validade das seleções que nossas preferências ajudaram a fazer. Por outro, podemos ultrapassá-las recorrendo às estratégias de dedução e indução em proposições linguísticas imediatamente disponíveis (DAMÁSIO, 2012, p. 184).

Esta é uma das observações que justificam o alerta, ainda no início do livro, sobre a necessidade de evitar um erro de interpretação muito comum nesses casos: “nunca afirmei que a emoção era um substituto para a razão, mas em algumas versões superficiais depreendia-se que minha ideia era que se você seguisse o coração em vez da razão tudo daria certo” (DAMÁSIO, 2012, p. 12).⁵

⁵ É interessante lembrar o trecho do discurso de Steve Jobs, um dos papas da informática, que depois de sua morte foi repetidamente exibido no canal pago GloboNews, apelando aos formandos de uma universidade americana: “Remembering you are going to die is the best way I know to avoid the trap of thinking you have something to loose. You are already naked: there’s no reason not to follow your heart” (grifo meu).

⁶ A dupla de apresentadores começou em 1998 e se tornou símbolo do Jornal Nacional, mas em dezembro de 2011 Fátima Bernardes foi substituída, supostamente porque desejava ter seu próprio programa.

Entre as sensações e o sensacionalismo

Na tese em que analisa a mitificação do casal William Bonner-Fátima Bernardes, então aparentemente inseparável na bancada do telejornal de maior audiência do país⁶, Sean Hagen (2009) dedica um capítulo à discussão sobre a emoção como valor para o jornalismo e recorre a diversos autores – Damásio destacadamente entre eles – para defender uma nova abordagem no jornalismo, que estabeleça um equilíbrio entre razão e emoção, objetividade e subjetividade. “E um equilíbrio consciente, já que inconscientemente a emoção ocupa um espaço fundamental na tomada de decisões e no processo de cognição”. (HAGEN, 2009, p. 46)

Da mesma forma que Jáuregui e Antunes, Hagen (2009, p. 43) aponta a emoção como um tabu refletido na orientação das empresas jornalísticas: “os muitos manuais de redação e conduta são claros: a emoção age como uma forma de espetacularização e deve ser evitada sob pena de a notícia não ser compreendida como um produto desse campo”. O autor considera essa advertência justa quando se trata de programas pretensamente jornalísticos que exacerbam no uso de músicas dramáticas em *background*, “na utilização da ‘câmera nervosa’ e do ‘vem comigo’ ou na exibição exaustiva das mesmas imagens marcantes em um curto espaço de tempo”, ou mesmo na presença de “apresentadores com exacerbada teatralidade dos gestos e das vozes, demonstrações de ira e perplexidade e a priorização do sentir em detrimento do pensar acarretam o excesso do ‘vazio’, com a forma suplantando o conteúdo”. (HAGEN, 2009, p. 43)

Porém, aponta o problema inverso acarretado pelo chamado “jornalismo de referência”, em sua busca obsessiva por uma objetividade que exclui a emoção. Por isso, conclui que, no enfoque prevalente sobre o jornalismo de qualidade, “a emocionalidade seria um estado desviante, salvo no âmbito do jornalismo opinativo e no sempre polêmico jornalismo sensacionalista [...] em que um

evidente exacerbar de emoções ultrapassaria a linha entre o ‘bom’ e o ‘mau’ jornalismo” (HAGEN, 2009, p. 2).

Afinal, não deveria ser assim, não só porque as emoções fazem parte da vida – esta vida que é fonte e objeto do trabalho jornalístico – mas porque é através delas que se pode capturar a atenção de quem anda distraído, entretido com seus afazeres cotidianos – e por isso há algum sentido na velha “definição” jocosa de notícia como “tudo o que faz as pessoas exclamarem ‘nossa!’” (McEWEN, apud GOMIS, 1991, p. 55): algo que nos impressione e, no limite, nos deixe num estado de “suspensão”, para usar um termo caro à conhecida formulação de Lukács sobre a estrutura da vida cotidiana.

Bem a propósito, em sua obra mais importante, na qual trata o jornalismo como uma forma de conhecimento sob um enfoque marxista, Adelmo Genro Filho já notava que, a rigor, todo jornalismo lida com sensações:

Se a informação jornalística reproduz as condições de uma “experiência imediata”, as sensações têm um importante papel nessa forma de conhecimento. Aliás, o que o jornalismo busca é uma forma de conhecimento que não dissolva a “sensação da experiência imediata”, mas que se expresse através dela (GENRO FILHO, 2012, p. 207).

Ao mesmo tempo, criticava o *sensacionalismo*, que seria uma “singularização extrema”, redutora do fenômeno à sua manifestação imediata, sem a devida contextualização: “A sensação assume um papel destacado na reprodução da realidade e o fundamento histórico e dialético do fenômeno, ao invés de ser sugerido, é diluído na superfície do sensível” (GENRO FILHO, 2012, p. 207)

Ao analisar a cobertura do resgate dos mineiros no Chile⁷, Márcia Franz Amaral (2011) aponta esse desvio sensacionalista, que tende a ser a regra em casos assim. Citando Charaudeau, nota que dificilmente se observa a presença de atores sociais capazes de provocar polêmica na cobertura de tragédias:

7 Em outubro de 2010, 33 trabalhadores ficaram presos no interior de uma mina, a 700 metros de profundidade, no deserto do Atacama, no Chile. O resgate durou dois dias e foi transmitido ao vivo. O aparato montado em torno do local do acidente e o circo midiático que se formou levou à imediata identificação do episódio com o filme A montanha dos sete abutres, de Billy Wilder, no qual um jornalista sem escrúpulos estende ao máximo o resgate de um homem também preso numa mina que desabou.

⁸ A letra do samba, de Luiz Reis e Haroldo Barbosa, diz assim: “Tentou contra a existência/Num humilde barracão/Joana de tal, por causa de um tal João/Depois de medicada/Retirou-se pro seu lar/Aí a notícia carece de exatidão/O lar não mais existe/ Ninguém volta ao que acabou/Joana é mais uma mulata triste que errou/Errou na dose/ Errou no amor/Joana errou de João/Ninguém notou/Ninguém morou na dor que era o seu mal/A dor da gente não sai no jornal”..

Toda manifestação que revela inconformidade ou tensão é habilmente controlada para não tirar o foco do espetáculo principal. [...] Certos discursos não emergem, são interditados para que somente a singularidade tenha vez. As posições de sujeito disponibilizadas para os testemunhos restringem-se a interpelar a experiência no calor da emoção (AMARAL, 2011, p. 76).

A autora reconhece que, “no caso de acontecimentos como as tragédias ou catástrofes, a emoção é constitutiva do enquadramento e, por isso, o uso de elementos de uma matriz dramática é frequente” (AMARAL, 2011, p. 66), mas critica o exagero que resulta em sensacionalismo: o problema “não está no uso da emoção para relatar o acontecimento, mas num enquadramento que silencia seu entorno” (idem) e se fica circunscrito à experiência imediata.

Seja pela presença de fontes testemunhais ou de outros recursos narrativos, o apelo à emoção pode ser justificado pela dramaticidade do acontecimento, pode ser utilizado para humanizar o relato, ou ainda para produzir apenas espetáculo e sensação. Assim, o relato da emoção pode tanto sobrepor-se à gravidade social do acontecimento, quanto minimizá-la. (AMARAL, 2011, p. 77).

Falando da dor

Um samba antigo, da década de 1950, intitulado “Notícia de jornal”, costuma ser citado brevemente em críticas, em geral ligeiras, sobre a insensibilidade da imprensa – presa aos valores de uma objetividade tendencialmente pura, que pretende ater-se aos “fatos” – para o relato do que vai além das aparências: a “dor da gente”, que “não sai no jornal”⁸. O sambista tem a rara perspicácia de notar que é justamente aí que a notícia “carece de exatidão”: ser exato, *objetivo*, é ter sensibilidade para perceber o turbilhão de emoções que num dado momento transborda. Que conflitos marcaram a vida daquela mulata que, num dado momento, chegou ao ponto de tentar contra a existência?

Antonio A. Serra (1980), em sua análise pioneira sobre “a representação do cotidiano num jornal popular” – o jornal *O Dia*, então símbolo da estética “espreme que sai sangue” –, utilizou a le-

tra desse samba como epígrafe de seu livro, como uma forma sutil de mostrar a maneira pela qual publicações assim manipulavam a dor da gente (pobre), essa gente potencialmente desviante permanentemente confrontada com uma série de fatos policiais atestadores desse desvio. A dramatização da narrativa, como ocorre no jornalismo popularesco, é elemento essencial nessa relação com os leitores:

A reconstituição do fato se dá por um distanciamento teatral, bem diverso da decantada objetividade dos jornais “sérios”. Em *O Dia*, trata-se de mediar o leitor com seu próprio mundo, e com isto constituir-se em fonte de interpretação e valoração, mas num enquadramento dramático (trágico ou cômico) que o coloque no centro de vivência do narrado. Já nos jornais “sérios”, o distanciamento visa antes proteger o leitor dos fatos, esvaziando seu possível afeto, frente a uma representação “objetiva” dos acontecimentos que nele fortaleça a posição de observador “inteligente” (SERRA, 1980, p. 35).

Por isso, segundo Serra (1980, p. 38), “o elemento francamente afetivo, que no pensamento escolarizado é posto sob suspeita e sublimado numa linguagem referencial, assume nessa produção ‘de massa’ um papel tão importante”, que opõe o “movimento dramático do corpo e do afeto” ao “lugar de uma fala educada, pobre para dizer tudo o que se sente”.

Talvez seja a identificação das sensações ao universo popular, não intelectualizado – decorrente da contraposição racionalismo das elites x irracionalismo das “massas” –, aliada a uma lógica binária autoexcludente entre objetividade e subjetividade e à questão de fundo sobre a tradição do racionalismo positivista segundo o qual só se conhece o que se pode medir, que dificulte a aceitação da emoção como valor para o jornalismo de qualidade. Como se, para manter-se fiel à tradição iluminista de esclarecimento, este jornalismo só devesse se ocupar de informações objetivas, de preferência repleta de números e estatísticas – embora o próprio conceito de “informação objetiva” seja também um campo fértil para discussão. Daí a dificuldade em encarar situações que exigem do jornalista a capacidade de lidar com a esfera fluida da sensibilidade humana,

seja em episódios recorrentes da vida cotidiana, seja em grandes catástrofes ou tragédias.

A perspectiva crítica que condena a exibição do sofrimento facilita as coisas para quem não quer enfrentar essa discussão: estamos acostumados ao discurso aparentemente sofisticado inaugurado com Debord e desenvolvido por Baudrillard sobre a “sociedade do espetáculo” e os “simulacros”. Susan Sontag, no livro em que trata da possibilidade de expor a mais radical das tragédias – a atrocidade das guerras – teve a coragem de, em poucas linhas, contestar essa “pura retórica” que sugere, ironicamente, ser “de certo modo, uma especialidade francesa”, apontando-lhe o caráter ao mesmo tempo cínico e conservador:

Dizer que a realidade se torna num espetáculo é um provincianismo de cortar o fôlego. Dizê-lo é universalizar os hábitos de visão da reduzida população instruída que vive na parte rica do mundo, onde as notícias se converteram em entretenimento – o amadurecido estilo de ver que é uma aquisição primacial do “moderno”, e um pré-requisito para o desmantelamento das formas tradicionais da política baseada em partidos que proporcionam real discussão e debate. Assume que todos são espectadores. *Insinua, perversamente, ligeiramente, que não há sofrimento real no mundo.* Mas é absurdo identificar o mundo com a zona dos países de bem-estar onde as pessoas gozam do dúbio privilégio de serem espectadores do sofrimento dos outros, tal como é absurdo fazer generalizações sobre a capacidade de reagir ao sofrimento dos outros com base no dispositivo mental daqueles consumidores de notícias que não têm nenhuma informação de primeira mão sobre a guerra, a injustiça e o terror de massas. [...] (SONTAG, 2003, p. 115-116. Grifo meu).

Sontag (2003, p. 116-117) argumenta que “a discussão cosmopolita das imagens de atrocidades” gira em torno do lugar-comum que parte “do princípio de que elas pouco efeito têm, e que há algo de congenitamente cínico na sua difusão”. Assim, “os cidadãos da modernidade, consumidores da violência como espetáculo, adeptos da proximidade sem riscos, são formados para serem cínicos quanto à possibilidade da sinceridade”, pois “continua a persistir a ideia de que o apetite por imagens é um apetite ordinário ou baixo; de que se trata de vampirismo comercial”.

Resta, de todo modo, a questão essencial: como olhar – e mostrar – a dor dos outros? Ou, na formulação de Frédéric Lambert (2005), “como dizer o indizível?”. Essa indagação nos guiará na análise da tragédia de Santa Maria.

Morrer em Santa Maria

A tragédia de Santa Maria teve repercussão internacional, interrompendo a programação das TVs, ganhando destaque nos sites e nas capas dos jornais do dia seguinte. No Brasil, a semana começou com a devida ênfase ao evento, e o noticiário se distribuiu entre a busca de culpados, a denúncia de irregularidades em casas noturnas pelo país afora – o que motivou uma corrida das autoridades para dar uma “resposta” imediata a essa inesperada exposição midiática, fechando vários estabelecimentos no Rio, em São Paulo e outras cidades – e o relato dramático dos que escaparam e dos que haviam perdido seus filhos, parentes próximos ou amigos.

No *Observatório da Imprensa*, dois artigos, ambos de grande repercussão para os padrões do site – cada um teve mais de 700 compartilhamentos –, foram publicados já no dia seguinte à tragédia. Ambos indagavam sobre os limites de uma cobertura como aquela, embora em sentidos distintos: Carlos Tourinho (2013) falava em “limite” no sentido de “medida”: “Devemos dar a esta tragédia o tempo que nossas emoções pedem? O tempo jornalístico deve ser medido pelo impacto que a notícia tem sobre nossas vidas, deve ser proporcional ao volume de informações que temos para oferecer, ou deve levar em consideração o critério da proximidade?”; Luciano Martins Costa usava a palavra no sentido da incapacidade de se expressar a dimensão subjetiva daquele acontecimento:

Este é um daqueles momentos em que o jornalismo se defronta com os limites da linguagem: não há como descrever, ainda que de forma aproximada, o que aconteceu na casa de shows Kiss [...]. É mesmo que as imagens técnicas, demonstrando mais uma vez seu predomínio nos tempos atuais, avancem na explicitação do fato em si, ainda resta a dor para ser descrita (COSTA, 2013).

⁹ Au Ruanda on dit, de Anne Aghion, 2003. Em 1994, cerca de 800 mil pessoas naquele país foram massacradas pelos extremistas hutus.

As vítimas foram sobretudo da etnia tutsi, mas também hutus contrários à violência.

A maioria dos artigos que se seguiram batia duramente no “sensacionalismo” da cobertura, entretanto frequentemente baseando-se em “ideias prontas”. Assim, enquanto Pedro Aguiar (2013) produzia uma notável articulação entre um filme crítico do jornalismo (*Nos bastidores da notícia*) e o comportamento de William Bonner em seu deslocamento para a ancoragem do Jornal Nacional no próprio local da tragédia, Raphael Tsavkko Garcia (2013) associava eventos semelhantes para reiterar a acusação da cobertura como algo “grotesco”, condenando especialmente “a insistência nas perguntas-clichê nos momentos de maior dor de familiares ou mesmo vítimas: ‘Como você está se sentindo?’, ‘O que você pensa disso ou daquilo?’, ‘Qual a sensação?’”.

É constatável o apelo fácil à pergunta sobre o sentimento de quem enfrenta uma perda brutal e imprevista, e à previsibilidade do *close* para capturar a lágrima, a boca trêmula, a fala entrecortada. No entanto, o argumento de Lambert (2005) pode relativizar essa certeza do senso comum: ao comentar um documentário de Anne Aghion sobre o genocídio em Ruanda⁹, ele cita uma passagem significativa sobre a “vulgaridade” das perguntas feitas a duas mulheres sobreviventes:

Mas por que é que nos interrogam? Querem saber o que sentimos com o regresso deles [os agressores hutus]?
Esses brancos que nos fazem perguntas? [...]
Como é que poderíamos sentir-nos bem? Arrastamo-nos na solidão, mesmo durante a noite.
Sim, vagamos na solidão. Passas o dia andando de um lado para o outro e, de noite, não dormes. O que é que queres que se faça? Tens uma solução? É assim, e pronto. [...]
Já chega. Esses brancos fazem-nos perguntas bizarras. [...] (LAMBERT, 2005, p. 15).

Lambert afirma que essa “sequência lancinante” é um ato de respeito da cineasta às duas mulheres:

Sofrimento inultrapassável e espanto pelas perguntas que lhes fazem: de que direito fazer uma tal pergunta? Quem ousa fazê-la? Como dizer o indizível? Quem realiza o que resta das suas vidas? Sim, Anne

Aghion sabe tudo isso, sente bem os riscos da exibição, da espetacularização do sofrimento. E é, justamente, porque esta questão é central no seu filme que ela respeita e, apesar disso, provoca a palavra das mulheres. Então eu, como espectador, já não sou um simples *voyeur*. Passo a interrogar-me, com as duas mulheres e com a realizadora, sobre o acto que consiste em escutar as suas respostas (LAMBERT, 2005, p. 15).

É claro que uma coisa é um documentário, outra um noticiário televisivo feito “em tempo real”, mas o comentário é relevante para mostrar que a pergunta sobre “como você se sente” não é de todo absurda e, dependendo da relação que se estabeleça entre jornalista e entrevistado, pode ser muito reveladora.

Dou como exemplo uma breve passagem exibida pela GloboNews, já dias depois do ocorrido, em que o repórter pergunta a uma mulher que havia perdido a sobrinha o que ela mais desejava naquele momento. Ela aparenta calma e diz que o que mais queria era estar com a sobrinha, mas já que isso não é possível... hesita um pouco até concluir: “eu não sei o que quero”.

Expor uma cena dessas é relevante para estabelecer um vínculo afetivo com quem assiste e pode tentar se colocar na condição da pessoa que sofre. Da mesma forma, a entrevista para o programa de Ana Maria Braga¹⁰, no dia seguinte ao incêndio, com a mãe de dois rapazes – um morto naquela madrugada, o outro que morreria dias depois no hospital –, é um depoimento especialmente revelador por pelo menos dois motivos: porque fala de uma mulher simples que gostava da apresentadora, colecionava suas receitas e pensava em um dia estar mesmo a conversar com ela, mas para falar de suas habilidades culinárias, e nunca naquela situação tão triste; e porque essa mulher simples usa esse espaço para esse grito de dor e revolta contra o absurdo que se abateu sobre ela e tantos outros, apresentando-se como uma porta-voz do sofrimento e do protesto coletivo, pois clamava por justiça, pela identificação dos responsáveis por aquela tragédia. (MORETZSOHN, 2013a).

¹⁰ O programa de variedades “Mais Você” vai ao ar pela manhã de segunda a sexta na Rede Globo e é desses típicos espaços de entretenimento na grade de programação.

Ao mesmo tempo, é preciso um mínimo de preparo para entender que uma tragédia não produz apenas cenas de desespero, mas também, e muito frequentemente, a paralisia do choque. Ao interromper o depoimento de uma garota que havia perdido a irmã no incêndio para questionar como ela podia estar “tão calma e equilibrada”, o apresentador Faustão demonstrou essa ignorância. Essensfelder (2013) destacou a cena para afirmar, baseado na pesquisa de Coté e Simpson (2000) sobre o trabalho jornalístico em situações traumáticas, que a aparente “calma” de uma pessoa afetada por tragédia não quer dizer rigorosamente nada: “cada vítima lida com a tragédia à sua maneira, e, embora haja alguns padrões recorrentes, é impossível para o jornalista avaliar, em campo e sem treinamento, o efeito do choque”.

Conclusão

Acolher a emoção como um valor para o jornalismo, de acordo com a fundamentação apresentada aqui, significa reconhecer uma necessidade e enfrentar uma enorme dificuldade: a de capturar o sentimento sem cair no clichê. E isto vale tanto para grandes tragédias como para acontecimentos cotidianos que envolvem drama.

Quem conhece a rotina das redações sabe que em momentos assim há uma intensa pressão das chefias por imagens fortes, que tendem justamente à reprodução dos clichês. Entretanto, rejeitá-los seria, em qualquer caso, o ponto de partida para o trabalho jornalístico, tendo em vista seu compromisso com o fato singular, a ser devidamente contextualizado.

Da mesma forma que não se pode cobrir uma guerra de maneira estritamente racional, apresentando-a na lógica do jogo de poder – “a continuação da política por outros meios”, na famosa definição de Clausewitz –, excluindo o sofrimento humano que esse jogo provoca, não é possível pensar na cobertura de uma tragédia como a de Santa Maria sem a exposição do drama vivido pelas pes-

soas. Do ponto de vista da singularidade, temos aqui um aspecto essencial, que os grandes jornais não perceberam e que Marcia Benetti (2013) apontou em um relato de alta sensibilidade sobre o alcance e a intensidade daquela dor:

[...] Por que, a final, doeu verdadeiramente em tantas pessoas? É porque ali, talvez alguns se lembrem, ali não era uma boate. Ali era a distribuidora da Brahma. A distribuidora do Ives Roth, que para mim era “o pai do Cabeto”. Na frente dali, não era o Carrefour. Era o colégio Hugo Taylor, a antiga Escola de Artes e Ofícios, de propriedade da cooperativa dos ferroviários (BENETTI, 2013).

Natural de Santa Maria, Benetti (2013) discorre sobre a sua memória afetiva e de repente a cidade aparece – um pouco à maneira do antológico *Poema Sujo* de Ferreira Gullar – “em suas quitandas, praças e ruas”, reconhecível por quem é do lugar, imaginada por quem é de fora (MORETZSOHN, 2013b). Depois, comentaria: “por que um grande acontecimento afeta tanta gente (em tese, gente ‘distante’)? Porque a proximidade nunca é só geográfica. Ela é também emocional”.

Teríamos então um vasto campo a explorar, para quem pretender se dedicar a uma análise mais ampla sobre os chamados “valores-notícia”.

De todo modo, restará sempre a dúvida: como dizer o indizível? Essenfelder (2013) argumenta que, eventualmente, “o melhor que o repórter tem a fazer diante de uma tragédia é silenciar. E respeitar o silêncio dos sobreviventes”. Luciano Martins Costa (2013) considera que “há acontecimentos que simplesmente não podem ser descritos” e sugere que por isso dois dos grandes jornais nacionais, o *Globo* e o *Estado de S. Paulo*, “aceitaram a oferta do midiático poeta gaúcho Fabrício Carpinejar” e reproduziram em suas páginas e sites o poema “Tragédia em Santa Maria”. Se pudermos aceitar a emoção como componente do jornalismo e incorporar – ou, antes, recuperar – a sensibilidade dos campos da arte e da literatura ao relato jornalístico, talvez possamos enfrentar melhor aquela pergunta.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, P. Como usar o drama para fazer marketing. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. ed. 731, 30 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/como_usar_o_drama_para_fazer_marketing. Acesso em 30 jan. 2013.
- AMARAL, M. F. O enquadramento nas catástrofes: da interpelação da experiência ao relato da emoção. **Contracampo**, Niteroi, nº 22, fev. 2011, p. 65-82.
- BENETTI, M. **A dor que um psicanalista não entendeu**. Porto Alegre, 5/2/2013. Disponível em <http://www.facebook.com/marcia.benetti/posts/10200329071726656>. Acesso em 5 fev. 2013.
- COSTA, L. M. O horror e os limites da linguagem. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. Ed. 730, 28 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/o_horror_e_o_limite_da_linguagem. Acesso em 28 jan. 2013.
- COTÉ, W.; SIMPSON, R. **Covering violence: a guide to ethical reporting about victims and trauma**. New York: Columbia University Press, 2000.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes**. Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ESSENFELDER, R. Respeito às vítimas. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. ed. 732, 5 fev. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/_ed732_respeito_as_vitimas. Acesso em 5 fev. 2013.
- GARCIA, R. T. Jornalismo ou a arte do grotesco? São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. ed. 731, 29 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/como_usar_o_drama_para_fazer_marketing. Acesso em 29 jan. 2013.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria

marxista do jornalismo. Florianópolis: Sulina, 2012.

GIANETTI, E. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

GOMIS, L. **Teoría del periodismo**. Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

HAGEN, S. **A emoção como estratégia de fidelização ao telejornal**: um estudo de recepção sobre os laços entre apresentadores e telespectadores do Jornal Nacional. Porto Alegre: UFRGS, tese de doutorado, 2009.

JÁUREGUI, C.; ANTUNES, E. Encantando cães: a indignação nos manuais de redação. **Anais do 10º SBPJor**. Curitiba: PUC-PR, 2012.

LAMBERT, F. A imagem em actos. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 7, Outono de 2005, p. 11-20.

MORETZSOHN, S. D. A emoção útil e a charge infeliz. **Observatório da Imprensa**, 2013a. Ed. 731, 29 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_emocao_util_e_a_charge_infeliz. Acesso em 29 jan. 2013.

_____. Sobre memória, afetos e jornalismo. **Observatório da Imprensa**, 2013b. Ed. 733, 12 fev. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed733_sobre_memoria_afetos_e_jornalismo. Acesso em 12 fev. 2013.

SERRA, A. A. **O desvio nosso de cada dia**. A representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SONTAG, S. **Olhando o sofrimento dos outros**. Lisboa: Gótica, 2003.

TOURINHO, C. A diferença entre o remédio e o veneno. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. Ed. 730, 28 jan. http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed731_a_diferenca_entre_o_remedio_e_o_veneno. Acesso em 28 jan. 2013.

4

A PARTICIPAÇÃO DO DISCURSO LOCAL NA COBERTURA JORNALÍSTICA NACIONAL

Edileuson Santos Almeida é doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde integra o Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), por onde gradou-se em jornalismo, é mestre pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: edileusonalmeida@yahoo.com.br

Ada Cristina Machado da Silveira é professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do CNPq. Graduada em jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é mestre em Extensão Rural pela UFSM, *magister en Ciències de la Comunicació e doctora en Periodisme* pela *Universitat Autònoma de Barcelona*. Possui estágio pós-doutoral na Sorbonne III e na Universidad Nacional de Quilmes. Lidera o Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br

A participação do local na cobertura Tragédia de Santa Maria

Edileuson ALMEIDA (UFRR/UFMS)

Ada Cristina

Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras

<http://comunicacaoeidentidades.wordpress.com/>



Análise

Objeto

A cobertura ao vivo do incêndio na Boate Kiss em Santa Maria/RS
(A participação da mídia local em rede nacional)

Aspectos teóricos-metodológicos

Análise dos "acontecimentos relatados (AR)" ao vivo
pela TV RBS (Santa Maria) na cobertura jornalística da TV Globo

Amostragem

A participação ao vivo da repórter Juliana Moreira
(RBS TV/Santa Maria), nos programas da Rede Globo



Imagens: Agência Globo/TV Globo

1º Dia



a jornalística do nacional: a Maria

Machado SILVEIRA (UFSM)



Finalidade:
A função principal da reportagem é a de informar o público sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo, seja em nível local, nacional ou internacional. Além disso, a reportagem também pode ter uma função de entretenimento, quando o assunto é de interesse popular, ou uma função de educação, quando o assunto é de natureza científica ou cultural.

Características:
A reportagem é um gênero jornalístico que se caracteriza por ser um relato detalhado e objetivo de um acontecimento. Ela é produzida por um repórter que presencia o fato e escreve um texto que descreve o que aconteceu, quem participou e qual foi o impacto do evento.

Objetivos:
O principal objetivo da reportagem é informar o público sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo. Além disso, ela também pode ter o objetivo de educar o público sobre um determinado assunto ou de entreter o público com histórias interessantes.



Imagens: Reprodução/TV Globo

e do "Fato relatado (FR)"

2º Dia

✓ Bom Dia Brasil
Participação para a atualização das informações

na "Encontro com Fátima Bernardes"
atualização das notícias sobre a tragédia
Jornal Hoje
Proximidade e a cotidianidade



3º Dia

✓ Bom Dia Brasil
A repórter relata os acontecimentos e descreve as reações da polícia

✓ Jornal Hoje
proximidade e atualidade
("cotemporalidade enunciativa")



4º Dia

✓ Bom Dia Brasil
Inquirido no banco, o delegado do Polícia e do Corpo de Bombeiros, e o drama das famílias das vítimas e dos sobreviventes

Atualização das informações:
a repórter descreve e explica o andamento das investigações e relata as reações da população da cidade.

✓ Jornal Hoje
Atualiza as informações sobre as investigações



5º Dia

✓ Bom Dia Brasil
Atualizar informações sobre a perícia e as investigações.

✓ Jornal Hoje
Atualização as informações e estado de saúde dos sobreviventes internados.



A participação do discurso local na cobertura jornalística nacional

*Edileuson Santos Almeida
Ada Cristina Machado da Silveira*

Considerações iniciais

A história da televisão brasileira é marcada por uma trajetória que oscila do nacional para o local. Ou seja, há um nítido privilégio para a implantação de emissoras nas capitais. Exceção a essa realidade foram os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul que, já na década de 60, possuíam diversas emissoras no interior (SEIBT, SILVEIRA, 2004). Assim, não é de estranhar que, na história da programação da TV brasileira, a importância da notícia local fora gradativamente definindo; aspecto ampliado com a criação das grandes redes de televisão que tudo comandam a partir dos centros metropolitanos. No entanto, nem sempre foi assim.

Segundo Peruzzo (2005), em 1950, a televisão é iniciada no Brasil de forma quase artesanal e limitada, com alcance local e, com muito esforço, regional. Todavia, o padrão de qualidade da televisão brasileira começa a mudar a partir da década de 1970, quando é potencializado o surgimento do videotape e também a geração da programação em rede, via satélite, começa a se concretizar. Com isso, na década de 1980, a programação local praticamente desaparece da grade de programação e passa a prevalecer a nacionalização das produções e das transmissões televisivas. Como uma das consequências da produção centralizada, Priolli (2000, p. 18) aponta que há um declínio da produção regional: “as ‘ilhas’ regionais vão construindo pontes para São Paulo e Rio, rompendo com o ‘isolamento’ e, ao mesmo tempo, anulando-se como centros produtores de TV”.

Entretanto, uma década depois de Priolli (2000), ao observar as possibilidades de desenvolver um modelo de cobertura nacional com produção descentralizada, as emissoras que atuam em rede começam a inverter o modelo que persiste desde o final do século passado e passam a revalorizar o produzido também pelo local, até mesmo como uma forma de suprimir as imensas distâncias regionais peculiares do território brasileiro. Contudo, isso não vale ao local o mesmo tratamento em todas as praças de forma equânime; a maioria continua ainda sem o poder de atender as especificidades locais.

Hoje, as emissoras de rede transmitem programação 24 horas por sete dias da semana, e o espaço do local pouco foi ampliado nas últimas três décadas, com algumas exceções. Passado quase meio século do início de implantação da televisão em todos os estados brasileiros, a partir de um conceito de rede, a reconquista do local, agora também representado no nacional, ainda ocorre de forma distinta, com destaque para algumas redes regionais.

Nosso objetivo é o de analisar a participação de uma emissora local em uma cobertura jornalística de envergadura nacional, na qual o local atende às exigências e aos padrões de cobertura de temas de interesse do Brasil veiculados pela estrutura de rede.¹ O objeto empírico é a cobertura ao vivo da RBS TV Santa Maria (rede afiliada da Globo) nas repercussões dos cinco primeiros dias do incêndio ocorrido em uma boate na cidade de Santa Maria, no dia 27 de janeiro de 2013, que vitimou 242 jovens.

Para o estudo, foram selecionadas as participações ao vivo para a Rede Globo da repórter Juliana Motta, que atua na RBS TV Santa Maria, durante os cinco primeiros dias após a tragédia. Por dificuldades logísticas, conseguimos apenas localizar as inserções realizadas dentro dos programas veiculados nacionalmente, excluindo a programação do Plantão Globo e do canal a cabo GloboNews. Também estão excluídas as inserções nos telejornais regional (Bom Dia Rio Grande, Jornal do Almoço e RBS Notícias) e local (Jornal do Almoço e RBS Notícias). As inserções recuperadas constam da Tabela 1:

¹ PAs 122 emissoras ligadas à TV Globo alcançam quase 100% dos municípios (5.493) e da população brasileira (mais de 191 milhões de pessoas). Fonte: Atlas da Cobertura (2013).

Tabela 1 – Corpus de análise dos programas de televisão

Programa	Datas
Esporte Espetacular	27/01/2013
Domingão do Faustão	27/01/2013
Encontro com Fátima Bernardes	28/01/2013
Bom Dia Brasil	28, 29, 30, 31/01/2013
Jornal Hoje	28, 29, 30, 31/01/2013

Fonte: dos autores

A cobertura exigiu a participação de vários repórteres da RBS TV de Porto Alegre, além de profissionais da TV Globo enviados de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. No entanto, desde as primeiras horas, a repórter Juliana Motta deu o tom das transmissões da Rede Globo. Por isso, a ênfase recai na análise da participação da primeira repórter local destacada para a cobertura que fez aparições ao vivo nos programas mencionados na Tabela 1.

RBS TV Santa Maria: afiliada local com histórico nacional

Seibt e Silveira (2004, 2006) são autoras de dois textos que trazem um histórico da TV em Santa Maria. Segundo as pesquisadoras, as duas primeiras emissoras de televisão do interior gaúcho foram criadas em 1969, a TV Caxias (Caxias do Sul) e a TV Imembuí (Santa Maria): “De 1969 até hoje, [...] passou por inúmeras transformações, contudo a mais significativa foi sua precoce integração numa rede nacional de televisão concomitantemente. [...] a TV Imembuí já nasceu integrada na rede do JN [Jornal Nacional]”. Desde meados da década de 70, a TV Imembuí é parte de “um padrão de programação que envolve três níveis de produção: do local e regional à produção transmitida diariamente em nível nacional”, dado que em seus primeiros dias a emissora local já contava com a inserção de um bloco local no novo telejornal Jornal Nacional da

TV Globo. No final de 1973, a TV Imembuí foi “incorporada definitivamente ao que hoje é o grupo RBS, sendo atualmente conhecida como RBS TV Santa Maria” (SEIBT, SILVEIRA, 2004, 2006).²

Mesmo nascida sob um modelo misto de emissora comunitária e privada, a emissora de Santa Maria atuava de “forma artesanal, pelo improvisado e pelo amadorismo”, porém desde aquela época de seu surgimento já exibia conteúdo de produção local: “A característica mais interessante dos seus primórdios é a produção de programas (telejornais, shows musicais, programas infantis e de variedades) com conteúdos locais” (SEIBT; SILVEIRA, 2004). No geral, essa era a característica da televisão brasileira da década de 70.

Mesmo vivendo sua “fase elitista”, Barbosa lembra que:

A televisão, nos seus primórdios, repetia um gesto cotidiano do público diante da novidade e da sensação. [...] esse primeiro momento, caracteriza-se pelo improvisado, pela pouca disponibilidade de receptores, [...] e, sobretudo, pela experimentação de uma nova linguagem que levaria, pelo menos, duas décadas para se estruturar (BARBOSA, 2010, p. 17).

Enquanto uma nova linguagem era criada, ainda no local, projetos começam a ser executados para emissão em rede nacional. Na década de 1980, as afiliadas de Rede Globo (como é o caso da Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS) começam a perder espaço para o conteúdo gerado a partir da sede das emissoras, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, que passa a ocupar a quase totalidade da grade diária de programação. Essa característica determinaria ao polo regional e à dezena de emissoras locais uma oscilação de pouco mais de 10% de participação na grade de programação (JACKS, 1998; DUARTE, 2010).

O local no nacional: a notícia de proximidade ao vivo

De uma perspectiva teórica, Charaudeau (2012, p. 136) considera que a ubiquidade (planeta) e a proximidade (aldeia) são dois

² Do núcleo estruturado em torno à Tv Gaúcha formou a Rede Brasil Sul de Comunicações, a primeira rede regional de emissoras do Brasil (Ver SEIBT; SILVEIRA, 2006).

³ A 242ª vítima do incêndio ocorrido na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), Mariane Wallau Vielmo, faleceu no dia 19 de maio de 2013.

O fato noticiado em todo o Brasil (jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, sites de notícia) e compartilhado em redes sociais

(*Facebook, Twitter* e outras). A última sobrevivente do incêndio na boate Kiss, internada no Hospital Mãe de Deus (Porto Alegre/RS), teve alta no dia 2/7/2013.

Fonte: Diário de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/r9,18,4187617,Ultima-internada-por-incendio-na-boate-Kiss-deve-receber-alta-hoje.html>>, visitado em 2/7/2013.

imaginários aos quais as mídias estão presas, com isso “a questão do aqui e do fora daqui” é relativa, pois “é o modo de tratamento da notícia que faz com que o lugar do acontecimento esteja próximo ou longínquo”.

Zamin (2013, p. 200) sustenta que “o conceito de local não é facilmente demarcável. Tampouco é simples balizar o seu lugar nas sociedades contemporâneas. O local é complementariedade e troca, sentimento de pertença e a partilha de uma cotidianidade, lugar de articulação”.

Mas, no dia-a-dia, diante dos acontecimentos, o que da imprensa local espera-se é “uma diferença bem demarcada: mais atenção ao próximo. [...] a história do cotidiano das comunidades locais do que para o país ou o mundo”. Ou seja, é preciso ficar claro que “antes de sermos globais, somos locais” (DUARTE, 2010, p. 5-18).

É essa característica de local que credencia a mídia a dar conta da notícia para o nacional, como pode ser observado na cobertura da tragédia que vitimou de uma só vez 242 jovens em Santa Maria.³ É a proximidade do fato jornalístico, que dá aos sujeitos da notícia legitimidade para relatar uma tragédia sem classificação: “A proximidade possibilita percepção e a organização da experiência na ordem das relações sociais [...]. Tem caráter estruturante” (ZAMIN, 2013, p. 200).

Santa Maria: uma tragédia noticiada ao vivo na Rede Globo

Após o ocorrido em Santa Maria, pais dos quatro cantos do mundo acordavam atordoados e preocupados com seus jovens que cultivam os mesmos hábitos das vítimas da tragédia. De imediato o acontecimento local torna-se notícia de interesse nacional e global. Os acontecimentos começam a ser relatados. As informações vão alimentando sites de notícias, emissoras de rádios e de televisão sobre um domingo que horrorizou o mundo.

Nas primeiras horas, as notícias oscilaram entre questionamentos sobre o que havia acontecido e a atualização do

número e dos dados de mortos, feridos e sobreviventes. As primeiras imagens que ocupam os noticiários (sites e TVs) são captadas em frente à boate Kiss, enquanto os sobreviventes são atendidos improvisadamente na calçada e na rua. Os próprios frequentadores e transeuntes registram as cenas de pânico daquele domingo. Os primeiros jornalistas chegam ao local ainda na madrugada. Naquele momento, as notícias eram desconstruídas: sobre o número de frequentadores, de mortos e de feridos e, também, sobre as possíveis causas da tragédia.

Enquanto profissionais se deslocam de várias partes do país e até de outros continentes, a mídia local é quem assume a cobertura dos acontecimentos. Os relatos são transmitidos pela internet (imagens, fotos e textos), pelas emissoras de rádio e de TV. O mundo começava a receber informações da tragédia pelo filtro do campo jornalístico que atua em todas as mídias. As emissoras de televisão ainda coletavam suas primeiras imagens enquanto equipamentos já eram preparados para as participações ao vivo. A RBS TV Santa Maria foi a primeira emissora a transmitir ao vivo. Devido a problemas operacionais, as participações iniciais só foram possíveis a partir da principal praça da cidade, coincidentemente, localizada a poucos metros do local da tragédia.

O discurso midiático: A TV como lugar do “acontecimento relatado (AR)”

A sociedade tornou-se dependente do poder de informação de suas mídias. Sobre a televisão, especificamente, Bourdieu (2001, p. 25) afirma que “[...] há uma proporção muito importante de pessoas que não leem, que estão devotadas de corpo e alma à televisão [que] tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população”.

Em parte da programação, são os jornalistas que operam a estruturação de sentido das notícias para consumo. Isso, para Cha-

raudeau (2012, p. 33), implica a transmissão de um saber “por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que um indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber”.

Ou seja, o campo jornalístico é responsável por parte desse poder de informação, e os jornalistas com reconhecimento dos pares e o reconhecimento pela maioria, operam uma seleção e uma construção do que é selecionado e, para isso, são capazes até de “ocultar mostrando”(BOURDIEU, 2001, p. 24). Um exemplo é o que acontece em algumas notícias de tragédias em que corpos não precisam ser expostos na tela para atestar relatos jornalísticos sobre vítimas fatais.

Mesmo considerando que a televisão opera um misto de fala e imagem, numa solidariedade que torna difícil apontar quem é mais importante para a estruturação de sentido, a imagem é a representação do sensível, enquanto a palavra “usa da evocação que passa pelo conceitual” (CHARAUDEAU, p. 109-110). Ambas, imagem e conceito, gozam de relativa autonomia uma em relação à outra. Ou seja, a narrativa jornalística na televisão “pode fazer ver e fazer crer no que faz ver”: “[...]o efeito de presença é tal que toda distância espacial é abolida, [...] cria-se a ilusão de uma história se fazendo na sua cotemporalidade com o fluxo da consciência do telespectador: o acontecimento mostrado, [...] ao mesmo tempo atual e intemporal” (CHARAUDEAU, 2012, p. 111).

Prosseguindo, a transmissão ao vivo dá ao telespectador a sensação de proximidade com o acontecimento e de atualidade com a notícia.

Charaudeau (2012) afirma que um acontecimento midiático opera por modos discursivos que podem ser categorizados como acontecimento relatado (AR) ou “construção de um espaço temático rubricado”; acontecimento comentado (AC) ou “construção de um espaço problematizado” ; e acontecimento provocado (AP) ou “construção de um espaço de debate público externo às mídias”.⁴

Não é nosso objetivo fazer uma descrição detalhada do quadro proposto pelo autor, mesmo considerando que o ocorrido - a cobertura da tragédia de Santa Maria – encaixa-se em todas as categorias referidas. Porém, na amostragem coletada e analisada, entendemos privilegiado o modo discursivo de acontecimento relatado (AR):

[...] relatar o que acontece ou aconteceu no espaço público, construindo um espaço de mediação que chamamos de “acontecimento relatado” (AR). Tal acontecimento é constituído por fatos e ações dos atores que aí se acham implicados: trata-se, então de “fato relatado” (FR); mas também de palavras com declarações e reações verbais dos atores da vida pública: é o que chamamos de um “dito relatado” (DR). (CHARAUDEAU, 2012, p. 150).

E é como “fato relatado” (FR), com “descrição, explicação e reações”, que se configuram as participações da referida repórter. As mesmas são feitas ora como descrição e/ou explicação de um fato e/ou para descrever as reações sobre o referido fato.

Análise do “fato relatado (FR)”

O programa esportivo dominical Esporte Espectacular (Rede Globo)⁵ mantinha os telespectadores informados sobre a tragédia, ao vivo, do estúdio no Rio de Janeiro, ilustrando com fotografias e imagens gravadas na parte externa da boate, quando o sinal entre as duas emissoras (RBS TV Santa Maria e Rede Globo) foi estabelecido. As primeiras imagens geradas ao vivo pela TV Globo, a partir de Santa Maria, mostram a repórter Juliana Motta na praça central da cidade, localizada a cem metros da tragédia já na manhã do domingo. Charaudeau (2012) considera que, antes de transformar-se em notícia, o acontecimento passa pelo filtro da mídia que dispõe de uma estratégia de enunciação da informação. Tal condição é garantida por um contrato de comunicação que se estabelece entre a mídia e o consumidor: “Propomos chamar ‘notícia’ a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático⁶, tendo um caráter de

⁵ O Esporte Espectacular é exibido pela TV Globo desde 1º/9/1973. O programa, com 180 minutos de duração, é exibido nas manhãs de domingo, ao vivo, com média de 10 pontos de audiência. Fonte: Esporte Espectacular. <http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espectacular/e-Blog-Loucos-por-TV>. <http://loucospelatv.blogspot.com.br/2013/01/audiencia-das-tvs-sobe-15-com-tragedia.html>. A audiência do dia 27 jan 2013 de Loucos Por TV. <http://loucospelatv.blogspot.com.br/2013/01/ibope-27012013.html>.

⁶ O acontecimento é um fato no domínio do espaço público reportado em forma de minirrelato. (CHARAUDEAU, 2012, p. 132).

⁷No primeiro dia o número de vítimas fatais variou entre de 245 e 233 mortos. Após correções da autoridade pública, os dados oficiais registram que foram 231 mortos no mesmo dia e outras 11 vítimas faleceram entre a madrugada de 29 de janeiro e a manhã de 19 de maio de 2013. No Inquérito policial, a denúncia relata 242 homicídios dolosos e 623 feridos.

novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2012, p. 132).

A localização numa praça central da cidade, próximo à boate, foi a opção aos problemas técnicos que impediam a transmissão a partir dos locais relacionados ao trágico acontecimento: a fachada da boate Kiss (local da tragédia), Hospital Universitário e Hospital de Caridade (locais de assistência médica aos sobreviventes feridos) ou o Centro Desportivo Municipal (local de reconhecimento das vítimas e dos velórios). No entanto, observou-se que, ao longo da cobertura, os lugares de fala vão transitando, na ordem, entre o Centro Desportivo Municipal (tarde do primeiro dia de cobertura, para acompanhar o reconhecimento das vítimas, a perícia nos corpos e o velório coletivo), a boate Kiss (a partir do segundo dia, para acompanhar a perícia no local da tragédia) e o Hospital de Caridade (a partir do terceiro dia, para acompanhar o quadro médico dos sobreviventes feridos), porém, no quinto dia os relatos ocorrem da frente da boate Kiss (Fig.1).

É da praça da cidade, ainda com problemas técnicos no sinal via satélite, que a repórter Juliana Motta, entra ao vivo. No vídeo, ela aparece em plano médio, num fundo neutro por menos de dez segundos. A copa das árvores aparece em segundo plano, o tempo é suficiente para dizer: “Ouço sim, nós continuamos com essa informação de 245 mortos, 48 pessoas”.⁷ Após alguns segundos sem áudio e imagem, um dos apresentadores diz: “a gente perdeu o sinal com a Juliana Motta [...]”. Até então ainda não havia uma lista oficial de mortos e feridos, apesar dos dados pendentes de correções fornecidos por autoridade pública.

Para Charaudeau (2012), a tarefa da mídia é informar os acontecimentos numa “cotemporalidade enunciativa”. Ou seja, tentar aproximar ao máximo os dois momentos opostos: o instante de surgimento do acontecimento e o instante de consumo da notícia: “é o quadro temporal que define a notícia como atualidade”, ou seja, a noção de atualidade é central no contrato midiático.

Nessa entrada ao vivo, ainda sem dispor de sua principal característica (o choque das imagens, nos termos de Charaudeau), a televisão apropriou-se das características fundamentais do rádio (a magia da voz) e da imprensa (o peso das palavras) para construir a narrativa jornalística. Como nas cidades gregas e romanas de há dois milênios, nas quais era na ágora que se anunciavam os fatos mais importantes, é da ágora contemporânea (a principal praça da cidade) que a repórter inaugura o discurso sobre a tragédia, anunciando o número de mortos e feridos, mas não diz, por ter sido interrompida por problemas técnicos, de quem é “essa informação”.

No início da noite do domingo ocorreu uma participação no programa Domingão do Faustão.⁸ Foram quase 20 minutos, intercalados por relatos da repórter, da irmã de uma vítima e do apresentador. Logo na abertura, em tom sério o apresentador avisa: “Começa o Domingão. E o quarto Domingão do ano nesse país, tinha tudo para ser um domingo como todo mundo quer: com alegria, com diversão... mas isso não aconteceu”. O apresentador muda de plano, num enquadramento quase em close informa: “O país está em choque. E uma cidade em comoção, uma cidade gaúcha, que fica a 300 km de Porto Alegre”. Como tópicos de referência de Santa Maria cita “uma universidade tradicional e famosa”⁹ e “uma Base Aérea importante”¹⁰. E continua: “Você vai saber agora [...] essa tragédia gaúcha, justamente num estado no nível do Rio Grande do Sul”, para anunciar a participação da repórter, que é apresentada para relatar o fato: “Para começar, nada melhor do que informações com a repórter Juliana Motta, que é repórter da RBS, uma das principais afiliadas da Rede Globo de Televisão, para que ela faça esse relato e, principalmente, atualize os números. Informações de Juliana Motta para começar o Domingão”. Enquanto era anunciada a participação, a repórter já aparecia em segundo plano, num telão, em plano médio, em frente ao Centro Desportivo Municipal, local para onde os corpos foram levados para reconhecimen-

⁸ O Domingão do Faustão estreou na TV Globo em 26/3/1989, apresentado por Fausto Silva, reúne quadros com artistas, números musicais e situações inusitadas registradas em vídeos caseiros. O programa, em abril/2013, registrou 18 pontos de audiência (total de aparelhos) e 36% de share (participação entre os aparelhos ligados. Fonte: IBOPE: Média Workstation – Abril/13, <http://comercial.redeglobo.com.br/programacao_auditorio/domingaodofaustao_intro.php>.

⁹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada pela Lei Nº. 3.834-C (14/12/1960). Fonte: UFSM, disponível em: <http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/LEI%20N%203.834%20C,%20cria%20a%20UFG%20e%20UFSM.pdf>.

¹⁰ A cidade de Santa Maria é conhecida pela presença de estudantes e militares, principalmente do III Comando do Exército.

to e liberação para velório e sepultamento. A repórter atualiza os dados sobre o número de mortos, corpos reconhecidos e liberados para velório. O apresentador interrompe e pede: “Juliana, diante dessa situação, o clima, se é que você consegue descrever, na cidade, imagine ou sinta o drama dessas pessoas na cidade de Santa Maria, Juliana!”. E ela descreve: “Fausto, o clima aqui é de uma extrema angústia. Eu acredito que seja praticamente impossível descrever essa situação. A impressão que eu tenho é que as pessoas não acreditam em tudo o que ocorreu: 233 mortos”. Nessa parte do programa, o apresentador recorre a uma das características que assinala o local da repórter – sentimento de pertença – para atingir outra de suas características - a partilha de uma cotidianidade. Entretanto, alegando ser “impossível descrever” a situação, a repórter então usa o depoimento da irmã de uma vítima que relata o momento vivido, e num determinado trecho afirma: “não caiu a ficha ainda”. Após o relato da entrevistada, o apresentador diz:

[...]às sete e oito, nos estamos com a nossa Juliana Motta, repórter da RBS, diretamente de Santa Maria. E eu vi também com a Juliana, em algumas entrevistas que ela fez durante o dia, que algumas testemunhas disseram que correram para o banheiro e muitos morreram. Você relatou isso não foi? (PROGRAMA DO FAUSTAO, 2013).

A fala do apresentador demonstra intimidade ao utilizar a expressão “nossa Juliana Motta”, projetando-a como parte do contexto em rede nacional. Enquanto ao afirmar: “eu vi também com a Juliana”, recolocando-a no seu lugar de fala (o local), com o apresentador se projetando numa ação de “ver” junto a ela. As diversas participações ao vivo na programação nacional da Rede Globo no domingo projetam a repórter que representa o local. Nos dias seguintes, a participação do local consolida-se com o objetivo de atualizar as notícias sobre os acontecimentos que se sucedem após a tragédia: relatar sobre a situação dos feridos, a mobilização da sociedade e das autoridades, além de descrever as reações de investigação da polícia, etc..

No segundo dia, todos os principais telejornais da Rede Globo - Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo -, foram apresentados desde Santa Maria. No Bom Dia Brasil¹¹ após a confirmação oficial da lista de vítimas e o início dos enterros, as atenções voltam-se para as investigações e a perícia no local da tragédia. Ao final de uma reportagem sobre os trabalhos da perícia, aparecem imagens ao vivo da fachada da boate e a repórter Juliana Motta relata que “o MP [Ministério Público] quer pedir a prisão dos proprietários da boate Kiss”. Em seguida, ainda ao vivo, com a exibição de imagens gravadas na frente e dentro da boate, ela atualiza as informações sobre o trabalho da perícia que acontecia no local naquele momento. A participação da repórter local localizada no espaço local alcança uma função central no contrato midiático: a atualidade. Naquele momento, esclarecer as causas da tragédia era uma questão em aberto e o relato ao vivo descreve a reação da perícia policial, estabelecendo a “cotemporalidade enunciativa”.

No mesmo cenário, horas depois, a repórter participa do programa Encontro com Fátima Bernardes.¹² Logo no início do programa a apresentadora anuncia que a pauta do programa será a tragédia, inclusive com a atualização das notícias: “A repórter Juliana Motta está na porta da boate. Eu queria que você dissesse que informações a polícia passou até agora para vocês?” A repórter descreve as reações da polícia e também da perícia. Fala sobre pedidos de prisões, mas ainda sem detalhes. A apresentadora pergunta: “O trabalho da perícia permanece aí, Juliana?” Sem resposta, ela comenta: “Ela perdeu o sinal com a gente”. Na primeira participação, a atualidade do relato privilegia a descrição das reações da polícia e da perícia para identificar causas e apontar culpados.

Minutos depois, com o sinal reestabelecido, Fátima Bernardes interrompe um entrevistado e diz: “Eu vou pedir só uma pausa pra gente voltar a falar com a repórter Juliana Motta. Ela tem informações sobre as pessoas que foram presas”. E a repórter diz: “Isso mesmo, nós temos informações sobre o nome das pessoas que

¹¹ O programa faz parte da grade de programação da TV Globo desde janeiro de 1983, tem duração de 60 minutos e é exibido de 2ª a 6ª-feira. Em Abril de 2013, o programa registrou nove pontos de audiência, com 43% de participação. Fonte: IBOPE. Média Workstation – Abril/13, disponível em: <<http://comercial2.redeglobo.com.br/programacao/Pages/BomDiaBrasil.aspx#>>.

¹² O programa estreou em 25/6/2012, exibido de segunda a sexta-feira, ao vivo. Apresenta variedades e prestação de serviços, com um miniauditório. Tem oito pontos de audiência e 29% de participação. Fonte: IBOPE. Média Workstation – Abril/13, disponível em: <<http://comercial2.redeglobo.com.br/programacao/Pages/Encontros-com-Fatima-Bernardes.aspx#>>.

¹³ É um dos mais antigos telejornais da TV Globo (estrou em 21/4/1971). O JH mostra o cotidiano das cidades, informações sobre política, economia e cultura, prestação de serviços, defesa do consumidor e prestação de serviços. O informativo tem 13 pontos de audiência e 35% de participação (share). Fonte: IBOPE. Média Workstation – Abril/13, disponível em: <<http://comercial2.redeglobo.com.br/programacao/Pages/JornalHoje.aspx#>>.

foram presas”. Naquele momento a repórter atualiza a notícia ao relatar as informações descritas pela polícia.

Na terceira participação, a apresentadora informa que a repórter está com uma sobrevivente da tragédia: “É com você, Juliana!”. Com a boate em segundo plano, a repórter entrevista uma sobrevivente, para descrever detalhes da tragédia e explicar “como foi essa fuga? Como você conseguiu sair de lá com tanta gente?”

Ao longo do programa, com mais de uma hora de duração, foram três participações ao vivo, sempre intercaladas pela observação da apresentadora: “se você tiver outras informações você pode voltar. Obrigado Juliana!”. No programa, essas foram as únicas participações ao vivo de Santa Maria, que somaram quase dez minutos. Naquele momento vários repórteres da Rede Globo enviados de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) já estavam em Santa Maria para a cobertura da tragédia para exibição em todos os telejornais nacionais da emissora.

Pouco depois, a repórter fez uma das entradas ao vivo do Jornal Hoje.¹³ O programa foi exibido com um apresentador em estúdio (São Paulo) e uma apresentadora no local onde aconteceu parte dos velórios, em Santa Maria. A jornalista Sandra Annenberg da TV Globo afirma que para a cobertura “foram deslocadas equipes de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, com todo o apoio da equipe de Santa Maria” e, mais adiante, anuncia: “A repórter Juliana Motta está em frente à boate Kiss, onde peritos trabalham. Vamos para lá ao vivo: Juliana quais são suas informações?” A repórter informa: “A perícia termina ainda hoje. Agora como a gente pode observar, os técnicos da perícia vão deixar o local agora”. É a proximidade com a cotidianidade marcada pela participação da repórter, para manter a atualidade do relato dos acontecimentos, uma presentificação do “apoio da equipe de Santa Maria”.

Nos três dias subsequentes, as participações da repórter aconteceram nos programas Bom Dia Brasil e Jornal Hoje. Os assuntos relatados descrevem o dia-a-dia dos sobreviventes feridos, as

explicações das autoridades e de representantes dos envolvidos e as reações da sociedade e da polícia.

No terceiro dia, a primeira participação é no programa Bom Dia Brasil. A apresentadora anuncia: “Vamos ao vivo a Santa Maria conversar com a repórter Juliana Motta. Uma grande homenagem foi feita às vítimas, ontem à noite, não é isso?” Da fachada do Hospital de Caridade, local onde foi atendida parte dos sobreviventes feridos, a repórter confirma e relata que além das homenagens a polícia continua as investigações. Para descrever as reações da polícia, a repórter entrevista ao vivo o delegado responsável pelo inquérito judicial (“Eu vou conversar agora com o delegado”) e conta com a participação dos apresentadores que no final da entrevista de quase cinco minutos, agradecem: “Muito obrigado, muito obrigado, Juliana”, diz o apresentador e a apresentadora também repete: “Obrigada a Juliana”. Em ambos os relatos, o local é evidenciado pela proximidade com os acontecimentos para atualizar o estado de saúde dos sobreviventes e com a cotidianidade das investigações policiais da tragédia. No início da tarde do mesmo dia, a tragédia continua como tema principal do Jornal Hoje, que na abertura informa “231 filhos mortos”. Após algumas reportagens sobre a tragédia, a repórter é anunciada sem formalidade: “Vamos conversar agora com Juliana Motta que está em Santa Maria. Juliana, qual é a situação dos feridos agora?”, pergunta a apresentadora Sandra Annenberg. Em mais uma participação do local no nacional, ainda em frente ao Hospital, a repórter relata: “O IML aqui de Santa Maria divulgou três novas mortes, mas o Ministério da Saúde ainda não confirma essa informação”. As características da proximidade e atualidade são evidentes. A pergunta da apresentadora, que já havia atualizado o número de “filhos mortos”, é sobre os feridos, mas a resposta da repórter inclui a informação sobre novas mortes. A cotemporalidade enunciativa entre o acontecimento (a morte de três feridos) e a notícia (a divulgação da informação do Instituto Médico Legal - IML) é evidente quando a repórter, aproveitando-se da proximidade, coloca em realce a noção de atualidade.

No quarto dia, a tragédia continua como destaque do telejornalístico Bom Dia Brasil. As irregularidades na boate, a negligência da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros, e o drama das famílias das vítimas e dos sobreviventes são destacados na abertura. Antes da participação local ao vivo, os apresentadores falam sobre a investigação das causas do incêndio e a vistoria em casas noturnas. Para atualizar as informações, a apresentadora anuncia que “nós vamos a Santa Maria, lá está a repórter Juliana Motta. Como vão ser as vistorias, Juliana? Bom dia!”. Da frente do hospital de Caridade, a repórter descreve como o Ministério Público vai investigar as casas noturnas de Santa Maria, explica o andamento das investigações e relata as reações da população da cidade: “segue mobilizada [...]e aos poucos a cidade de Santa Maria tenta voltar a rotina”. A participação, para atualizar os acontecimentos, acrescenta informações que contemplam as características dos fatos relatados. No início da tarde, o Jornal Hoje continua destacando o número de sobreviventes hospitalizados, uma suposta tentativa de suicídio de um dos proprietários da boate e as investigações da tragédia, com a participação do local para atualizar as notícias: “Vamos direto agora conversar com Juliana Motta. Juliana, o advogado da boate deu uma entrevista agora a pouco. O quê que foi que ele falou?” A repórter, então, relata as explicações do advogado sobre situação da boate e acrescenta notícias relacionadas a tentativa de suicídio de um dos sócios da Kiss.

No quinto dia, a tragédia continua em destaque nos programas Bom Dia Brasil e Jornal Hoje. No primeiro, a participação é para atualizar informações sobre a perícia e as investigações: “Nossos repórteres acompanham as investigações da tragédia em Santa Maria”, anuncia uma das chamadas de abertura do telejornal e prossegue: “A repórter Juliana Motta tem mais informações ao vivo. Oi Juliana, bom dia!” A participação da repórter, em frente da boate Kiss, descreve as reações da perícia e as principais explicações do advogado

dos donos da boate e do comando do Corpo de Bombeiros sobre as irregularidades identificadas pela investigação policial.

No Jornal Hoje, o tema é o estado de saúde dos sobreviventes internados: “Nós vamos falar com a Juliana Motta, que está em frente a boate Kiss, ela tem as informações sobre o estado de saúde dessas pessoas internadas. Juliana, boa tarde pra você!”. A repórter então descreve a situação dos pacientes graves e em observação e relata que “a boa notícia de hoje é que 11 já respiram sem a chamada ventilação mecânica”. Entretanto, como fato atual, a repórter descreve as reações do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), que enviou especialistas para ajudar a “identificar as causas do incêndio” e “apurar se os técnicos, engenheiros e arquitetos, que assinaram os laudos da boate, tem algum tipo de responsabilidade em tudo o que ocorreu”. A última participação analisada mostra que os relatos ao vivo da repórter continuam atualizando a notícia com novos fatos, a partir de uma relação de proximidade para com os acontecimentos.

Considerações finais

O jornalismo alimenta-se da cobertura de pequenos e grandes eventos, fatos cotidianos, *fait divers*, guerras, e até catástrofes climáticas. A cobertura jornalística, como a tragédia ocorrida em Santa Maria, se estabelece numa organização interna. A cobertura da apuração dos fatos provoca emoção e exige exatidão, mesmo considerando a cotemporalidade (entre o acontecimento e o relato da notícia) pressionando pela atualidade das informações.

A cobertura, portanto, recorreu à proximidade (a participação do local) e à atualidade (notícia ao vivo) para relatar os acontecimentos. A participação local, que começa como única opção num momento em que a exigência era movida pela atualidade, revela-se uma importante estratégia para dar a noção de proximidade com os acontecimentos no transcorrer da semana. E, na referida cobertura,

¹⁴ O texto foi anteriormente apresentado na mesa promovida pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, no evento Intercom Sul, ocorrido em Santa Cruz do Sul, em maio de 2013, bem como nos trabalhos do GT Políticas e Estratégias de Comunicação do XXXVI Congresso Nacional da Intercom, em Manaus, em setembro de 2013.

o local ocupa um espaço no qual os fatos relatados (FR) dão destaque à atualidade da notícia que é descrita sempre ao vivo.

Talvez esta tenha sido a primeira vez em que uma repórter local permaneceu em rede nacional além dos primeiros momentos de cobertura. Permanece a questão se isso significou um rompimento, mesmo que breve, em relação à lógica das redes, ou se isso ocorreu devido à competência de uso dessa própria lógica.¹⁴

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

BUCCI, E. (Org.). **A Tv aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

DUARTE, A. F. A. **Jornalismo de proximidade**: O papel informativo da Imprensa local. Disponível em: <http://localmediapt.files.wordpress.com/2010/11/duarte2010-jornalismo-proximidade.pdf>. Acesso em 15/4/2013.

DUARTE, E. B. (2010). **Transposições: da tira ao produto televisual**. http://compos.com.puc-rio.br/media/gt11_elizabeth_bastos_duarte.pdf. Acesso em 20/11/2013.

JACKS, N. **Mídia nativa. Indústria cultural e cultural regional** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e social: aspectos conceituais e tendências. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, a. 26, nº 43, p. 67-84, 1º sem. 2005.

SEIBT, M.; SILVEIRA, A. C. M. da. **O surgimento da TV local e artesanal nas Terras de Fronteira do Brasil Meridional**. Anais do II Encontro Nacional da ALCAR, Florianópolis-SC, 2004.

_____. O JN e a estrela errante da produção local.

Contracampo (UFF), v. 17, p. 90-102, 2006.

UFSM. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/LEI%20N%203.834%20C,%20cria%20a%20UFG%20e%20UFSM.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2013.

Sítios eletrônicos

Atlas da Cobertura. Disponível em: <comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Totalizador.aspx>. Acesso em 12 jul.2013

Loucos por TV. Disponível em: <<http://loucospelatv.blogspot.com.br/2013/01/audiencia-das-tvs-sobe-15-com-tragedia.html>>. Acesso em 20 abr. 2013.

Loucos Por TV. Disponível em: <<http://loucospelatv.blogspot.com.br/2013/01/ibope-27012013.html>>. Acesso em 01 mai. 2013.

Esporte Espetacular. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/>>. Acesso em 20 abr. 2013.

IBOPE. Média Workstation – Abril/13. Disponível em: <http://comercial.redeglobo.com.br/programacao_auditorio/domingao-dofaustao_intro.php>. Acesso em 10 jul. 2013.

Programas de televisão

Esporte Espetacular, Rede Globo, 27 jan. 2013.

Domingão do Faustão, Rede Globo, 27 jan. 2013.

Bom Dia Brasil, Rede Globo, 28, 29, 30, 31 jan. 2013.

Encontro com Fátima Bernardes, Rede Globo, 28jan2013

Jornal Hoje, Rede Globo, 28, 29, 30, 31jan2013

5

A ARTICULAÇÃO ENTRE LOCAL E GLOBAL PELOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS

Isabel Padilha Guimarães é bolsista de estágio pós-doutoral DOCFIX Fapergs/Capes junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando no Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. Graduada em jornalismo, mestre e doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
E-mail: isabelpadilha@yahoo.com.br

Janayna Barros é mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde integra o Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. É jornalista pela mesma universidade.
E-mail: janayna_barros@yahoo.com.br

Ada Cristina Machado da Silveira é professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do CNPq. Graduada em jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é mestre em Extensão Rural pela UFSM, *magister en Ciències de la Comunicació e doctora en Periodisme* pela *Universitat Autònoma de Barcelona*. Possui estágio pós-doutoral na Sorbonne III e na Universidad Nacional de Quilmes. Lidera o Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras.
E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br

A articulação entre local e global pelos correspondentes internacionais

*Isabel Padilha Guimarães
Janayna Barros
Ada Cristina Machado da Silveira*

O incêndio na Boate Kiss, ao causar grande impacto social e emocional, promoveu o imediato deslocamento de jornalistas de diversas partes do mundo que acorreram a Santa Maria para cobrir uma das maiores tragédias já ocorridas no Brasil. Sua súbita transferência provocou duas situações em particular. De um lado, uma situação global desterritorializada, que causou um imenso choque devido ao grande número de perdas humanas, por tratar-se de um acontecimento que ultrapassa fronteiras e afeta toda a humanidade. De outro lado, tem-se um território localizado que se expande, em uma situação não-espacial, que cria e recria espaços locais (SANTOS, 2006, p. 230). Atenta-se para um espaço e tempo compartilhados pelas pessoas envolvidas direta ou indiretamente, profissionais da Comunicação, de veículos locais e nacionais e correspondentes internacionais.

Para compreender a presença de um grande número de correspondentes estrangeiros em Santa Maria para a cobertura da tragédia, usaremos a noção problematizada por Santos relacionada ao conceito de local com o objetivo de analisar como se efetuam os vínculos entre os correspondentes internacionais e esse espaço. Segundo Santos (2006, p. 214), “o mundo ganha sentido por ser esse objeto *comum*, alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação”.

Nosso corpus empírico constitui-se de diversos esforços de cobertura em situação de acontecimento de interesse internacional. Trazemos reportagens televisivas realizadas por correspondentes internacionais de grupos norte-americanos, como Shasta Darlington (CNN), Keir Simmons, (NBC News), Matt Gutman (ABC News), além de matérias realizadas pela repórter da rede árabe

Al-Jazeera, Teresa Bo e da CCTV América, rede chinesa com base nos Estados Unidos que teria deslocado correspondentes para Santa Maria. Há registros ainda da presença da rede japonesa NHK, de correspondentes da França, Cuba e Argentina.¹ Mencionamos, ademais, alguns outros trabalhos realizados dentro do contexto das agências de notícia e emissão de boletins por profissionais e alunos de jornalismo de Santa Maria.

¹ Segundo notícia de ZH (<http://m.zerohora.com.br/noticias/todas/a4026895>). Acesso em 05nov2013.

A importância do local

Santos (2006, p. 213) recorre à expressão “glocalidade” para refletir a respeito da relação entre lugar e mundo. Se, por um lado, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, cada lugar, na sua relação com o mundo, torna-se único, diferente dos demais. Pois “a uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o palco das manifestações das emoções, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas expressões da espontaneidade e da criatividade:

no lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade (SANTOS, 2006, p. 218).

A dimensão local deve ser imediatamente redescoberta pelos correspondentes internacionais no caso de um acontecimento relevante. Examinando as matérias jornalísticas divulgadas a respeito, observa-se que se, para muitas emissoras estrangeiras e até mesmo nacionais, o contexto se resume ao fato de Santa Maria ser considerada uma cidade universitária e deter um grande contingente militar, a repórter Shasta Darlington (CNN), por exemplo, percorreria o campus da Universidade Federal de Santa Maria, mostrando os laços pretos do luto. Ela se sentaria no jardim do pórtico de entrada da universidade com os estudantes para entrevistá-los. Ocuparia-se

de mostrar as salas de aula vazias, flagrando a ausência dos estudantes que faleceram, estabelecendo aí uma relação com a partilha do sensível (Fig. 1).

As dificuldades de conceber a dimensão espacial do local pode revelar-se imprecisa. Zamin (2008) alerta para o fato do conceito de local não ser facilmente demarcável, pois se trata de um lugar de articulação e partilha de cotidianidade.

O espaço geográfico é fonte de significados: o solo, o clima, a língua, a história, as tradições, as relações econômicas, políticas, socio-culturais, etc. participam da construção de valores e práticas sociais; são partilhados, apropriados e expressos. (ZAMIN, 2008, p. 3)

Toda configuração de local mobiliza a noção de proximidade de forma variada, apontaria Santos (apud BOURDIN, 2001). A proximidade possibilita a percepção e a organização da experiência na ordem das relações sociais e, também, das relações econômicas e políticas e, além disso, remete a uma espacialidade social e culturalmente construída, que exprime a pertença a um *nós* e delimita um recorte territorial. Constata-se que os correspondentes elaboram a questão da proximidade para dar conta do acontecimento.

A ordem local que reterritorializa é a do espaço banal e do irreduzível porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos como homens, empresas, instituições, formas sociais e geográficas. “O cotidiano imediato, localmente vivido, se torna a garantia da comunicação” (SANTOS, 2006, p. 231).

A presença de correspondentes em Santa Maria

Zamin (2008, p. 1) ao se referir ao local, reporta-se aos seus estudos sobre as rádios comunitárias, um contexto midiático que permite traçar um paralelo com o que ocorre em relação aos correspondentes internacionais: “A intenção de interação que aciona o local, ativa, também, processos no espaço social, como a organização de redes interpessoais [...] institucionais e interorganizacionais, geradoras, por sua vez, de formas de sociabilidade, que não

Fig. 1 - Shasta Darlington (CNN) na UFSM



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=aM8X4I1cRic>. Acesso em 10nov201

se esgotam nos subsistemas de produção e recepção”. Assim, os correspondentes internacionais precisaram se valer do local e das interações em nível local, não só para obter informações sobre a cidade, costumes, etc., como também para assimilar a ambiência, seja nas entrevistas ou no próprio uso de material de veículos de comunicação locais. Para noticiar, “o correspondente se apoia na imprensa e nos meios locais” (VIANA e LIMA, 2013, p. 5).

É possível observar a rede de vínculos que proporcionou que os vídeos sobre a tragédia produzidos pela correspondente da

CNN, Shasta Darlington (Fig. 1), contasse com o apoio de veículos locais, através, por exemplo, dos relatos do repórter Glauber Fernandes, da Band News, uma rede que se apresenta como “afiliada da CNN”, além de imagens da TV Globo e de fontes que falaram para as duas redes nacionais, cujos depoimentos foram reproduzidos pela referida rede estrangeira.

Já as primeiras cenas da tragédia, feitas minutos após o início do incêndio, exibidas em todo mundo, só foram possíveis graças às pessoas que lá se encontravam e ao trabalho de profissionais locais, que tiveram condições de chegar rapidamente ao lugar. Essas imagens, fotográficas ou em movimento, ganharam o mundo e foram reproduzidas exaustivamente pelo testemunho do momento como é o caso de uma imagem do fotojornalista Germano Roratto, do Diário de Santa Maria, que daria a volta ao mundo em 29 jornais e ocuparia quatro colunas com destaque na capa do New York Times. Como ela, outras fotos produzidas localmente rodariam em outros tantos jornais de referência (Fig. 3 a 11) e encontram-se em múltiplos repositórios da rede, como o Portal Comunique-se.

Fig. 2 – Uma foto distribuída pelo mundo



Fonte: <http://portal.comunique-se.com.br/index.php/imprensa/70805-imagens-da-rbs-que-retratam-fatalidade-rodam-o-mundo>. Acesso em 20dez2013.

Fig. 3 a 11 – Imagens de fotografos de Santa Maria pelos jornais do mundo





Verheerende Brandkatastrophe in einer Disco in Brasilien



Brandkatastrophe in einer Disco in Brasilien. Die Feuerwehr hat die Disco in Santa Maria, Brasilien, nach einem Brand geräumt. Die Feuerwehr hat die Disco in Santa Maria, Brasilien, nach einem Brand geräumt.

Welle der Gewalt in Ägypten zwei Jahre nach der Revolution

Armee übernimmt Kontrolle in Port Said, Opposition will Proteste fortsetzen

Beim Protest am 2. August in Ägypten haben sich die Demonstranten in Port Said gegen die Armee aufgelehnt. Die Armee hat die Kontrolle über die Stadt übernommen. Die Opposition will die Proteste fortsetzen.

HEUTE
Rauf des Tages

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

Buchter Vorkurs im Mail

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

Milchdosen über Brückendeckel

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

Die Lage nicht fragil

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

WU-Studenten für Zugangsregeln

Neun von zehn wollen damit, das Zugangsrecht zu erhalten.

Die WU-Studenten wollen das Zugangsrecht erhalten. Die WU-Studenten wollen das Zugangsrecht erhalten.

Schwacheln und wir

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

certi

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

SPORT



Ständig im Einsatz

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

Flüchtling auf dem Weg

Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten. Die Amerikaner haben den Iran die Atomkraft verboten.

PostBank AG
18 Monate
2,125%
Die sichere Adresse zu Sparen

DT
DAILY TRIBUNE
NIGHTCLUB INFERNO
Fire kills around 245 in Brazilian city of Santa Maria
PILGRIMAGE TURNS TRAGIC



At least 200 people were injured and 10 killed in the riot in Tokyo. The G20 summit in Tokyo, Japan, early Monday. At least 200 people were killed during the riot in Japan. (Photo: AP/Wide World)

► More action from Tokyo needed for thaw
Japan hopes to renew high-level dialogue

By Wang Shouren
 TOKYO — Japan's Ministry of Foreign Affairs said Monday that it hopes to resume high-level dialogue with China to ease tensions over the Japanese whaling vessel in the South China Sea.

The ministry said it will continue to monitor the situation in the South China Sea and will continue to work to ease tensions between the two countries. It also said it will continue to work to ease tensions between the two countries.

The ministry said it will continue to monitor the situation in the South China Sea and will continue to work to ease tensions between the two countries. It also said it will continue to work to ease tensions between the two countries.

Officials deny rumor of Bo Xilai's imminent trial

By Liu Xia

BEIJING — Chinese officials Monday denied a rumor that Bo Xilai, the former Chongqing mayor, would be tried in the next few days. The rumor had been circulating in the media since Sunday.

The rumor had been circulating in the media since Sunday. The rumor had been circulating in the media since Sunday. The rumor had been circulating in the media since Sunday.

The New York Times

EGYPT DECLARES EMERGENCY RULE IN 3 EGYPT CITIES

EGYPTIANS MARCH
 Thousands of Egyptians are protesting against the declaration of emergency rule in three cities.



SENATORS OFFER A NEW BLUEPRINT FOR IMMIGRATION

A BIPARTISAN PROPOSAL
 A bipartisan group of senators has introduced a new blueprint for immigration reform.

Frenzied Senate As Toll Tops 200 In Brazil Blast

WASHINGTON — The Senate on Monday passed a bill to ease restrictions on U.S. exports to Brazil, a move that drew sharp criticism from the White House and some lawmakers.

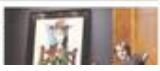
G.O.'s Carter, Looking Past Politics of Debt

WASHINGTON — House Speaker John Boehner on Monday said he would support a bill to raise the debt ceiling, despite opposition from some members of his party.



As Art Values Rise, So Do Concerns About Market's Oversight

WASHINGTON — As the art market continues to boom, some lawmakers are calling for greater oversight to protect consumers and investors.



FRONTIER BY SHARJAH AIRWAYS (RJ) JORDAN

DAWN

PML-N insists on two new provinces
By Sami Younis

Govt rejects Qadri's main demands
By Moina Khan

Forensic report 'indicates Kamran committed suicide'
By Moina Khan

PTI benches still awaiting to judge 2013
By Moina Khan

Inside... N-League ahead of PTL, PPP: US survey
By Moina Khan

Fin. 1228 10/25

21 non-stop flights a week from Pakistan to Sharjah

മാധ്യമം

245 മിറണം

എൽ.എസ്.എസ് ഭീഷണി വിണ്ടും

ബാബി ചോറുവായി കേരള പോലീസ് ഭടന്മാർ

പൊതുവേദിയിൽ ഉന്നത സ്വന്തം കുഞ്ഞു് മുട്ടുവെക്കും

20 വർഷം മുമ്പെങ്കിലും മുട്ടുവെക്കുന്ന അമ്മയ്ക്ക് കുഞ്ഞു്

കുഞ്ഞിനുള്ള അപകടം തടയാൻ്റ് കുഞ്ഞിനോടു് കണ്ണൽ തുടച്ചുവെക്കുമ്പോൾ

എൽ.എസ്.എസ് ഭീഷണി വിണ്ടും

പോലീസ് ഭടന്മാർ ചോറുവായി കേരള പോലീസ് ഭടന്മാർ



Fonte: <http://portal.comunique-se.com.br/index.php/imprensa/70805-imagens-da-rbs-que-retratam-fatalidade-rodam-o-mundo>. Acesso em 20dez2013.

Ademais da atividade de fotógrafos santa-marienses, diversos profissionais e estudantes de jornalismo locais atuavam igualmente na atividade de produzir boletins para veículos estrangeiros, valendo-se da formação multicultural de Santa Maria e do exercício corrente de um segundo idioma. O formando de Jornalismo da UFSM, Gianluca Simi, por exemplo, elaborou boletins para a Rádio France Internationale² em virtude de seu domínio do idioma francês. Às vésperas da defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre correspondentes internacionais, Simi, subitamente, foi convertido à condição daqueles que tanto estudou:

O destino parece nos pregar trópolas. No dia 27 de janeiro de 2013, um domingo que, como tal, deveria brindar a cidade com preciosas horas extras de sono, fui acordado por uma amiga ao telefone às oito da manhã. Ligações na 'madrugada' nunca trazem boas notícias, já constatava o ditado. Era o incêndio na boate Kiss [...] Virou notícia pelo país in-

² Como Simi, igualmente o formando Yuri Lima, da UFSM, atuou para a rede TeleSur.

teiro, pelo mundo. Jornalistas se aglomeravam e, mais num desserviço, bradavam dados, dados e números. Focavam nos rostos lacrimosos dos familiares. Passaram o dia inteiro a falar de detalhes e mais detalhes. A RBS publicou fotos dos corpos. O Estadão pediu que os internautas lhes enviassem os perfis do Facebook de vítimas que conhecessem. Era pura sede por sangue disfarçada de utilidade pública. De repente, vários correspondentes relatavam a tragédia para tantos outros povos. Na passagem pela CNN, a correspondente sediada em São Paulo falava sobre Santa Maria. Na BBC, a notícia vinha de tantos intermediários. A primeira nota no Facebook viera da Al-Jazeera, do correspondente também sediado no Sudeste brasileiro. Como é que eles podem falar de algo que se passou tão longe donde estavam? (SIMI, 2013, p. 102).

Em “Cronistas entrefronteiras. Crítica do cotidiano e etnografia nas memórias de correspondentes internacionais”, Simi havia estudado as memórias autobiográficas de quatro correspondentes internacionais: Richard Beeston, Edward Behr, as jornalistas Stella Pende (Itália) e Sônia Bridi (Brasil). Seu foco nas amarras geopolíticas e institucionais dos correspondentes internacionais, selecionados pela capacidade de Simi de lê-los em sua versão original, destacam-se no intento de produzir relatos humanizados e engajamento jornalístico. E veio sua primeira lição de correspondência:

mesmo que dentro das fronteiras de um país, [os correspondentes] podem estar muito longe. De fato, quão próximos chegamos daquilo que pretendemos reportar? A segunda lição veio na forma de encruzilhada. Acompanhando as informações pela internet, recebi uma mensagem de uma jornalista da *Radio France Internationale*: convidava-me a gravar um pequeno depoimento sobre o episódio. Encarei aquilo como correspondência: narrar algo que estava perto de mim para pessoas em alhures. De um lado, como poderia eu realmente fazer entender tamanha dor que se arrastava pelas lágrimas e pela completa estupefação dos santa-marienses? Por outro lado, não estava eu mesmo mais perto das coisas do que aqueles que escutariam meu depoimento? Algumas horas depois da pequena entrevista, cheia de impressões e conhecimento prévio, mas com poucos fatos e dados (um pouco porque dados eram flutuantes; outro tanto porque, por vezes, eles não conseguem dizer muito da coisa em si, não conseguem fazer sentir o que se sentiu em Santa Maria naquele domingo). Ouvi minha voz retumbar em português e em francês pelos programas da estação. No dia seguinte, a mesma jornalista me acordou com uma ligação a me convidar para fazer um boletim sobre a situação. Uma semana depois, um segundo boletim – dessa vez, sobre o Carnaval na cidade. Confesso que foi dúbio. Senti-me lisonjeado em poder participar, de certa maneira, dos esforços que narrariam ao mundo o horror do incêndio. Senti-me enojado por me sentir lisonjeado e, depois, quedei-me completamente duvidoso: afinal, quem era eu para dizer o que quer que fosse sobre algo que, nem de perto, tocou a mim e aos amigos com quem passei o domingo como to-

cou a tantas famílias, desesperadas, perdidas, trêmulas? Afinal, quem era eu, sentindo-me correspondente, e quem são mesmo os correspondentes para dizer qualquer coisa sobre o mundo? (SIMI, 2013, p. 102-3),

Uma aluna do curso de Jornalismo da UFSM relataria suas reflexões de novata trabalhando na cobertura da tragédia. Anelise Schutz Dias comentaria sua condição de repórter local e o trato com repórteres de tantas partes que acorreram a Santa Maria naqueles dias que sucederam à tragédia:

No final da manhã, repórteres de diferentes redes de comunicação, as quais até então veiculavam apenas informações repassadas pelas filiais locais, chegavam à Santa Maria. A maioria deles parecia ainda não estar ambientada com o local e, por isso, nos solicitavam informações constantemente. Queriam saber quem eram os donos da boate, como funcionavam as festas universitárias em Santa Maria, qual era o nome do prefeito e de seus secretários mais próximos, quem eram as pessoas que surgiam e eram interpeladas pela imprensa local em massa. Nesse ínterim, dividi-me entre enviar informações ao estúdio e ajudar outros repórteres. Por telefone, atendi a uma rede de televisão de Londres, que me solicitou que fizesse um boletim sobre o que eu estava vendo no Centro Desportivo Municipal. Durante as coletivas, não poucos eram os repórteres de fora do município que, com o microfone posicionado próximo ao entrevistado, perguntavam ao jornalista ao lado quem era aquela pessoa e porque ela estava concedendo tal pronunciamento. Pareciam ansiosos por não perder nenhuma informação. Porém, algumas dessas falas, estritamente ligadas ao cenário local, pouco sentindo pareciam fazer para o resto do país (DIAS, 2013, p. 10).

Seu trabalho junto à emissora de Tv comunitária local a cabo - Tv Santa Maria - seria igualmente aproveitado por correspondentes internacionais:

As imagens feitas pelo nosso cinegrafista em frente a Kiss durante os primeiros momentos do incêndio foram cedidas à Agência France-Press e foram as primeiras cenas da tragédia a rodar as televisões do mundo (DIAS, 2013, p. 8).

Seu compromisso, assim como o de Simi, fica expresso neste registro:

Enquanto telejornais do mundo inteiro noticiavam o fato, exibindo repetidamente as imagens dos primeiros momentos do incêndio, e procuravam situar o telespectador sobre as causas do incêndio, sobre onde fica o município de Santa Maria, o que era a boate Kiss, para nós, como imprensa local e comunitária, o caminho a ser seguido era outro. Devido à nossa vinculação com o território e, principalmente,

o nosso compromisso com a sociedade, se fazia desnecessária a explicação dessas questões. Nosso papel era buscar informações que pudessem orientar as ações de uma comunidade que acordou, naquela manhã de domingo, aturdida pelo som do vai-e-vem das sirenes de ambulâncias e viaturas das polícias que tomaram as ruas centrais de Santa Maria (DIAS, 2013, p. 8).

Enfatizamos assim, a distinção entre os discursos produzidos localmente e aqueles elaborados em espaços nacionais que articulam com o local e que também são utilizados pelos correspondentes. Um contexto em que se revela a preocupação dos profissionais com o localismo, em que há “uma necessidade permanente de contextualização dos fatos”, em função da complexidade da situação que exige conhecimento sobre a situação histórica, política e econômica do local (AGUIAR, 2008, p. 20).

Voltando o enfoque para o sentido *hard* de correspondência internacional, a rede estatal da China para a América – *Chinese Central Television* (CCTV) – mostrou seu apresentador, baseado em Washington, com uma imagem de fundo da madrugada do incêndio (Fig. 13, p. 136). A cadeia teve seu correspondente, Stephen Gibbs, destacado para o Rio de Janeiro (Fig. 14).

O mesmo vídeo produzido pela brasileira GloboNews, com a presidente Dilma Rousseff, teria sido usado pela CNTV e pela CNN.

Fig. 12 - A Rede CCTV América



Fonte: http://english.cntv.cn/program/general_news/20130128/103200.shtml. Acesso em 10nov2013

Uma característica, inerente à formação multicultural de Santa Maria consiste num elemento que adicionaria interesse especial aos chineses, e que poderia provir da grande produção de soja do Estado do Rio Grande do Sul para o mercado chinês. Igualmente, o interesse da cadeia Al Jazeera pode originar-se na expressiva presença árabe no Estado, habitante das fronteiras com a Argentina e Uruguai e, também, de Santa Maria.

Fig. 13 – Ao fundo imagem distribuída pela GloboNews para várias redes



Fonte: http://english.cntv.cn/program/general_news/20130128/103200.shtml. Acesso 13jan2013.

Fig. 14 – O correspondente Stephen Gibbs, da CCTV América, no Rio de Janeiro



Fonte: http://english.cntv.cn/program/general_news/20130128/103200.shtml. Acesso 13jan2013.

Os correspondentes internacionais e a densidade informacional

Segundo Viana e Lima (2013, p. 4), o jornalismo internacional é, geralmente, exercido pelo “correspondente ou enviado especial de algum veículo”. Assim, consideraremos correspondentes internacionais aqueles que reportam para seus públicos, deslocando-se pelo globo, com vistas a construir uma visão do mundo ou de reconstruí-la a partir de algumas condições produtivas e mesmo culturais. Hannerz (2004) propõe a seguinte definição para correspondentes: “Eu tomo o grupo central de correspondentes internacionais como aqueles indivíduos que estão postos em outros países que não o de origem a fim de reportar sobre eventos e características da área de trabalho através da mídia noticiosa sediada em outros lugares (geralmente em seus países de origem)” (HANNERZ, 2004, p. 5).³

As condições de trabalho dos jornalistas que atuam como correspondentes internacionais são bastante específicas e envolvem aspectos atinentes ao trato com uma realidade diferente daquela onde sua organização está sediada, distância de seus editores, dificuldades de ordem linguística e burocrática, etc.. Hannerz (2004) aponta para dois fatores que devem ser considerados pelo correspondente; de que ele deva, simultaneamente, ver o mundo através de multilentes e, ademais, ser capaz de passar a complexidade do que reporta de forma simples.

Embora as novas tecnologias tenham a capacidade de produzir conexões, parece que os correspondentes internacionais são ainda mais necessários do que no passado. Conforme Silva (2011, p. 170), isso se daria justamente devido ao grande volume e à velocidade no tráfego de informações. O correspondente teria ainda por finalidade, segundo Hannerz (2004), aproximar culturas e povos, criando pontes entre eles.

Talvez haja mais interesse em histórias sobre questões ambientais, culturais e científicas e talvez pessoas hábeis nesses campos sejam mais procuradas. Isso pode ser verdade em outros tipos de correspondência internacional, mais regionais - o que se encaixaria no argumento de que as reportagens devem ser sobre ‘sociedades e não

só Estados' (HANNERZ, 2004, p. 204).⁴

Haveria, assim, a possibilidade de reinventar a forma de reportar internacionalmente. Uma atividade que consagrou-se através das agências de notícias, como Agence France-Presse (de 1835), Associated Press (de 1846) e Reuters (de 1851), as primeiras que surgiram (Cf. SIMI, 2013). Hoje, na sua esteira, todo grupo de mídia possui sua agência, entendida como a empresa que, dentro do grupo, organiza, sistematiza e distribui todo o repertório de dados produzidos.

Fig. 15 - Correspondentes Internacionais em frente à fachada da Boate Kiss



Repórter Shasta Darlington. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=jr4apNCj004>. Acesso em 15nov2013.

Repórter Matt Gutman. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=xZAEcfkP6oA>. Acesso em 15nov2013.

Na atividade de correspondente internacional, o jornalista pode criar, ao invés de linhas de puro despacho burocrático, relatos profundos, produzindo histórias humanas e gerando o interesse em

³ No original: “I take the core group of foreign correspondents to consist of those individuals who are stationed in other countries than that of their origin for purpose of reporting on events and characteristics of the area of their stationing, through news media based elsewhere (usually in their countries of origin)”. [tradução das autoras]

⁴ No original: “There might be more interest now in stories on environmental, cultural, and scientific topics, and people with skills in such fields might be more sought after. This may be true in other, more regionally oriented kinds of foreign correspondence as well - it would fit the argument that reporting should be about ‘societies, not just states’. [tradução das autoras]

lugares, suas histórias e as pessoas que ali vivem. Os correspondentes internacionais reportam os fatos, muitas vezes tomando como referência acontecimentos semelhantes ocorridos em locais diversos. No caso dos correspondentes norte-americanos, a relação com a tragédia de Santa Maria foi favorecida pelo incêndio na Boate *The Station*, que vitimou mais de 100 pessoas, em Long Island, no Estado de Nova York, em 2003. Essa articulação favoreceria uma série de contatos posteriores entre atores sociais brasileiros e norte-americanos, bem como entre as famílias das vítimas.

O jornalismo internacional conta com a particularidade de variar seu objeto de interesse e sua abordagem de acordo com a precedência nacional do repórter que apura e com a localização geográfica do veículo ao qual a matéria se destina (AGUIAR, 2008, p. 17). É assim que a globalização provoca a redescoberta da corporeidade. Pois, ao mesmo tempo em que se tem a fluidez, a velocidade, os deslocamentos mais frequentes, o movimento, as alusões a lugares e coisas distantes, há também a revelação do corpo “como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender”. (SANTOS, 2006, p. 212).

Para assimilar a realidade do lugar, após a tragédia, a dimensão local é evidenciada pelos correspondentes internacionais, graças a sua presença física nos cenários relacionados ao acontecimento, como a fachada da boate Kiss, o ginásio onde ocorreram os velórios, os hospitais e outros locais. Nos exemplos (Fig. 14 e 15), os correspondentes internacionais das emissoras CNN, ABC News e Al-Jazeera realizam as suas “passagens” em frente à fachada da Boate Kiss e ao CDM (Centro Desportivo Municipal Miguel Sevi Viero), popularmente conhecido como Farrezão, onde ocorreram os velórios das vítimas.

Na situação da correspondência internacional ocorre o “alargamento dos contextos”, que se refere à expansão do intercâmbio, possibilitada pelo aumento do número de trocas possíveis, ocupando todos os lugares e cobrindo a superfície da Terra, graças às novas possibilidades de fluidez. (SANTOS, 2006, p. 171). Isso pode ser observado quando se assiste aos vídeos de certos corres-

pondentes internacionais em Santa Maria. Em um vídeo da rede norte-americana NBC, há um mapa do *Google Earth* (em animação), que mostra o globo terrestre se movendo, com a América do Sul em destaque. A imagem vai aproximando, respectivamente, o Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, até a cidade de Santa Maria. Noutro vídeo, a emissora britânica BBC, apresenta um mapa que localiza a Rua dos Andradas, sobre o prédio onde funcionava a boate Kiss (Fig. 17 e 18).

Fig. 16 - Repórter da Al Jazeera (Catar) no CDM



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=3viOxxuHMOI>. Acesso em 01dez2013.

Fig. 17 - Mapa com a localização da cidade de Santa Maria



Fonte: <http://www.nbcnews.com/video/nightly-news/50620817#50620817>. Acesso em 01dez2013.

Fig. 18- Mapa e foto aérea da cidade de Santa Maria



Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/world-21220308>. Acesso em 01dez2013.

Entende-se que os espaços de globalização são formados por três tipos de conteúdo ou densidade que, segundo Santos (2006, p. 171) são: os conteúdos técnicos, informacionais e comunicacionais. Os conteúdos técnicos se referem aos próprios “objetos técnicos maduros”, concebidos pelo homem, “mais perfeitos que a própria natureza”. A densidade informacional deriva da anterior:

A densidade informacional deriva, em parte, da densidade técnica. Os objetos, mesmo quando são constitucionalmente ricos em informação, podem, todavia, não ser “agidos”, permanecendo em repouso ou inatividade, à espera de um ator. A informação apenas se perfaz com a ação, de cuja intencionalidade depende o seu nível. A densidade informacional nos indica o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros

lugares, privilegiando setores e atores. A informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se ao serviço de quem tem os bastões de comando. (SANTOS, 2006, p. 171).

A terceira densidade referida é a comunicacional, que diz respeito a uma prática intersubjetiva ou transindividual, pois trata de um “tempo plural do cotidiano partilhado que é o tempo conflitual da copresença”, criando assim, uma “interdependência obrigatória e da solidariedade, geradas pelas situações de cara a cara” (SANTOS, 2006, p. 171). Trata-se do mesmo ambiente e realidade, diretamente vividos e experimentados e que são compartilhados. “São resultantes do meio social ambiente, geradas no lugar, a despeito da origem, porventura distante, dos objetos, dos homens e das ordens que os movem” (SANTOS, 2006, p. 171). Já as relações técnicas e informacionais não dependem do meio ambiente, sendo mais dependentes da tecnosfera.

Quando assistimos às matérias jornalísticas de diversos canais internacionais sobre a tragédia em Santa Maria, observamos que incorporam veículos de comunicação e jornalistas brasileiros como fontes de informação. Posteriormente, com a chegada de correspondentes estrangeiros, estes realizam boletins em frente a lugares paradigmáticos como a fachada da boate, atuando como testemunhas das consequências do horror vivido na madrugada fatídica, que será exibida e testemunhada para seus espectadores. Além disso, tem-se o relato de sobreviventes, que individualiza o drama vivido, revelando-se a densidade comunicacional. A proximidade se dá através da “contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Com a proximidade, se pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo, identidade” (SANTOS, 2006, p. 216).

A noção de copresença ganha uma nova dimensão quando associada à noção e à realidade geográfica da vizinhança, na qual há um território compartilhado. Nas cidades, esse fenômeno é ainda mais evidente, já que pessoas desconhecidas entre si trabalham conjuntamente para alcançar resultados coletivos (SANTOS, 2006, p. 216).

Maffesoli (1998, p. 11) observa o retorno do local na pós-modernidade: “primeiro indício da heterogeneização galopante que percorre as nossas sociedades. [...] tal ‘localismo’ é uma das características centrais desta época”. Ele observa o retorno, nos mais variados discursos sociais, de termos como ‘país’, ‘território’, ‘espaço’, os quais remetem ao sentimento de filiação e à partilha emocional. E, neste sentido, o lugar serve de vínculo. “Laço que não é abstrato, teórico, racional” (MAFFESOLI, 1998, p. 11). Um vínculo, que nos exemplos observados, se estabelece a partir da partilha do emocional. Quando os sobreviventes contam suas histórias, de como conseguiram escapar, falam sobre as perdas de pessoas próximas, se abrem para a câmera, falam sobre suas expectativas e o seu cotidiano, mostram suas feridas físicas e emocionais, e a partir da tragédia, criam vínculos.

Fig. 19 - A repórter da CNN Shasta Darlington entrevista uma sobrevivente.



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=jr4apNCjO04>. Acesso 03nov2013.

Fig. 20 - O repórter Keir Sommons, da rede NBC News, entrevista uma sobrevivente.



Fonte: <http://www.nbcnews.com/video/nightly-news/50620817#50620817>. Acesso em 02dez2013.

Fig. 21 - A repórter Teresa Bo, da emissora Al Jazeera, entrevista parente de uma vítima



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=3viOxxuHMOI>. Acesso 02dez2013.

Neste sentido, a presença dos correspondentes internacionais não consiste em apenas fornecer informações, mas participar de uma partilha de emoções para que seus leitores e espectadores tenham elementos humanos para avaliar os acontecimentos, pois enquanto “a ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano” (SANTOS, 2006, p. 231) com parâmetros ligados à razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática, “a ordem local funda a escala do cotidiano e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade” (SANTOS, 2006, p. 231).

O trabalho dos correspondentes internacionais gira em torno dos grandes valores de nosso tempo: democracia e desenvolvimento. A apropriação da democracia pela noticiabilidade jornalística apresenta as discontinuidades de que se constitui a vida nos diferentes continentes de nosso planeta. As forças hegemônicas e subalternas são mostradas no cotidiano das pessoas, em sua organização política que lhes favorece de maneira desigual. O desenvolvimento, enquanto noção amparada nas forças econômicas, implica no exercício de uma vigilância que tem, nos jornalistas, um exército em constante deslocamento. É dessa forma que o jornalismo alinha-se com o exercício do nascente biopoder na sociedade.

Referências bibliográficas

AGUIAR, P. **Jornalismo Internacional em redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

DIAS, A.S. **Incêndio na boate Kiss: o papel da TV Santa Maria na cobertura da tragédia**. Anais do Intercom Júnior, no DT Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/>

sul2013/resumos/R35-1387-1.pdf. Acesso em 10jan2014.

HANNERZ, U. **Foreign News: exploring the world of foreign correspondents**. Chicago: The University of Chicago, 2004.

MAFFESOLI, M. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. **Revista Famecos**, Porto Alegre. nº8, julho 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, C.E.L. da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIANA, B. C. B.; LIMA, M. É. de O. **Além das fronteiras: uma breve reflexão sobre a trajetória do Jornalismo Internacional**. Ano VI, n. 10 – jan-jun/2013.

ZAMIN, Â. A Carta a Betancourt: referência à fronteira e imbricamento dos discursos geopolítico e jornalístico. In: **Dilemas e diálogos platinos**. NUNES, A; PADOIN; OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). Dourados-MS: UFGD, 2010. p. 317-336.

SIMI, G. S. **Cronistas entrefronteiras. Crítica do cotidiano e etnografia nas memórias de correspondentes internacionais**. Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

PARTE II

MOBILIZAÇÕES E DESDOBRAMENTOS MIDIÁTICOS

6

TRAGÉDIA E SOLIDARIEDADE DIRECIONADA NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Carlos Orellana é doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Capes, atua no Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. Graduado em jornalismo, Mestre em Comunicação pela UFSM. E-mail: lapisazul2984@gmail.com

Isabel Padilha Guimarães é bolsista de estágio pós-doutoral DOCFIX Fapergs/Capes junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando no Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. Graduada em jornalismo, mestre e doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: isabelpadilha@yahoo.com.br

¹ O texto foi anteriormente apresentado na mesa promovida pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, no evento Intercom Sul, ocorrido em Santa Cruz do Sul, em maio de 2013, bem como nos trabalhos do GT Políticas e Estratégias de Comunicação do XXXVI Congresso Nacional da Intercom, em Manaus, em setembro de 2013. Foi ainda comentado no evento “Kiss: o aprendizado após a tragédia”, no 2º painel: questões psicossociais, saúde, comportamentos, realizado em outubro de 2013 na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), com apoio do Núcleo Missões de amigos, parentes e sociedade em geral na defesa dos direitos dos cidadãos vítimas da negligência do caso Kiss - Santa Maria-RS.

Tragédia e solidariedade direcionada no discurso jornalístico¹

Carlos Orellana
Isabel Padilha Guimarães

Introdução

Se a tragédia expõe as contradições da contemporaneidade, como é capaz de ser reveladora dos princípios que constituem a própria sociedade e das formas comunicacionais que nela se realizam? Trata-se de um ponto de partida primordial para a compreensão dos diversos campos sociais e da ação da comunicação.

Os habitantes do mundo líquido-moderno, acostumados a praticar a arte da vida líquido-moderna, tendem a considerar a fuga do problema como uma aposta melhor do que enfrentá-lo. Ao primeiro sinal do mal, procuram uma passagem dotada de uma porta confiavelmente pesada para trancar depois que a atravessaram. (BAUMAN, 2006, p. 95).

O desafio é compreender o modo como elementos não-racionais (perigo, medo, risco, acaso) se revelam através do discurso jornalístico sobre a tragédia, atuando na construção da legitimidade social dos veículos de comunicação.

Tragédia: o agir humano

A tragédia, na concepção do termo grego *tragoidia*, significa “peça ou poema com final infeliz”. Considera-se como um evento no qual o herói (heroína), desafiado pelas forças sobrenaturais dos deuses, não resiste e sucumbe sobre sua própria força. Desse modo, compreendemos as tragédias como narrativas que expõem a falibilidade da ação humana. A tragédia, como modelo discursivo de compreensão do real, será resgatada, posteriormente, pelo Renascimento.

A tragédia apresenta certas características como, por exemplo, se tratar de um evento imprevisível que altera o rumo dos acontecimentos, desafiando o protagonista, gerando um conflito

com desenlace trágico e destruição dos personagens. Segundo Aristóteles, a *catástrofe* “é uma acção perniciosa e dolorosa, como o são as mortes em cena, as dores veementes, os ferimentos e mais casos semelhantes”. No seu desfecho, ocorre a catarse, que purifica as emoções (idênticas a dos personagens), através do terror e da piedade que deve provocar nos espectadores.

Bauman (2006) descreve os elementos que levam ao acontecimento trágico: aversão inata à autolimitação, a transgressividade inerente, o ressentimento e o desrespeito em relação a todas as fronteiras e limites, como os fatores que levariam a humanidade a correr o risco do inadmissível.

A transgressividade, mencionada por Bauman (2006), consiste na incapacidade humana de se limitar às condições sociais impostas, tratando-se de uma tensão ou pulsão para o desrespeito às regras e um dos fatores para o surgimento de acontecimentos trágicos, isto é, quando os sujeitos não respeitam os limites (sociais, jurídicos, éticos), formando o terreno para o desenvolvimento de situações trágicas.

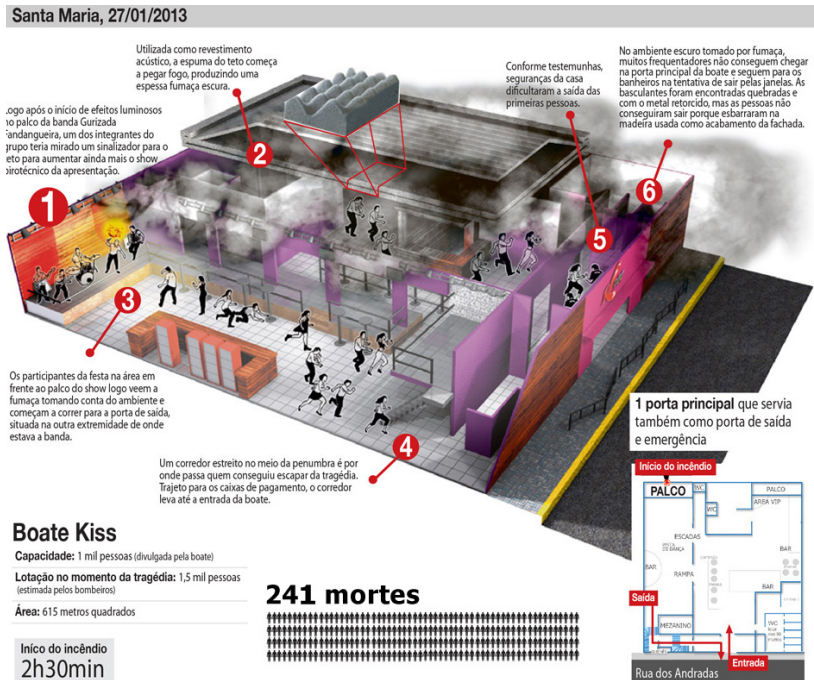
Vaz (2006, p. 17) aponta a transição da norma ao risco, como uma ideia para se pensar o poder da ação humana. Na vigência da norma, a ação humana é limitada pelo contexto social, assim como o progresso; a responsabilidade pelo sofrimento se localiza na capacidade de os indivíduos ultrapassarem esse conceito que os determina. A ideia de risco se refere a um evento, passado ou futuro dependente de uma decisão humana. Uma escolha que é feita independentemente de seu contexto social, a partir de uma escolha individual.

Na relação entre risco e ciência, o primeiro termo é o que prevalece na cultura contemporânea, na medida em que o sujeito utiliza, cada vez mais, o conhecimento científico no seu cotidiano, através dos meios de comunicação, se valendo da opinião de especialistas para a prevenção de riscos futuros. Entretanto, “a presença da ciência acarreta problemas de credibilidade para os cientistas,

na medida em que podem divergir sobre os riscos que existem e o quanto devemos nos preocupar com ele, e na medida em que sua opinião sobre riscos torna-se a base para políticas públicas” (VAZ, 2004, p. 14).

Considera-se a tragédia, portanto, como um evento singular que extrapola as condições normais de compreensão do real, superando a própria lógica racional, na qual as leis (físicas, sociais e culturais) são anuladas e colocadas temporariamente de lado. Produz ambiência na qual certos valores, ideias e sentimentos são compartilhados por um grupo social, produzindo coesão social, estimulando ação e discursos direcionados aos sujeitos.

Fig. 1 – Infográfico da tragédia do Jornal Diário de Santa Maria



Fonte: <http://seviradesign.blogspot.com.br/2013/01/infografico-sobre-tragedia-em-santa.html>. Acesso em 20/05/13.

Na tragédia grega, uma de suas particularidades se refere aos cantos corais, que tinham o papel de “conferir à ação dramática o tônus emocional, independentemente de sua interferência ou não na ação propriamente dita” (SANTOS, 2000, p. 8). O coro intervinha controlando a emoção, aumentando ou diminuindo a tensão dos diálogos. Independentemente dos personagens, também apresentava um ponto de vista, a partir de um colegiado, “de um conjunto representativo da vida em comunidade” (SANTOS, 2000, p. 8-10). Ao aprofundar a questão do coro em Eurípedes, Santos (2000) ressalta que, concomitantemente à ação dos atores em cena, que progride “de acordo com a urgência dos eventos presentes”, o coro tem liberdade de movimento, “indo ora para o passado, evocando acontecimentos e cenas distantes, ora se projetando para o futuro e mesmo desejando um presente diferente do apresentado pelas personagens”, com a possibilidade de traçar uma rede de significação para as imagens que estão sendo encenadas (SANTOS, 2000, p. 11).

Analogamente, os jornalistas se assemelham ao coro da tragédia grega. Na comparação, temos uma maneira didática de exemplificar a ação humana, através dos mesmos modelos, constituídos pelo público, atores e coro (Fig. 1). Neste contexto, os jornalistas cumpririam este papel. Através da etimologia da palavra coro, do latim *chorus* “dança em círculo, grupo de pessoas que cantavam uma tragédia”, o jornalismo, assim como o coro, cria ambiências, nas quais as pessoas sentem-se pertencentes.

Quando aborda o evento trágico, a narrativa jornalística atribui perspectivas ao sujeito moderno, através dos modelos do agir e da narrativa do agir, a partir de uma ação que já é passado, mas serve para criar o cimento social. Neste sentido, a temporalização do evento trágico é o primeiro recurso discursivo do jornalismo de destacar o evento em relação às ações cotidianas (Fig. 2). Observa-se que a data de 27 de janeiro, assemelha-se, discursivamente, ao ataque às torres gêmeas em Nova York, que ficou conhecido como o 11 de setembro.

Fig. 2 - Capa do Jornal Diário de Santa Maria de 28/01/2013



Fonte: http://blogs.diariodonordeste.com.br/papoon/wp-content/uploads/2013/01/BRA_DSM.jpg. Acesso em 20/05/13.

O que é da esfera do sofrido estará em permanente tensão com aquilo que foi espontâneo ou intencional. A intencionalidade ou a espontaneidade da tragédia é suspensa, momentaneamente, para dar lugar ao que se sente, ao que se sofreu e ao que atingiu

profundamente os sujeitos. Neste sentido, é pela ação trágica que a responsabilidade do agir será destacada historicamente no tempo e dará a dimensão da condição humana como agente produtor de transformação. Assim, a tragédia revela-se no terror e na culpabilidade que nos submergem quando, através da inexorável progressão do drama, vem à nossa consciência o que não gostaríamos de ter vivenciado.

Expor sofrimentos implica representar sua instância máxima para nossa cultura, a morte. Quando folheamos jornais ou nos colocamos diante das telas de tevê, uma primeira forma de sua presença na mídia se destaca: a morte atual, súbita e aparentemente aleatória, como em catástrofes naturais, terrorismo e crime. Aparentemente porque a representação midiática não cessa de se interrogar sobre a parcela de responsabilidade humana nesses acontecimentos (VAZ, 2006, p. 15).

A tragédia grega clássica é o mecanismo fundamental para tomada de consciência do homem sobre seu agir. Ela representa um dos primeiros modelos gestados no Ocidente sobre a ação, tanto na sua dimensão pública quanto privada. Segundo Vaz (2006, p. 14), “os meios de comunicação propõem, portanto, uma teia de causalidade vinculando o passado ao futuro, na qual o que está em jogo é o poder da ação humana diante dos sofrimentos”.

O sujeito e a sua capacidade de agir frente às situações adversas são postos à prova na tragédia. No caso específico da tragédia da boate Kiss, é neste momento que a cidade de Santa Maria ganha visibilidade, conforme expressam as capas jornalísticas (Fig. 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9).

De acordo com Vernant e Naquet (2005), o homem e sua ação alinham-se, não como realidades estáveis que podem ser definidas, mas como problemas, questões sem respostas, enigmas cujos sentidos continuam à espera de serem decifrados. A identidade concebida é aquela que emerge a partir da tragédia, como resultado dos conflitos do sujeito frente às situações adversas que, por sua vez, cria um espaço de ressonância psicológica e de question-

amento ético. Vaz (2006, p. 13) menciona que as representações de sofrimento veiculadas pela mídia afetam a ética e a política “porque elaboram e consolidam concepções de senso comum sobre responsabilidade individual e coletiva”, demarcando o poder da ação humana em relação ao passado e ao futuro.

Fig.3 – Jornal Diário Catarinense de Florianópolis



Fonte: http://blogs.diariodonordeste.com.br/papoon/wpcontent/uploads/2013/01/BRA_DC.jpg. Acesso em 20/05/13.

Como observa Maffesoli, há uma distinção entre os pensamentos dramático e trágico. Ele destaca que no drama há um evento que deve ser resolvido em termos dialéticos, enquanto no pensamento trágico há uma suspensão temporal, como se houvesse um presente contínuo e que nem sempre se encontra uma solução para o fato. Neste sentido, o trágico é referido como o “instante eterno”, pois “não se procura uma eternidade, mas sim o presente” (BARROS, 2008, p. 184).

Assim, entendemos que as mídias operam um deslize entre uma concepção dramática e uma concepção trágica do real em situações de crise de confiança, isto é, elas operam um causalismo e relegam ao limbo uma perspectiva sistêmica do acontecimento para que assim possam afirmar sua identidade em relação aos demais campos sociais, ao mesmo tempo em que usam o pensamento trágico quando necessitam da rede de afetos e de sentimentos dos sujeitos, e principalmente, quando produzem metadiscurso em relação à sua atividade. O solidarismo nas mídias funciona num deslize entre uma perspectiva trágica (de suspensão temporal e busca de sentimentos e afetos) e uma visão dramática (de busca de soluções) tendo em vista sua legitimidade.

Se a tragédia grega é a forma pela qual a pólis se reunia para congregar um complexo de sentimentos ocasionado pela quebra de confiança, gerando uma solidariedade direcionada, ela também representa o avanço do homem sobre a própria consciência. Assim, as mídias produzem narrativas sobre seu próprio exercício e fazer, legitimando o seu espaço como discurso social capaz de interpretar, compreender e mediar os demais discursos em uma situação de crise de confiança.

A mensagem trágica comunica que existem zonas de opacidade e de incomunicabilidade nas palavras trocadas pelo homem, E a ironia trágica nasce das contradições das palavras que se voltam contra ele, trazendo-lhe a experiência amarga de um sentido que não se esperava reconhecer.

Fig. 4 e 5 – A mesma foto nas capas de Veja e de Zero Hora



Fonte: http://monitor.riweb.com.br/images/stories/capa_-_veja_-_zero_hora.jpg. Acesso em 20/05/13.

Segundo Maffesoli (2008, p. 9), “ao mesmo tempo em que se observa a saturação do indivíduo indivisível e uno, há uma emergência da pessoa (persona ou máscara)”, que tem várias máscaras à disposição. Ela é plural, pertencente ao universo das “identificações múltiplas”. Barros (2008, p. 185) ressalta a mudança de concepção temporal: “No individualismo, o que está em jogo é o futuro. Na pessoa, o que está em jogo é o instante eterno. A consequência da pluralização é a multiplicação das grandes emoções compartilhadas”. Neste sentido, “os ritos piaculares, de choro, por exemplo, teriam uma função agregativa que operaria como ‘cimento social’ [...] Não se trata mais de pensarmos apenas no indivíduo racional, mas em termos de pessoas emocionais” (BARROS, 2008, p. 185).

A nebulosa afetiva se constitui a partir dos afetos e sentimentos. Assim, as situações de solidarismos se configuram como um resultado de sucessivas relações de sentimentos indefinidos que se depositam na experiência social do evento trágico. A comunidade resulta da integração de um sentimento de pertencimento experimentado pelos participantes e motivado por uma ligação emocional ou afetiva.

Fig. 6 – Capa do Jornal A Razão de Santa Maria de 28/01/2013.



Fonte: www.coturnonoturno.blogspot.com. Acesso em 20/05/13.

De acordo com Quaresma (2005, p. 86), através da constituição de comunidades emocionais que se opõe à organização racional da sociedade moderna é que “a pós-modernidade apresenta uma nova organização social apoiada num ethos comunitário, fugaz, pontual, sem o objetivo de assegurar sua permanência, reunindo-se ritualisticamente e afirmando um sentimento que o grupo tem de si mesmo”.

Solidariedade direcionada

Bauman (2006) compreende que o evento trágico está posicionado em lado oposto ao pensamento moderno, uma vez que anula o papel do agir humano em detrimento dos fatores que ele não tem condições de controlar. O autor se refere à culpa moral que pegou os homens modernos de surpresa, na medida em que a

tragédia vai contra o que espírito moderno representava, ou seja, a oposição entre as expectativas, esperanças e intenções comuns, de eliminação da condição humana da aleatoriedade, da contingência e da incompreensão perturbadoras.

Considera-se que, a partir de um evento trágico, há uma série de símbolos, formações imaginárias e estratégias discursivas que são ativadas para a produção de ações e discursos de modo a produzir uma solidariedade direcionada que é a resposta aos sentimentos e às imagens simbólicas despertadas a partir da ideia de morte, desespero e anulação da força humana frente ao irracional. Segundo Bauman (2006, p. 92), “solidariedade direcionada em resposta a desastres particularmente horrendos...”.

Neste sentido, nos reportamos ao espaço da cidade. “O lugar faz o laço, é isto mesmo que caracteriza o instante eterno”. Ao contrário de uma eternidade distante e futura que caracteriza a modernidade (e a tradição ocidental), agora ela é cristalizada no momento. Ela se especializa, ressaltando a importância do compartilhamento do espaço (físico ou simbólico) comum (MAFFESOLI, 1998).

Concomitantemente à solidariedade direcionada, pode haver o “luto direcionado”, que é o sentimento de perda súbita de um ídolo ou de uma pessoa de quem se tem estima coletiva. Mas onde se revelam os sentimentos de “solidariedade direcionada” e de “luto direcionado” que geralmente se apresentam em eventos trágicos? Bauman (2006) considera que é na crise de confiança que surgem esses sentimentos:

A crise de confiança é má notícia. De clareiras isoladas e bem protegidas, lugares onde se esperava retirar (enfim!) a armadura pesada e a máscara rígida que precisam ser usadas na imensidão do mundo lá fora, duro e competitivo, as “redes” de vínculos humanos se transformam em territórios de fronteira em que é preciso travar, dia após dia, intermináveis conflitos de reconhecimento (BAUMAN, 2006, p. 93).

Nossa hipótese é a de que o jornalismo, aos olhos dos leitores, deve cumprir o papel de construir o cenário de solidariedade dire-

cionada e tudo que escape a isto torna-se vulgar ou de mau-gosto, rapidamente observado pelo público, ao mesmo tempo em que revela a crise de confiança em que o grupo social se encontra. Como foi observado anteriormente, a tragédia é o poema ou peça com final infeliz, e na contemporaneidade se revela através da narrativa do discurso jornalístico. Assim, a reportagem narra a tragédia, com os jornalistas, em coro, narrando o final infeliz aos cidadãos da *polis*.

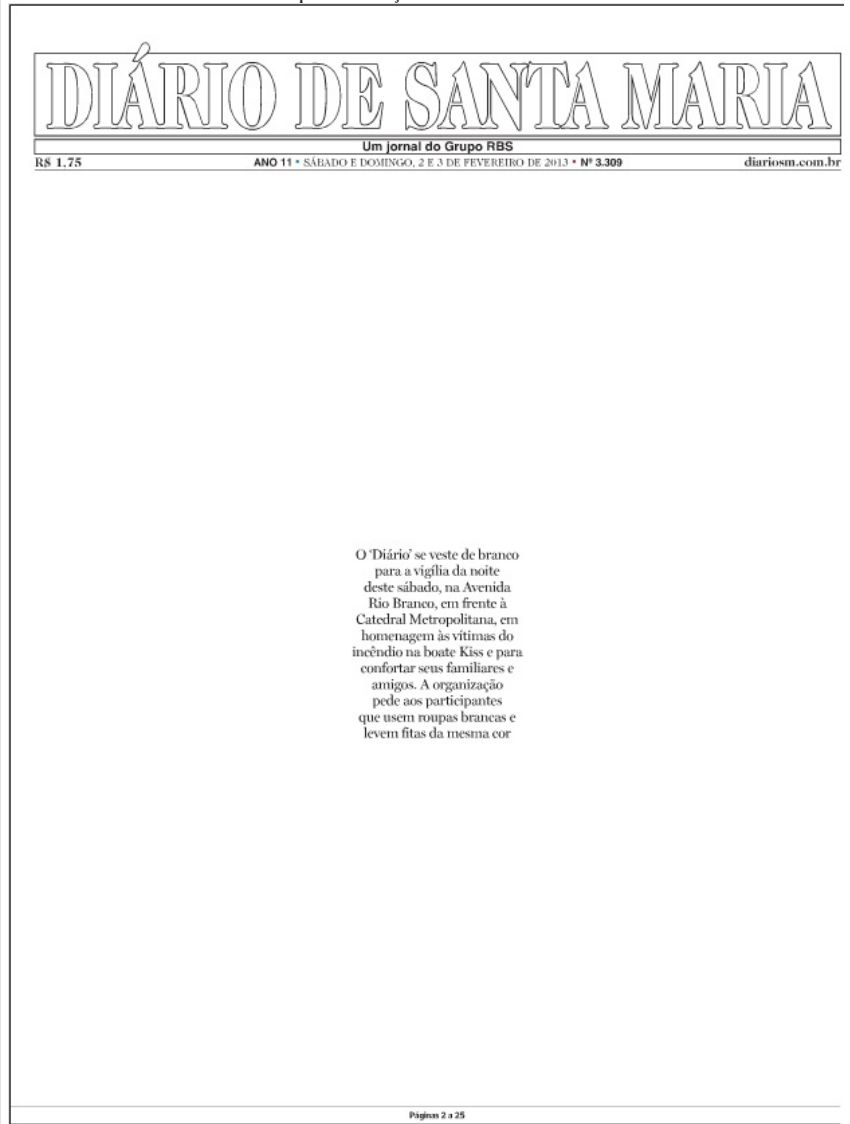
Neste sentido, as redes sociais (uma ênfase mais efêmera e emocional) e as mídias (uma ênfase mais institucional e racional) tentariam abrigar essas comunidades emocionais em eventos de solidariedade direcionada. Guiamos-nos pela ideia de que o jornalismo exerce uma função específica que seria a de desenvolver uma ambiência de solidariedade direcionada provocada pela crise de confiança gerada naquela sociedade. Trata-se da resposta socialmente esperada daqueles que produzem a narrativa diária da *polis*.

O jornalismo se constitui como uma das principais dimensões na qual se destaca a narrativa trágica na medida em que, historicamente, foi dado o papel de compreender racionalmente os eventos e localizá-los em uma perspectiva capaz de fazer sentido aos mais diversos grupos. E como o jornalismo produz narrativas nas quais, a irracionalidade, o acaso e o ilógico não fazem mais sentido, sendo postos de lado e fazendo emergir um complexo de sentimentos e afetos que interpelam o grupo social? Nestas situações de crise de confiança e tragédia, desenvolve-se uma ambiência de sentimentos, temporária e geograficamente localizada, chamada de solidariedade direcionada, através da qual o jornalismo produz um metadiscurso sobre a importância de sua atividade.

Para Maffesoli (2003, p. 13), “a comunicação é o que nos liga ao outro [...] é o que faz *reliance* (religação)”. O autor utiliza a expressão “cimento social”, já citada anteriormente, para se referir à comunicação. Noção que está implícita na socialidade. Ele se refere à comunicação como a “cola do mundo pós-moderno”, pois só podemos existir e compreendermo-nos na relação, cada um

ligado ao outro pela mediação da comunicação. “O importante é o *primum relationis*, ou seja, o princípio de relação que me une ao outro” (MAFFESOLI, 2003, p. 13).

Fig. 7 - Jornal Diário de Santa Maria
Capa da edição de 02-03/02/13.



Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/especial/br/dsm/capa-interna,14,0,0,0,A-historia-da-tragedia-na-Kiss.html>. Acesso em 20/05/13.

Fig. 8 - Jornal Diário de Santa Maria
Capa da edição de 26/02/13.



Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/especial/br/dsm/capa-interna,14,0,0,0,A-historia-da-tragedia-na-Kiss.html>. Acesso em 20/05/13.

As comunidades emocionais representariam o resultado de um processo de integração que tem como fundamento o sentimento de pertencimento experimentado pelos seus participantes e mo-

tivado por uma espécie de ligação emocional ou afetiva. Apresenta uma vontade de “estar-junto”, e o que mais importa é o compartilhamento de emoções em comum. Desse modo, Maffesoli (1998) entende a “cultura do sentimento”, constituída por relações tácteis e formas coletivas de empatia, cujo presente vivido coletivamente torna-se o principal vetor.

Fig. 9 - Jornal Diário de Santa Maria - Capa de 30/01/13.



Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/especial/br/dsml/capa-interna,14,0,0,0,A-historia-da-tragedia-na-Kiss.html>. Acesso em 20/05/13.

O autor refere-se ao sentido etimológico da palavra informação – dar forma. “Informar significa ser formado por. Trata-se da forma que forma, a forma formante”. Significa que na era da informação “não se pensa por si mesmo, mas se é pensado, formado, inserido numa comunidade de destino”. A informação também liga, une e junta (MAFFESOLI, 2003, p. 14).

O questionamento que propomos refere-se à função da atividade comunicacional e o seu papel nos demais campos sociais, refletindo sobre o modo como o jornalismo produz um discurso sobre a sua própria atividade, em situações trágicas. Nossa hipótese é a de que o exercício do jornalismo se aprofunda ainda mais em um espaço definido, no qual o vínculo social vem renovado a partir de emoções compartilhadas e de sentimentos coletivos, um dos fatores essenciais de uma vida social em transformação (MAFFESOLI, 1998).

Considerações finais

De acordo com Maffesoli (1998), insistimos tanto na ideia de desumanização do sujeito moderno e no desencantamento do mundo que nos esquecemos de observar as redes de solidariedade que se constituem. O autor compreende que através de situações de solidarismos, que servem de pano de fundo para os fenômenos grupais, podemos compreender a nebulosa afetiva ou comunidades emocionais. Através delas, a pós-modernidade apresenta uma nova organização social sem o objetivo de assegurar sua permanência, reunindo-se ritualisticamente, afirmando um sentimento que o grupo tem de si mesmo.

Todavia, ainda perguntamos qual é o papel da comunicação na constituição dessas comunidades emocionais. Como bem descreve Maffesoli (2003), a comunicação é o cimento social, a base na qual as atividades de expressão humana vão se apoiar.

A vida social baseia-se quase inteiramente na atração e na repulsão. Vibra-se em vivências de pequenas comunidades. Nisso tudo, entram motivações utilitárias, práticas, intelectuais, mas também lúdicas, oníricas, que se esgotam em si mesmas. A comunicação pode ser, como nas conversas sem razão de ser de todo dia, um ato em si: conversar por conversar, para estar junto, para passar o tempo, para dividir um sentimento, uma emoção, um momento [...] Comunicar por comunicar. (MAFFESOLI, 2003, p. 16-17).

Se a tragédia grega é a forma pela qual a *polis* se reunia para congregar de um complexo de sentimentos originado pela quebra de confiança, gerando uma solidariedade direcionada, ela é também um gênero, que melhor representa o avanço do homem sobre sua própria consciência. Assim, as mídias produzem discursos sobre seu próprio exercício, seu próprio fazer, como modo de legitimar seu espaço como discurso social capaz de interpretar, compreender e mediar os demais discursos em uma situação de crise de confiança.

Há, nessas situações que geram um complexo de sentimentos, uma metanarrativa. Este metadiscorso deve contribuir para a solidariedade direcionada e para isso, se transveste desta mesma solidariedade. Cria ambiência, pois, para ser legitimado, necessita fazer o discurso sobre si mesmo (depoimento dos jornalistas), fazendo referência sobre o mesmo sentimento, gerando uma identificação com a comunidade afetiva. Criar um metadiscorso para se validar, mas não podendo ser somente sobre si mesmo.

Segundo Charaudeau (2007), o metadiscorso se constitui numa estratégia discursiva operada no sentido de demarcar o posicionamento dos sujeitos no ato de comunicação e nas suas práticas correlacionadas, isto é, há a identificação dos sujeitos da comunicação com a solidariedade direcionada. Portanto, neste sentido, o jornalismo utiliza o metadiscorso como um processo para definir seu espaço social em momentos de crise ou comoção sem que pareça fazer uma promoção de si.

A estratégia do metadiscorso, no jornalismo, não pode ser usada gratuitamente, mas como um recurso capaz de orientar sen-

tidos sobre o fazer comunicacional em momentos de crise, sem que pareça que faz uma publicidade de si, pois em momentos trágicos, há rupturas em diversos campos sociais. Desta forma, o jornalismo garante, mesmo nestas situações, um espaço de legitimidade, apelando para a ordem do sentimento, do afetivo e do não-racional. Serve não só para criar uma ambiência, mas também designa a comunidade interpretativa no interior da comunidade afetiva. Orienta a forma como aquele sentimento deve ser expressado pelos outros, direcionando-se da comunidade interpretativa para a afetiva, gerando sentimento de pertencimento. O local fala para o nacional, através da repórter, do acento, da identificação, etc.. Se trata da própria construção da comunidade interpretativa pela mídia, que se torna afetiva e fala para o nacional, relacionando-se pelo afeto.

Compreende-se que a tragédia se prende à mobilização de um complexo afetivo que cada um de nós traz consigo, em um jogo de conflitos, de reviravoltas, de ambiguidades do cotidiano e das forças religiosas, isto é, está além do ato em si, em seus desdobramentos e contradições (VERNANT E NAQUET, 2005).

A tragédia é um catalisador das questões públicas em termos de afetos e sentimentos individuais que são reunidos numa dimensão pública através do seu caráter de evento excepcional. Portanto, esses sentimentos serão os promotores de uma ruptura da experiência social com as suas formas tradicionais, as experiências (jurídicas, sociais e políticas) do passado e do futuro. Um exemplo é a revisão e a atualização de leis contra incêndio propostas após o incêndio na boate Kiss, surgindo assim uma nova pauta de propostas do que poderia ser feito frente às condições da tragédia.

O domínio próprio da tragédia situa-se em uma zona fronteira, na qual os atos humanos vêm articular-se com o divino, inserindo-se numa ordem que ultrapassa o homem e a ele escapa. O herói trágico vem expor as contradições da cidade, sua ação denuncia o dilaceramento da consciência e as contradições que dividem o homem e a própria experiência social.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. São Paulo: Zahar, 2006.

BARROS, E. P. Maffesoli e a “investigação do sentido” – das identidades às identificações. **Ciências Sociais**, Unisinos, Set./dez.2008. Disponível em: <<http://www.imaginalis.pro.br/cms/arquivos/1285425574.pdf>>

FREIRE FILHO, J.; VAZ, P. (Orgs.). **Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre alteridade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MAFFESOLI, M. A terra fértil do cotidiano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, N. 36, ago. 2008.

_____. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº20, abr. 2003.

_____. **O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo**. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 1996.

QUARESMA, S. J. Durkheim e Weber: inspiração para uma nova sociabilidade, o neotribalismo. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política**, Florianópolis, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 81-89. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br/>>,. Acesso em: 2 mai. 2013.

SANTOS, F. B. dos. O canto na tragédia grega. **Aletria. Revista de Estudos de Literatura**. Teatro e Crítica teatral. Volume 7. Dez. 2000. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_07/ale07_fbs.pdf> Acesso em: 09 jul. 2013.

VAZ, P. Risco e Justiça. In: CALOMENI, T. C. B. **Michel Foucault** – entre o murmúrio e a palavra. Campos: Faculdade de Direito de Campos, 2004. p. 101-131. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/pvaz1.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2013.

VERNAT, J. P.; NAQUET, P. V. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2005

7

MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO FACEBOOK:

CONECTANDO SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA NO CASO DA BOATE KISS

Carolina Moro da Silva é mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Capes, é graduada em Jornalismo.
E-mail: carolmoro88@gmail.com

Liliane Dutra Brignol é professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação do da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
E-mail: lilianebrignol@gmail.com

Mobilização social no Facebook: conectando solidariedade e justiça no caso da Boate Kiss

*Carolina Moro da Silva
Liliane Dutra Brignol*

Introdução

O presente artigo insere-se no âmbito de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, que se propõe a perceber o papel do *Facebook* para a criação e organizações de mobilizações sociais no espaço online e no contexto *off-line* no caso da tragédia da Boate Kiss, em Santa Maria – RS. Com base nos conceitos de mobilização social e de redes sociais online, abordamos como as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são apropriadas para estas mobilizações e ações coletivas. No recorte desse artigo, buscamos identificar como o *Facebook* foi apropriado de modo a fortalecer os sentimentos de pertença entre os sujeitos, construindo vínculos e significados ações coletivas organizadas na cidade de Santa Maria logo depois do incêndio da boate Kiss.

A tragédia ocorreu na madrugada de domingo, dia 27 de janeiro de 2013, com o incêndio iniciado pelo uso de artefatos pirotécnicos na Boate Kiss, conhecida casa noturna da cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. O incêndio resultou na morte de 242 pessoas, a maioria jovens universitários, além de 145 pessoas internadas. O acontecimento se tornou o segundo maior incêndio do Brasil e o maior do Rio Grande do Sul.

As análises e reflexões teóricas apresentadas fazem parte de uma pesquisa mais ampla, em que buscamos entender as apropriações sociais das redes sociais online, o compartilhamento de sentimentos e a construção de identidades coletivas como elementos

que deram sentidos ao envolvimento na mobilização social no caso da tragédia. Partimos do pressuposto que o uso do *Facebook* foi importante para o processo de mobilização social, e a construção das identidades coletivas no espaço online contribuíram para que os participantes fossem às ruas.

A pesquisa parte da constatação das novas formas de mobilização através redes sociais online, em que movimentos, coletivos, associações e atores sociais independentes se apropriam da internet para engajamento e mobilização social. Como exemplo, podemos indicar uma das primeiras iniciativas de mobilização pela internet, em 1994, com o Movimento Zapatista, no México, convergindo suas ações pelo site do movimento. Ainda citamos as manifestações, em 1999, contra o encontro da Organização Mundial do Comércio, em Seattle (EUA), precedidas por ocupações urbanas ao redor do mundo. No contexto atual, os movimentos sociais em rede, assim nomeados por autores como Castells (2012), Scherer Warren (2006), Gohn (2007), entre outros, estão propondo grandes mobilizações em busca de objetivos comuns. Combinam as ações online e presenciais, organizando-se em rede.

No contexto atual, percebemos mobilizações que combinam as ações online e offline, como casos emblemáticos a chamada Revolução no Egito, em 2011, que exigiram eleições democráticas e a queda do ditador Mubarak. Com essas mobilizações no Egito procederam outras tantas nos países Árabes, levando ao que ficou conhecido como Primavera Árabe. Ainda identificamos movimentos em rede na Europa, como os Indignados na Espanha, movimento em resposta às medidas de austeridade decorrentes da crise econômica e de reivindicação por mudanças na sociedade espanhola e europeia. No contexto brasileiro, identificamos movimentos organizados através de marchas como da Maconha e das Vadias. Ainda, em 2013, acompanhamos protestos iniciados contra aumento da passagem em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e muitas ou-

tras cidades, incluindo Santa Maria, além de mobilizações contra os megaeventos promovidos no país, como a Copa das Confederações e Copa do Mundo.

É possível perceber algumas características em comum entre os movimentos mencionados, citamos que a comunicação se torna central para a organização e mobilização das ações coletivas. Ainda notamos que a produção de conteúdo pode ser feita pelos próprios sujeitos, com o protagonismo comunicacional e o desenvolvimento do empoderamento ao utilizar as redes como espaço de contrapoder.

No estudo, apresentamos o resultado de nossa observação sistemática do ambiente online, no *Facebook*, realizada em três eventos - Caminhada da Paz, Caminhada do Luto e Protesto por Justiça – que originaram duas mobilizações sociais nas ruas de Santa Maria. Com esta observação, percebemos o modo pelo qual os sujeitos se apropriaram do espaço online para a organização da mobilização social compartilhando sentidos de forma a efetivar uma ação coletiva. Chegamos aos três eventos analisados a partir de um estudo exploratório no *Facebook*, realizado entre os dias 27 de janeiro a 10 de fevereiro de 2013, de modo a conhecermos as interações sociais no ambiente e identificarmos movimentos que organizaram caminhadas e protestos no caso da Boate Kiss.

Logo após o ocorrido, as pessoas encontraram nas redes sociais online espaço potencial para organização de ações e circulação de informações. Para a organização dos voluntários, por exemplo, foi criado um grupo no *Facebook* chamado “Voluntário SM”, o qual centralizou informações, telefones e escalas de horário nos hospitais da cidade. Além disso, a investigação da polícia levou em consideração informações, fotos e outros dados postados nas redes digitais para anexar ao inquérito. Os policiais organizaram um formulário de identificação online e divulgaram em perfis no *Facebook*. Esse formulário serviu para que, durante as investigações, os delegados pudessem identificar as pessoas que estavam na boate e permitiu comprovar, a partir dos dados coletados, a lotação da boate naquela noite.

Também foram organizadas mobilizações para a investigação do ocorrido como, por exemplo, em protestos por justiça. Foram organizadas, ainda, manifestações públicas de homenagem às vítimas e grupos foram criados no *Facebook*, com o intuito de serem locais de orações para as vítimas. O assunto das mobilizações via redes sociais online pautaram jornais e telejornais pelo país e mundo e as matérias publicadas nessas mídias também foram intensamente discutidas na internet.

Uma aproximação ao conceito de mobilização social

Para refletir sobre as mobilizações em rede, é necessário retomar o conceito de mobilização social. Toro (1996) aborda que o conceito de mobilização é, às vezes, pensado como relacionado a manifestações públicas, passeatas ou concentrações de pessoas, mas a mobilização social é mais do que isso, ocorre “quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO, 1996, p.5). Ou seja, a mobilização envolve a busca de um propósito comum a partir do compartilhamento dos sujeitos com este objetivo, construindo identidades coletivas da ação. O autor ainda discorre que a participação à causa é um ato de escolha pessoal. Segundo o teórico, “convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o cotidiano” (TORO, 1996, p.5). O autor percebe a mobilização social anterior ao movimento social e identifica que o movimento seria resultado desse processo. Segundo Toro (1996), os sujeitos mobilizam-se para a resolução de problemas pontuais. Para Gohn (2008), a mobilização social “é um processo político e cultural presente em todas as formas de organizações das ações coletivas” (GOHN, 2008, p.448). Outra questão importante das mobilizações é que, a partir do ato de comunicação, há o compartilhamento de discursos e informações fundamentais para a construção dos

objetivos em comum. No processo de construção e explicitação do projeto em comum, é preciso convocar os sujeitos, ou seja, a sua adesão à causa se expressa pelas emoções. Para Toro (1996), o horizonte atrativo deve sintetizar “de uma forma atraente e válida, os grandes objetivos que se busca alcançar. Ele deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização. Ele deve tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão” (TORO, 1996, p. 20). É importante que o propósito ou a causa da mobilização reflita num consenso coletivo. O autor destaca que este tipo de consentimento não é um acordo em que os sujeitos devem negar as diferenças, mas uma aproximação na qual elas são preservadas: “As pessoas não estão necessariamente de acordo entre si, mas de acordo com alguma coisa, com uma ideia, que é colocada acima de suas divergências” (TORO, 1996, p. 21).

Percebemos, nos movimentos em rede, que os processos de organizações das mobilizações estão passando por transformações. Assim, Simeone (2007) pontua que é necessário complexificar a análise para entender as novas dimensões da ação coletiva. O autor percebe a emergência de novos sujeitos sociais e coletivos e, ainda, de novas formas de organização das mobilizações. A partir das novas dimensões, o autor reconhece algumas mudanças significativas já identificadas como: a ampliação do exercício cidadão, surgimento de movimentos constituídos por sujeitos plurais, a ampliação da representatividade social ao organizar grandes mobilizações, outras formas de alianças através das redes de movimentos, combinando diversas atividades e ações e, ainda, a atuação em redes de solidariedades.

Withaker (1993) aborda a estrutura em rede das mobilizações. Explora a passagem de uma organização piramidal das mobilizações, correspondendo aos níveis hierárquicos, para a organização em redes. A organização em rede apresenta-se como alternativa à organização piramidal. O autor indica que as redes não pretendem substituir ou se contrapor às estruturas piramidais: “há situa-

ções em que somente estas parecem ser possíveis ou desejáveis. Em outras, a estrutura em rede pode ser mais favorável à realização dos objetivos perseguidos. E há, ainda, situações em que o melhor seria exatamente a combinação de ambas as estruturas” (WITHAKER, 1993, p. 1). O autor apresenta entre as características das organizações em rede o fato de que todos têm o mesmo poder de decisão, porque decidem somente sobre sua própria ação e não sobre a dos outros. Além disso, não há dirigentes nem dirigidos, ou os que mandam mais e os que mandam menos, e todos têm o mesmo nível de responsabilidade – que se transforma em co-responsabilidade – na realização dos objetivos da rede.

Os elos básicos que dão consistência à rede são construídos a partir das informações que transitam nas conexões estabelecidas pelos integrantes, inclusive os sujeitos podem se organizar em rede apenas com o objetivo de intercâmbio de informações.

A rede de mobilização pode interligar apenas pessoas, entidades/movimentos, pessoas e entidades/movimentos, interligando diferentes sujeitos e movimentos com objetivos que a mobilização pretende alcançar. Segundo Withaker (1993), os objetivos podem ser “circulação de informações, base comum do funcionamento de todo e qualquer tipo de rede; a formação de seus membros; a criação de laços de solidariedade entre os membros; a realização de ações em conjunto” (WITHAKER, 1993, p. 3). O autor esclarece que, numa rede, a ação conjunta não precisa ser assumida por todos os sujeitos, já que a participação deve ser livre e consciente. A mobilização em rede se move quando todos e cada um de seus membros, por decisão própria, se decidam mover.

As mobilizações e as redes sociais online

Historicamente, as mobilizações sempre dependeram dos mecanismos de comunicação para as manifestações. Segundo Castells (2012), os movimentos utilizavam panfletos e manifestos, sermões, divulgando de pessoa para pessoa e por qualquer outro

meio de comunicação. Em nossa época, as mobilizações estão investindo na comunicação multimodal, em especial através das redes sociais online.

Gohn (2007) percebe que as mobilizações em rede investem e dependem da comunicação, e ainda mais da internet para as ações. A partir da ocupação do espaço online para organização e mobilização da ação há a construção de um espaço de contrapoder, em que o movimento cria identidades e vínculos a grupos dispersos e ainda gera visibilidade midiática. Segundo a pesquisadora, as mobilizações em rede constroem suas ações coletivas, que atuam para o desenvolvimento do empoderamento social. Ao construir uma comunidade em um espaço público online, se estabelece um espaço de deliberação, de reunião em que diferentes sujeitos podem opinar. Castells (2012) percebe que as mobilizações em rede se apresentam como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado.

Para Castells (2012), o tipo de interação via redes online permite uma comunicação mais rápida, autônoma, interativa, reprogramável e autopropagável às mobilizações. Para o pesquisador, “quanto mais interativa e autoconfigurável é a comunicação, menos hierárquica é a organização e mais participativo é o movimento” (CASTELLS, 2012, p. 32). Ao conectar diferentes sujeitos, a partir das TICs, há o compartilhamento de sentimentos como: indignação e solidariedade, os vínculos construídos dão união para a construção de projetos alternativos para a sociedade. Os espaços digitais podem ser pensados como espaços potenciais de contrapoder em que se destacam importantes práticas de mudanças sociais, como as comunidades baseadas no companheirismo e na solidariedade.

Afetividades e emoção nas mobilizações sociais

Do ponto de vista dos indivíduos, as mobilizações envolvem emoções e sentimentos. Os movimentos surgem não com planos e estratégias políticas, mas é a partir das experiências que aparecem

as estratégias, os planos e pessoas à frente do movimento. Castells (2012) aborda que o movimento social começa quando as emoções dos sujeitos são transformadas em ação. No processo de construção das identidades coletivas dos movimentos sociais, as experiências afetivas também são importantes para mobilizar. O autor não considera os movimentos apenas como respostas às crises econômicas, mas, ao mesmo tempo, como forma de os indivíduos produzirem sentidos para si mesmos. Gohn (2000) explica, a partir de Melucci, uma ação coletiva como “um processo interativo dentro de um campo de múltiplas possibilidades, onde a incerteza e a diversidade poderão ser base para a criação de solidariedades” (GOHN, 2000, p. 160). Neste processo, as emoções e sentimentos configuram-se como elementos importantes para a construção de ações coletivas.

No contexto da análise das mobilizações sociais em torno da tragédia da boate Kiss, não é nosso objetivo aprofundar o estudo sobre emoções e sentimentos (discussão complexa abarcada por outras disciplinas e áreas do conhecimento), mas perceber que foram fatores importantes na criação de vínculos e de união entre os manifestantes.

Jasper (2013) em seu artigo “*Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación*” explica que, por cerca de vinte anos, as emoções foram deixadas de lado em pesquisas sobre política, protestos e movimento sociais. De acordo com o autor, as emoções estão presentes em todas as fases das ações e dos movimentos sociais e considerar as emoções no processo é perceber a mobilização, a ação coletiva e os movimentos sociais de forma integral. O pesquisador aponta alguns problemas nos estudos das emoções. Um deles é considerar os sentimentos de forma inata, ou seja, perceber, por exemplo, que o medo e a ira respondem a algo dado e intacto. Os sentimentos são construídos pelos sujeitos através de relações com a cultura, a mídia e pelas interações sociais. Suas construções são acionadas a partir de diferentes classes de emoções, em situações diversas. Breton (2013) contempla que as condições sociais traduzem-se em expressões fisiológicas e psíquicas.

Castells (2012), em sua obra dedicada aos movimentos sociais em rede, esclarece que, durante o processo de surgimento de uma mobilização, podem ser percebidas emoções como a ira, quando o sujeito identifica uma ação injusta e identifica os agentes responsáveis da ação. Quando se supera o medo a partir do compartilhamento e identificação com outros sujeitos, induz-se a mobilização das ações coletivas. Para o autor, “quando o processo de ação comunicativa induz a ação coletiva e se efetua a mudança, a emoção positiva mais forte que prevalece é o entusiasmo, que potencializa a mobilização social” (CASTELLS, 2012, p. 210).

A motivação e o surgimento das mobilizações e movimentos sociais desencadeiam-se, a partir das emoções, de algum acontecimento específico. São as “emoções derivadas de algum acontecimento que ajudam os manifestantes a superar o medo e desafiar o poder, apesar do perigo inerente de suas ações” (CASTELLS, 2012, p. 210). Essa afirmação nos permite identificar a mobilização gerada pela tragédia da Boate Kiss, pressupondo que as emoções e os sentimentos de indignação com o ocorrido e a solidariedade para com os familiares e os cidadãos da cidade podem ter sido agentes motivadores.

Castells utiliza-se da teoria da inteligência afetiva, em que considera que as emoções mais importantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (uma emoção negativa) e o entusiasmo (uma emoção positiva). As emoções positivas e negativas se relacionam com o sistema de motivação básico da evolução humana: a aproximação e o distanciamento. “Os indivíduos se mostram entusiasmados quando se mobilizam por um objetivo que os importa”, afirma Castells (2012, p. 31), ao relacionar o entusiasmo com outra emoção positiva: a esperança.

Para que ocorra isso, Castells observa a necessidade das emoções positivas e a superação da emoção negativa, que gera distanciamento. A emoção negativa conduz à outra emoção negativa, a ansiedade. Outra condição para que os indivíduos se conectem e formem um movimento é a existência dos processos de comunicação. O processo

de comunicação propagaria os acontecimentos e as emoções entre os indivíduos, sendo que, “quanto mais rápido e interativo é o processo de comunicação, mais provável que se forme o processo de ação coletiva, enraizado pela indignação, impulsionado pelo entusiasmo e motivado pela experiência” (CASTELLS, 2012, p. 32).

Castells (2012) não leva em consideração apenas as emoções para a criação de vínculos para a mobilização social, pontua que as ideias, ideologias e propostas pragmáticas são indispensáveis para o passo da ação impulsionada pela emoção. Para o autor, a forma de incorporação da matéria de mudança social é um processo de comunicação. O autor ainda comenta que as redes multimodais, tanto na internet quando no espaço urbano, dão unidade às mobilizações. Esta unidade é fator chave para a ação, porque as pessoas unidas superam o medo e descobrem a esperança. Nas mobilizações, os sujeitos aderem às manifestações por seus próprios objetivos e motivações. Partindo dessas proposições teóricas, abordaremos os sentimentos observados nas mobilizações sociais em torno do incêndio da Boate Kiss.

Análise de usos do *Facebook* no caso da Boate Kiss

As redes sociais online, como ferramentas para interação social, podem agregar sujeitos dispostos a usar a ferramenta para mobilizações: “espaços utilizados para a expressão das redes sociais na internet” (RECUERO, 2009, p. 101). Nesses espaços online, é possível construir personalidade através da construção de um perfil, interagir com os comentários e ainda se visibilizar, se expor, via rede social. Alguns principais sites de redes sociais são: *Twitter*, *Orkut*, *Facebook*, *MySpace*, *Instagram*, *Pinterest*, dentre outros.

O *Facebook* é uma rede social online que funciona através de perfis, grupos, páginas, eventos e aplicativos. Os usuários criam perfis em que podem adicionar informações pessoais como idade, profissão, local de trabalho, relacionamento e círculo familiar. Ainda é possível adicionar fotos, vídeos e interagir através dos perfis com ou-

¹ A análise do estudo exploratório resultou em um artigo publicado nos Anais do Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação/ Universidade Federal de Santa Maria, GT de Estudos em Cultura e Identidade, disponível em <http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192e-d05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/OCAROLINAMORO.pdf>.

tros usuários, com postagens nos murais ou mensagens privadas. A partir do “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, os usuários podem se posicionar sobre os conteúdos que são postados no seu círculo social de amigos e contatos. Essas estruturas ajudam a entender qual o papel da ferramenta para organizar as mobilizações.

Nos dias posteriores ao incêndio na Boate Kiss, de 27 de janeiro a 10 de fevereiro, organizamos uma observação exploratória no ambiente digital, ou seja, observamos as interações dos sujeitos nos eventos, páginas e grupos criados na rede social online *Facebook*, identificando os compartilhamentos e as informações acerca do ocorrido. Com essa observação, identificamos eventos, grupos, páginas e perfis criados a partir da tragédia através de uma busca no *Facebook* a partir de palavras-chave.¹

Com o estudo exploratório, selecionamos para a pesquisa aprofundada três eventos do *Facebook*, a Caminhada do Luto e a Caminhada da Paz, que deram origem a Caminhada da Luto/Paz, e o evento Protesto por Justiça, que deu origem ao Protesto por Justiça. Como procedimentos metodológicos, observamos o ambiente online em que os eventos foram criados, e organizamos essa observação a partir de sistematização dos dados através de um instrumento de coleta de dados (Quadro 1). Em um segundo momento, partimos para o contato com os sujeitos e realizamos sete entrevistas semi-estruturadas, com os três organizadores e quatro participantes dos eventos.

Ao total, foram analisadas 129 de 1703 postagens dos eventos Caminhada da Paz e Caminhada do Luto, e 75 de 275 postagens do evento Protesto por Justiça. As postagens abrangem o antes, o durante e o depois das manifestações. O critério de escolha das postagens foram os seguintes: não ser postagens de links sem o posicionamento do ator social e não ser apenas a confirmação de participação do evento.

Quadro 1: Instrumento de coleta de dados para análise das postagens dos eventos

Nº da postagem	Tema	Conteúdo	Momento da postagem	Tipo de mídia	Oposição	Sentimentos	Adversários
----------------	------	----------	---------------------	---------------	----------	-------------	-------------

A coleta foi realizada separadamente para cada evento, de modo que as postagens foram organizadas em oito itens: 1) **número da postagem**: o número da postagem correspondente à ordem de publicação no evento; 2) **tema**: agrupados em cinco eixos, identificam o assunto das postagens, a partir das observações percebemos recorrências como: apoio a outros eventos, opinativos, apoios, postagens da mídia e palavras de ordem; 3) **conteúdo**: sobre que assunto específico tratado na postagem; 4) **momento da postagem**: se antes, durante ou depois da ação; 5) **tipo de mídia**: o formato que o conteúdo foi postado se em vídeo, foto, texto ou hiperlink; 6) **oposição**: quem a postagem indicava como principal opositor; 7) **sentimento**: o sentimento que prevaleceu no conteúdo da mensagem (ira, esperança, indignação ou solidariedade); e 8) **identidade**: o que de comum foi percebido nas mensagens e que pudéssemos indicar como vínculos criados.

Com as temáticas, item central de nossa análise, categorizamos as postagens em: postagens de **apoio a outros eventos**, quando o sujeito postava no grupo links para abaixo-assinados e sobre outros protestos marcados; **opinativos**, que apresentam contribuição à mobilização como ideia de trajeto, horário ou frases para a confecção de cartazes; as postagens de **apoio** indicavam relatos vinculados a alguma experiência pessoal com a tragédia; **postagens da mídia** indicam mensagens com links ou comentários sobre alguma matéria dos veículos de comunicação que abordava o tema Boate *Kiss*; e, por último, **palavras de ordem** indicam uma convocação e direcionamento do protesto, muitas vezes postadas pelos organizadores da mobilização.

Com as entrevistas, buscamos entender as experiências dos sujeitos nas mobilizações e seus usos da internet e do *Facebook*, além de abordar como são as apropriações da tecnologia para mobilização e o papel articulador das redes sociais online nas trajetórias dos sujeitos entrevistados. Com as entrevistas, refletimos a participação do sujeito nas mobilizações da *Kiss* e os sentidos construídos para identidades coletivas a partir das mobilizações.

Caminhada da paz/luto

A Caminha da Paz foi criada dia 27 de janeiro, às 12 horas e 47 minutos, a Caminhada do Luto também foi criada no dia 27, às 14 horas e 36 minutos, poucas horas depois do acontecimento, com a ação coletiva marcada para o dia seguinte, segunda-feira, às 22 horas, no centro da cidade de Santa Maria.

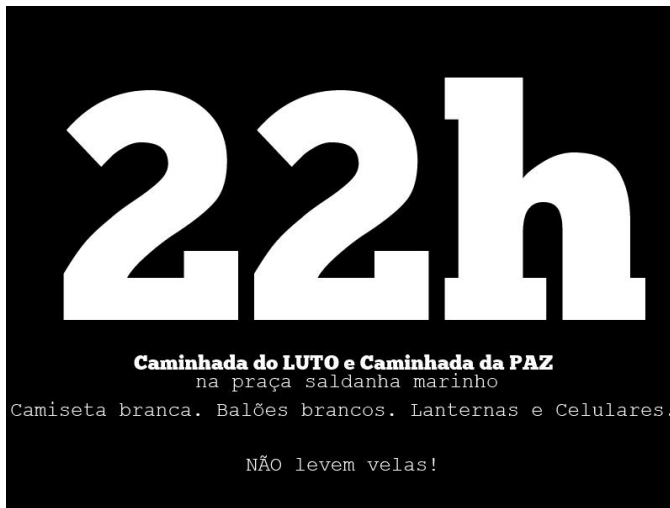
A Caminhada da Paz teve um organizador, 47.099 convidados, destes, 571 pessoas recusaram o convite e 38.456 confirmaram a participação, enquanto 679 pessoas indicaram que talvez participassem. A Caminhada do Luto teve um organizador, 47.573 convidados, 749 pessoas recusaram o convite, 10.844 confirmaram, 983 talvez participassem. Segundo notícia publicada no Diário de Santa Maria, mais de 30 mil pessoas participaram da caminhada. A notícia refere que a mobilização partiu das redes sociais online: “Depois do difícil adeus às vítimas da tragédia, a cidade se mobilizou pelas redes sociais para um culto ecumênico na Praça Saldanha Marinho e também para realizar caminhada” (Diário de Santa Maria, 29 de janeiro de 2013, p. 3).

Durante a organização nos eventos do *Facebook* foi definida a confecção de cartazes com mensagens de homenagens às vítimas, frases de apoio para os santa-marienses e à cidade, bem como às famílias que perderam parentes na tragédia. Os organizadores do evento publicaram o trajeto da caminhada, com concentração na Praça Saldanha Marinho, região central da cidade, e homenagens em frente à Kiss e no Centro Desportivo Municipal, onde os corpos das vítimas foram velados.

Os propositores de cada caminhada, apesar de não se conhecerem, tiveram ideias parecidas, com diferença de poucas horas entre a criação de uma caminhada para a outra. Este fato foi motivo de confusão nos eventos do *Facebook* entre os participantes dos eventos, que, ao longo da organização, questionavam qual era a “verdadeira” caminhada e que horário e trajetos seriam corretos.

A partir dos posicionamentos dos participantes, os organizadores resolveram unir estas duas caminhadas (Fig. 1).

Fig. 1 - cartaz elaborado pelos propositores unindo as duas caminhadas.



Durante a manifestação, o grupo caminhou de forma silenciosa, com interrupção apenas por salvas de palmas. As pessoas seguravam cartazes em homenagem aos voluntários, famílias e à cidade. Cartazes com mensagens de indignação com a fiscalização do poder público já indicavam para o encaminhamento de novos protestos ligados à busca por justiça. Naquele momento, o sentimento era de solidariedade: muitos dos participantes vestiam branco e seguravam balões brancos, um ato combinado nos eventos, como símbolo da paz.

No trajeto, o grupo seguiu para frente do local do incêndio, a boate Kiss, onde a Polícia Militar havia isolado a rua com cordões. Quando os participantes chegaram, o policiamento liberou a passagem para que os manifestantes pudessem colocar cartazes, velas e objetos como forma de homenagear as vítimas. Logo após, a caminhada seguiu pelas ruas principais de Santa Maria rumo ao

Centro Desportivo Municipal, onde prestaram homenagens aos voluntários e às vítimas através de uma salva de palmas e de abraços distribuídos com os participantes.

Com a manifestação, os familiares tiveram oportunidade de se conhecer, e, com apoio de outros participantes, se uniram na caminhada e deram início a novas manifestações. Já no final da caminhada, foi postada no evento Caminhada da Paz a necessidade de novas mobilizações com caráter de exigir as punições para com os responsáveis.

Paz e Luto no *Facebook*

Ao analisarmos as postagens no *Facebook*, reunimos o conteúdo dos eventos no *Facebook*, Caminhada da Paz e do Luto, e organizamos os dados nos períodos que correspondem ao antes, durante e depois da ação. A preparação da ação corresponde ao período em que os eventos foram criados até às 22 horas do dia 28 de janeiro de 2013. Foram publicadas 1703 postagens, dentre estas 129 constam em nossa análise. O processo de mobilização foi de 33 horas - período em que foi proposta, dialogada e construída, no ambiente online, a caminhada que contou com a participação de aproximadamente 30 mil. A conexão dos participantes foi por meio da comunicação em rede e as interações estabelecidas possibilitaram a organização da mobilização e a convocação de sujeitos feita por meio dos dois eventos.

As postagens indicadas em nossa análise correspondem ao período da organização da mobilização. Como temáticas recorrentes, encontramos os **apoios** com 56 postagens; mensagens **opinativas**, com 46 postagens (todas em forma de textos); seguidas pelas postagens de **palavras de ordem**, com 28 itens; **apoio a outros eventos**, com 4, e nenhuma postagem sobre a **mídia**. Quatro postagens analisadas continham mais de uma temática.

As postagens de **apoios** foram as predominantes. Estas contemplavam a preocupação das pessoas de que a cidade não fosse

representada apenas pela tragédia, mas mostrasse a união e a solidariedade. Encontramos postagens das pessoas que não estavam na cidade, mas deixaram mensagens de apoio à caminhada e aos familiares. Essas mensagens de apoio remetiam ao pertencimento e identificação com Santa Maria, incluindo frases de força para a cidade.

As postagens **opinativas** indicavam ideias acerca do trajeto, horários da caminhada, muitas delas afirmando não ser necessário ir ao CDM, pois não havia mais velórios no local. Podemos perceber que as postagens vão se repetindo num mesmo assunto, como o trajeto, a justificativa dos locais de homenagens, horários, união das duas caminhadas e o pedido para que não fossem usadas velas.

Nas mensagens de apoio também foram expostos pedidos e reivindicações a serem cobrados nos cartazes. No *Facebook*, encontramos poucas postagens de acusação ou pedidos por justiça. O que predominou foi que os cartazes fossem escritos em homenagens às vítimas. Outro pedido por parte dos participantes foi de não utilizar velas, um consenso por parte do grupo, as velas deveriam ser substituídas por luzes de celulares e lanternas. Também foi postado que os participantes portassem balões brancos em forma de homenagens às vítimas.

As palavras de ordem convocavam as pessoas a participar da caminhada, seja pela presença física, ou por meio de orações e pensamentos. As **postagens de apoio** a outros eventos divulgaram centros de doações, organização de voluntários e necessidades de alimentos e água no Centro Desportivo Municipal.

Durante a ação, no período em que o protesto começou até a meia noite do mesmo dia, foram publicadas 35 postagens, dentre estas duas constam em nossa análise. Percebemos a duração da ação, que foi de aproximadamente 2 horas. Por volta das 21 horas, o grupo combinou a confecção dos cartazes. As postagens foram por meio de dispositivo móvel (celular), com a narração dos fatos que aconteciam através de fotos e comentários sobre a mesma.

Após a ação, do término da caminhada até as últimas postagens coletadas no evento, no dia 11 de março de 2013, foram publicadas 303 postagens, das quais 17 constam em nossa análise. Este foi o momento de agradecimento aos manifestantes e de depoimentos pessoais de participação na caminhada. Ainda foram postadas matérias jornalísticas sobre a caminhada e propostas de novas ações. No total, foram doze postagens de apoio, três postagens da mídia, duas postagens de apoio a outros eventos e nenhuma postagem opinativa.

Sentimentos compartilhados na caminhada

A partir das análises das postagens no *Facebook* e das entrevistas, percebemos que a questão emocional foi definidora da ação coletiva, através da referência a sentimentos compartilhados – e construídos – via comunicação em rede. As temáticas relacionadas aos apoios, através dos depoimentos pessoais das experiências com a tragédia e com a própria caminhada, demonstram os vínculos entre os participantes, manifestados, por exemplo, com o sentido de união pela cidade de Santa Maria, com o reforço do fato de ser santa-mariense e a necessidade de as pessoas lutarem pela cidade.

Estas postagens remetiam à ideia de que todos os santa-marienses estavam em luto. Essa dor do luto foi um elemento importante para que as pessoas fossem às ruas como forma de um consolo compartilhado entre os que participaram da caminhada, demonstrando a importância do afeto e do sentido de solidariedade na manifestação.

A caminhada ocorreu logo após a tragédia, o que determinou ser um ato mais emocional do que reflexivo ou político. Percebemos que a necessidade era unir as pessoas através de homenagens, de forma a compartilhar a solidariedade e dor, como podemos identificar nos trechos de conteúdos postados nos eventos do *Facebook*:

Fig. 2 - Postagem após a caminhada reafirmando o caráter solidário.

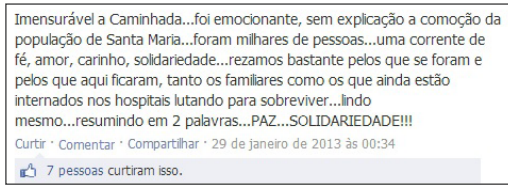
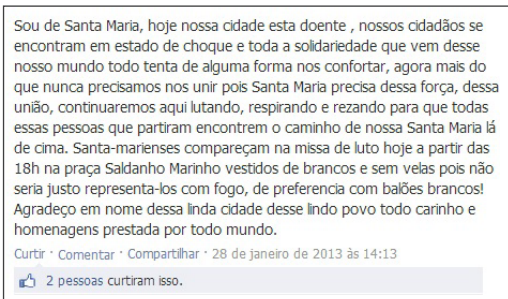


Fig. 3 - Postagem de conforto dos santa-marienses através da solidariedade.



As mensagens de solidariedade foram predominantes nos dois eventos do *Facebook*. Os entrevistados também pontuaram que perceberam o mesmo sentimento durante a ação.

Sentimento de ajuda mútua, de ajudar o próximo, de dá um abraço no próximo sem conhecer, de dar uma palavra de conforto sem nunca ter visto sabe, acho que foi isso, esse é o maior sentimento que eu pude sentir durante a manifestação. (Propositor Caminhada Luto, entrevista 9 nov. 2013).

De compartilharem a mesma dor, a mesma causa. Tu saber o que aquela pessoa estava passando. Ali todo sabia o que o outro estava passando e sabia exatamente como era. Era conforto, as pessoas que não se conheciam, dando conforto. (Propositora da Caminhada da Paz, entrevista 3 out. 2013).

A caminhada foi uma das formas através das quais os cidadãos de Santa Maria expressaram a dor num gesto de ir às ruas pela necessidade do encontro entre as pessoas. O sentimento solidário

e de homenagem foi inicialmente de fortalecimento, forma de dividir a dor e reunir forças para uma longa luta. Essa solidariedade também foi representada na vestimenta branca, pelos balões brancos e no trajeto silencioso dos manifestantes. Embora não fosse o sentimento predominante, também identificamos as primeiras iniciativas para outras mobilizações, a partir de participantes que portavam cartazes com pedidos de justiça.

Protesto por Justiça

O “Protesto por Justiça”, criado no dia 29 de janeiro, a 1 hora 47 minutos, teve a ação coletiva marcada para o mesmo dia, terça-feira às 17 horas, no centro da cidade de Santa Maria, 48 horas após incêndio na Boate Kiss. O evento criado no *Facebook* teve 29.435 convidados, 410 pessoas recusaram a participação, 1.924 confirmaram, 402 talvez participassem. Segundo entrevista, realizada com o organizador, cerca de 700 pessoas participaram do protesto.

O organizador do evento publicou no dia 29 de janeiro uma nota oficial explicando como o protesto se organizou. O objetivo exposto era “buscar justiça” e “pedir o fim da impunidade para os órgãos públicos”. Houve reunião na praça Saldanha Marinho, região central da cidade de Santa Maria, para confecção de materiais, como cartazes e faixas. O ponto de encontro do protesto foi a Câmara de Vereadores de Santa Maria, com saída para o trajeto definido para as 17 h. Num trecho da postagem, o proponente insiste que a manifestação seja pacífica: “Mais uma vez reforço que é uma manifestação pacífica! Não escrevam faixas acusando ninguém em específico, não me responsabilizo por excessos” (Publicação do organizador do Protesto por Justiça no evento do *Facebook*).

Durante a manifestação, o grupo se reuniu em frente ao gabinete do prefeito Cezar Schirmer, onde foi entregue uma carta a sua assessora, pois o prefeito não recebeu os manifestantes.

Elaborada pelos organizadores e postada no evento do *Facebook* na íntegra no dia 29 de janeiro, a carta tinha como eixo o pedido de apuração justa e ampla do ocorrido. O documento salientou a indignação das pessoas pela forma como o caso foi conduzido e argumentou ser necessária uma investigação imparcial. Abordou, ainda, a relação da mídia com as motivações da manifestação, no trecho descrito abaixo:

Pelos meios de comunicação acompanhamos algumas cenas e informações que também motivaram essa mobilização. Vários são os envolvidos e responsáveis por esse acontecimento, mas até então o que vimos foi que os componentes da banda foram algemados, enquanto que um dos donos da boate foi apenas conduzido, esse pequeno detalhe demonstrou a desigualdade de tratamento (Trecho da carta postada no evento “Protesto por Justiça”).

Após a manifestação, criou-se uma equipe de pessoas à frente da organização do protesto. Este grupo elaborou a carta a ser entregue na manifestação e também a nota oficial. Observamos postagens dos pronunciamentos oficiais em nome do grupo, e, ainda, foi criada uma página denominada “Corrente da Justiça”, administrada por esta equipe.

Por Justiça no *Facebook*

Na preparação da ação, do momento em que o evento foi criado, no dia 29 de janeiro a 1 hora e 47 minutos até as 17 horas do mesmo dia, foram publicadas 182 postagens, das quais 56 constam em nossa análise. Percebemos que os fluxos comunicacionais criados pelos participantes na rede social online *Facebook* foram definidores da organização da ação, a partir da convocação dos sujeitos a participar.

Durante o período de preparação, através do posicionamento dos participantes via ambiente online, foram construídos objetivos e foi definido o trajeto da ação. Nas postagens no evento, foram percebidos conflitos existentes entre os pares do grupo no processo

de mobilização, além da construção de objetivos comuns entre os participantes do evento.

No Protesto por Justiça, encontramos propositores, pessoas que tomaram a frente junto ao organizador do evento, que se autodenominaram como Corrente por Justiça. A partir deste grupo, há um direcionamento de como o protesto iria se organizar. Ainda assim, todos tinham liberdade de postar e/ou concordar e/ou discordar do que foi proposto.

Quando nos reportamos às postagens, no período da mobilização, as temáticas mais recorrentes foram as **opinativas**, com 19 postagens; seguidas pelas postagens das **palavras de ordem**, com 18; **postagens da mídia**, com 11; **apoio**, com 7, e, por fim, **apoio a outros eventos**, com 3. Duas das postagens analisadas continham mais de uma temática.

As postagens **opinativas** trouxeram o posicionamento dos atores sociais acerca do trajeto, horários ou frases para os cartazes, além de indicar quem deveria ser investigado e/ou punido. Em suma, as postagens opinativas seguiram ideias para a organização da ação como: o percurso do protesto, passando pela polícia civil, prefeitura, câmara de vereadores, o que ajudou a definir a quem o protesto deveria se opor. Também, nas postagens opinativas, percebemos que os sujeitos se posicionavam a respeito da punição que os órgãos públicos deveriam receber. A ideia dos locais do trajeto (polícia civil, câmara e prefeitura) indica a busca, pelo grupo, de que a investigação fosse cuidadosa, e que os representantes da prefeitura e da Câmara de Vereadores se posicionassem sobre o caso.

Nas postagens, identificamos conflitos a respeito de cobrança mais direta para com o prefeito da cidade. Ao posicionarem-se de forma direta para com o prefeito, outros participantes respondiam ser necessário incluir na ação coletiva cobranças aos bombeiros, secretários administrativos municipais responsáveis pelos alvarás e todos os órgãos públicos que tiveram alguma relação com o caso. Assim, a construção do propósito ou causa da mobili-

zação foi baseada nos conflitos, tensões e negociações que acabaram encontrando sentidos comuns.

As palavras de ordem indicam convocação e direcionamentos do protesto, muitas vezes postadas pelos organizadores da mobilização. O conteúdo das postagens foi escrito, muitas vezes, em caixa alta e no modo verbal imperativo, reafirmando seu caráter de comando e indicando de que forma os participantes deveriam se comportar na ação.

Os principais assuntos tratados nessas postagens foram indicações para que ação fosse pacífica, sem nenhuma violência ou danos para com o patrimônio público da cidade. Reafirmavam o pedido de justiça, convocando os atores sociais a se unirem e cobrar punições justas e respostas dos órgãos públicos. Ainda, em muitas delas colocavam a necessidade de que os participantes convocassem seus amigos para o evento. Com as palavras de ordem, os assuntos abordavam o modo da ação, como os participantes deveriam se portar na hora da ação, o porquê deveriam se unir e o que deveria ser cobrado.

As **postagens da mídia** indicaram mensagens com links ou comentários sobre alguma matéria dos veículos de comunicação que abordavam o tema Boate Kiss. Os principais assuntos abordados nessas postagens foram a compreensão de que a impunidade deveria ser combatida, a partir da referência a vídeo postado no evento com entrevista do criminalista Sergei Cobra, concedida ao telejornal “Jornal da Globo”, do dia 28 de janeiro, da Rede Globo de Televisão. O vídeo apresenta a entrevista feita com o advogado Sergei Cobra acerca dos possíveis culpados pelo incêndio. Em sua fala, o criminalista aponta o papel do poder público na liberação das licenças e dos alvarás da boate e inclui que as investigações deveriam ser papel da Polícia Federal, pois a Civil é instância do governo do Estado do Rio Grande do Sul, o que, na visão de Sergei, comprometeria a investigação. O criminalista sugere que a culpa não deveria recair apenas nos donos da boate e músicos, mas em todas as pessoas

que tivessem responsabilidade pela liberação e fiscalização do alvará de funcionamento e incêndio.

Essa vinculação com as notícias da mídia massiva deu bases para os posicionamentos a favor de uma investigação ampla, incluindo o poder público. Percebemos que o vídeo apresentado foi de suma importância na construção dos objetivos, argumentos e percepções acerca das posições e na construção de possíveis opositores da mobilização. Identificamos, também, a relação da mídia massiva com a mobilização, ao pautar as falas dos participantes sobre as investigações, levando em conta os posicionamentos e os argumentos do criminalista para as acusações para com o poder público.

As postagens referentes aos apoios indicavam relatos vinculados a alguma experiência pessoal com a tragédia. Em forma de texto normalmente finalizavam a postagem com frases de apoio aos familiares das vítimas e à comunidade de Santa Maria, como por exemplo: Força a todos, abraços aos participantes. Também houve o uso do pronome possessivo, em expressões como: “nossa indignação”, “nossa revolta”.

As **postagens de apoio** a outros eventos contemplavam a relação das postagens do grupo com outros eventos criados com a temática, a exemplo de abaixo-assinados e outros protestos marcados. As mensagens eram postadas em forma de texto com os hiperlinks, direcionados ao evento divulgado. Os principais assuntos foram os abaixo-assinados do cancelamento das comemorações de carnaval no Estado e o pedido de construção de memorial no local onde se localizava a boate Kiss.

Durante a ação, foram publicadas oito postagens, das quais seis constam em nossa análise. O processo de duração da ação foi de aproximadamente 2 horas. Por volta das quatro da tarde, o grupo combinou a confecção dos cartazes a partir das ideias propostas no período de mobilização no *Facebook*. As postagens foram enviadas por meio de dispositivo móvel (celular), com fotos da ação e comentários sobre a mesma. Não foram percebidas postagens

opinativas, apenas uma postagem de palavra de ordem, nenhuma postagem de comentários da mídia, seis de apoio e nenhuma de outros eventos.

Nas palavras de ordem, identificamos pedidos, em forma de texto, para que os participantes fossem até a Kiss, pois naquele momento estavam ocorrendo chamadas ao vivo em um programa televisivo. Segundo os participantes, seria uma oportunidade para mostrar a indignação de todos. Nas mensagens de apoio, 5 postagens mostravam, através de fotos postadas por celular, os participantes vestindo roupa preta em sua maioria, segurando cartazes com pedido de justiça e questionando a culpabilidade do acontecido.

Do período posterior à mobilização até as últimas postagens coletadas no evento, no dia 22 de fevereiro, foram publicadas 85 postagens, dentre estas, 13 constam em nossa análise, marcando um momento reflexivo, de avaliação do protesto. Foi sugerida a possibilidade de construir novas ações a partir da experiência do protesto por justiça. No total, foram oito postagens opinativas, duas postagens da mídia, três de apoios e nenhuma postagem de apoio a outros eventos.

Os principais assuntos das postagens opinativas foram sobre o papel do Legislativo no caso, cujos representantes não teriam se pronunciado, assim como o prefeito. Os textos reflexivos acerca da avaliação da ação e do movimento indicavam a necessidade de novas ações e relatavam que a comissão que tomou à frente da organização deveria aproveitar o momento e convocar novas ações. Nesse sentido, foram agregando novas pautas para essas ações como melhorias para os estudantes em todos os sentidos, transporte público, eventos culturais e até dificuldade em locar apartamento em Santa Maria.

As postagens da mídia indicaram comentários sobre o silenciamento das autoridades como os bombeiros, e a declaração da prefeitura de Santa Maria se eximindo da responsabilidade. Os participantes ainda usaram o evento online para manter contatos com as pessoas interessadas em continuar mobilizando-se.

Sentimentos compartilhados no Protesto por justiça

As temáticas relacionadas às palavras de ordem e as postagens opinativas deram caráter à mobilização, apresentaram objetivos comuns entre os participantes e foram levadas à rua. Entre elas, destacam-se: “protesto pacífico”, “chega de impunidade” e “lutamos por justiça”. Os entrevistados, tanto organizador como participantes do protesto, reafirmaram os objetivos na luta por justiça e na necessidade do protesto ser pacífico e imparcial:

As pessoas estavam ali não para achar um culpado ou os culpados, mas sim buscando justiça mesmo. Que as instituições e as suas representações fossem punidas por suas responsabilidades (participante número 1 do Protesto por Justiça, entrevista realizada dia 17 de outubro de 2013).

Mais uma cobrança política por justiça, cobrando a questão, desde aquele dia a gente já estava percebendo que a culpa iria cair dos menos culpados. (participante número 2 do Protesto por Justiça, entrevista realizada dia 14 de outubro de 2013).

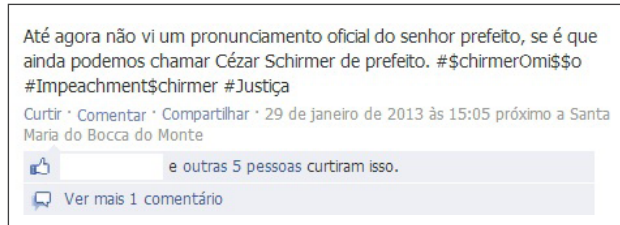
Que nos não estávamos lá, que prevíamos que iria ocorrer uma manifestação política. Colocando que era uma manifestação com pedido de justiça. Era uma manifestação apolítica, apartidária imparcial. (propositor do Protesto por Justiça, entrevista realizada dia 17 de outubro de 2013).

A construção da mobilização foi perpassada pela emoção, construída no processo da mobilização, através dos sentimentos oriundos do acontecimento, das caminhadas e da representação da tragédia na mídia. Consideramos os afetos envolvidos na manifestação como elementos de vínculo entre os participantes e, também, como motivadores para a participação no protesto. Ao longo das postagens no evento foi possível perceber a ira dos participantes com a omissão do poder público e dos donos da boate, a indignação com a possibilidade de que a investigação não levasse a uma punição justa e o entusiasmo em participar de uma ação coletiva que demonstrasse o posicionamento dos cidadãos de Santa Maria diante da tragédia.

Assim, quando nos reportamos às postagens analisadas no *Facebook*, percebemos sentimentos como ira, indignação, além de solidariedade e esperança. Dentre as 75 postagens de nossa coleta, identificamos os sentimentos em 39 delas. Duas postagens indicavam ira, 22 indignação, 11 esperança, 7 solidariedade e, em 3 postagens, encontramos a ênfase para mais de um sentimento. Cada categoria foi manifestada no evento de forma que as de indignação reportavam assuntos sobre a insatisfação dos participantes sobre a investigação não ser justa, pois deveria abarcar todos os responsáveis pela fiscalização da boate. Também foram observadas postagens sobre o “jeitinho brasileiro” das instituições públicas ao não fazer cumprir as leis ou fiscalizar indevidamente os locais privados. Houve a manifestação de indignação com o silêncio do corpo de bombeiros e da prefeitura sobre a responsabilidade no caso e contra o posicionamento da primeira dama sobre os manifestantes, que publicou postagem em seu perfil pessoal acusando os manifestantes de serem insensíveis ao propor a mobilização. Pautas gerais de cobrança de melhorias no transporte público e de outros serviços foram acrescentadas, demonstrando um sentimento mais amplo de insatisfação gerado a partir da tragédia. Assim, o sentimento de indignação prevaleceu no protesto. Já percebido nas caminhadas em homenagens às vítimas, este sentimento foi levado para o ambiente online e compartilhado entre os sujeitos. Quando os participantes citavam notícias que abordavam o papel dos órgãos públicos no caso, sustentavam esse sentimento. A indignação foi elemento de união entre os participantes.

A ira se manifestava quando os participantes pediam o *impeachment* do prefeito da cidade e ao exigir dele as responsabilidades no caso. Indicavam a revolta dos participantes quanto à falta de fiscalização, como podem ser percebidas na postagem da figura 4:

Fig. 4 - Acusações diretas para com o prefeito da cidade.



O sentimento solidário para com as famílias e vítimas se manifestou de forma a prestar homenagens. Os participantes no evento, muitas vezes de outros Estados, se posicionavam com apoio às famílias, através das orações e de pedidos de força para a cidade. A solidariedade não foi elemento principal da mobilização, mas apareceu no ambiente online na forma dos relatos e experiências pessoais com o caso.

A esperança corresponde à motivação dos participantes quando estes imaginam e projetam o futuro. Dessa forma, a esperança se manifestou nas postagens através de pedidos de mudanças no processo de fiscalizações, para que não ocorressem mais tragédias, e quando abordavam a importância da juventude para essas mudanças (Fig.5 e 6). Ainda expressavam o desejo de que, a partir do “Protesto por Justiça”, outras manifestações ocorressem para exigir direitos, através da luta e do posicionamento político da juventude.

Fig. 5 - Convocação dos jovens, a partir da capacidade para a mudança.

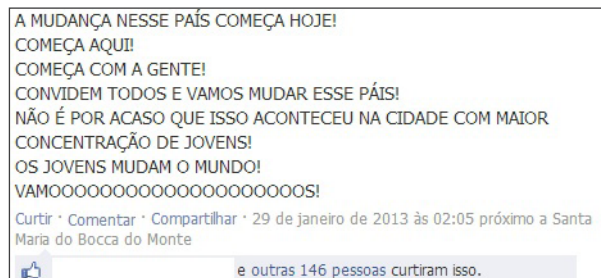
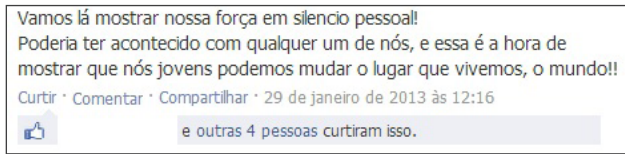


Fig. 6 - Esperança na força dos jovens para projetar mudanças na sociedade.



Nas entrevistas, os sentimentos foram citados como importantes no processo da mobilização e na idealização do Protesto por Justiça. Como afirma o propositor do evento, o sentimento construído na Caminha pela Paz foi elemento de motivação para a criação da manifestação.

O evento foi criado depois daquela Caminhada pela Paz, que teve não sei quantas mil pessoas, todo mundo de branco, foi uma festa linda, festa não, uma caminhada sensacional. Então, aproveitando aquele sentimento foi criado esse. (Propositor do Protesto por Justiça, entrevista realizada dia 17 de outubro de 2013).

Neste contexto, compreendemos que o papel dos sentimentos foi de criar vínculos, ainda que efêmeros, com o grupo através do compartilhamento da indignação com o ocorrido. O protesto também apontou para a esperança de que a investigação fosse imparcial e justa, com a projeção de mudanças para com o futuro.

Considerações finais

Através de diferentes formas de organizar manifestações, os sujeitos participantes dos eventos analisados se apropriaram das ferramentas do site de rede social *Facebook* para o encontro de pessoas com propósitos comuns e para a construção de ações coletivas que tiveram impacto no contexto local. Pensar essas mobilizações à luz da comunicação é perceber que o espaço comunicacional criado no ambiente digital foi fundamental para a organização de ações no momento imediatamente posterior ao incêndio. Assim, a solidariedade, na Caminhada da Paz/Luto, e a indignação, no Protesto por Justiça, foram importantes para a reunião das pessoas em torno de ações coletivas.

Ainda, de acordo com o pensamento de Toro (1996), no processo de construção do projeto em comum convocam-se os atores sociais também pelos afetos e pelas emoções. Estes estariam ligados ao aspecto motivacional em participar da ação coletiva, pelo compartilhamento do desejo de construção de sentidos e projetos com outros atores sociais. Os afetos são, assim, importantes na união e na vontade de estar junto em um momento de crise e de adversidade. A relação entre os afetos perpassa os processos de pertença social e o potencial individual de participação, fazendo da solidariedade e da indignação elementos de manutenção dos vínculos.

Compreendemos que o papel dos sentimentos foi de criar estes vínculos com o grupo através do compartilhamento da indignação com o ocorrido e ao se colocar no lugar do outro, por meio de gestos de solidariedade. O Protesto de Justiça foi motivado pela insatisfação e revolta diante da tragédia, mas também pela esperança de que, com a cobrança popular, a investigação fosse imparcial e justa, e a fiscalização em casas noturnas fosse mais rigorosa, de modo a projetar mudanças para o futuro. A Caminhada da Paz/Luto foi motivada pela solidariedade. Em ambos os eventos, a comunicação em rede permitiu que os afetos e as emoções fossem compartilhados e que fossem construídos vínculos sociais, que deram sentido à participação nas ruas.

O *Facebook* foi apropriado de forma espontânea através da ferramenta de criação de eventos, que permite agregar muitas pessoas em pouco tempo. A partir da combinação da organização e mobilização nas redes sociais online e no espaço urbano de Santa Maria, as ações coletivas ganharam força, o que pode ser percebido pelo número de participantes que conseguiram atingir. Assim, as ações geraram mobilização em um híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado.

Na análise, ainda foram percebidos sentimentos de revolta e indignações acerca do processo de investigação, com o medo da

impunidade no caso. Neste contexto, alguns atores sociais utilizaram-se do conteúdo midiático massivo para se posicionar e embasar seus argumentos, reforçando a necessidade de manifestação pública, sobretudo no caso do Protesto por Justiça. Na Caminhada da Paz/Luto, percebemos que foi amplamente divulgada e noticiada, gerando imagens que ganharam força em diferentes veículos de comunicação nacionais e internacionais, em um processo que pode ser entendido como a midiáticação do sentimento de dor, de luto e de solidariedade daquelas pessoas que direta ou indiretamente enfrentavam a perda dos jovens na tragédia.

Consideramos que as redes sociais online têm a possibilidade de se tornar espaços de construção de resistências, de projetos de mudança sociais e potencializar atos de protesto para pressionar o poder público. Ainda que de forma inicial e espontânea, nos eventos estudados, é possível indicar, que, ao construir um espaço público online, se constrói um ambiente de deliberação, de reunião e encontro, que pode levar à ação, seja ela no próprio ambiente online, com a troca de informações, construção de engajamentos e apoio mútuo, seja no contexto offline, com ações de voluntariado e manifestações diretas de insatisfação ou ajuda.

A partir destas mobilizações sociais, as famílias e amigos das vítimas, assim como os cidadãos santa-marienses de um modo geral, se organizaram para algo maior. Por meio dos eventos e de outros que se seguiram, foram criadas associações, movimentos organizados cobrando justiça, vigílias e acompanhamento dos indiciamentos dos acusados e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara de Vereadores de Santa Maria, entre outras ações. Ao longo do ano de 2013, percebemos que a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes (AVTSM)² e o Movimento do Luto à Luta, assim como outras associações, foram se articulando em rede com outros movimentos sociais a fim de que consigam parcerias para o fortalecimento e projeção das ações organizadas. Em uma aproximação com os protestos organizados no Brasil no mês

² A AVTSM (Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria) surgiu no dia 23 de fevereiro de 2013. Os principais objetivos da AVTSM é trabalhar pela recuperação psicológica de todos; lutar pela defesa dos direitos e interesses dos familiares das vítimas e os sobreviventes e exigir a apuração, em todas as esferas, das causas que levaram à tragédia na Boate Kiss. (fonte: <http://avtسم.org/a-avtسم/>). O Movimento do Luto à luta foi criado 27 de fevereiro, por familiares e amigos de vítimas da tragédia. O objetivo é a busca pela justiça, atuando através da ação e mobilização popular. (fonte: <https://www.facebook.com/entoSmDoLutoALuta?fref=ts>)

de junho de 2013, originados inicialmente em torno da luta contra o aumento da passagem, estes movimentos organizados também estiveram presentes nas ações promovidas em Santa Maria. Os protestos e outras formas de intervenção demonstram que a mobilização em torno da tragédia da boate Kiss é também uma ação contra a impunidade, pela justiça, de solidariedade diante do sofrimento do outro e de esperança de mudança, para que novos casos como o ocorrido em Santa Maria não se repitam.

Referências bibliográficas

BRETON, D. Le. Por una antropología de las emociones. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, Argentina. N° 10. Ano 4. Dezembro 2012. Argentina. Disponível em [www.releces.com.ar/index.php/relaces/article/view/208]. Acesso em 12 de novembro de 2013.

CASTELLS, M. **Redes de indignación y esperanza**. Madri:Alianza Editorial, 2012.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CadernoCRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

JASPER, J. M. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, Argentina. N° 10. Ano 4. Dezembro 2012. Disponível em [www.releces.com.ar/index.php/relaces/article/view/222]. Acesso em 12 de novembro de 2013.

RECUERO, R. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimento sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan/abr. 2006.

SIMEONE, M. H. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília:UNICEF – Brasil, 1996.

WHITAKER, F. **Rede: uma estrutura alternativa de organização**. Mutações Sociais, CEDAC, Rio de Janeiro, ano 2, nº 3 março/abril/maio de 1993. Disponível em: <http://inforum.insite.com.br/arquivos/2591/estrutura_alternativa_organizacao.PDF>. Acesso em 14 de maio 2013.

8

O PERFIL DO DELEGADO MARCELO ARIGONY NO FACEBOOK:

A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O INCÊNDIO NA BOATE KISS

Adriana Garcia é mestra pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
E-mail: adrigarciasm@gmail.com

Carlos Sanchotene é mestre pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e doutorando pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
E-mail: carlos_sanchotene@yahoo.com.br

¹ Para Mouillaud (1997), o dispositivo deve ser pensado como uma matriz, em que ele não comanda apenas a ordem dos enunciados, mas a própria postura do leitor. O dispositivo pode ser também entendido como um lugar de inscrição do texto que “tem uma forma que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo” (MOUILLAUD, 1997, p.35).

² Até o dia 16 de setembro de 2013 o perfil contava com 2.961 amigos e 22.482 assinantes.

O perfil do delegado Marcelo Arigony no Facebook: a circulação de sentidos sobre o incêndio na boate Kiss

Adriana Garcia
Carlos Sanchotene

Introdução

O processo de midiaticização pelo qual perpassa a sociedade constitui-se por atravessamento de lógicas e protocolos midiáticos que afetam campos sociais, sujeitos e ações (VERÓN, 1997) reformulando lógicas de contato, estabelecendo novos vínculos entre produção e recepção. Nesse contexto, as redes sociais online tornaram-se a nova mídia, “em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades” (RECUERO, 2011, p. 15). Trata-se de um momento em que consumidores estão comentando, discutindo, participando, analisando situações sociais, criticando e reivindicando. E é dentro dessa perspectiva que se torna necessário debater, perceber, constituir e analisar o contexto oferecido pelo momento da mídia social online.

Não se trata apenas de pretender observar como tais âmbitos funcionam enquanto dispositivos¹ interacionais; mas sobretudo de perceber esse tipo de dispositivo como fortemente caracterizador da sociedade contemporânea – sugerindo que a sociedade está tentando desenvolver processos diversificados de auto-percepção em termos comunicacionais (BRAGA, 2010a).

Nesse sentido, buscamos fazer um estudo de caso dos sentidos em circulação sobre o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, que vitimou 242 pessoas, além de deixar centenas de outras pessoas feridas. Analisamos o perfil² no *Facebook* do delegado Marcelo Mendes Arigony (<https://www.facebook.com/>

Delegado Arigony) que investigou o caso. Trata-se, portanto, de um representante institucional (Delegacia de Polícia Civil), um “ator social” que mantém um perfil na rede social expondo opiniões e mantendo um contato com o público. Assim, nosso objeto de análise busca compreender o que ocorre na esfera da circulação (FAUSTO NETO, 2010; VERÓN, 2012), ou seja, os efeitos de sentido a respeito da tragédia.

Midiatização e circulação em redes sociais online

Nesse artigo, buscamos estudar um processo comunicacional em instauração, ou seja, os sentidos em circulação por meio da rede social *Facebook*. Trata-se, portanto, de processos constitutivos por transformação em que dispositivos sócio-técnicos funcionam articulando as possibilidades relacionais entre os participantes que, por sua vez, vão dando forma tendencial aos dispositivos (BRAGA, 2010a). Ao estudarmos comunicação, estamos lidando com processualidades não engessadas, com objetos que são mutantes por questões temporais e tecnológicas. Esse contexto é reflexo do atual estágio de midiatização social em que lógicas e processos midiáticos permeiam e constituem as relações sociais na contemporaneidade.

Desse modo, ao analisarmos o perfil do delegado Marcelo Arigony no *Facebook*, estamos observando, de um lado, o funcionamento dessas novas lógicas, ou seja, um representante institucional que por meio de lógicas de mídia interage com o público. Tal processo vai ao encontro das proposições de Stig Hjarvard (2012) ao refletir sobre os modos como a mídia molda novos padrões de interação. Para o autor, os meios de comunicação não são apenas tecnologias que as organizações, os partidos ou os indivíduos podem optar por utilizar – ou não utilizar – como bem entenderem.

Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor

grau, a submeterem-se a sua lógica (HJARVARD, 2012, p. 54).

Nesse cenário, podemos observar novos padrões de construção discursiva da realidade que estão sendo instituídos a partir do uso das tecnologias convertidas em meio. Com a emergência de atores sociais convertidos em protagonistas das cenas discursivas, estes passam a atuar como cogestores/coprodutores dos processos comunicativos, pois movem-se pelas lógicas midiáticas, fazendo uso de técnicas, operações, estratégias e protocolos, atuando em um espaço e fazendo uso de ferramentas antes predominantemente operadas pelo campo jornalístico. Como postula Verón (2007, p. 14), “o receptor não é meramente ativo: será o operador/programador de seu próprio consumo multimidiático”. E mais, conforme Jenkins, Ford & Green (2013), vivemos em uma sociedade em que a cultura dos indivíduos é marcada pela coletividade, conexão, colaboração, participação e “espalhamento” de conteúdos. Ou então, uma cultura do *embed*, cultura do *share*, cultura do *rip*, *mix e burn* (LÓPEZ & CIUFFOLI, 2012).

É diante desse contexto, portanto, que apreendemos uma nova arquitetura comunicacional decorrente dos processos crescentes de midiatização que já produzem mudanças no âmbito da circulação dos discursos. Fausto Neto (2010) aprofunda a problemática da teoria dos efeitos em função da complexificação do fenômeno da midiatização que aponta para a existência do âmbito da circulação, cuja ambiência era posta fora da cena analítica.

A existência de uma ‘zona’ que se estabelecia no fluxo entre produção/recepção, era naturalizada como apenas uma “passagem” automática, espécie de intervalo sobre o qual diferentes tradições de pesquisa desconheciam ou, mesmo denegaram, a sua existência de uma outra perspectiva. Sobre tal intervalo desconheceu-se a amplitude de sua problemática (FAUSTO NETO, 2010, p. 3).

Nestas condições, o autor acredita que a compreensão do conceito de circulação deixa de ser associada à defasagem e passa a ser compreendida como “pontos de articulação” entre a esfera

da produção e da recepção. Dessa forma, avança como um novo objeto sendo nomeada como dispositivo, “pois a circulação é transformada em lugar no qual produtores e receptores se encontram em “jogos complexos” de oferta e de reconhecimento” (FAUSTO NETO, 2010, p. 10).

Ao encontro das proposições de Verón (2012, p. 14), entendemos as ferramentas de redes sociais como “um gigantesco dispositivo que transforma as condições de acesso aos discursos [...] que comportam também uma mutação nas condições de acesso aos atores individuais” produzindo transformações nas condições de circulação, alterando as configurações e relações dos campos de produção e de recepção.

Para Jairo Ferreira (2006), é na circulação que o processo de produção de sentido se efetiva, ou seja, completa seu ciclo. Isso quer dizer que a circulação se estabelece em dois momentos distintos. Primeiro, há um processo de produção do discurso, e depois este discurso passa a ser reconhecido e volta a gerar sentidos, produzindo novos discursos sobre esta produção anterior. Esse reconhecimento se dá a partir dos dispositivos midiáticos e seus protocolos estabelecidos, gerando relações entre as operações de produção e reconhecimento. Há, com isso, uma forte influência do próprio dispositivo que acrescenta sentidos para além dos já previstos. O campo midiático recebe informações, dados, sentidos que são redimensionados dentro de seu próprio campo e, ao chegar aos seus consumidores, já são revestidos de camadas de sentidos atribuídos pelo campo, não mais pelos atores sociais, lugar primeiro de onde partiu a informação. Nesse sentido, a noção de público receptor parece ser superada, sendo substituída pela nova posição dos sujeitos diante dos meios, ou seja, sujeitos co-produtores.

Vista por este ângulo, a circulação é um processo onde o sentido circula, transforma e se altera, segundo os modos de operação dos meios gerando outros modos de vínculos. No caso de nosso objeto de estudo, pode-se dizer que o conteúdo produzido ou

compartilhado por um ator social possui um sentido atribuído por ele, mas ao ser midiaticado passa a sofrer interferências do dispositivo, das lógicas de sentidos dos meios, recebendo um novo sentido. Este último, ao ser reinterpretado pelos “consumidores”, pode assumir o sentido ofertado, reconhecer-se nele ou produzir novos sentidos a partir de então. Sentidos estes que ganham visibilidade na circulação. Nesse sentido, acreditamos que a complexidade da midiaticação não repousa mais no âmbito da produção nem da recepção, mas sim da circulação, conforme veremos a seguir, através da análise empírica.

Metodologia

Analisamos, primeiramente, o perfil no *Facebook* do delegado Marcelo Mendes Arigony, durante seis meses, desde o dia 27 de janeiro de 2013, dia em que ocorreu a tragédia na boate Kiss, até o dia 27 de julho de 2013. A próxima etapa consistiu na análise quantitativa das mensagens publicadas. Durante esse tempo, foram postadas 81 mensagens, sendo que 32 referem-se ao incêndio. Para a análise dos sentidos em circulação sobre a tragédia, foi importante a quantidade de comentários, pois significa que a postagem teve certa relevância gerando “trocas” entre os internautas. Após esse levantamento, de caráter quantitativo, passamos a observar as mensagens e, então, distribuímos os materiais em quatro pré-categorias de análise, de acordo com os primeiros índices percebidos: Opinião, Bastidores, Compartilhamento e Serviço.

a) **Opinião:** Refere-se a postagens que contém um posicionamento crítico, reflexivo e/ou de convicções ideológicas/filosóficas. Nesta categoria foram selecionadas 12 postagens. Os assuntos das mensagens são variados, entre eles destacamos os agradecimentos pelas mensagens recebidas, o apoio, esclarecimentos sobre críticas e conclusões do inquérito.

b) **Bastidores:** Esta pré-categoria é constituída por publicações de mensagens autorreferenciais sobre o andamento do processo, ou seja, os bastidores da investigação. Foram selecionadas

seis postagens, todas com fotos mostrando a delegacia, a equipe de Policiais Cíveis do RS e o Laboratório de Perícias.

c) **Compartilhamento:** Trata-se de um processo de compartilhamento de conteúdo provindo de outros meios e/ou pessoas. Fazem parte desta categoria nove postagens que incluem artigos de opinião do jornal gaúcho Zero Hora, e do jornal local A Razão e um vídeo de uma coletiva de imprensa.

d) **Serviços:** Trata-se de postagens com informações de utilidade pública, como número de vítimas hospitalizadas, telefones de contato para doações de alimentos e atendimento psicológico. Nesta categoria foram selecionadas cinco postagens.

A adoção de um método descritivo indicial dos elementos que colocam em funcionamento a interação, ou seja, trabalham a comunicação do ambiente estudado, dará suporte para a análise de uma perspectiva especificamente comunicacional apresentada pelo objeto empírico construído. Braga (2010b) defende que as pesquisas em comunicação devem se deter a gerar questões mais próximas do comunicacional. Por isso, o autor sugere o procedimento de *desentranhamento do comunicacional*, que é o de investigar perguntas que têm sido elaboradas sobre determinado fenômeno comunicacional; e tentar ir além dessas perguntas, procurando desenvolver questões não elaboradas nas demais disciplinas.

De acordo com Braga (2010b) o desentranhamento é uma maneira de destacar o que há de comunicacional em um estudo e não afastar questões de outras disciplinas, como sociológicas, linguísticas, psicológicas, etc. Trata-se de “perceber os fenômenos (mesmo fazendo referência a elementos destas outras ordens) pelos ângulos em que podem fornecer aportes significativos para questões propriamente comunicacionais” (BRAGA, 2010b, p. 82). Essa postura auxilia na elaboração de abduções e inferências para novas hipóteses, mais aperfeiçoadas, para o desenvolvimento de in-

³As mensagens foram extraídas do mesmo modo que aparecem no Facebook, ou seja, sem correções ortográficas.

interpretações concorrentes e explicações de considerações pertinentes ao estudo, focando sempre no aspecto das práticas e processos realizados para efetivamente comunicar.

Após o levantamento das quatro categorias preliminares de análise, a próxima etapa constitui-se na análise dos sentidos em circulação sobre a tragédia na boate Kiss através das trocas simbólicas formadas nesse âmbito, a partir das postagens e comentários. Para tanto, selecionamos uma postagem de cada pré-categoria, totalizando quatro *posts*. O critério para a seleção foi o mais comentado.

Análise da circulação de sentidos

O propósito desse artigo está fundado na percepção de que há uma mudança de práticas comunicacionais, formando uma zona de desconforto e inquietação, assim como replicação automática, ocasionada por processos colocados em circulação nesse ambiente observado. Durante a exploração empírica constatamos esse movimento de tensão por meio dos distintos sentidos em circulação. Apresentamos, a seguir, as quatro postagens³ analisadas.

Postagem 1 – Capturada dia 03 de setembro de 2013.



Nesta categoria, selecionamos a postagem publicada no dia 22 de março de 2013 que teve 10.589 curtidas, 1.015 comentários e 4.170 compartilhamentos. A postagem do delegado é uma crítica à declaração oficial do prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer (PMDB), em que qualificou como “aberração jurídica” o inquérito

apresentado nessa data, o qual apontou os responsáveis pela morte de 242 pessoas no incêndio da boate Kiss. Schirmer foi um dos 28 nomes apresentados pela Polícia Civil como responsáveis pela tragédia. O delegado argumenta: “Aberração é brincar com o sentimento de 241 famílias. Eu vou dormir tranquilo hoje... depois de ter trabalhado incessantemente por 55 dias para apresentar respostas à sociedade que me paga”.

Essa mensagem de caráter estritamente opinativo revela uma contraposição à declaração do prefeito, utilizada para dar o sentido de *responsabilização* de Schirmer e sentimento de dever cumprido do delegado, com a conclusão do inquérito. Os comentários despertados com essa postagem revelam sentimentos de *patriotismo*: “Parabéns, sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”; “Você é incrível! O povo gaúcho com certeza admira sua persistência e coragem”. Assim como *elogios* ao trabalho de Marcelo e sua equipe: “Parabéns! Tu és um exemplo de dedicação e comprometimento”; “ótimo trabalho do Delegado Arigony e sua equipe!”; “Nota 10 para ti e seus colegas. Parabéns”.

O aspecto da *religiosidade* também é frequente em grande parte dos comentários: “Ótimo trabalho, parabéns a você e toda a equipe... Deus Abençoe!”; “Luz muita luz querido... que o grande Pai te guie sempre no caminho da justiça e da paz, a Páscoa de muita fé e amor...”. Também há mensagens que se referem ao *conteúdo* da postagem: “Li no DSM no dia mesmo que saiu e achei o máximo, falou tudo...”; “Lindo, lindo esse texto...”; “me emocionei lendo este lindo texto!”.

Por fim, destacamos as *críticas ao prefeito* em função da sua declaração na imprensa. Os comentários de repúdio são muito frequentes: “ignorância de uma pessoa de coração frio... assim o povo já sabe na próxima eleição”; “Ele devia é ter ficado bem quieto. Ele está super errado. Queria ver se alguma das filhas dele estivesse lá. O que ele faria? O que ele diria?”; “Que triste o Sr. Cezar Schirmer desqualificar um trabalho tão correto como foi o da Polícia Civil de SM”.

Bastidores

Postagem 02 – Capturada dia 03 de setembro de 2013



Nesta categoria, selecionamos a postagem publicada no dia 04 de março de 2013 que teve 4.361 curtidas, 384 comentários e 677 compartilhamentos. Na mensagem o delegado compartilha uma foto dos bastidores da delegacia, com a equipe de Policiais Civis do estado do Rio Grande do Sul e os volumes dos laudos periciais. Percebemos que o delegado compartilha uma foto acrescentando uma informação: “Esta é a valorosa equipe de Policiais Civis do RS que, trabalhando silenciosamente nos bastidores, está possibilitando o êxito das investigações sobre o caso Kiss”. Ao analisar os comentários observamos diversos sentidos atribuídos à postagem.

Verificamos que a maioria dos comentários faz menções ao êxito da investigação com *elogios* à equipe de policiais civis e ao próprio delegado Arigony: “Parabéns a todos pelo trabalho e dedi-

cação... é um orgulho a população de nossa cidade saber que temos pessoas e profissionais dessa categoria... Obrigada a todos os envolvidos nesse trabalho”; “Com certeza estão dando o melhor deles! Confiamos!”; “Essa equipe merece aplauso pelo trabalho que está realizando, parabéns pessoal”; “A equipe da 1ª DP está de parabéns pela maneira e a excelência que está conduzindo os trabalhos desta difícil missão”.

Outra marca bastante presente é o sentimento de *justiça*: “Perdi meu filho nesta tragédia, espero não perder a esperança na justiça”; “Acreditamos em vocês que são a nossa única esperança de ver os culpados no fundo da cadeia! Não importa se são ricos, políticos ou qualquer coisa, mas estes monstros devem apodrecer numa prisão”; “contamos com vocês para mostrar que se pode acabar com a impunidade. Que nessa investigação não irá prevalecer os “grandes”. Todos os culpados têm que pagar por seus erros”; “Alguém deve pagar por tudo isso, não interessa quem!”. A *religiosidade* também está presente em dezenas de comentários e pode ser denotado por meio de marcas discursivas como fé, Deus, Senhor, anjos: “Deus abençoe vocês!”; “Bela equipe... que o Senhor os guie”; “abençoados sejam em nome de Jesus... Força e saúde para todos vocês”; “Parabéns a todos estes profissionais dedicados e incansáveis, que Deus esteja ao lado de cada um guiando e iluminando seus passos”; “Que os anjos de luz guiem o trabalho de vocês!”.

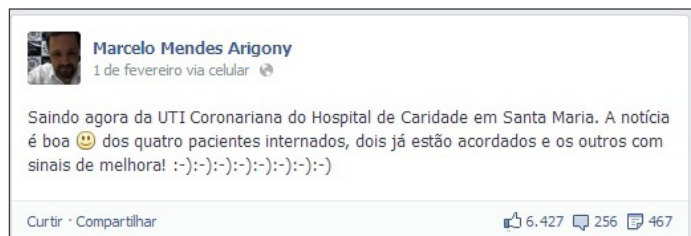
Durante o processo, o advogado do vocalista, acusado no caso, protocolou um pedido de afastamento do delegado alegando falta de conduta de Arigony pelo fato do inquérito não ser aberto à imprensa. Por conta disso, percebemos nos comentários o *apoio* em relação ao fato: “quanto mais se investiga, mais provas aparecem, é por isso que querem afastar o delegado do caso. Muita força a toda equipe, parabéns, contamos com sucesso de vocês”; “Não permitam que as críticas abalem vocês...”; “Se estão incomodando, significa que o trabalho que estão realizando é sério”. Um aspecto relevante

observado nos discursos remete a **responsabilização** do caso: “como pode o bombeiro que assinou o alvará de funcionamento da boate não estar preso? Ou sequer ter sido indiciado por crime doloso?”; “E como fica a responsabilidade das autoridades que permitiram que esse holocausto acontecesse? ficarão impunes?”; “Gostaria de saber em relação aos alvarás, os bombeiros e a administração municipal serão punidos?”; “o trabalho da polícia podia ser bem mais valorizado se o primeiro preso fosse o responsável direto por tudo isso, o cara que aprovou o sistema de segurança contra incêndio”.

Percebemos, ainda, o **patriotismo** presente nos comentários: “exemplo mundial! orgulho de ser gaúcho! parabéns!”; “Vocês são nosso orgulho de ser brasileiro”; “O Rio Grande se orgulha de ter servidores como vocês”; “Não é em vão que o RS é bem visto em todos os lugares do Brasil e do mundo. Me orgulho em ser gaúcha”; “Nós santamarienses estamos orgulhosos da nossa polícia. Que o resto do Brasil se espelhe em vocês”.

Serviços

Postagem 03 – Capturada dia 03 de setembro de 2013



Nesta categoria, selecionamos a postagem publicada no dia 01 de fevereiro de 2013 que teve 6.427 curtidas, 256 comentários e 467 compartilhamentos. Na mensagem o delegado presta um serviço ao informar o número de pacientes internados e o estado de saúde que se encontram. Ao analisar os comentários observamos diversos sentidos.

A *religiosidade* é bastante recorrente nos discursos, conforme os seguintes exemplos: “Aleluia! Aos poucos vão melhorando se Deus quiser e Deus quer!”; “Graças a Deus... e que Deus ilumine teus passos nesta investigação”; “Que Deus ilumine a todos em nome de Jesus de Nazaré”; “Que Deus e o Espírito Santo continuem iluminando os médicos e o senhor para seguirem no caminho certo”; “Que Nossa Senhora de Fátima proteja todos. Amém”; “obrigada Senhor pela sua manifestação, Deus poderoso!!!”.

Manifestações de *contentamento* com a notícia aparecem nos comentários: “Muito feliz!”; “Excelente notícia!”; “Realmente uma ótima notícia, é por isso que estamos torcendo!”; “é esse tipo de notícia que temos que compartilhar...”. Também apresentam discursos icônicos que denotam contentamento: “😊😊😊”; “\o/”. Outro sentido atribuído refere-se ao *reconhecimento do trabalho* realizado e o *profissionalismo* do delegado: “Parabéns pelo profissionalismo e competência que o caso merece”; “Parabéns pelo exemplo de profissional que você é”; “Desejo também muito sucesso no seu trabalho de investigação. Abraço!”; “parabéns pelo trabalho árduo delegado Marcelo Mendes Arigony”; “Estás realizando um trabalho exemplar Dr. Marcelo! Que seja exemplo para muitos profissionais...”.

Os comentários também denotam sentimentos de *dor*: “estamos felizes por ter um delegado como você... empenhado em fazer o melhor de si para esclarecer na íntegra o trágico sinistro... mas a dor é profunda e inconsolável”; “Graças a Deus que notícia maravilhosa. Hoje em minha cidade estamos prestes a enterrar o Matheus e estamos todos muito abalados aqui em Santa Cruz do Sul”. O desejo de *justiça* também aparece nos comentários: “A firmeza de suas atitudes, delegado, nos dão grandes esperanças que a justiça seja feita”; “Mais 30 dias de cadeia para os responsáveis e espero sinceramente que não saiam nunca mais!”. O *apoio* ao delegado e as vítimas também é recorrente nos discursos: “não solte os arreios delegado, segue firme no teu trabalho, estamos contigo”;

“Graças a Deus! E torcendo para que todos se recuperem rápido”; “Muito boa notícia caro delegado Marcelo Mendes Arigony... e mais uma vez receba meu apoio nesta caminhada e que tenhas muito sucesso...”.

Percebemos, também, que os internautas utilizam o espaço para *acrescentar informações*, contribuindo com a mensagem postada pelo delegado: “No HSFA dos quatro pacientes da UTI, todos intubados, hoje acordados. Todos bem!”; “Atendi hoje à tarde, na DPPA, o Sr. Mário Perobelli, de São Borja, pai de uma menina vitimada na tragédia, onde ele me informou que ela já saiu da CTI e respira sem o auxílio de aparelhos”; “Mais dois pacientes internados em POA respiram sem ajuda de aparelhos... Graças a Deus!”.

Compartilhamento

Postagem 04 – Capturada dia 03 de setembro de 2013

Marcelo Mendes Arigony
24 de março

Eu ainda não havia lido por falta de tempo. Mas tá (!), para aqueles - pouquíssimos e com nítido interesse eepúrio - que ainda estão a nos criticar!

Adequado e correto
Não cabe à Polícia qualquer julgamento. Exigido não é que seja feita a cobertura da imprensa da Rje para a cobertura da imprensa da Rje para o resultado de cobertura e divulgação investigativa. Críticas de alguns meios, vários volumes de laudas pessoais, vídeos, fotografias e outros meios de prova formam um conjunto bastante trabalhado e consistentemente na análise, censo e conclusões para se fazer a que se propõe uma investigação policial. Levantar todos os procedimentos de uma fase criminal, e examinar todos os elementos e, em fim, indicar as pessoas que estejam em suas atribuições, investigar e de fato apresentar a quem vai ocorrer a punição.

Paulo Sant'Ana
Intenção e resultado
Se o crime entregue à Justiça o inquérito policial sobre a tragédia de Santa Maria...
Nesse caso, não há dúvida de que a intenção do inquérito policial é a habilitação da base para realizar uma investigação criminal, e não apenas a identificação dos autores do crime.

Curtir · Compartilhar

2.443 206 291

Em Compartilhamento, selecionamos a postagem publicada no dia 24 de março de 2013 que teve 2.443 curtidas, 206 comentários e 291 compartilhamentos. Na mensagem o delegado compartilha dois artigos de opinião do jornal gaúcho *Zero Hora*: um escrito pelo jornalista do Grupo RBS, Claudio Brito e outro do colunista Paulo Sant’Ana. O primeiro intitulado “Adequado e

correto” e o outro “Intenção e resultado”. Ambos opinam sobre as conclusões do inquérito destacando a objetividade e qualidade técnica. Percebemos que Arigony compartilha os dois artigos com um parágrafo opinativo sobre críticas que vem sofrendo em relação ao inquérito: “Eu ainda não havia lido por falta de tempo. Mas taí (!), para aqueles - pouquíssimos e com nítido interesse espúrio - que ainda estão a nos criticar!”. A seguir, observamos alguns sentidos em circulação.

O *reconhecimento* pelo trabalho realizado pelo delegado e pela equipe de policiais civis aparece em diversos comentários: “Trabalho com competência e dedicação. Parabéns”; “Parabéns pelo trabalho, isso enaltece a competência da nossa Polícia Civil”; “parabéns pelo ótimo trabalho de toda equipe, não esperava nada menos que muita competência, é de tirar o chapéu mesmo”. O desejo de *justiça* novamente é marcado pelos discursos dos comentaristas: “Se eles não fizerem justiça, pintaremos a cara e faremos um grande protesto, respeito à vida, é o que queremos! Parabéns grande Delegado, vamos começar as justiças em Santa Maria/RS e seguir Brasil a fora!”; “Estão todos satisfeitos com o trabalho de vocês, inclusive os pais das vítimas. Em memória de 241 anjos é que importa, que a justiça seja feita”; “desde já agradeço em meu nome e em nome de minha família e esperamos que os culpados sejam condenados”.

É relevante observar o aspecto da *responsabilização* do caso presente nos comentários: “a dúvida gira em torno do fato de Schirmer ter sido responsabilizado e o Tarso não, já que os bombeiros fizeram muitas coisas erradas, simples assim esta é a dúvida!”; “De quem é a culpa da falta de equipamentos, no caso máscaras de oxigênio, equipamento fundamental para o trabalho dos bombeiros?”; “Mas se atitudes tivessem sido tomadas na hora da fiscalização, ou seja, alvará não liberado por bombeiros e assinado pela prefeitura, isso não teria ocorrido ou não com esta

fatalidade toda do problema”. Observamos também que diversos comentários manifestam *apoio* em relação às críticas sofridas pelo delegado: “meu amigo Marcelo Mendes Arigony não ligue para o que falarem, pois muitos reconhecerão o seu trabalho enquanto outros colocarão defeitos por concordarem com a injustiça e com ganância!”; “se cuida Delegado, e não deixe que as manifestações dos hipócritas lhe ofusquem o brilho do olhar!”; “Não liga doutor, as críticas vêm daquelas pessoas que nunca puderam se dar o luxo de ter um caráter como o seu”.

Observamos, também, que alguns comentários fazem *críticas ao inquérito*, questionando os resultados e os culpados: “A Polícia Civil está de parabéns, apesar de ter cometido uma falha, mas como não cabe a Polícia julgar, certamente o Ministério Público não irá oferecer denúncia aos cinco bombeiros que atuaram bravamente no fato concreto, na tragédia em si”; “trabalho impecável, mas indiciar pessoas que foram lá fazer o serviço de salvar vidas, com a precariedade de materiais que o Estado oferece, falta de militares mais experientes por estarem na Operação Golfinho, achei injusto”; “Desde já, deixo aqui o agradecimento a todos bombeiros que trabalharam na Kiss e fico muito decepcionado com a acusação!”.

Outro aspecto relevante diz respeito às *críticas ao prefeito* de Santa Maria, Cezar Schirmer, em função de uma declaração logo após a apresentação do inquérito em que classificou como uma “aberração jurídica” por ser um dos 28 nomes apresentados pela Polícia Civil como responsáveis pela tragédia. Por conta disso, diversos comentários criticam a declaração do prefeito: “muito bom o inquérito! doa a quem doer! o prefeito diz que não sabe de nada, que não tem culpa? pior ainda não sabe o que se passa lá dentro...”; “Ridículo foi a manifestação do Prefeito César Schirmer, sem respeito com a polícia e com as famílias das vítimas. Enfim com toda a população que confiou nele”; “O povo de Santa Maria deveria exigir a saída do prefeito, que vergonha!”.

Considerações Finais

Ao analisarmos a circulação de sentidos sobre a tragédia de Santa Maria (RS) por meio das postagens e comentários no perfil do delegado Marcelo Mendes Arigony no *Facebook*, apreendemos que há uma nova arquitetura comunicacional decorrente de processos em midiatização, ou seja, vivemos em uma sociedade em que a cultura é cada vez mais marcada pela conexão e pelo “espalhamento” de conteúdos (JENKINS, FORD & GREEN, 2013). Com as redes sociais online, percebemos a emergência dos cidadãos convertidos em protagonistas das cenas discursivas que passam a atuar como co-gestores dos processos comunicativos.

Por meio da circulação e da análise de marcas presentes nos discursos, percebemos que há uma atualização do repertório proposto pela esfera da produção (perfil do delegado), pois os seus amigos/leitores/seguidores se submetem a este dispositivo sócio-técnico, buscando um território de identificação, de exposição de seus anseios, de críticas, manifestações, apoios, etc. No caso estudado, vimos que o delegado não precisa de um espaço midiático tradicional para se comunicar com a sociedade, pois, com as redes sociais, estas zonas são diluídas (FAUSTO NETO, 2010) e o contato entre atores sociais ganha mais proximidade. Ou seja, cada vez mais os leitores estão co-participando, de alguma maneira, dos conteúdos publicados.

Por meio da análise, percebemos que as postagens no perfil do delegado Arigony acabam mobilizando os leitores e fomentando a interação/participação em torno de interesses em comum, formando uma comunidade de leitores críticos/observadores. Ao analisarmos a circulação de sentidos sobre a tragédia na boate Kiss, identificamos distintos sentidos atribuídos ao caso (elogios, patriotismo, religiosidade, críticas, apoio, responsabilização, justiça, reconhecimento, dor, contentamento) e o espaço interacional na rede social acaba nos revelando, de certa forma, uma parte sobre o que as pessoas pensam, como reagem e quais soluções dariam.

Referências bibliográficas

- BRAGA, J. L. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. In: **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10 - n.20 - p. 41 a 54 - jan./jun. 2010a.
- _____. Pesquisando perguntas (um programa de ação no desentranhamento do comunicacional). In: FAUSTO NETO, A. et al.(orgs). **Mediatização e processos sociais: Aspectos metodológicos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010b.
- FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. In: **Mediatización, Sociedad y Sentido: Diálogos entre Brasil e Argentina**. Rosário, 2010.
- FERREIRA, J. **Dispositivos midiáticos**. In: Intercom - XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília.
- HJARVARD, Stig. **Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural**. Matrizes, São Paulo, ano 5, n. 2, jan/jun., 2012.
- JENKINS, H. ; FORD, S.; GREE N, J. **Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture**. New York: New York University Press, 2013.
- LÓPEZ, G.; CIUFFOLI, C. **Facebook es el mensaje**. Oralidad, escritura y después. Buenos Aires: La Crujía, 2012.
- MOUILLAUD, M.; Porto, S. D. (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- RECUERO, R. A Nova Revolução: as Redes são as Mensagens. In: BRAMBILLA, A. **Para Entender as Mídias Sociais**. Ebook, 2011.
- VERÓN, E. **Esquema para el análisis de la mediatización**. In Revista Diálogos de la Comunicación, n.48, Lima: Felafacs, 1997.

___ A televisão, este fenômeno “massivo” que conhecemos, está condenada a desaparecer. In: **Media Américas Semoítica e análisis del media e América Latina**. Cartamn Edizioni. Italia, 2007.

Versão em espanhol para Digitalismo.com, México, 2007.

___ Prólogo. In: **Las políticas de los internautas**. Nuevas formas de participación. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

9

JORNALISMO COMO SISTEMA DE ALERTA:

INTEGRAÇÃO ENTRE MÍDIA SOCIAL E IMPRESSA NA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

Gabriela da Silva Zago é doutoranda e mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do curso de Design Digital da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: gabriela.zago@ufrgs.br

Marco Toledo Bastos é bolsista de estágio pós-doutoral financiado pela *National Science Foundation* (NSF) no *Humanities, Arts, Technology and Sciences Center* (HASTAC) da *Duke University* dos Estados Unidos. Possui pós-doutorado e os títulos de doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: mtbastos@gmail.com

Jornalismo como sistema de alerta: integração entre mídia social e impressa na tragédia de Santa Maria¹

*Gabriela da Silva Zago
Marco Toledo Bastos*

¹ O artigo foi inicialmente apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos em Jornalismo do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.

² Ao longo do artigo, utilizaremos a expressão mídia impressa para se referir aos jornais na sua forma escrita, tanto em papel quanto online. Nesse sentido, o jornal Zero Hora seria um representante da mídia impressa na medida em que atua como periódico em papel e como jornal online (em www.zerohora.com.br).

Introdução

No dia 27 de janeiro de 2013, um incêndio de grandes proporções em uma casa noturna virou notícia no país e no mundo. A cobertura do acontecimento foi marcada pela troca de informações em sites de notícias e nas redes sociais, onde usuários trabalharam de maneira coordenada para buscar e divulgar informações sobre as vítimas. Uma rede de solidariedade emergiu espontaneamente no Twitter, onde usuários compartilharam notas sobre como ajudar e montaram grupos voltados à doação de sangue e/ou à arrecadação de materiais para auxílio no atendimento às vítimas.

O acontecimento também foi um desafio em termos jornalísticos, uma vez que impôs dificuldades operacionais com relação à verificação das informações que circulavam sobre o evento. Alguns veículos da mídia impressa² se destacaram na cobertura do acontecimento, especialmente o diário gaúcho Zero Hora do Grupo RBS, que interrompeu o regime de *paywall* e ofereceu acesso irrestrito ao conteúdo do jornal durante a semana do evento. Com base nesse contexto, este artigo investiga a hipótese de que o jornalismo se tornou um sistema de alerta para acontecimentos jornalísticos (BRUNS & HIGHFIELD, 2012; HERMIDA, 2010). De acordo com essa hipótese, a recente incorporação das mídias digitais ao jornalismo alteraram os mecanismos de produção da notícia. Um dos efeitos desse novo sistema de produção de notícias é a criação de um sistema de alerta que integra diferentes mídias na cobertura de eventos noticiosos. Nas demais seções desse artigo, investigamos essa hipótese no caso da tragédia de Santa Maria.

Para explorar essa hipótese teórica, mapeamos todos os *twe-ets* contendo links para o jornal Zero Hora postados no período entre 25 e 31 de janeiro de 2013 e identificamos as mensagens relacionadas com o acontecimento estudado. A primeira parte desse artigo comenta o quadro teórico no qual o jornalismo emerge como um sistema de alerta e descreve as contribuições recentes que apontam o Twitter como um sistema de alerta. A segunda parte do artigo aborda os procedimentos metodológicos adotados e o resultado das análises. A terceira parte comenta os resultados com relação ao jornalismo como um sistema integrado de alerta que combina mídias sociais e impressas.

Jornalismo como Sistema de Alerta

Os fatores que governam a atenção dispensada às notícias pelos meios de comunicação foram originalmente delineados por Otto Groth (2011), cuja obra seminal sobre o papel do jornalismo impresso descreve a importância da categoria de valor-notícia e da racionalidade específica que governa a cobertura jornalística. Essa definição dos meios de comunicação como sistema de alerta foi retomada posteriormente, especialmente no debate entre Niklas Luhmann e Jürgen Habermas, evento que marcou um momento decisivo na sociologia alemã dos anos 1970 (HABERMAS & LUHMANN, 1971). Nos anos que se seguiram a esse debate seminal, o sociólogo de Bielefeld retrabalhou os fundamentos da esfera pública, da opinião pública, e dos processos de seleção que informam a sociedade. Para Luhmann (1974), os conceitos de opinião pública, meios de comunicação e esfera pública foram trabalhados de maneira insatisfatória pela sociologia crítica.³

A opinião pública não deveria ser entendida como resultado das ações políticas. A opinião pública, pelo contrário, precisaria ser compreendida como uma estrutura temática da comunicação pública — em outras palavras, não apenas como um resultado causal do sistema político, mas como um processo que auxiliava as

³ Tradução de: “Viele klassische Begriffe der politischen Theorie finden sich heute in einer zwispältigen Lage. [...] Jene Begriffe waren nämlich nicht nur wissenschaftliche Konstrukte, sondern vor allem Antworten eines akuten faktischen Problembewusstseins. Begriffe wie Politik, Demokratie, Herrschaft, Legitimität, Macht, Repräsentation, Rechtsstaat, Verfahren, öffentliche Meinung hatten kaum den Sinn, faktische Ereignisse oder Verläufe zu erklären” (LUHMANN, 1974, p.27).

⁴ Tradução de:
“Öffentliche Meinung
kann nicht mehr
einfach als politisch
relevantes Ergebnis, sie
muss als thematische
Struktur öffentlicher
Kommunikation
gesehen werden —
mit anderen Worten:
nicht mehr nur
kausal als bewirkte
und weiterwirkende
Wirkung, sondern
funktional als
Selektionshilfe”
(LUHMANN, 1974,
p.28).

seleções políticas.⁴ Esse cenário desenha uma opinião pública cujos mecanismos de seleção são bastante diferentes daqueles definidos pela tradição da sociologia crítica (HABERMAS, 2003). Os meios de comunicação integrariam um complexo sistema de atenção e de alarme que monitora as manifestações importantes para a sociedade. O jornalismo, entendido como sistema de produção de notícias, organizaria esse sistema de alarme, investigando eventos desviantes, informações de interesse público e manifestações incomuns. O jornalismo como sistema de alarme, com isso, compreende e ultrapassa a definição da produção da notícia como uma função sistêmica de manutenção do sistema social.

O sistema de alarme é também um filtro que decide a fração de atenção que os sistemas sociais deveriam dedicar para eventos que ocorrem no meio-ambiente. As ocorrências não-triviais, isto é, a substância da notícia, passam por um processo de seleção contínuo que filtra as intervenções no meio ambiente. Nesse cenário, o sistema político depende das informações veiculadas na opinião pública para decidir o volume de atenção a ser dedicada para os eventos sociais. A introdução das mídias sociais modifica esse cenário substancialmente. A introdução dessas ferramentas de publicação introduz uma coordenação forçada entre diversos mecanismos de publicação, de modo que as notícias difundidas pelo telejornal são acompanhadas pela imprensa escrita que por sua vez acompanha o ecossistema de mensagens das redes sociais.

Esses veículos da imprensa funcionam de modo razoavelmente coordenado como um sistema de alarme cujo esforço integrado contribui para que eventos sociais ganhem expressão e atenção dos sistemas e das consciências (MARCONDES FILHO, 2008). Notícias são irradiadas nas redes sociais e imediatamente contaminam, por adesão implícita ou sugerida, as demais fontes de informação que compõem os meios de comunicação de massa. Um determinado veículo de comunicação pode a qualquer momento incluir a si mesmo no sistema de alerta, acrescentando detalhes, in-

formações, ou mesmo deslocando a cobertura jornalística corrente. A introdução de novos veículos contribui para que o evento repercute nos demais meios de comunicação, e conseqüentemente force o sistema político a dedicar mais atenção para o evento.

Diariamente, inúmeros eventos competem pela atenção disponível. De acordo com Luhmann (1971, p. 36), há um processo decisório que se divide entre *regras de atenção* e *regras de decisão*. Uma vez que a atenção é um bem escasso, as regras relativas à atribuição e emprego da atenção são sempre diferentes das regras pelas quais as decisões são tomadas e avaliadas como corretas. O objeto da atenção não é necessariamente idêntico ao objeto a partir do qual as decisões são tomadas. O processo de distribuição da atenção no sistema é, com isso, significativamente diferente do processo decisório⁵. Enquanto as regras de atenção são responsáveis pela construção de questões políticas, as regras de decisão controlam a formação de opiniões, incluindo as instâncias de poderes decisórios.

Os temas ou notícias veiculadas pelos meios de comunicação não definem diretamente o conteúdo das opiniões, mas antes e principalmente capturam a atenção disponível. Os temas mostram quais questões podem repercutir no processo de comunicação e quais têm uma disposição inicial para estimular respostas, deixando em aberto quais opiniões aparecem representadas em cada tema, quais opiniões são corretas ou ainda quais opiniões prevalecerão. A distribuição da atenção, com isso, não está vinculada a opiniões ou orientações ideológicas, que no máximo configuram um estágio preliminar. Todas as solicitações e opiniões precisam passar pelo filtro de critérios que constrói os temas e as regras de atenção. Esta função de filtro se encontra conectada de modo ortogonal ao processo da comunicação. Isso significa que o sistema político, uma vez que esteja baseado e integrado à opinião pública, não tem regras de decisão, mas apenas regras de atenção.

Ainda de acordo com Luhmann, essas regras de atenção só poderão ser compreendidas por meio de estudos empíricos que

⁵ Tradução de: “Der Gegenstand, der Aufmerksamkeit evoziert, ist nicht notwendig identisch mit dem Gegenstand, über den dann effektiv entschieden wird. Die Prozesse der Verteilung von Aufmerksamkeit im System unterscheiden sich demnach sinnvollerweise von den Prozessen der Entscheidungsfindung und müssen soll diese Differenzierung selbst ihre Funktion erfüllen, nach anderen Kriterien beurteilt werden” (LUHMANN, 1974, p.36).

⁶Tradução de: “Unter diesen Umständen dürfte es theoretisch wie praktisch von beträchtlicher Bedeutung sein, die Aufmerksamkeitsregeln eines politischen Systems zu kennen. Ohne speziell darauf gerichtete empirische Forschung lassen sich darüber zur Zeit keine gesicherten Aussagen machen” (LUHMANN, 1974, p.36).

examinem a alocação da atenção na construção de temas jornalísticos. Luhmann também assinala que a crise, a novidade dos acontecimentos, a prioridade a certos valores e a dor (ou os substitutos civilizados para a dor) funcionam como forças implícitas que atuam sobre o regime da atenção. As ameaças de violência física, o risco dos relacionamentos íntimos que conectam os indivíduos, as perdas monetárias, os cortes orçamentários, especialmente aqueles mensuráveis e de natureza comparável – assinala Luhmann (1974, p. 38) – apresentam um alto índice de alarme quando envolvem incertezas institucionais ou excluem compensações significativas às vítimas.

Esses eventos conformam em si mesmos as regras de atenção, de modo que o jornalismo impresso e as mídias sociais incluídas atuam como um sistema de alerta que desperta a atenção e que independe da consideração de outros valores. Luhmann ainda acrescenta que, dentro dessas circunstâncias, é de fundamental importância teórica e prática que venhamos a conhecer esses sistemas de alerta. Sem a realização de pesquisas empíricas especialmente dedicadas a esse tema, não podemos oferecer nenhuma explicação confiável.⁶ No restante desse artigo nós nos dedicamos a uma análise empírica sobre a maneira como a mídia impressa interagiu de maneira coordenada com as mídias sociais durante a cobertura de um evento de grande apelo emocional e político.

Twitter como Sistema de Alerta

As redes sociais oferecem uma plataforma única para o exercício do jornalismo cidadão, que eventualmente se combina com o jornalismo tradicional na produção e na circulação de notícias (BRUNS, 2009). Bruns & Highfield (2012) definem o jornalismo cidadão com base no conceito de Lasica (2003) de *random acts of journalism* (“atos aleatórios de jornalismo”) de indivíduos comuns que contribuem para o processo jornalístico. Nesse sentido, o jornalismo cidadão englobaria a contribuição voluntária de uma rede distribuída de participantes, em oposição a uma rede de profissionais remunerados empre-

gados por veículos de comunicação profissionais. Essa colaboração ocorre em função de chamadas-convite de jornais (BELOCHIO, 2009), em sites específicos de jornalismo cidadão, ou em redes de blogs e redes sociais como o Twitter.

Redes sociais como o Twitter facilitam “a imediata disseminação de fragmentos digitais de notícias e informação” e constituem o que Hermida (2010) chama de ambiente jornalístico. O conceito “aproxima tecnologias digitais em rede em tempo real como sistemas de percepção que oferecem diversos meios para coletar, comunicar, compartilhar e exibir notícias e informações na periferia da percepção de um usuário”⁷ (HERMIDA, 2010, *online*). Nas ocasiões em que as redes sociais operam como fonte de matéria jornalística, é possível observar a união eventual, mas oportuna, do jornalismo cidadão com o jornalismo impresso na formação de um sistema de alerta.

O ambiente jornalístico do Twitter oferece a seus usuários o acesso a uma experiência fragmentada e multifacetada das notícias, “na qual os cidadãos estão produzindo pequenas porções de conteúdo que podem coletivamente ser consideradas como jornalismo”⁸ (HERMIDA, 2010, *online*). Nessas situações, a audiência pode atuar como receptora ou emissora de conteúdos. O autor considera as redes sociais como uma expressão do ambiente jornalístico, na medida em que as pessoas podem se comunicar, compartilhar e discutir eventos instantaneamente. Embora nem tudo o que esteja no Twitter seja jornalismo, a rede social pode contribuir para o processo jornalístico facilitando a circulação das notícias ou servindo de pauta para jornalistas. “Nesse sentido, o Twitter se torna parte de um ambiente de sistema de mídia no qual os usuários recebem um fluxo de informação tanto da mídia de referência quanto uns dos outros” (HERMIDA, 2010, *online*).

Hermida (2010, *online*) também ressalta que “o Twitter se tornou uma plataforma importante para as pessoas reportarem, comentarem e compartilharem notícias sobre grandes eventos, com

⁷Tradução de: “It approaches real-time, networked digital technologies as awareness systems that offer diverse means to collect, communicate, share and display news and information in the periphery of a user’s awareness” (HERMIDA, 2010, *online*).

⁸Tradução de: “where citizens are producing small pieces of content that can be collectively considered as journalism” (HERMIDA, 2010, *online*).

⁹Tradução de: “In this sense, Twitter becomes part of an ambient media system where users receive a flow of information from both established media and from each other” (HERMIDA, 2010, *online*).

¹⁰Tradução de: “Twitter has emerged as a significant platform for people to report, comment and share news about major events, with individuals performing some of the institutionalised functions of the professional journalist” (HERMIDA, 2010, online).

os indivíduos desempenhando algumas das funções institucionalizadas dos jornalistas profissionais”.¹⁰ Nesses casos específicos, a circulação de notícias por meio da postagem de links para jornais no Twitter constituiria uma variante de jornalismo cidadão. O ambiente jornalístico compreende não apenas a rápida disseminação de notícias atuais, mas também a atenção a notícias que se espalham rapidamente, ocasião que pode servir de alerta para os jornalistas de que algo está acontecendo e merece atenção (HERMIDA, 2010). Com isso, o ambiente jornalístico do Twitter pode ser útil tanto aos jornalistas cidadãos quanto aos jornalistas profissionais.

Essa ocasional coordenação entre jornalistas profissionais e cidadãos empresta nova coloração ao jornalismo como sistema de alerta. Isso porque a notícia não apenas reporta o evento em questão, mas também atua como um laço social entre os diversos atores do corpo social produzindo um sentido comum e um senso de comunidade (LIM, 2011). Para Lim (2011), esse senso de comunidade é particularmente importante durante tragédias, situações em que mídias sociais são utilizadas para coordenar atividades de voluntários e reportar informações e desdobramentos. Nesse sentido, o sistema de alerta inclui não apenas fatos mas também ações que precisam ser realizadas por cidadãos de modo a contribuir com o evento reportado.

O uso do Twitter no ambiente jornalístico já foi investigado por diferentes pesquisadores, que analisaram a rede social como ferramenta para últimas notícias (VIS, 2012), fonte para o jornalismo (BRUNO, 2011), espaço de discussão (BRUNS & LIANG, 2012), e como um espaço em que jornalismo tradicional e jornalismo colaborativo se complementam (HERMIDA, 2010; 2012). Embora a utilização do Twitter como ferramenta empregada por jornalistas para a publicação de últimas notícias tenha ampla bibliografia, poucos estudos trataram de analisar o impacto

das contribuições dos usuários do Twitter para ampliar o alcance da circulação de um acontecimento jornalístico.

No processo jornalístico, a circulação corresponde à etapa na qual as notícias são disponibilizadas para o público em diferentes suportes (MACHADO, 2008). A circulação pode ocorrer nos suportes tradicionais em que o jornal atua (impresso, online, rádio ou televisão) ou por meio de canais complementares mantidos pela organização jornalística, como no caso de sites de redes sociais, distribuição por RSS ou e-mail. Em um contexto de mídia espalhável (JENKINS, FORD & GREEN, 2013), em que conteúdos diversos têm seu alcance potencializado pelo compartilhamento nas redes, empresas jornalísticas utilizam sites de redes sociais como um canal suplementar para a circulação de conteúdos. Essa circulação ocorre não apenas por meio da postagem de manchetes e links nos perfis oficiais dos jornais na rede, mas também a partir do compartilhamento de manchetes e links para notícias por interagentes que promovem a recirculação do conteúdo jornalístico (ZAGO, 2012).

A Tragédia de Santa Maria no Twitter

Acontecimentos jornalísticos são eventos que fogem da normalidade e adquirem visibilidade (BABO-LANÇA, 2005; 2012; RODRIGUES, 1996). Essa visibilidade pode se dar entre um grupo de indivíduos ou ser resultado de operações específicas da mídia, ocasião em que o acontecimento jornalístico é objeto de atenção dos veículos jornalísticos (ALSINA, 2009). Os acontecimentos podem ser de diversos tipos, podendo variar em tamanho e em previsibilidade (BERGER & TAVARES, 2010). A tragédia ocorrida no começo do ano de 2013 na cidade de Santa Maria pode ser vista como um acontecimento imprevisto, o qual, devido a suas proporções, foi alçado pela mídia à categoria de um grande acontecimento, objeto de atenção do noticiário nacional e internacional.

¹¹ O jornal Zero Hora é o 6º maior jornal impresso em termos de circulação no Brasil. Fonte: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

¹² http://www.coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=48569

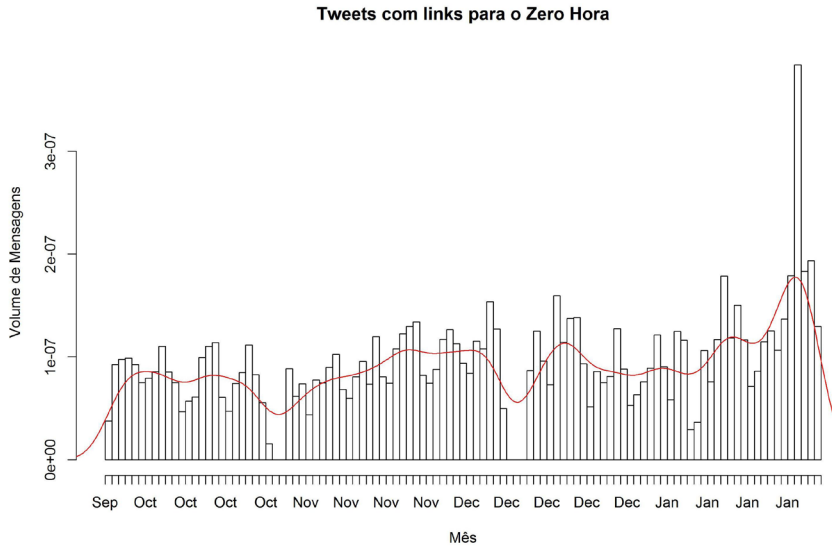
¹³ Em seu site, o jornal Zero Hora adota um modelo de paywall poroso limitado a 30 visualizações de notícias gratuitas por mês. O acesso é ilimitado a partir de links postados pelo próprio jornal em seus perfis nos sites de redes sociais. No dia da tragédia e nos dias que se seguiram a ela, o acesso ao site foi liberado a todos os usuários, sem limite de acessos às notícias.

Na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, um incêndio atingiu a boate Kiss na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Poucas horas depois do incidente, notícias começaram a aparecer nos sites de redes sociais e em jornais online dando conta de dezenas, centenas, e finalmente de 242 vítimas fatais (majoritariamente jovens universitários entre 18 e 22 anos). Devido à proporção do acontecimento – o maior incêndio no Brasil dos últimos 50 anos – ele passou a receber atenção da mídia nacional e internacional. Milhares de usuários se mobilizaram nos sites de redes sociais em redes de solidariedade onde uma diversidade de links é compartilhada. A cobertura prosseguiu pelos dias seguintes, e envolveu, dentre outros desdobramentos, o acompanhamento dos feridos, a fiscalização das causas do incidente e de casas noturnas em condições semelhantes em todo o país com vistas a evitar novas tragédias.

Para investigar o impacto do incêndio da casa noturna em Santa Maria no jornalismo, monitoramos todas as mensagens no Twitter que contivessem links para o jornal Zero Hora, que de acordo com nossa investigação se tornou um ponto nevrálgico na cobertura do evento. Embora o diário não seja baseado na cidade de Santa Maria, Zero Hora é o maior jornal¹¹ do estado do Rio Grande do Sul, tendo se destacado pela ampla cobertura da tragédia e pela proporção de notícias dedicadas à tragédia e seus desdobramentos. Parte significativa da equipe do jornal foi deslocada para Santa Maria já no domingo, dia 27 de janeiro.¹² Para garantir acesso a um público mais amplo, o jornal abriu mão de seu *paywall*¹³ na data da tragédia e nos dias subsequentes. Notícias sobre o evento foram publicadas imediatamente nas primeiras horas após o incidente, tendo recebido destaque constante na capa do site por pelo menos uma semana após o acontecimento. A opção editorial do jornal Zero Hora teve impacto decisivo no volume de *tweets* com links para o diário. A Figura 1 mostra o volume de mensagens no Twitter com links para o jornal antes e após a tragédia.

Fig. 1 – Volume de *tweets* contendo links para o jornal Zero Hora no período entre setembro de 2012 e janeiro de 2013. É possível observar um pico de mensagens no final de janeiro, correspondendo à data da tragédia de Santa Maria (27 de janeiro de 2013).

¹⁴ Perfazendo um total de 8.084 *tweets* únicos.



Fonte: dos autores

Método e Resultados

Os *tweets* foram arquivados a partir da Streaming API do Twitter, que permite o monitoramento de *tweets* que contenham links para o domínio “zerohora.clicrbs.com.br”. Para os objetivos desta investigação, o recorte cronológico utilizado é de sete dias, compreendendo o período entre 25 e 31 de janeiro de 2013. Nesse período, foram postados 20.012 *tweets* contendo links para o jornal Zero Hora. Desse total, 788 mensagens foram replicadas pelo menos 2 vezes (ou seja, receberam pelo menos 2 *retweets*).¹⁴ O mapeamento procura observar a proporção de *tweets* antes e depois do acontecimento em Santa Maria, bem como analisar o conteúdo das 788 mensagens mais replicadas.

As mensagens replicadas foram observadas quanto ao número de replicações, quanto à temática tratada (Tragédia de Santa Maria ou outros assuntos), e quanto aos usuários mencionados no

tweet replicado (@zerohora e outros). Do total de mensagens replicadas no Twitter contendo links para o jornal Zero Hora entre 25 e 31 de janeiro de 2013, 463 (58,76%) se referiam à tragédia de Santa Maria. As demais mensagens se referiam a futebol, em especial sobre os principais times do Rio Grande do Sul – Grêmio (116 ou 14,72%) e Inter (53 ou 6,73%) –, ou a acontecimentos anteriores a 27 de janeiro, como a explosão de uma caixa suspeita pelo GATE no aeroporto de Porto Alegre que posteriormente se descobriu conter um gato (29 *tweets* ou 3,68% do total), ou a publicação do listão do vestibular da UFRGS (5 *tweets* ou 0,63% do total). O único acontecimento concomitante é o incêndio na Vila Liberdade, em Porto Alegre, também ocorrido no dia 27 de janeiro de 2013 (17 *tweets* ou 2,16% do total). As proporções absolutas e relativas dos *tweets* mais replicados do período podem ser vistas nas Tabelas abaixo (TAB. 1 e TAB. 2).

Tabela 1: Totais relativos considerando as mensagens únicas replicadas

Assunto do tweet	#	%
Santa Maria	463	58.76%
Grêmio	116	14.72%
Inter	53	6.73%
Caixa suspeita	29	3.68%
Vila Liberdade	17	2.16%
Listão UFRGS	5	0.63%
Preço da Gasolina	5	0.63%
Outros Futebol	5	0.63%
Outros Acontecimentos	95	12.06%
Total	788	100.00%

Fonte: dos autores.

Tabela 2: Totais absolutos considerando a quantidade de replicações dos 788 *tweets*

Assunto do tweet	#	%
Santa Maria	5966	73.80%
Grêmio	741	9.17%
Inter	212	2.62%
Caixa Suspeita	206	2.55%
Vila Liberdade	209	2.59%
Listão UFRGS	102	1.26%
Preço da Gasolina	42	0.52%
Outros Futebol	14	0.17%
Outros Acontecimentos	592	7.32%
Total	8084	100.00%

Fonte: dos autores

Embora apenas cerca de metade das mensagens replicadas no período se referissem ao acontecimento estudado, a proporção de mensagens sobre o caso corresponde a 73,80% do total de *tweets* publicados no período (TAB. 2). A diferença entre o volume absoluto de mensagens e o volume relativo a mensagens replicadas é uma métrica eficiente para indicar a urgência do assunto e a importância da notícia, gerando uma grande quantidade de compartilhamentos entre os usuários do Twitter.

Dos 10 *tweets* mais replicados no período (Quadro 1), apenas um *tweet* não se refere à tragédia de Santa Maria: a décima posição, repercutida 72 vezes, é ocupada por um *tweet* anunciando o listão do vestibular da UFRGS liberado na sexta-feira, dia 25 de janeiro de 2013, dois dias antes da tragédia. Dentre as 25 mensagens mais replicadas, apenas uma se refere a outro acontecimento ocorrido após a tragédia de Santa Maria: repetido 71 vezes, um *tweet* com link para a notícia de que um incêndio atingira a Vila Liberdade, em Porto Alegre, na noite do dia 27 de janeiro, recebeu repercussão de grandes proporções em parte por se tratar de outro incêndio na mesma fatídica data.

¹⁵ Observados a partir das menções presentes nos *retweets* captados.

Quadro 1. Top 10 *tweets* mais replicados no período contendo links para Zero hora.

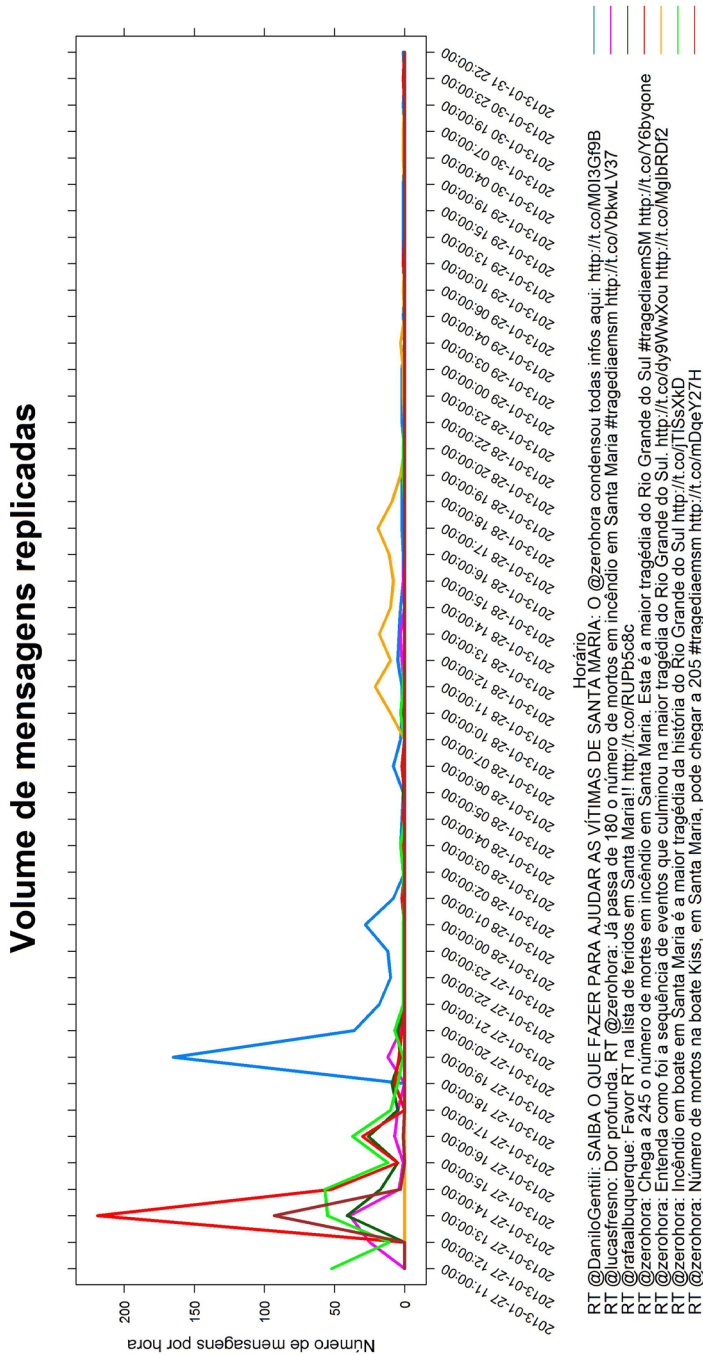
Tweet	RTs	Assunto
RT @DaniloGentili: SAIBA O QUE FAZER PARA AJUDAR S VÍTIMAS DE SANTA MARIA: O @zerohora condensou todas infos aqui: http://t.co/M0I3Gf9B	331	Santa Maria
RT @zerohora: Chega a 245 o número de mortes em incêndio em Santa Maria. Esta é a maior tragédia do Rio Grande do Sul #tragediaemSM http://t.co/Y6byqone	329	Santa Maria
RT @zerohora: Incêndio em boate em Santa Maria é a maior tragédia da história do Rio Grande do Sul http://t.co/jTISsXkD	261	Santa Maria
RT @zerohora: Entenda como foi a sequência de eventos que culminou na maior tragédia do Rio Grande do Sul. http://t.co/dy9WwXou http://t.co/MglbRDf2	127	Santa Maria
RT @rafaalbuquerque: Favor RT na lista de feridos em Santa Maria!! http://t.co/RUPb5c8c	114	Santa Maria
RT @lucasfresno: Dor profunda. RT @zerohora: Já passa de 180 o número de mortos em incêndio em Santa Maria #tragediaemsm http://t.co/VbkwLV37	107	Santa Maria
RT @zerohora: Número de mortos na boate Kiss, em Santa Maria, pode chegar a 205 #tragediaemsm http://t.co/mDqeY27H	97	Santa Maria
RT @zerohora: "Faltou espaço para tanta dor", relata jornalista David Coimbra direto de Santa Maria. http://t.co/RoKn3tWR	75	Santa Maria
RT @zerohora: Já passa de 180 o número de mortos em incêndio em Santa Maria #tragediaemsm http://t.co/JGnFjz0J	72	Santa Maria
RT @zerohora: UFRGS divulga listão dos aprovados no vestibular a partir das 16h30min. http://t.co/42p0HybT (via @vestibularzh)	72	Listão UFRGS

Fonte: dos autores

A Figura 2 mostra um gráfico *time series* relativo à repercussão da tragédia ao longo do período analisado. Estão inclusas nesse gráfico as mensagens mais replicadas entre os dias 27 e 31 de janeiro.

Nós também identificamos os autores originais dos *tweets*¹⁵. Dentre os usuários mencionados nos top 100 *tweets*, encontramos celebridades (@lucasfresno), humoristas (@DaniloGentili e @muri-locouto), ONGs (@vaidoa), jornalistas (@Ladilait e @rosaneoliveira) e inclusive uma casa noturna de Porto Alegre (@opinioao). Predominam, de todo modo, menções ao próprio jornal (@zerohora) em 77 dos 100 top *tweets*.

Fig. 2 – *Tweets* mais replicados entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2012.



Os *tweets* sobre Santa Maria abordaram os principais desdobramentos da tragédia, incluindo a prisão dos envolvidos, as investigações policiais, a fiscalização e o fechamento de outras casas noturnas em razão de problemas similares, a lista de feridos, o número de mortos (cujo total oscilou, desde as primeiras notícias, até a confirmação dos 242 mortos), as formas de solidariedade (como ajudar, pedidos para doar sangue), algumas histórias contando casos específicos de vítimas ou sobreviventes, colunas do jornal lamentando as mortes, notícias sobre a organização e realização de homenagens aos mortos, notícias sobre a reconstituição do crime, e notícias sobre a dimensão da tragédia (TAB. 3). Três notícias relacionavam a tragédia de Santa Maria a outros acontecimentos temporalmente próximos, como a homenagem feita às vítimas no começo do jogo do Grêmio contra o LDU pela Taça Libertadores da América, o anúncio do cancelamento dos jogos do Campeonato Gaúcho de Futebol em virtude do acontecimento e o fato de uma moradora da Vila Liberdade que perdeu sua residência no incêndio em Porto Alegre também ter perdido um parente no incêndio de Santa Maria.

Tweets com apelo à solidariedade dos usuários ou reportando a lista de feridos incluíam pedidos explícitos para que fossem repassados, especialmente por meio da expressão “Favor RT”, como no exemplo abaixo, um *tweet* que foi retuitado 114 vezes no período:

RT @rafaalbuquerque: Favor RT na lista de feridos em Santa Maria!!
<http://t.co/RUPb5c8c>

Esse tipo de estratégia intensifica significativamente a circulação da notícia, alertando o público para o conteúdo do link e contribuindo para o aumento no volume de links para o jornal Zero Hora no período.

Tabela 3: Assuntos dos *tweets* mais replicados sobre a tragédia de Santa Maria

Santa Maria	#	%	Exemplo de tweet
Desdobramentos	160	34.56%	RT @zerohora: Prefeito decreta cancelamento de todos os eventos de Santa Maria por 30 dias http://t.co/M9KCa5bD
Feridos	60	12.96%	RT @zerohora: Confira a lista de feridos em incêndio em boate em Santa Maria #tragediaaemsm http://t.co/YvcTkOua
Número de mortos	58	12.53%	RT @zerohora: Já passa de 180 o número de mortos em incêndio em Santa Maria #tragediaaemsm http://t.co/JGnFJz0J
Solidariedade	55	11.88%	RT @DaniloGentili: SAIBA O QUE FAZER PARA AJUDAR AS VÍTIMAS DE SANTA MARIA: O @zerohora condensou todas infos aqui: http://t.co/M0I3GF9B
Histórias	50	10.80%	RT @zerohora: "Pareciam cenas de um filme de terror", conta estudante - http://t.co/A5wJdJB4
Lamento	32	6.91%	RT @zerohora: RT @rosaneoliveira: Claudia Laitano e escreve o que pensei: tragédia revela melhor e pior das pessoas nas redes sociais http://t.co/fZW3tCMd
Homenagens	24	5.18%	RT @zerohora: Uma petição pública sugere memorial no local da tragédia em Santa Maria. http://t.co/rbsRD4r6
Reconstituição	11	2.38%	RT @zerohora: Gráfico mostra detalhes do incêndio em boate - http://t.co/dy9WwXou
Dimensão da tragédia	10	2.16%	RT @DaiCecon: RT @GauchaSM: RT @GauchaSM: Incêndio em boate em Santa Maria é a maior tragédia da história do Rio Grande do Sul http://t.co/efZjtjqq
Outros acontecimentos relacionados	3	0.65%	RT @zerohora: Pré-jogo de Grêmio x LDU é marcado por homenagens às vítimas de Santa Maria http://t.co/Qq1Fj9zx
Total	463	100.00%	

Fonte: dos autores

O Sistema de Alerta na Tragédia de Santa Maria

A repercussão da tragédia de Santa Maria foi observada a partir de *tweets* contendo links para o jornal Zero Hora. A análise isolada no volume de *tweets* no período entre 25 e 31 de janeiro de 2013 (FIG. 1) indica o destaque ao acontecimento conferido tanto pelo jornal quanto pelo público. É importante observar a participação ativa dos usuários do Twitter na circulação dessa notícia, contribuindo por meio da postagem de links e de *retweets*. Essa relação simbiótica, embora irrefletida, entre mídias sociais e impressas ilustra a mecânica do sistema de alerta, caracterizado so-

bretudo pela inclusão de diversas mídias e pela atuação conjunta de emissores e receptores.

A análise dos conteúdos em circulação sobre a tragédia indica um destaque significativo conferido a *tweets* dedicadas aos desdobramentos da tragédia, à lista de feridos, ou ao número de mortos da tragédia. Nosso entendimento é que essas informações foram repassadas na tentativa de auxiliar a identificação e localização das vítimas, garantir visibilidade aos eventos da tragédia e pressionar o poder público para a fiscalização de outras boates ou detenção dos responsáveis pelo evento. A magnitude do evento em Santa Maria prontamente eclipsou notícias no jornal Zero Hora que reportassem eventos concomitantes (à exceção do incêndio na Vila Liberdade), anteriores ou posteriores à tragédia.

Esses *tweets* mostram a radiografia de um sistema de alerta em que jornalistas cidadãos e jornalistas profissionais colaboraram para a divulgação de informações relativas à tragédia. Observa-se, de um lado, o diário Zero Hora que produziu e distribuiu notícias no Twitter. De outro lado, observa-se uma rede de colaboradores anônimos ou célebres que utilizaram o espaço para fazer circular a informação por meio da postagem de links e de *retweets*. Ainda que o jornal Zero Hora tenha optado por abordar determinados tópicos, os jornalistas cidadãos escolheram quais temáticas dar mais visibilidade, optando por redistribuir determinados conteúdos em detrimento de outros. Isso explica, por exemplo, o foco na distribuição da lista de feridos e nos desdobramentos da tragédia. O ambiente jornalístico do Twitter (HERMIDA, 2010) permitiu essa relação complementar e espontânea.

Os resultados apresentados nesse artigo indicam que a tragédia de Santa Maria teve um impacto significativo na cobertura jornalística do diário Zero Hora. Não obstante o incêndio tenha ocorrido na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, o volume de *tweets* dedicados ao tema ultrapassa a soma de todos os outros temas nos dias anteriores e posteriores ao evento. Mídias sociais e tradicionais atuaram de forma complementar, com jornalistas tradicionais apurando e produzindo conteúdos e jornalistas cidadãos contribuindo para uma circulação acentuada de notícias sobre o evento.

Considerações finais

O artigo procurou discutir a possibilidade de considerar o jornalismo contemporâneo como um sistema de alerta, marcado principalmente pela relação de complementaridade entre diferentes indivíduos e entre canais de informação diversos. Para ilustrar essa possibilidade, analisamos *tweets* sobre a tragédia de Santa Maria contendo links para o jornal Zero Hora.

No caso estudado, de um lado, o jornal dedicou esforços a produzir uma grande variedade de notícias sobre o caso; de outro, jornalistas cidadãos contribuíram para alavancar a visibilidade do acontecimento. Nesse sentido, podemos dizer que o ambiente jornalístico do Twitter foi marcado pela complementação entre mídia social e impressa.

O jornalismo escolhe dar atenção a determinados temas, os quais recebem maior ou menor visibilidade por parte dos interagentes, que atuam como jornalistas cidadãos ao promover a circulação de notícias em sites de redes sociais, e essa visibilidade pode vir a influenciar as temáticas que passarão ou continuarão a ser tratadas pela mídia. Diante desse contexto, o jornalismo passa a atuar como um sistema de alerta.

O estudo da tragédia de Santa Maria permitiu ilustrar como mídia social e impressa podem funcionar de modo coordenado como um sistema de alerta durante eventos de grande comoção. O estudo possui como limitação o fato de se restringir a um único caso. Outros estudos empíricos podem lançar luz à relação de complementaridade de mídias em outros tipos de acontecimentos e entre diferentes tipos de mídias, ou, ainda, acompanhar as notícias de um jornal por um período de tempo mais amplo.

Referências Bibliográficas

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BABO-LANÇA, I. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos**, n. 6, p. 85-94, 2005.

BABO-LANÇA, I. Reprodutibilidade do acontecimento na

ordem institucional. *In*: FRANÇA, V.; CORRÊA, L. G. (Org.). **Mídia, instituição e valores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 13-28.

BELOCHIO, V. O jornalismo digital e as estratégias de colaboração: sinais da des-re-territorialização. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP, 2009.

BERGER, C.; TAVARES, F. Tipologias do acontecimento jornalístico. *In*: BENETTI, M.; FONSECA, V. (Org.).

Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.

Florianópolis: Insular, 2010. p. 121-142.

BRUNO, N. **Tweet first, verify later? How real-time information is changing the coverage of worldwide crisis events**. Oxford: Reuters, 2011.

BRUNS, A. **Vom Gatekeeping zum Gatewatching: Modelle der journalistischen Vermittlung im Internet**. Journalismus im Internet:107-128, 2009.

BRUNS, A.; HIGHFIELD, T. Blogs, Twitter, and Breaking News: The Prodigal of Citizen Journalism. *In*: ANN LIND, R. (Org.).

Producing Theory in a Digital World: The Intersection of Audiences and Production. New York: Peter Lang, 2012. p. 15-32.

BRUNS, A.; LIANG, Y. E. Tools and methods for capturing Twitter data during natural disasters. **First Monday**, v. 17, n. 4, 2012.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**: Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, J. & LUHMANN, N. **Theorie der Gesellschaft oder Socialtechnologie - Was leistet die Systemforschung?** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERMIDA, A. Twittering the News: The emergence of Ambient Journalism. **Journalism Practice**, v. 4, n. 3, p. 297-308, 2010.

HERMIDA, A. Tweets and Truth: Journalism as a discipline of collaborative verification. **Journalism Practice**, v. 6, n. 5-6, p. 659-668, 2012.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Spreadable Media**. New York: NYU Press, 2013.

LASICA, J. D. Blogs and Journalism Need Each Other. **Nieman Reports**, 2003.

LIM, T. Your Attention, Please: Social media as an inciter of awareness, discourse and action in journalism and everyday life. **TFASasia**, 2011. Disponível em <<http://tfasinternational.org/aipe/essaycontest/socialmediaasaninciterofawareness.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

LUHMANN, N. **Öffentlich Meinung**. In: LANGENBUCHER, W. R. **Zur Theorie der politischen Kommunikation**. München: Piper Verlag, 1974.

MACHADO, E. Sistemas de circulação no ciberjornalismo. **Eco-Pós**, v. 11, p. 21-37, 2008.

MARCONDES FILHO, C. Comunicação e ação política no contínuo mediático. Luhmann contra Habermas. E nós contra todos. **Revista Galaxia**, v.8, n.15, 2008.

RODRIGUES, A. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: teorias, questões e estórias**. Lisboa: Veja Editora, 1996. p. 27-33.

VIS, F. Twitter as a reporting tool for breaking news. **Digital Journalism**, v. 1, n. 1, p. 27-47, 2012.

ZAGO, G. **Da circulação à recirculação jornalística: filtro e comentário de notícias por interagentes no TwitterXXI** Encontro Anual da Compós. **Anais...** Juiz de Fora, MG: Compós, 2012. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=1896>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

10

DRAMA, MOBILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RELATOS COERENTES EM MEIO AO CAOS NA ESTRUTURA DE REDE

Ada Cristina Machado da Silveira é professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do CNPq. Graduada em jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é mestre em Extensão Rural pela UFSM, *magister en Ciències de la Comunicació* e *doctora en Periodisme* pela *Universitat Autònoma de Barcelona*. Possui estágio pós-doutoral na *Sorbonne III* e na *Universidad Nacional de Quilmes*. Lidera o Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras.
E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br

Aline Roes Dalmolin é bolsista de estágio pós-doutoral Capes PNPDI Institucional junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando no Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. Graduada em jornalismo pela UFSM, é mestre e doutora em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
E-mail: dalmoline@gmail.com

Drama, mobilização e construção de relatos coerentes em meio ao caos na estrutura de rede

*Ada Cristina Machado da Silveira
Aline Roes Dalmolin*

O papel da mídia numa tragédia

A construção de relatos coerentes em meio ao caos de um acontecimento de grandes proporções, como a tragédia de Santa Maria, possui diversas características que puseram em xeque a capacidade informativa da estrutura de comunicação existente na região e no Brasil.

O presente artigo trata de algumas implicações inerentes à estrutura de rede e suas relações assimétricas, conhecidas pela perspectiva das políticas de comunicação. Parte-se do pressuposto de que o peso da estrutura de rede na mobilização e cobertura jornalística de tragédias está diretamente relacionado com a questão da regionalização de conteúdos. Os eventos catastróficos teriam, portanto, a propriedade de expor os limites de sua capacidade midiático-comunicativa.

Estruturamos o artigo em três partes: a primeira trata do poder das políticas de comunicação na cobertura jornalística, a regionalização de conteúdos e a estrutura de meios; a segunda aborda as condições de análise da cobertura do drama que se intitulou como “o genocídio de jovens futurosos”, expondo a produção de narrativas para a mobilização e a hierarquização da localização e, por fim, analisamos a questão referente à possibilidade do nível local falar para o nível nacional, o que exige passar por um reconhecimento do nível local como sujeito múltiplo e da coerência dos relatos produzidos em meio ao caos.

O poder das políticas de comunicação na cobertura jornalística: a regionalização de conteúdos

O peso das políticas de comunicação na mobilização da catástrofe, tanto quanto na cobertura jornalística, relaciona-se dire-

tamente com a questão da regionalização de conteúdos. Num país de dimensões continentais, a proposta de democratização da mídia passa diretamente pela capacidade de resposta a forças mobilizadas situadas muito aquém do nacional. No entanto, nossa estrutura de meios guarda profunda distância dessa realidade, evidenciando a assimetria de suas relações entre os níveis local, regional e nacional.

O que fazer com tamanha disparidade de perspectivas frente aos imprevistos de momentos dramáticos? Vera França (2012, p. 10) observa que “o mundo se dá a ver de novas formas, nossos sentidos são aguçados diferentemente, os acontecimentos, na sua segunda vida, se revestem de formas simbólicas distintas e passam por transformações impensadas”.

A tragédia da Boate Kiss, que terminou por vitimar 242 jovens, não foi fruto de uma fatalidade, de um desastre natural, mas produto de uma determinada conjunção de fatores em certa inserção sócio-histórica. Sendo assim, constatamos que a imprevisibilidade com que o jornalismo negocia a todo tempo não deveria pegar desprevenidos seus profissionais numa situação como esta. No entanto, esse acontecimento reveste-se de várias dimensões, resultantes de aspectos complexos que necessitam ser analisados em detalhe.

Conforme levantou Keila Jimenez na Folha de São Paulo de 30/01/2013, durante os três primeiros dias decorridos após o acontecimento, a cobertura da tragédia de Santa Maria preencheu 46 horas de noticiários e programas de entretenimento em cinco canais nacionais TV aberta¹. Ela registra que os programas de entretenimento foram responsáveis por grande parte do tempo de televisão aberta dedicado ao acompanhamento da mobilização em torno da tragédia (JIMENEZ, 2013).

Conforme Silveira (2013, p. 2), desde o início, sobressaiu o contraponto entre veículos locais, regionais e nacionais para a audiência local: “Num primeiro momento, dois aspectos fazem-se salientes. O agendamento da cobertura a reboque das mídias sociais

¹ A jornalista cita o levantamento feito pela *Controle da Concorrência*, empresa que monitora inserções publicitárias para o mercado, entre os dias 27 e 28 de janeiro de 2013. As emissoras que tiveram o tempo de programação medidas foram Record (14 horas), Globo (10 horas), Band (9 horas), SBT (7h30min) e RedeTV! (5 horas).

² O conteúdo do referido artigo da Constituição brasileira explicita: “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. (BRASIL, 1990).

e o inevitável despreparo e carência de materiais das coberturas centralizadas no eixo Rio-São Paulo.” Ademais disso, pode-se observar que:

as mídias sociais atuaram num conjunto tão grande de ações que enumerá-las faz-se temerário: mobilização do voluntariado, informação sobre feridos e mortos, localização de familiares, promoção de auxílios diversos (alimentação, transporte, alojamento, etc.), manifestação do pluralismo e, finalmente, a organização de passadas e cultos (SILVEIRA, 2013, p. 3).

As perguntas que se apontam a seguir falam da estrutura de meios e suas características: Possuímos uma rede comunicacional que dê conta desse tipo de acontecimento e seus desdobramentos? Quais são as principais características de nossa estrutura de meios?

É assim que o tema da regionalização da programação de conteúdos em TV aberta, consagrado pelo Art. 221 da Constituição Federal de 1988², encontra na cobertura de tragédias seu *hard case*, um duro problema para uma conjuntura de fraca legitimação política, tanto em termos de regulação como de diversificação e de pluralismo da Comunicação.

A estrutura de meios existente no Brasil opera com a concepção de que a institucionalização do jornalismo no sistema de redes suprime a necessidade da presença midiática localizada ao nível do município numa nação de dimensões continentais. A esse aspecto, soma-se a característica do não-pluralismo, um traço dominante de nossa mídia, promovida pela alta concentração do poder na mão de alguns grupos midiáticos (KUCINSKI, 2002).

Assumindo o ponto de partida de que a estrutura brasileira de meios de comunicação é oligopolizada, cabe indagar qual ponto-de-vista teria sido privilegiado na cobertura da tragédia. O primeiro aspecto que se aponta é o de que nossa estrutura de meios é dominada pelo controle privado; outro aspecto é a hierarquia do local, do regional e do nacional. O nível local corresponde à

emissão localizada e produzida no município, uma condição privilegiada a poucos municípios brasileiros. O nível do regional habitualmente corresponde à emissão/produção realizada nas capitais do Estado federado. E o nível do nacional, corresponderia, grosso modo, à emissão realizada de forma centralizada no eixo Rio-São Paulo. Qual a principal consequência disso?

Inicialmente é necessário destacar que qualquer cobertura de um evento, seja dramático ou não, enfoca-se pelo viés privilegiado da iniciativa privada. As emissoras e redes sociais são agentes enunciadores de caráter privado. A presença de canais públicos nessas situações é rara. No caso de Santa Maria, houve escassa presença do poder público na cobertura, embora a Força Nacional de Saúde tenha tido papel preponderante na liberação de informações sobre as vítimas. A Universidade Federal de Santa Maria registrou atuações nos desdobramentos, em datas posteriores, através de seus veículos institucionais de rádio e TV, bem como a transmissão ao vivo, por *streaming*, da divulgação do inquérito policial através de seu portal de internet. O canal comunitário de cabo, TV Santa Maria, foi considerado uma preciosa exceção, mesmo que o seu reduzido alcance não permita celebrações, embora as conexões na Web sejam animadoras.

Quais as consequências dessa condição privada e estruturada em rede na mobilização e cobertura realizadas? Para responder, faz-se fundamental reconhecer que a cadeia “enunciação - ponto de vista - sujeito” necessita ser identificada. É a partir dela que se pode admitir a validade de uma perspectiva. A pergunta redefine-se então em termos de “quem é o sujeito de uma cobertura midiática?”. Responder que há “sujeito privado” equivale ao desempenho de meios de comunicação em seu labor de produção de uma cobertura privada.

Ilustramos o caso com um contra-exemplo, que se refere à divulgação da listagem de passageiros mortos no vôo da empresa *Air France*, do Rio de Janeiro para Paris, em 2010. Em nenhum

momento, as autoridades francesas apresentaram uma listagem de passageiros desaparecidos. No Brasil, criou-se a expectativa de conhecê-los e os repórteres tiveram que explicar que se tratava de um evento pessoal, quase íntimo para suas famílias, não de um acontecimento público e que, nessa situação, a empresa não tem autorização para divulgação da condição de um grupo de indivíduos privados.

Em Santa Maria, ao contrário, os acontecimentos foram assumidos, desde o início, como públicos, porque “a dor é pública”, conforme relato de repórteres atuantes no jornalismo local (VARGAS, 2013). Essa perspectiva fomentou que repórteres da Rádio Gaúcha SM, braço da emissora do grupo RBS em Santa Maria, inadvertidamente, ainda nas primeiras horas da manhã da tragédia, tenham divulgado a listagem de ingressados nos hospitais como se fora uma listagem de óbitos. Somente no final da tarde de domingo, as autoridades liberariam uma lista oficial dos mortos, replicadas pela mídia.

Tomando-se em referência a importância do contexto, prosseguimos na busca de um sujeito da cobertura midiática entronizado na condição localizada, responsável ao nível sócio-semiótico, por uma enunciação eticamente responsável. Enfrentando as barreiras da estrutura de rede, rapidamente chegamos à Rede Brasil Sul de Comunicações, principal filiada da Rede Globo, e seu canal local, a RBS TV Santa Maria. Observando-se que sua cobertura possa ser assumida enquanto instituidora de uma instância local, destaca-se o percurso da repórter Juliana Motta.

Drama e “genocídio de jovens futurosos”

Durante o XIV Congresso Intercom Sul, realizado na Unisc em maio de 2013, propusemos uma mesa intitulada “Pode o local falar para o Nacional?”, dedicada a analisar a cobertura da tragédia de Santa Maria. Na assistência, o repórter Ricardo Cunha, do Canal Rural, indagou-nos o motivo do assunto permanecer por tan-

tas semanas no noticiário. Afirmava ele que, com certa frequência, embarcações no Norte do Brasil vitimam número próximo a esse e sua repercussão não alcança o dia seguinte. Improvisadamente, elencamos alguns argumentos, os quais, aqui, pretendemos sistematizar. Apontamos, naquele momento, para a questão geoestratégica de localização do acontecimento trágico e para a população de formação multicultural, além da condição social de classe média das vítimas, tratando-se do “genocídio de jovens futuros”, como analisou o jornalista Lasier Martins da RBS, em debate veiculado em programa de rádio da Rádio Gaúcha de Santa Maria (20h de 21/05/2013).

A pergunta sobre as razões da tragédia permanecer por tanto tempo em foco na mídia acompanhou-nos não só na mesa do Congresso Intercom Sul, como ainda no Congresso Nacional da Intercom, realizado em setembro de 2013 em Manaus, quando apresentamos uma versão do presente texto no GT de Políticas e Estratégias de Comunicação.

Prosseguindo com a questão, em visita a Tabatinga-AM, fomos suscitados por um comentário de um entrevistado de pesquisa a campo. O Secretário de Comunicação Social daquele município, Francisco Lopes Madeira (2013), afirmaria que, à diferença de um barco que naufraga na Região Norte, a tragédia de Santa Maria conhece múltiplos desdobramentos, o que acaba por configurar-se em capital midiático: há enfermos, hospitalizados, familiares, vítimas de diversos níveis, interesses econômicos, jurídicos e políticos, profissionais de diversas especialidades, infraestruturas e agências das mais variadas envolvidas no atendimento das distintas demandas que surgem. Entendemos que essa é uma possível abordagem.

Em outro sentido, o pesquisador Paulo Fernando Liedke, da UFSC, levantou a hipótese de que a vigência do discurso localizado estaria vinculada à própria estratégia da lógica de rede. Nessas condições, a cobertura da tragédia de Santa Maria teria encon-

³ “Em síntese: acontecimentos acontecem em nossa experiência - e falam dessa experiência. Retratam quem somos, como vivemos. Em tempos midiáticos, os acontecimentos (e aqueles que os experimentam) estão submetidos a novas condições e, sobretudo, a uma nova dinâmica. A janela de análise dos acontecimentos se torna assim um importante instrumento de compreensão da realidade da vida cotidiana, da interpenetração de múltiplas realidades, da configuração do mundo da vida. Leva-nos, mesmo, a perguntar: é assim mesmo que queremos continuar vivendo? É esse o mundo... é essa a realidade que efetivamente optamos por construir e queremos deixar como nosso legado” (FRANÇA, 2012, p. 20).

⁴ Neste contexto, desponta a histórica experiência do rádio local em áreas

trado seu caudal na estrutura de uma rede local-regional articulada com a rede nacional, vale dizer, da Rede Brasil Sul de Comunicações e suas articulações com a Rede Globo, configurando-se num fenômeno de prolongada midiatação.

A teia que se montou compõe o que Vera França (2012, p.10) reflete quando alude a uma estrutura de apreensão e de reação aos acontecimentos que aponta para quadros de sentido.³ Isabel Babo-Lança (apud FRANÇA, 2012, p. 19) fala dos eventos replicantes, acontecimentos que transformam-se em outros quando retomados em diferentes contextos, e que atuam em novos quadros de formação de sentido. Pois são os eventos replicantes que despontam em desafio ao propósito de construção de relatos coerentes: indagamos se a base, na qual se estruturam os quadros de sentido, foi capaz de dar conta da replicância produzida no evento de Santa Maria.

Assim, a questão da localização e do poder do local pouco a pouco vem calando nas reflexões sobre a prática jornalística operante frente à estrutura de rede oligopolizada. No entanto, conforme destaca Zamin (2012), não é fácil definir a instância local.⁴ Abordando iniciativas consagradas pelas políticas de comunicação e cultura, observa-se a proliferação de estudos sobre o fomento de ações que aproveitem o desnível das diferentes naturezas de agentes públicos e privados em favor do controle e/ou do crescimento do midiático. Na realidade da estrutura de rede assimétrica, o local-nacional está associado a acontecimentos provenientes das metrópoles ou eventos extraordinários, o local-regional, habitualmente, associa-se a eventos provenientes de capitais federadas e o local-municipal instaura-se como instância de idiosincrasias e/ou tragédias.

Nossos argumentos guardam estreita relação com os debates que temos acompanhado no GP de Políticas e Estratégias de Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), especialmente no viés que Baitello Jr.

(2010) apontou sobre a capilaridade comunicativa que emerge na sociedade com força rompedora, conforme ocorre com os questionamentos recorrentes nas mídias sociais sobre a ação da mídia hegemônica. A inserção da atividade midiática no entorno social, sua força problematizadora e os vínculos que sua ação proporciona fazem-se sucedâneos de uma nova compreensão do político na sociedade contemporânea. Também na reflexão de Marques de Melo (2009, p. 28), há consenso quanto ao estudo das relações sociais com foco no poder quanto aos recursos de Comunicação.

Ao contrário da Guerra do Golfo que para a cobertura midiática não teve lugar, a abundante cobertura dos acontecimentos da Boate Kiss são localizados. No caso da tragédia de Santa Maria podemos dizer que sim, ela teve lugar, um lugar municipalizado:

a cobertura local contou com a mobilização das diversas emissoras radiofônicas AM, FM e comunitárias, ademais dos canais locais de televisão (RBS TV Santa Maria, TV Pampa, TV Campus da UFSM e TV Santa Maria - canal de cabo) e dos dois diários locais (A Razão e Diário de Santa Maria). Essa cobertura local foi amplificada pela capilarização de dezenas de veículos da região (SILVEIRA, 2013, p. 2).

A análise publicada uma semana após a tragédia enfatiza a percepção da morte de “corações de estudante na câmara de gás” (SILVEIRA, 2013), em alusão à perda da inocência juvenil e a presença do gás cianeto no incêndio, elementos que, para uma população de formação multicultural, marcam conflitos que são mais do que memória histórica.

O editor do diário Zero Hora de Porto Alegre, Nilson Vargas (2013), enunciou alguns critérios daqueles que sua redação toma como parâmetros universalizados: “não mostrar cadáver; não mostrar sangue; não noticiar suicídio”. Segundo o relato do editor, na semana da tragédia o jornal adquiriu os direitos de publicação de uma foto que foi tirada dentro da boate, mostrando os corpos dos jovens mortos, que não foi publicada, mas arquivada pelo veículo para fins históricos (VARGAS, 2013). Para ele, razão e sensibilidade

de fronteira: “O Jornalismo no rádio comunitário resulta, também, das ligações que estabelece com o espaço local. Do mesmo modo, por se estruturar a partir do pertencimento a um lugar social, o Jornalismo nos espaços fronteiriços é dimensionado pelo que representa esse espaço físico. [...] São temáticas e acontecimentos que fazem referência ou afetam a fronteira que levam-na a se sobrepor ao local: permitir ou impedir a passagem, ocultar, integrar, rivalizar, ter lógicas comuns, manter diferenças.” (ZAMIN, 2012, p.174).

definem os parâmetros da cobertura da tragédia e o discurso da objetividade jornalística buscou impor-se frente a outros discursos, à dispersão provocada pela mobilização, e à tragédia pessoal dos envolvidos.

O discurso jornalístico joga com a necessidade de ausência de marca de um sujeito-autor e com a necessidade de presença de um sujeito-testemunha. A invocação da objetividade jornalística, investida na prática de falar através da voz de um outro pelo relato das fontes, traduz-se como um ritual estratégico do profissional para proteger-se dos riscos de sua profissão (TUCHMAN, 1983). No entanto, a situação de tragédia coloca o próprio caráter do testemunho em posição de xeque, devido à impossibilidade de franquear relatos daqueles que se constituem como “testemunhas integrais”. A partir dos relatos literário-biográficos de Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, Giorgio Agamben (2008) localiza esse caráter naqueles que “tocaram o fundo” e nos que já foram destituídos da linguagem porque sucumbiram na tragédia. Disso decorre o caráter de indizibilidade de tragédias limite como os campos de concentração, face às quais seus sobreviventes caracterizariam-se como “pseudotestemunhas”, pois seus relatos falam por delegação daqueles que pereceram. “Quem assume para si o ônus de testemunhar por eles, sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar” (AGAMBEN, 2008, p. 93).

Em situações de tragédia extrema, constituídas a priori por um caráter de indizibilidade em razão da impossibilidade da língua de traduzir toda a dimensão de seu horror, destarte emerge a intenção latente do jornalismo de organizar relatos em meio ao caos. Na situação observada, referente à cobertura da tragédia da boate Kiss, uma série de pontos-de-vista justapunham-se no caótico frenesi de uma cobertura improvisada frente a um acontecimento trágico de repercussão internacional.

A linha temporal em uma cobertura apresenta a maior tensão narrativa ao permitir a constante introdução de novidades.

O sujeito enunciador está à mercê de constantes transformações e a sucessão de formas de subjetivação está permanentemente interpondo-se no caminho narrativo. A condição de jornalista sabido organizador do discurso alheio encontra seu limite. Não há tempo para regatear entre pontos-de-vista e as eleições narrativas operadas pela enunciação quando encontram o horizonte crítico da dor pessoal feita pública de uma tragédia que vitimou centenas de pessoas e seus familiares e amigos. O discurso na cobertura jornalística de tragédias brota e se perfila através de pontos-de-vista permanentemente atualizados.

É quando percebemos mais acuradamente, as formas de desenvolvimento da subjetivação no discurso narrativo que sobressaem os riscos assumidos. O relato jornalístico dramático, quando introduz um novo lugar para o sujeito na forma de personagem que tudo narra, necessita produzir o efeito de tudo saber, mesmo impossibilitado de transitar no espaço de uma praça, de um saguão de estádio, de conversar e conferir versões com seus colegas e fontes.

Segundo Benveniste (1995), há a enunciação subjetiva (a que explicita as marcas do sujeito que diz estar falando) e a enunciação não subjetiva (aquela em que se apagam as marcas do sujeito). Pois bem, o jornalismo busca a segunda condição, obsessivamente, embora, temos que advertir, a marca do veículo jornalístico é impossível de ser de todo eliminada. O eu enunciador da informação jornalística é o mesmo do veículo, ainda que implícito no discurso.⁵

A inscrição de sujeitos localizados diversamente no decorrer de um mesmo telejornal, por exemplo, exige uma grande tarefa de reconhecimento da multiplicidade enunciativa sem que, no entanto, isso implique na diversificação de pontos-de-vista. A narração de um telejornal pode contar, normalmente, com repórteres formalmente designados para a tarefa. Na cobertura da tragédia de Santa Maria, no entanto, ocorreu uma inovação, fruto das circunstâncias definidas pelo dia do acontecimento (domingo) e pela distância (mais de dois mil quilômetros do eixo Rio-São Paulo).

⁵ Conforme destaca Koelling (2003) ao abordar a dêixis em sua propriedade espaço-temporal de uma enunciação: Começamos, então, pela definição de Benveniste. Para o autor francês, a dêixis contém o indicador de pessoa, sendo que dessa referência emerge seu caráter cada vez único e particular. O linguista salienta que “é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas (pronominais) não remetam à ‘realidade’ nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim seu próprio emprego (BENVENISTE, 1995, p. 280). De forma semelhante, Cervoni também considera os dêiticos como signos que remetem a sua enunciação e acrescenta ser impossível atribuí-lhes um referente se não conhecemos, como participantes ou testemunhas, os actantes e o âmbito espaço-temporal da enunciação” (KOELLING, 2003, p. 2).

Podemos indagar se a cobertura jornalística é depositária da perspectiva do sujeito real que nela atuou. Para responder, vamos tomar exemplos de atuação de três sujeitos por trás dos relatos jornalísticos: o editor de Zero Hora, a repórter da RBS TV Santa Maria e o fotógrafo do Diário de Santa Maria. Trata-se de sujeitos que pouco sabiam e que tinham poucos minutos para organizar um mínimo de informações que se somavam ao ritmo dos acontecimentos inesperados: o número de mortes prosseguia crescendo assustadoramente, a ausência de recursos era inevitável, a falta de amparo dos familiares era comovedora, a lembrança do incêndio era paralisante, o pânico era notório - um conjunto de condições que dominou as eleições narrativas operadas pela enunciação midiática.

O editor de Zero Hora, por coincidência, estava na cidade na madrugada da tragédia, na casa de seu filho que estuda na Universidade Federal de Santa Maria. Ele foi avisado pela jornalista do plantão sobre o ocorrido às 4h30min do dia 27 de janeiro, e chegou à frente da boate Kiss a pé, alguns minutos depois das cinco horas da manhã. Daquele espaço, comandou toda a equipe do maior jornal gaúcho, coordenando a força tarefa de repórteres e designando quais se deslocariam até Santa Maria, que dista cerca de 300 km de Porto Alegre. Nilson Vargas, santa-mariense, egresso do curso de Jornalismo da UFSM, ajudou a fundar e foi o primeiro editor do Diário de Santa Maria. Foi com essa bagagem que ele articulou a integração da redação de Zero Hora com a do diário local por várias semanas. Sua experiência profissional condensada ao conhecimento das especificidades locais foi fundamental para que, rapidamente, ele definisse os ângulos de abordagens das matérias e quais fontes deveriam ser questionadas.

A repórter Juliana Motta, da RBS TV local, apareceu em toda a programação da TV Globo, falando desde distintos locais de Santa Maria - era a repórter, ancorada por algum apresentador de plantão ou do programa em inserção, cercada por aproxi-

madamente 40 profissionais. Ela transmitiu, no domingo, para os programas Globo Esporte (cerca de nove horas da manhã). Antes disso, havia feito uma entrada por telefone para o Globonews (TV a cabo), e prosseguiu com “vivos” no Domingão do Faustão e no Fantástico (TV aberta). No dia seguinte, desde a Praça Saldanha Marinho, num espaço entre duas árvores que permitia a emissão de sinal, ou frente à sede da Polícia Civil ou mesmo no Centro de Atividades Múltiplas onde se encontravam os cadáveres, ela realizou diversas entradas durante os programas da emissora no decorrer da manhã⁶. No nível regional, entrou nos programas emitidos desde Porto Alegre como Bom Dia Rio Grande, Jornal do Almoço e RBS Notícias (salvo no primeiro dia). Ainda, no nível regional, entrou no Bom Dia de São Paulo. No nível local entrou no Jornal do Almoço (12 h) e RBS Notícias (19 h), ademais de diversos outros noticiários locais da Rede Globo. Na televisão a cabo entrou seguidamente no Globonews e no Jornal da Globo. A repórter entende que foi normal sua aparição durante o domingo em tantos espaços da rede. No entanto, a partir do dia seguinte, houve uma opção da rede por mantê-la, a despeito da grande presença de profissionais experimentados que acorreram para a cidade (MOTTA, 2013).

O fotojornalista Jean Pimentel escolheu o topo de um dos edifícios mais altos de Santa Maria, o Edifício Taperinha, para fotografar a caminhada que reuniu 35 mil pessoas na noite posterior à tragédia (Figura 1). A procissão ritualística mostra-se enquadrada pela skyline de edifícios e pela lua cheia no canto superior esquerdo, imagem que ilustrou a capa do Diário de Santa Maria em 29 de janeiro de 2013. Conforme o relato do editor de Zero Hora, que trabalhou coordenando a cobertura em conjunto com a redação do Diário de Santa Maria, nos desdobramentos da tragédia, a decisão de retratar a imagem daquele ângulo deveu-se ao fato daquele ser um ponto tradicionalmente utilizado para fotografar o maior evento religioso da cidade, a Romaria da Medianeira, que reúne, anualmente, milhares de romeiros em procissão (VARGAS, 2013).

⁶ Dentre as entradas ao vivo da repórter, destacam-se sua participação nos telejornais Bom Dia Brasil e Globo Notícia, bem como no programa de variedades Mais Você e no programa de auditório Encontro com Fátima Bernardes.

Fig. 1 – Capa do Jornal Diário de Santa Maria – 29/11/13.



Foto: Jean Pimentel- DSM

Nos três casos, podemos observar um narrador como efeito de um processo de enunciação e não como um sujeito onisciente, próprio das coberturas nacionais realizadas no eixo Rio – São Paulo. Quem é o sujeito da enunciação? No caso da jovem repórter da RBSTV, ela estava na frente da Kiss, na frente do Hospital, da Delegacia de Polícia, na Praça (discurso do parlatório, da ágora), exercitando tons para enunciar, com voz de autoridade e de comoção.

As críticas à cobertura e sua estrutura mobilizada pela tragédia foram múltiplas: uma delas afirma que o local está dessubstanciado, diluído na codificação definida pelo “padrão Globo de qualidade”. No entanto, também se observou uma variedade de abordagens: a frequência, os “ao vivo” da Praça Saldanha Marinho, pela necessidade de clareza do sinal, a convergência da fala, do discurso, a presença da dupla “Cosme e Damião” (jornalista experiente de fora com um novato da cidade) fez aparecer a expressão dos experientes: “isso é pior do que uma guerra”.

Os relatos em nível nacional recompunham as linhas temporais de relatos realizados regionalmente, ao mesmo tempo em que os aproveitavam localmente por conta da complexa estrutura de TV no sul do Brasil. A transformação no tempo requeria a intervenção ajuizada do nível local.

A construção de relatos em meio ao caos: do nacional para o local

Percebeu-se, depois do domingo em que a maioria dos repórteres estava em dia de descanso, que a assinatura entendida como o ato de presença da Rede Globo nos três níveis não poderia prescindir da inserção localizada e enraizada na cidade. Questões de sotaque, idiossincrasias, singularidades, ritmo dos desdobramentos e precisão de dados interpuseram-se à hierarquia da estrutura de rede. Os repórteres-de-rede (Ricardo Von Dorf e Kiria Meurer, da Rede Globo, em Santa Catarina, Rosane Marchetti e Guacira Merlin no Rio Grande do Sul) coabitaram o espaço narrativo com repórteres locais de pouca experiência (Juliana Motta, Alice Pavanello, Micheli Ribeiro e Bernardo Bortolotto). A incumbência de proclamação de novidades foi atribuída ao papel mediador da repórter local dada sua alta frequência e imponderabilidade. O embate entre autoridades responsabilizadas pela tragédia, a mobilização dos estudantes e a comoção geral exigiram a estabilidade de uma cidadã local.

Aos repórteres de rede delegou-se o que pode ser denominado de abordagem de testemunhos. Aos repórteres enviados do Rio de Janeiro (Sandra Annenberg e Ernesto Paglia), definiu-se a atividade de relatar o cotidiano através de diálogos travados com moradores, familiares, voluntários e autoridades, muitos deles em tom autobiográfico tanto dos sujeitos entrevistados como dos entrevistadores.

O jogo de aparições e de desapareções do nível local em favor do regional, bem como do nacional, responde a pouco mais de dez por cento da grade de programação nacionalizada. Para os resultados da cobertura telejornalística em catástrofes, no entanto, a

estrutura narrativa, assim distribuída, assume a perspectiva moderna de contar com a inscrição de diversos narradores para contemplar distintos aspectos da narrativa. Trata-se de uma estrutura narrativa de qualidade e que supera de longe o que se pode denominar de narração simulada, ou seja, a presença de um repórter rapidamente deslocado para o local do acontecimento trágico. A narração, assim localizada, por um sujeito que se desloca espacialmente com a finalidade de localizar-se, implantar-se, no ambiente dos acontecimentos dificilmente consegue superar a riqueza da outra. Ainda que efetivamente seu sujeito ali esteja, a incorporação do ponto-de-vista local necessita um fundo de aderência de difícil improviso constituindo, dessa forma, uma localização simulada.

O sujeito seria ele próprio testemunha do vazio de distintas perspectivas? Parece que não. Assim, foi possível explorar e exportar para o nível nacional que há na cobertura jornalística da Rede Globo e em menor medida na Rede Record, a combinação interna de três níveis de localização: local, regional e nacional.

A localização espaço-temporal do nível local executada pela RBS TV Santa Maria instituiu uma atuação estabilizada em locais considerados decisivos nos desdobramentos gerados pelo acontecimento trágico (calçada da boate, Câmara de Vereadores, Prefeitura, pontos de passagem das manifestações, sede da Polícia Civil, praça central da cidade, etc.). Essa localização ainda estabilizou-se no diálogo com sujeitos autorizados institucionalmente (governador do Estado, comandante do Corpo de Bombeiros, delegado de Polícia, promotores públicos, advogados, assessores). O arranque da presença do nível local no decorrer da programação da Rede Globo no domingo, dia da tragédia, acabou por impor-se no decorrer da programação nos dias sucessivos. A programação da emissora local foi alterada durante todo o primeiro mês. A imagem da repórter Juliana Motta da RBS TV Santa Maria foi mantida nas entradas ao nível nacional e, por decorrência, no regional,

fragmentando-se em aparições continuadas até a feitura desta comunicação.

Já o nível regional da localização espaço-temporal, executada pela RBS TV Porto Alegre, foi flutuante e privilegiou a modulação da cobertura entre os níveis local e nacional, deslocando-se em direção a diversas frentes que rompiam no cenário, buscando consolidar distintos pontos-de-vista (agentes públicos e agentes privados).

A localização espaço-temporal do nível nacional careceu de estabilidade e teve sua articulação estruturada em rede abalada pelas novidades. A programação da TV Globo foi fraturada e submetida à continua intervenção dos outros níveis considerados mais próximos e de maior fidedignidade aos desdobramentos gerados pelo acontecimento catastrófico. A localização do nacional foi afetada pela dialética entre práticas estáveis, mantendo-se flutuante na atualização narrativa e até anulando-se frente à transmissão de alguns relatos locais e regionais. Sua atuação foi marginal ao relato localizado naqueles níveis e concedeu interioridade e profundidade à cobertura, resguardada pela iminência de aparição do nível local.

Considerações finais: discurso localizado e lógica de rede

A cobertura da tragédia para os que vivem na região de Santa Maria demonstrou que o nível local ganhou a característica de sujeito múltiplo, de fundo, e não mais de um difuso relator eventual. Observamos algumas características relatadas a seguir.

- a) O experiente editor de Zero Hora indaga-se sobre “até que ponto a solidariedade e os sentimentos subjetivos são manchetes?” A ponderação de juízo moral envolve considerar que qualquer ato consiste em agir com autoria, num envolvimento responsável com o mundo.
- b) A presença da jovem repórter de Santa Maria reavivou o relato localizado continuamente durante o domingo e seu êxito pode ser atribuído à cultura midiática santamariense, apoiada em mais de 40

anos de produção telejornalística diária. Erigiu-se como um marco do sabor local na grade de programação nacionalizada.

c) Ao telespectador (enunciário) localizado nacionalmente é possível reconhecer diversas formas de manifestação discursiva. O efeito de objetividade foi produzido através da soma de relatos autobiográficos de populares, de familiares e de profissionais reavivados em constantes aparições. d) O trabalho de cobertura ao vivo, em televisão, produz um efeito de transparência e de responsabilização dos enunciados pela pessoa que assume a condição de apresentador ou de repórter.

Na cobertura de catástrofes observa-se que, normalmente, o nível nacional termina por reduzir o nível local a fonte primária do relato. Acreditamos que em Santa Maria isso não ocorreu. A análise da cobertura da Rede Globo permite reconhecer o que se considera como os três lugares básicos de uma tipologia das formas elementares de articulação da enunciação. Ela se estabelece entre a emissora cabeça-de-rede e suas praças regionais (capitais de Estado) ademais das locais, conforme é praticada rotineiramente pela afiliada RBS e sua rede de emissoras.

Podemos considerar que o narrador onisciente situado ao nível do nacional cedeu lugar ao narrador situado localmente? Consideramos que a questão recém começa a ser respondida. Para respondê-la satisfatoriamente, enunciamos alguns procedimentos que estão sendo seguidos por nosso grupo de pesquisa⁷, com base na filosofia moral de Bakhtin (2010). Ela requer observar passos metodológicos que envolvem identificar as formas e os tipos de interação verbal (e audiovisual) em ligação com as condições concretas em que se realiza; as formas das distintas enunciações em ligação com a interação que constituem os elementos. Tais procedimentos buscam conhecer a responsabilidade moral dos agentes envolvidos em um acontecimento, arriscando-se também ao buscar transmitir

desde uma perspectiva unívoca, mas produzida coletivamente, um relato em meio ao caos.

Se um determinado texto dos tantos emitidos na cobertura falou, é porque alguém falou nele. Esse alguém possui identidade própria? Quais são as propriedades que o fazem discernível dentre tantas outras identidades? Como enfrentar a dispersão de perspectivas possíveis frente à necessidade de ter um discurso coerente em meio ao caos? Ou seja, alguém está preparado para cobrir uma tragédia?

Buscamos conhecer a noticiabilidade enquanto processo e produto de uma cadeia tecnológica e de responsabilidades discursivas que necessitam ser conhecidas para ser adequadamente questionadas. Não basta condenar a concentração midiática sem revelar adequadamente o preço axiológico nela embutido, sem questionar os dogmas da neutralidade professados em tantas esferas do ensino à pesquisa. Consiste ainda em avaliar o peso da assimetria de relações quando o discurso localizado numa metrópole busca impor-se frente a pontos de vista arrigados ao nível regional ou municipal. Tais aspectos dão corpo à incipiente crítica da regionalização de conteúdos e devem integrar propostas de revisão das políticas de comunicação.

As redes sociais privilegiam uma lógica de investimento afetivo e emocional que se imbrica com a lógica institucional e racional dos meios tradicionais. O aproveitamento das redes sociais por parte das mídias tradicionais tem observado a medida justa para que as últimas possam se legitimar como um espaço plural, capaz de traduzir os sentimentos e as emoções dos diversos grupos sociais, mas sua capacidade de legitimar-se como instância privilegiada de interpretação e mediação dos eventos trágicos tem sido questionada justamente naqueles aspectos de distanciamento já apontado pelos defensores da regionalização de conteúdos.

Por fim, observamos que a busca de imposição do discurso jornalístico-objetivo frente ao jornalismo da carnavalização, mais próximo ao torpor do pesadelo vivenciado coletivamente, deixou

marcas que impuseram sua presença nas redes sociais e apontam para um contraste do qual dificilmente as velhas práticas jornalísticas da hierarquia local-regional-nacional irá recompor-se.

No entanto, contra a perspectiva de ruptura infringida em meio às fissuras de redes oligopolizadas, perfila-se uma questão registrada no começo do presente texto, a qual circunda a fortuna midiática do tema da tragédia. A complexidade da situação limite atestou uma condição enunciativa fortemente subjetivada nas marcas do sujeito-autor e do sujeito testemunha, muito embora este esteja por sua constituição impedido de traduzir integralmente as experiências que se sucederam na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013. Aos corações de estudante sufocados na câmara de gás resta a senda do indizível, e da impossibilidade de testemunho daqueles que “tocaram o fundo” sobram apenas as tentativas de relato de um jornalismo claudicante em busca por um mínimo de coerência em meio ao caos.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAITELLO JR. N. Las capilaridades de la comunicación. In: SARTORI, R. B.; MUÑOZ, B. O.; VALENZUELA SEPULVEDA, V. H. (Org.). **Diálogos culturales. Interdisciplinas para la comunicación**. Valdivia, Chile/São Paulo: Universidad Austral/Annablume, 2007. p. 127-137.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

JIMENEZ, K. Em dois dias, TV aberta dedicou 46h a tragédia.

Observatório da Imprensa, 05/02/2013, edição n.732.

KOELLING, S. B. Os dêiticos e a enunciação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 1, n. 1, agosto de 2003. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

KUCINSKI, B. Mídia e democracia no Brasil. In: FISCHMANN, R.; KUNSCH, M. **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo: Edusp, 2002.

MADEIRA, F. L. **Entrevista concedida a Ada Cristina Machado da Silveira**. Tabatinga-AM, em 12 de setembro de 2013.

MARTINS, L. Mesa Redonda. **Rádio Gaúcha de Santa Maria**, 21/05/2013.

MELO, J. M. de. Economia Política da Comunicação no Brasil de 1923-2008 - Precursores, pioneiros, baluartes e vanguardistas. **Intercom — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.32, n.1, p. 15-31, jan./jun. 2009.

MOTTA, J. **Entrevista concedida ao grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras**. Santa Maria, 03/04/2013.

SILVEIRA, A. C. M. Nossos corações de estudante na câmara de gás. **Observatório da Imprensa**, 05/02/2013, edição n.732. http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed732_coracoes_de_estudante_na_camara_de_gas.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa, Vega, 1993, p. 74-90.

VARGAS, N. **Palestra aos alunos de Comunicação Social da UFSM**. 02/05/2013.

ZAMIN, A. A fronteira no rádio comunitário: fragmentos de um discurso sobre o local. In: FOSSÁ, M.I.T.; SILVEIRA, A.C.M.; LISBOA, F.F. **Rádio, sociedade, fronteira**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012. p.170-190.

PARTE III

CATÁSTROFE BIOPOLÍTICA
E NARRAÇÕES DO TRÁGICO

11

TRAGÉDIA KISS: ACONTECIMENTO PÚBLICO E ARMADILHAS DA IMAGEM

Bruno Kegler é professor da universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde desenvolve tese sobre a Tragédia Kiss e as questões de interesse público e privado, da mídia e da política. É graduado em Publicidade e Propaganda e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: brunokegler@gmail.com

Maria Helena Weber é professora titular da UFRGS e trabalha no Curso de Comunicação Social e no PPGCOM. É pesquisadora do CNPq como Bolsista Produtividade 1 com a pesquisa “Constituição da comunicação pública no Brasil e o paradoxo da visibilidade”. Doutora em Comunicação (UFRJ) e Mestre em Sociologia (UFRGS). Autora do livro “Comunicação e Espetáculos da Política”. Exerceu cargos de representação como vice-presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (COMPÓS) e secretária da Associação de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLITICA) e coordenadora da área de Comunicação, Informação e Museologia da Capes.
E-mail: maria.weber@ufrgs.br

¹ Na história do Brasil, este incêndio só é superado em número de mortes pelo desastre no Gran Circo Norte-Americano, em Niterói, ocorrido no ano de 1961, quando morreram 503 pessoas.

Tragédia kiss: acontecimento público e armadilhas da imagem

Bruno Keglér
Maria Helena Weber

*Pergunta às árvores da rua
que notícia têm desse dia
filtrado em betume da noite;
se por acaso pressentiram
nas aragens conversadeiras,
ágil correio do universo,
um calar mais informativo
que toda grave confissão.*

(*Inquérito* – Carlos Drummond de Andrade)

Introdução

Como será lembrado inúmeras vezes, na madrugada do sábado, dia 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, um show musical com pirotecnia incendiou o interior da boate Kiss, recoberta de material altamente inflamável. O fogo e a fumaça causaram a morte de 242 jovens,¹ a maioria estudantes da Universidade Federal de Santa Maria –UFSM, que tentavam sair do local, mas foram impedidos pela falta de saídas de emergência e o aparato de controle que dificultava o acesso à rua. Vários jovens morreram depois de sair e inalar a fumaça enquanto tentavam derrubar a parede, auxiliando o Corpo de Bombeiros. Muitos feridos foram transferidos para diferentes hospitais do Estado; profissionais da saúde foram deslocados para a cidade para atender feridos e familiares, no Centro Desportivo Municipal, que pouco a pouco recebia os corpos para reconhecimento dos familiares.

Entre a imagem dos corpos enfileirados, da expressão de dor dos familiares; da inconformidade ante as vítimas queimadas e sufocadas; da indignação da comunidade, dos leitores e telespectadores sobre a quem atribuir a responsabilidade do incêndio na Boate Kiss, e a ininterrupta cobertura da mídia foi sendo constituído o acontecimento público *Tragédia Kiss*. Mortes coletivas na tragédia

vinculada à responsabilidade dos proprietários e dos poderes públicos - estaduais e municipais, ainda em julgamento. A tragédia tornou-se, então, uma questão de interesse público.

A força e o inusitado desse acontecimento provoca sua espetacularização entendida como um “espetáculo político-midiático”, conforme anuncia Weber (2011, p. 190), constituído quando “os poderes da mídia, da política, das organizações e da sociedade se apropriam de acontecimentos públicos singulares e potencialmente espetaculares, cuja vitalidade poderá beneficiar poderes e mobilizar paixões”. Esse tipo de acontecimento possibilita a aproximação entre governantes e sociedade, pela expectativa de amparo e de providências da sociedade e pelas soluções e respostas oriundas da política, dos governantes.

As relações entre mídia, política e sociedade ocorrem, então, a partir do interesses e participação (direta ou simbólica) de todos, como na *Tragédia Kiss*. As dimensões da tragédia sensibilizaram a todos, direta e indiretamente envolvidos, e instalam a tristeza e a dor (da perda, do inexplicável) e o medo (que cada ser humano tem da morte). O jornalismo cumpre sua tarefa e ao relatar e reproduzir a tragédia, amplia a dor e o medo e permite que seja compartilhado. Como afirma Rivière (1995, pg. 155) “*el miedo es el espectáculo más rentable. El miedo nos convierte em prisioneiros mediáticos*”. Emoções que vêm à tona em cada canto, fala ou imagem são, assim, oferecidas pela TV, jornais, rádios e internet, numa ampliação insistente da indignação, dor, tristeza e sofrimento, em edições em tempo real.

A tragédia foi vivenciada a cada minuto e sua intensidade diminui – naturalmente. Audiência e leitores podem se conformar com o impacto na medida em que as questões políticas e jurídicas se sobrepõem e mantém a tragédia como um acontecimento público.

Aplacar o sofrimento com respostas e oferecer soluções atrai os governantes e políticos municipais, estaduais e federais à cidade: a presidenta do Brasil, Dilma Roussef, interrompeu sua agenda na reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribe-

nhos (Celac) e a União Europeia (UE), no Chile; o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, o prefeito municipal César Schirmer, além de ministros e secretários de Estado. A tragédia ocorre num espaço privado de entretenimento, mas suas dimensões a tornaram pública e de interesse de todos. A falta de respostas imediatas sobre as causas gera indignação, culpados e promessas. Os movimentos e discursos da política e governantes em torno da *Tragédia Kiss* permitem analisar o paradoxo dos políticos e governantes que devem se manifestar, opinar, explicar, prometer e cumprir, enquanto seus assessores cuidam da sua aparência, do tom e do espaço a ser ocupado na mídia. Sob a vigilância da imprensa e da sociedade, são reféns da visibilidade e da opinião pública, pois não podem abdicar da repercussão de quaisquer atitudes para sua imagem pública.

Este acontecimento público expõe a morte e o sofrimento coletivos. Inesperado e complexo, rompe com a normalidade cotidiana, permite análises que abrangem distintos campos, dentre os quais, o midiático, o religioso, o jurídico e o político. É sobre este, especificamente, que ajustamos nossa lente, ao contemplar a disputa de versões entre atores e instituições políticas, diante dos tensionamentos e rupturas que a *Tragédia Kiss* causou num cenário político e social de aparente estabilidade. Nesse sentido, discutimos a espetacularização e a possibilidade de sobreposição de interesse privado ao interesse público, quando da apropriação midiática do acontecimento, sobretudo nas falas publicadas de atores políticos.

A *Tragédia Kiss* é um acontecimento público que permite identificar a importância da imprensa na mediação da realidade e, ao mesmo tempo, o exercício de poder da organização midiática devido à sua centralidade estratégica para a visibilidade de acontecimentos. A transmissão em tempo real, edições, repetições de imagens impactantes, depoimentos, gritos, lágrimas, silêncios e explicações realizam a urdidura que emociona também aquele espectador que, do lado de lá, é capturado e transformado em tes-

temunha impotente. Sociedade, política e mercado são refêns da centralidade técnica e da visibilidade midiática, da mesma maneira que a produção de informações e a manutenção destas, torna a mídia refém do acontecimento que ocorre entre a sociedade, política e o mercado.

Os fragmentos da realidade, selecionados pelas mídias, conformam e agridem simultaneamente. Quanto mais inesperada, mais inexplicável, mais dramático for um fato, maior será o investimento na sua apropriação, representação e distribuição. O impacto das trágicas mortes na *Kiss* é amplificado devido ao fato de que eram jovens e, portanto, estariam muito longe de terminar suas vidas. Morte, medo e horror constituem a matéria essencial da mídia, como nos mostram o entretenimento e a notícia. São realizados vultuosos investimentos para informar, mostrar e reforçar seu contrato com os leitores e espectadores ávidos pela dor dos outros, pelo grotesco e disto separados pelo objeto. A cobertura da *Tragédia Kiss* foi realizada por todas as importantes redes de comunicação do país e redes internacionais, com equipamentos, profissionais e suas celebridades. A cobertura ininterrupta transformou o tempo e as notícias nacionais abordaram a temática de modo tão intenso que o Brasil esteve em Santa Maria durante os primeiros dias que sucederam a tragédia.

Recortar a tragédia e analisar a sua configuração como um acontecimento público permanente, permite contribuir para os limites e a abrangência dos poderes da política, da mídia e da sociedade, em contextos excepcionais quando tornam-se tênues e move-dças as divisas entre os interesses públicos e os interesses privados e a responsabilidade destes poderes.

Esse estudo está dividido em três partes. Na primeira, a discussão contempla o lugar e a visibilidade da morte e do medo, na mídia, causado pela atração e repúdio de cada espectador; na segunda, a centralidade da mídia na construção da realidade e a potência do acontecimento na ruptura da estabilidade política e na mobili-

zação social e, na terceira, questões relacionadas à fragilidade da imagem pública constituída neste acontecimento.

A visibilidade da morte

Como acontecimento público, a *Tragédia Kiss* será mantida, eventualmente, na mídia devido a questões políticas e jurídicas que apontam culpados e responsáveis e, também, em todas as datas que permitirão rerepresentar os piores momentos em programas e edições especiais. Para a comunidade, a tragédia é revivida na lembrança e ausência dos 242 jovens e sustentada pelo medo e a busca da verdade.

O medo se faz presente e maior, pois a tragédia denuncia a insegurança do funcionamento de espaços destinados ao lazer (no caso da Boate Kiss), denuncia os limites do controle estatal sobre o funcionamento destes lugares e de tantos outros e denuncia a irresponsabilidade. Os dispositivos do serviço público e a burocracia responsável pelo controle e segurança das cidades e seus habitantes, entraram em questionamento, tendo como referência, as condições de funcionamento do espaço que abrigou a tragédia. A aplicação da lei e inúmeras vistorias, no Estado do Rio Grande do Sul, mostraram que a maioria deste tipo de estabelecimento não tinha condições de funcionar.

Toda a *Tragédia Kiss* pode ser reconstruída e analisada a partir das sensações provocadas pela morte inesperada, violenta e inconcebível. A morte que poderia ter sido evitada e ocorreu pela distração e irresponsabilidade do poder público (em julgamento), dos comerciantes do entretenimento (em julgamento) e dos músicos (em julgamento).

A morte trágica é sempre bem-vinda nas mídias porque pode ser transformada em espetáculo com plateia garantida que oscilará entre a atração e o repúdio aos detalhes insólitos e mórbidos. Às mídias que constroem o seu discurso particular cabe mostrar seu

olhar sobre os corpos, sobre os motivos, mostrando as vítimas e insinuando culpados. Fausto Neto (1991, p. 14) estabelece uma das relações entre a abordagem do corpo e as mídias:

Assim, como diferentes matizes e campos de saberes falam e produzem ritos e liturgias, para dar conta do corpo, no seu diapasão entre a vida e a morte, a comunicação de massa inclui-se entre aqueles que, com suas faculdades e propriedades próprias, quotidianamente, tratam de simbolizar, à sua maneira, o sujeito, seus percursos, nas vicissitudes e desafios da vida.

As mortes de Santa Maria foram coletivas. No jogo da violência simbólica, a combinação de morte e tragédia ocupam espaço privilegiado na imprensa colocada em posição de enfrentamento com a realidade tendo de assumir todos os riscos de linguagem para reproduzir, da melhor forma possível, o acontecimento por si só espetacular. De forma limítrofe ratifica seu projeto editorial e ideológico e quebra o padrão, a rotina das coberturas, porque enfrenta o inusitado, o meta-acontecimento, o acontecimento que surpreende e choca, porquanto improvável. A agressividade das imagens ou descrição de corpos mutilados, cobertos por lençóis, a lembrança do sangue e do fogo, do sofrimento e rostos desesperados combinados com as reações e movimentos daqueles que participam do ritual de velar e se despedir, atraem qualquer olhar pela simples e atávica ligação do ser humano com o medo do desconhecido, do futuro e, portanto, da própria morte.

Sobre a presença do medo na vida e na história, Chauí (1993, p. 36) pergunta e responde: “do que se tem medo? Da morte, foi sempre a resposta. E de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la, recordá-la aos mortais. Da morte violenta, completaria Hobbes”. A banalização da violência, miséria e morte como matéria permanente do jornalismo e temas do entretenimento incidem na construção da passividade do espectador diante do horror cotidiano quebrada, somente com o impacto de uma tragédia real. Mesmo assim, a onipresença da informação e a ubiquidade

das mídias, que impedem que alguém não tome conhecimento da tragédia, aliadas às mídias sociais, podem ativar a participação virtual e real.

A dor dos familiares das vítimas ainda é compartilhada por todos aqueles que têm acesso ao fato, via mídia, provocando um estado de comoção generalizada, algo que tem um efeito vinculativo, ainda que peremptório. A compreensão da relação entre mídia e política na configuração de cenários de horror só é possível a partir da consideração dos aspectos relativos ao funcionamento dos meios de comunicação de massa. Weber (2011, p. 6) afirma que “aquele que morre e aquele que é celebrado serão um pouco de todos. O discurso da política e da mídia reforçará isso”. Deste modo, a autora ressalta o poder de sensibilização e de mobilização inerentes aos acontecimentos trágicos.

O medo se fez presente e maior, pois a tragédia tornou visível e denunciou a insegurança do funcionamento de espaços destinados ao lazer, como a Boate Kiss; denunciou os limites do controle estatal sobre o funcionamento destes lugares e de tantos outros; denunciou a irresponsabilidade dos empresários e dos artistas. Os dispositivos do serviço público que deveriam cuidar do controle e da segurança das cidades e habitantes entram em questionamento, assim como as condições de funcionamento do espaço que abrigou a tragédia.

A esperança (paixão tão importante quanto o medo) de que haja punição para os culpados confirma a consistência do acontecimento público. Chauí (1993, p.72) analisa as relações entre a política, a esperança e o medo, tendo como referência o Livro IV de Espinosa:

O medo e a esperança são afetos irreduzíveis do ponto de vista metafísico. Marcas de nossa finitude, medo e esperança não podem ser suprimidos sem que com sua supressão desapareça a própria essência humana.

A dor, o medo, a tristeza e a inexplicável trágica morte de 242 jovens, a maioria universitários da Universidade Federal de Santa Maria - que poderia ter sido evitada -, constituíram um cenário de disputas entre culpas e responsabilidades, entre as instituições públicas e organizações privadas que permitiram construir o acontecimento público permanente. A ocorrência da espetacularização ocorreu em momentos determinados com o ápice da descrição da tragédia e de todos os detalhes, passando pelo incêndio, identificação dos corpos, encaminhamento de feridos, reação dos sobreviventes, manifestações de dor e os rituais dos velórios e funerais.

A permanência do acontecimento público

O acontecimento público *Tragédia Kiss* se caracteriza pelo inesperado, pelo impacto e desespero coletivo diante de uma fila de cadáveres de jovens surpreendidos pela morte enquanto comemoravam e dançavam. O horror é o cenário deste acontecimento, torna-o acontecimento público por sua vinculação a decisões e omissões do poder público, dos proprietários da Boate Kiss e dos artistas que iniciaram o show pirotécnico. A exposição de questões, acusações, desculpas, promessas e responsabilizações mostra a vulnerabilidade – e o medo – da sociedade diante deste poder que não a protege.

A abordagem do acontecimento público como categoria de análise das relações entre política, sociedade e mídia tem gerado produção científica,² especialmente, em torno do acontecimento jornalístico e das respectivas estratégias e narrativas. Para este trabalho, vamos abordar o conceito ampliado de “acontecimento” para o “acontecimento público”, identificado por sua excepcionalidade e dotado de autonomia para interpelar a mídia e mobilizar a sociedade. O acontecimento público exige a pluralidade de versões e de pontos de vista, mesmo que isto implique em alterações na grade da programação midiática cotidiana. Assim é tecido e redimensionado a cada nova rodada de versões e informações, possível devido a sua força e qualidade, suficientes para manter a comoção e atrair novas pautas e opiniões. Weber (2011, p. 190) afirma:

² Alsina (2005,2009); Arquembourg-Moreau (2003,2011); Babo-Lança (2006, 2007, 2011, 2012); Charaudeau (2006); França E Oliveira (2010); Katz (1993); Nora (1974); Quéré (2005, 2011) Rodrigues (1993); Sodré (2009); Thompson (2002); Tuckmann (1983); Verón (1987); Weber (1999, 2011), entre outros. Além destas referências, cabe citar a produção originada do Projeto PROCAD/CAPEs: “Tecer: Jornalismo e Acontecimento” desenvolvido entre UFRGS, UFSC e Unisinos. O projeto produziu os seguintes livros: *Jornalismo e acontecimento – mapeamentos críticos* (BENETTI; FONSECA, 2010); *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos* (LEAL; ANTUNES; VAZ, 2011) e *Jornalismo e Acontecimento – diante da morte* (MAROCCO; BERGER; HENN, 2012) .

Essa contínua reverência só é possível porque a estrutura vital do acontecimento permanece aberta e oferece mais informações, outros ângulos e dados capazes de alimentar notícias, programas e discursos. Mesmo que os poderes saiam de cena. A qualidade do acontecimento possui seu próprio tempo e se mantém na memória coletiva enquanto os meios de comunicação ou as instituições políticas desejarem.

Nesta perspectiva, o impacto do acontecimento público *Tragédia Kiss*, possui um potencial de repercussão causado pela comoção individual e coletiva diante de fatos trágicos transformados em crises institucionais, disputa de versões e controle da imagem pública entre as diferentes esferas de governo, da mídia e da sociedade. Considerando-se o embate discursivo constituído na esfera de visibilidade midiática, o tema de interesse público - *Tragédia Kiss* - é mantido como notícia entre a indignação e a busca de respostas e responsabilização, tanto pela sociedade quanto pela imprensa vigilante.

Conforme afirma Coelho (2013, p. 81) “um acontecimento midiático pode ser, também, um acontecimento público” desde que o público e o Estado sejam afetados e cita Quéré (2005a) que “estabelece um duplo sentido para que um acontecimento seja tratado como público”:

Não se trata somente de um acontecimento tornado público pela informação, i. e. de um acontecimento levado ao conhecimento de um público mais ou menos vasto por diferentes meios de comunicação [...] e configurado através desta apresentação sobre a cena pública. [...] o acontecimento público é fundamentalmente um acontecimento inscrito e tematizado num registro específico, o dos problemas públicos e do seu tratamento pela acção pública (QUÉRÉ, 2011b, p. 27).

A qualidade do acontecimento público é identificada pela responsabilidade do poder público sobre a ocorrência do acontecimento e pela visibilidade deste acontecimento propiciada pela cobertura jornalística e a mídia de modo geral. Responsabilidade e visibilidade que remetem ao interesse público. A natureza e a qualidade do acontecimento público *Tragédia Kiss* fazem com que

este possa ser permanentemente acionado e transformado em pauta jornalística e matéria de debate político, como um acontecimento público permanente. Conforme afirma Weber (2011, p. 194):

esse tipo de acontecimento é capaz de despertar paixões individuais ou coletivas e propicia a convergência da política e da mídia que ocorre a partir da identificação da sua estrutura vital, da sua natureza que contém qualidade, autonomia, passionalidade, identificação com ideais coletivos e vinculação com rituais de origem.

O acontecimento público *Tragédia Kiss* envolve e aciona diferentes dimensões das relações sociais e institucionais. Do lado da sociedade, conjuga sentimentos coletivos de tristeza, revolta, saudade e solidariedade e o clamor por justiça e, para tal, se organiza coletivamente e realiza diversas manifestações. Do lado da política são ativadas ações estratégicas dirigidas à credibilidade e, portanto, relacionadas à imagem pública das instituições e atores políticos. As acusações, discursos e versões dos diferentes envolvidos no acontecimento, sobre culpa e responsabilidades, ocupam a esfera de visibilidade midiática e submetidos a dúvidas, apoios e rejeição individuais e coletivos.

Fausto Neto (1989, p. 14), ao analisar o papel que desempenham as estratégias discursivas na construção dos acontecimentos, diz que é possível compreender os mecanismos de produção da realidade, reconhecendo-se o jornalismo como atividade produtora de sentidos. O jornalista é “*um sujeito que mobiliza um saber com o qual constrói leituras e pontos de vistas*”. Em consonância, Pedemonte (2010) explica que enquanto assistimos os noticiários noturnos temos que abandonar o “*mundo familiar*” para que o mundo seja introduzido em nosso ambiente familiar. Assim, os relatos da realidade fornecidos pelos noticiários passam a fazer parte das nossas vidas, tendo uma função cognoscitiva que atua na composição da subjetividade e da individualidade, bem como na constituição da realidade social.

Com a introdução de acontecimentos estranhos à nossa consciência cotidiana, o jornalismo tem o poder de comover e pro-

mover o deslocamento das nossas angústias e anseios particulares, para o comprometimento com o “mundo exterior”, aquele que está além dos “nossos muros”. Pedemonte (2010, p. 16) afirma que o movimento em direção ao outro representa que, de vez em quando

nos decimos a nosotros mismos que nuestra manera de comportarnos debería ser siempre una continua imitación de esa imagen que nos formamos cuando pensamos en el mejor pensamiento que tiene de nosotros nuestro amor.

Acontecimentos como a *Tragédia Kiss* provocam nossa consciência, despertando-nos para olhar o outro, com e por ele chorar, sentimo-nos saudosos, mesmo sem conhecer este outro, e indignados. Mesmo que desconhecido, o outro, o “estranho”, é identificável como alguém entre nós. A intensidade resultante da linguagem e da estética midiática, somada à onipresença do tema, faz com que as experiências mediadas potencializem sensações e emoções para além daquilo que se pode vivenciar em experiências testemunhais, via percepção sensorial. Isto se dá pelo conjunto de imagens (captadas sob diferentes ângulos), pontos de vista, relatos dos sobreviventes e familiares, trilha e efeitos sonoros, isto é, tessituras que produzem sentidos e potencializam ainda mais as emoções acionadas pelo acontecimento.

Política, mídia e mobilização

A organização midiática e, sobretudo, o jornalismo agem como o espaço mediador entre governo e sociedade para o acirramento ou resolução dos tensionamentos que se constituem a partir das informações veiculadas. As instituições políticas, por sua vez, também veiculam versões, através de sistemas próprios de comunicação dirigidos a públicos específicos. A instabilidade da opinião sobre os envolvidos no acontecimento é inevitável, diante da iminência de culpa ou negligência das instituições e representantes públicos. Na *Tragédia Kiss*, os governantes das diferentes instâncias do poder público, além de agir, são instados a falar, a prestar

solidariedade, a dar explicações e respostas. Além de representantes do poder público, testemunhas, familiares e sobreviventes; especialistas da área da saúde e de engenharia, representantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil; os proprietários do estabelecimento, responsáveis por empresas prestadoras de serviço e músicos da banda que se apresentava no palco; todos eles são incitados a falar à sociedade através da mídia.

O acontecimento público incide sobre a formação da imagem pública de políticos, governantes e todas as pessoas passíveis de responsabilidade sobre o ocorrido e aquelas chamadas a opinar. Assim são expostas, na medida em que explicações e decisões sobre inesperados acidentes coletivos, catástrofes, tragédias e crimes coletivos são exigidos. Quando os acontecimentos ocorrem de modo autônomo, causados pela força da natureza – por exemplo - e independentemente da ação política, os políticos e governantes podem ser preparados para as respostas e soluções possíveis. No entanto, acontecimentos como a *Tragédia Kiss*, com mortes coletivas ocasionadas por problemas de ordem técnica atribuídos à omissão do poder público e à negligência dos empresários do estabelecimento, desequilibram o planejamento e podem colocar em armadilhas discursivas, os políticos e governantes cujas respostas e soluções possam provocar mais dúvidas e medo; insegurança, novos questionamentos e exigências; mobilizações e protestos coletivos.

Na mídia, o apelo ao trágico e à emoção relacionada à política pode alimentar a disputa em torno de responsabilidades e, conseqüentemente, em torno da busca da imagem pública favorável. Conforme Weber (2011, p. 10) esta imagem vinculada ao acontecimento público, “além de explorar o fato aplicando a estética da mídia – uma estética do espetáculo -, à medida que dá visibilidade ao fato (da qualidade do negativo) também potencializa o jogo de forças já existente”. Portanto, a estabilidade aparente da imagem pública, pode ser cindida pelo acontecimento, trazendo à tona conflitos políticos e discursos contra-hegemônicos, obscurecidos, capa-

zes de promover o abalo e o rompimento aparente das relações entre atores e instituições políticas. As diferenças latentes podem vir à tona, bem como outras podem ser criadas. Em nome do interesse público, travam-se batalhas discursivas, com ataques, acusações, réplicas e contra-ataques, para a manutenção da imagem pública e da credibilidade perante a opinião pública. Nessas relações conflitivas, que vão além da agonística comunicativa, é que interesses públicos e privados podem ser diluídos, confundidos, enfim, o interesse público pode ser burlado.

Como afirmam Weber e Baldissera (2007, p. 18) “em toda crise é possível identificar a existência de retesamentos e diluições entre os interesses privados e os do governo, bem como a existência de um jogo entre responsabilidades, autoridades e culpabilidade”. No caso *Tragédia Kiss*, as diferentes instâncias governamentais – municipal e estadual - discutem a sua responsabilidade, enquanto que o poder privado (proprietários da boate e da banda que se apresentava no momento que o fogo iniciou, por exemplo), assiste e/ou alimenta a controvérsia com declarações e acusações, buscando se eximir ou compartilhar a culpa que lhes é atribuída.

A força pública do acontecimento está na participação ativa da sociedade. No caso da *Tragédia Kiss*, a comunidade de Santa Maria, diretamente atingida, criou a *Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss*, que passou a organizar manifestações e a pressionar o poder público e o poder privado. A mídia é o palco no qual os conflitos se evidenciam e constituem, espaço de visibilidade que passa a ser disputado pelos diferentes atores, para que suas versões sobre os fatos sejam publicizadas e tornem-se fala entre os cidadãos. A mídia, para além do dever de informar, por sua lógica e interesse de audiência, centralidade, torna-se agente e potencializadora da crise, ampliando e mantendo o acontecimento público.

Nisso reside a salutar intervenção do jornalismo. Ao dar a ver um discurso de um político, por exemplo, a mídia está a serviço dos princípios jornalísticos, mas também de outros interesses de

³ Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/ariel-palacios/uma-sinistra-previa-de-santa-maria-a-tragedia-da-portenha-discoeca-republica-cromanon-2004/>. Acesso em 11.12.2013, às 9h30.

ordem institucional. Ainda assim, a sua mediação é condicionante, na medida em que ela “*fornece o enquadramento e os sistemas de leituras que pautam e organizam a inteligibilidade social, pois atua com pedagogias e sistemas de leitura específicos*”, conforme afirma Fausto Neto (2006, p. 149). A mídia prepara o terreno e nos apresenta os caminhos para os sentidos que produz e que quer reconhecíveis.

O acontecimento igualmente trágico e semelhante à *Tragédia Kiss* ocorreu no incêndio da casa de shows República *Cromañón*, em Buenos Aires, em 30/12/2004, quando morreram 194 pessoas e 1.432 ficaram feridas. Neste, o fogo também partiu de um artefato pirofágico lançado no interior do salão principal. Devido a esta tragédia o então prefeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra, sofreu processo de impeachment e deixou o cargo dois anos depois, sob a acusação de negligência na fiscalização de casas noturnas. Além disso, as mobilizações e homenagens aos mortos seguiram por cinco anos após o incêndio até que houvesse um parecer judicial. Além do prefeito, o então presidente Néstor Kirchner foi duramente criticado por não se manifestar publicamente nos cinco dias que sucederam a tragédia.³

O acontecimento público se impõe e, como tal, relaciona e interpela os campos da mídia, da política e da justiça devido à necessidade de esclarecimentos e respostas. Identifica-se, portanto, a estreita relação entre a visibilidade para as versões publicizadas e a imagem pública em questão. Na *Tragédia Kiss* não foi diferente, conforme análise que abrange os políticos, governantes, empresários e artistas diretamente envolvidos na definição de responsabilidades.

No sentido de ilustrar as ações do poder público e as relações deste com a imprensa e a sociedade, nos dias que sucederam à tragédia, dividimos a coleta de dados em dois eixos principais. No primeiro, montamos cronologia de fatos, ações, mobilizações e tensionamentos decorrentes das respostas (ou falta de) e providências assumidas pelo poder público aos anseios, questionamentos e desejo de justiça dos familiares e comunidade em geral. Considerando-se a

dinâmica e a complexidade desse acontecimento público, ainda em movimento, - enquanto alguns são julgados, um novo inquérito policial civil está em fase de elaboração e deve ser concluído até o final deste mês (Janeiro/2014), com a possibilidade de novos indiciamentos -, delimitamos o período aos sete meses que sucederam a tragédia. Mais especificamente, do dia 27 de janeiro a 5 de setembro de 2013, data em que faleceu a vereadora Maria de Lourdes Castro, que presidia a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para averiguar a responsabilidade do poder público municipal na tragédia.

No segundo, foram selecionadas matérias jornalísticas que contêm referências explícitas à responsabilidade do poder público municipal e estadual e, como tal, ilustram a configuração do embate discursivo travado via imprensa, na disputa de versões e a respectiva credibilidade. Os dados são coletados das edições dos jornais *A Razão* e *Diário de Santa Maria*, de 28 e 29 de janeiro de 2013, ambos diários locais; além de ocorrências noticiosas obtidas, via internet, através da ferramenta “Google Alerts”, utilizando-se os termos “boate Kiss”. Nesta busca, contemplamos ocorrências do período entre 27 de janeiro e 26 de março, ou seja, dois meses após a tragédia. Dessas, selecionamos apenas 10 para este artigo, com o objetivo de ilustrar a discussão teórica desenvolvida e a configuração do embate discursivo por imagem e credibilidade.

A seguir apresentamos a *Tragédia Kiss* e a repercussão dos principais fatos, ações e discursos:

1) Principais fatos:

27.01.2013 – Incêndio na Boate Kiss

27.01.2013 – Presença em Santa Maria e pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff; do governador do Estado do RS, Tarso Genro e do prefeito de Santa Maria, César Schirmer, assim como de diversas autoridades federais e estaduais das áreas de saúde e segurança.

28.01.2013 – Os proprietários da boate Kiss, Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, além de Marcelo dos Santos e Luciano Bonilha, integrantes da Banda Gurizada Fandangueira, tiveram pedido de prisão temporária decretado (por 5 dias). Os três últimos foram conduzidos ao presídio regional de Santa Maria na mesma data, enquanto o primeiro permaneceu preso no Hospital Santa Lúcia, na cidade de Cruz Alta, até que recebesse alta, no dia 05 de fevereiro de 2013.

31.01.2013 – Pronunciamento do delegado Sandro Meinerz sobre os procedimentos, afirmando que mais de 60 pessoas já haviam sido ouvidas pela Polícia Civil em Santa Maria desde o início das investigações sobre o incêndio que matara - até então - 235 pessoas e deixara mais de cem feridas na boate Kiss até então.⁴

05.02.2013 – Com prisão temporária decretada desde 28.01.2013, Elissandro Spohr recebeu alta do Hospital Santa Lúcia, em Cruz Alta, onde permanecia desde a tragédia, e foi encaminhado ao presídio modular de Ijuí.

06.02.2013 – O juiz Ulisses Louzada, da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, negou pedido de relaxamento de prisão para os empresários e sócios da Boate Kiss Mauro Hoffmann e Elissandro Spohr e para os integrantes da banda Gurizada Fandangueira, Luciano Bonilha e Marcelo Jesus. Os acusados permaneceram em prisão temporária.

14.02.2013 – O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou os pedidos de *habeas corpus* impetrados pelas defesas de Mauro Hoffmann e de Marcelo de Jesus dos Santos. A decisão é do desembargador Manuel José Martinez Lucas, da 1ª Câmara Criminal.⁵

26.02.2013 – Pedido de abertura de Comissão Parmalentar de Inquérito (CPI) pela bancada governista da Câmara de Vereadores de Santa Maria protocolada às 17h25, com objetivo de “averiguar os fatos e implicações que envolvem a tragédia ocorrida no ultimo dia 27 de janeiro de 2013 na cidade Santa Maria”.

⁴ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/31/delegado-diz-mais-de-60-pessoas-ja-depuseram-sobre-incendio-em-boate-prisoes-serao-avaliadas-hoje.htm>. Acesso em 13.01.2013, às 20h01.

⁵ Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/justica-nega-pedido-de-habeas-corpus-de-dois-envolvidos-na-tragedia-de-santa>. Acesso em 13.01.2014, às 18h07.

⁶ Disponível em <http://www.claudemirpereira.com.br/2014/01/adeus-2013-a-jogada-governista-pela-cpi-da-kiss-que-desse-em-nada-vice-campea-de-audiencia-do-ano/#axzz2qJgq2HsU>. Acesso em 13.01.2014, às 19h36.

⁷ Disponível em matéria do portal Estadão, de 15 de março de 2013. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cianeto-matou-vitimas-de-incendio-na-boate-kiss-apon-tam-laudos,1009243,0.htm>. Acesso em 13.01.2014, às 19h45.

⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-ul/noticia/2013/03/comandante-dos-bombeiros-de-santa-maria-sera-afastado-diz-tarso.html>. Acesso em 13.01.2014, às 18h30.

Outro pedido foi protocolado às 9h42 do dia seguinte, pela bancada oposicionista, mas de acordo com o regimento interno do Legislativo, o primeiro teve precedência na instalação.⁶

15.3.2013 – Divulgação do resultado do último lote de laudos de necropsia, que confirmou a tese de que os óbitos foram ocasionados pela inalação de cianeto e monóxido de carbono.⁷

22.3.2013 – Divulgação do inquérito da Polícia Civil, que indiciou criminalmente 16 pessoas pela tragédia na Boate Kiss.

22.3.2013 – Declaração do governador Tarso Genro, em entrevista ao Portal G1 sobre o afastamento do Tenente-Coronel Moisés Fuchs, do Comando do Corpo de Bombeiros de Santa Maria devido ao indiciamento no inquérito Policial Civil. Segundo ele, “independentemente que isso signifique um adiantamento de julgamento, mas uma pessoa que está indiciada, evidentemente, tem que ser afastada do comando e farei isso imediatamente, quando voltar ao Rio Grande do Sul”.⁸

29.5.2013 – Pouco depois das 21h30, quarta-feira, os quatro réus (proprietários da boate e integrantes da Banda) deixam a prisão, após decisão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado.

12.6.2013 – A Brigada Militar (BM) determinou o indiciamento de oito oficiais e soldados da corporação como responsáveis pelo incêndio da boate Kiss. O tenente-coronel Moisés da Silva Fuchs, comandante dos bombeiros em Santa Maria, foi indiciado por condescendência criminosa.

Por inobservância da lei ou instrução, também foram indiciados o capitão Alex da Rocha Camilo, os sargentos Renan Severo Berleze e Sergio Oliveira de Andrades, e os soldados Marcus Vinícius Lopes Bastide, Gilson Martins Dias e Vagner Guimarães Coelho. O sargento Roberto da Silveira e Souza foi enquadrado pelos crimes de falsidade ideológica e exercício ilegal da profissão, de acordo com o Código Penal Brasileiro.⁹

25.6.2013 – Divulgada a gravação de conversa entre Maria Lourdes de Castro - PMDB (*in memoriam*), então, vereadora e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para investigar a responsabilidade do poder executivo municipal - e o vereador Tavares Fernandes (DEM), vice-presidente da CPI, além de dois assessores parlamentares. Nesta conversa, ela critica a mudança de posicionamento da vereadora Sandra Rebelato (PP) - relatora da CPI - e diz que se o secretário municipal de Comunicação e Relações de Governo Giovani Mânica tivesse que depor, a investigação chegaria ao prefeito Cezar Schirmer.

26.6.2013 – Manifestantes invadem a Câmara dos Vereadores de Santa Maria devido ao andamento da CPI e à divulgação do áudio da reunião entre os vereadores Maria de Lourdes Castro e Tavares Fernandes, e dois assessores.¹⁰

29.6.2013 – Giovani Mânica, secretário municipal de Comunicação e Relações de Governo, que coordenara a campanha de Cezar Schirmer a prefeito municipal de Santa Maria e ex-chefe de gabinete, pediu exoneração do cargo por discordar da postura do governo diante da tragédia. Em matéria publicada no Portal G1, nesta data, ele afirmava que o governo deveria ter sido mais ágil e transparente na apresentação dos documentos da Kiss, que deveria ter dialogado mais com a comunidade, que espera por respostas, e que o silêncio dá a entender a existência de culpados dentro do governo municipal. A decisão de deixar o cargo ocorreu após ter seu nome citado no áudio que foi divulgado contendo o diálogo entre os vereadores Tavares Fernandes e Maria Lourdes de Castro.

29.6.2013 - O procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Robson Zinn, coloca o cargo à disposição apesar de rebater as acusações de que ele estaria controlando a CPI. Ele também classificou a invasão da Câmara de Vereadores de Santa Maria como “movimento político” articulado pelo Partido dos Tra-

⁹ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/12/ipm-indicia-oito-militares-por-incendio-na-kiss-mas-nao-aponta-responsabilidade-criminal.htm>. Acesso em 13.01.2014, às 19h12.

¹⁰ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/secretario-de-comunicacao-de-santa-maria-diz-que-deixara-o-cargo.html>. Acesso em 13.01.2014, às 19h15.

balhadores (PT). A sua saída foi uma exigência dos manifestantes para a desocupação do prédio, sob a acusação de ser o articulador da CPI da boate Kiss, composta apenas por vereadores da base de apoio de Cezar Schirmer. Além de procurador jurídico da Casa do Legislativo, Zinn era o então presidente do diretório municipal do PMDB.

11

1º.7.2013 – Desocupação do plenário da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Os manifestantes decidiram sair após a garantia dada pelo Presidente do Legislativo Municipal, Marcelo Bisogno, de que o procurador jurídico da Casa do Legislativo, Robson Zinn, seria exonerado do cargo. Além disto, Bisogno assegurou que os vereadores Maria de Lourdes Castro (PMDB), Sandra Rebelato (PP) e Tavares Fernandes (DEM) deixariam a investigação da CPI.

03.7.2013 – Divulgação do relatório da CPI, após quatro meses de trabalho, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou supostas irregularidades do poder público que poderiam ter colaborado para o incêndio na Boate Kiss. O relatório não apontava responsáveis diretamente ligados à prefeitura de Santa Maria. Segundo matéria do Portal Terra (3.7.13), o relatório apontava problemas “*sistêmicos-funcionais*”, mas a Comissão concluiu que “*a Superintendência de Análise de Projetos e Vistoria da Secretária de Controle e Mobilidade Urbana emite sinais de que efetivou o seu trabalho*”, apesar de projetos de reforma da Kiss descumprirem exigências feitas por servidores municipais. A CPI também concluiu que a liberação do alvará de loclização ocorrera dentro da legalidade, pois este estaria de acordo com o Decreto Municipal 32/2006. O relatório apontava, também, as limitações da legislação referentes à questão e isto permitiu que a “*empresa controladora da Boate Kiss ousasse desafiá-la*”.¹¹

15.7.2013 – Divulgação do inquérito do Ministério Público do RS. Quatro bombeiros foram indiciados por improbidade

administrativa: o coronel Altair de Freitas Cunha, o tenente-coronel Moisés da Silva Fuchs, o major da reserva Daniel da Silva Adriano e o capitão Alex da Rocha Camillo. Apesar de apontar falhas na prefeitura municipal, os promotores afirmaram que nenhum servidor do município atuou fora da lei.¹²

19.8.2013 – O Ministério Público do Rio Grande do Sul divulgou a denúncia de 8 bombeiros pelo incêndio da Boate Kiss, como resultado do Inquérito Policial Militar (IPM). Segundo o MP, os bombeiros são responsáveis por fraudes durante a liberação dos planos de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCIs) e alvarás, especificamente: Tenente-coronel Moisés da Silva Fuchs – comandante regional do Corpo de Bombeiros de Santa Maria – responde por falsidade ideológica e prevaricação; Major Daniel da Silva Adriano – responde por falsidade ideológica; Alex da Rocha Camillo - chefe da Seção de Prevenção de Incêndios, por falsidade ideológica. Responderam por inobservância da lei: Sérgio Roberto Oliveira de Andrades, Renan Severo Berleze, Marcos Vinicius Lopes Bastide, Gilson Martins Dias, Vagner Guimarães Coelho.

A sequência de fatos aponta para a irresponsabilidade do poder público e dos empresários. As informações referentes à falta de documentação, de vistoria e os indícios de corrupção são divulgados pela mídia, circulam nas redes sociais e sustentam os discursos e o silêncio dos políticos.

Os principais atores políticos diretamente envolvidos no acontecimento público *Tragédia Kiss* são o governador do Estado Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT); o prefeito de Santa Maria, Cesar Schirmer (PMDB) e os órgãos públicos por eles administrados. Respondem direta e simbolicamente, pelas falhas que provocaram o incêndio e as mortes. Também o delegado Marcelo Mendes Arigony responsável pelo inquérito policial, se transforma em ator político importante, obtendo visibilidade e tornando-se “celebridade” na rede social Facebook.

Outros servidores foram acusados, como: Miguel Passini -

¹¹ Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tragedia-em-santa-maria/rs-relatorio-final-de-cpi-da-kiss-nao-aponta-responsaveis-na-prefeitura,1eb48e74e27af310VgnVCM4000009bceeb0aRCRD.html>.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/mp-responsabiliza-quatro-bombeiros-por-falhas-na-concessao-de-alvaras-da-boate-kiss.html>. Acesso em 13.01.2014, às 19h25.

¹³ Disponível em <http://mp-rs.jusbrasil.com.br/noticias/100432982/mp-denuncia-envolvidos-na-tragedia-da-boate-kiss>. Acesso em 13.01.2014, às 17h34.

secretário de Controle e Mobilidade Urbana - teve a solicitação de indiciamento no inquérito da Polícia Civil por homicídio culposo; Luiz Carvalho Júnior - secretário de Proteção Ambiental; Marcus Vinicius Bittencourt Biermann - funcionário da secretaria de Finanças do município que emitiu o alvará de localização da boate; e Belayannes Orengo de Pietro Júnior - chefe de fiscalização da secretaria de Mobilidade. Na denúncia apresentada pelo Ministério Público do RS foram solicitadas à Polícia Civil novas diligências em relação a Miguel Passini e Belayannes Orengo de Pietro Júnior. Em relação a Luiz Carvalho Júnior e Marcus Vinicius Bittencourt Biermann, os Promotores de Justiça Joel Dutra e Mauricio Trevisan se manifestaram pelo arquivamento dos processos, por não encontrarem circunstâncias que indiquem suas participações no crime.¹³

Posteriormente, em meio aos trabalhos da CPI, instaurada para investigar as responsabilidades dos servidores municipais no caso, a divulgação do áudio de uma reunião traz protagonismo aos vereadores Tavares Fernandes, Maria de Lourdes Castro e Sandra Rebelato, tendo como coadjuvantes Giovani Mânica – então Secretário de Comunicação e Relações de Governo - e Robson Zinn – presidente do PMDB municipal e então procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

Os bombeiros sempre citados como heróis, na *Tragédia Kiss* foram acusados e denunciados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul em 19 de agosto por crimes de falsidade ideológica e prevaricação e inobservância da lei. Assim, uma instituição até então inquestionável têm sua imagem e credibilidade posta em xeque devido a possíveis equívocos ou negligência no uso de suas atribuições, o que teria contribuído para as circunstâncias que ocasionaram o incêndio e a tragédia.

O poder público municipal, representado sobretudo pelo prefeito Cezar Schirmer, também tem sua imagem e credibilidade abalada, tendo o desempenho de suas funções questionado, dian-

te da sensação de insegurança gerada pela tragédia. Recém reeleito e diante deste cenário instável e tenso, o governo municipal se vê na iminência de uma crise institucional e política sem precedentes, constituída nas relações com outras instâncias do Poder Público - Estadual e Federal, com a comunidade que elegeu seu representante e - nas relações internas do Governo Municipal.

Versões e responsabilidades

O impacto da tragédia e a repercussão no meio político podem ser assim compreendidos através da malha composta pelas versões dos diferentes atores envolvidos, direta ou indiretamente, amplamente divulgadas pela imprensa. Na busca pela manutenção da imagem pública favorável e da credibilidade institucional, constitui-se um embate discursivo com denúncias, acusações, veladas ou não, seja no âmbito intragovernamental, seja nas relações entre as diferentes instâncias do Poder Público – Municipal, Estadual e Federal, além de empresários e artistas, todos expõem suas versões e tensionam o poder a dar respostas, e a sociedade, que se mobiliza e exerce pressão sobre todos.

A seguir, através dos recortes das versões de atores dos poderes e instituições mencionadas, pretende-se ilustrar como se dá a configuração dessa rede, que envolve e mobiliza profissionais e meios de comunicação em um processo que redimensionando e redirecionando a cada fala, a cada elemento novo que é acrescentado. O impacto da tragédia e a repercussão no meio político podem ser assim compreendidos, na reprodução de parte das versões dos principais poderes envolvidos disputa de responsabilidades, amplamente divulgadas pela imprensa.

Governo do Estado do RS e Prefeitura de Santa Maria:

O governador Tarso Genro, no dia 31 de janeiro de 2013, em entrevista à Rádio Estadão,¹⁴ refere-se à responsabilidade da prefeitura em relação à *Tragédia Kiss*, deste modo:

¹⁴ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,prefeitura-de-santa-maria-nao-deveria-ter-dado-alvará-para-boate-diz-tarso-genro,991309,0.htm>. Acesso em 26.03.2013, às 17h03.

¹⁵ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/02/01/movimento-pede-impeachment-mas-prefeito-de-santa-maria-nao-teme-cassacao.htm>. Acesso em 27.03.2013, às 08h14.

¹⁶ Disponível em <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2013/03/09/prefeito-de-santa-maria-diz-que-alvará-era-responsabilidade-de-bombeiros.jhtm>. Acesso em 01.04.2013, às 13h30.

¹⁷ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/01/invasao-da-camara-de-santa-maria-acaba-apos-demissao-de-secretario-e-procurador.htm>. Acesso em 13.01.2014, às 18h33

mesmo que [a boate] estivesse dentro de normas legais de engenharia, qualquer leigo olharia aquele local e não daria alvará. Não tinha portas laterais, era uma espécie de alçapão, uma estrutura predatória da vida humana. E era visível que a casa estava preparada para receber mais gente do que o autorizado, cerca de 600 pessoas.

Na mesma entrevista, complementa que a boate deveria ter sido fechada enquanto era analisado o alvará de funcionamento.

Em matéria publicada no site UOL,¹⁵ o prefeito Cezar Schirmer se defende da acusação do governador, dizendo que “Não se pode jogar palavras ao vento. Se qualquer leigo pode ver, então os 300 mil habitantes de Santa Maria são responsáveis também. E não são”. Diz ainda, que “*há pessoas querendo fazer manipulação política. Ganhei a última eleição, e algumas pessoas ficaram incomodadas*”. O governador e o prefeito têm sua história pessoal e política vinculada à Santa Maria, mas são adversários políticos.

O prefeito, em entrevista no dia 9/3/2013, também faz alusão à responsabilidade do governo do Estado do RS, quanto à atuação do Corpo de Bombeiros na aprovação do Plano de Prevenção Contra Incêndio e em relação à fiscalização da boate, que não seria atribuição da administração municipal.¹⁶

O ex-procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Santa Maria Robson Zinn, por sua vez, declarou haver indícios de manipulação política na mobilização que exigia a sua saída do cargo, sob a acusação de estar interferindo na condução dos trabalhos da CPI criada para investigar as responsabilidades do poder municipal na tragédia. “Por trás do movimento está um partido que perdeu as duas últimas eleições e não se conforma com isso”, afirmou.¹⁷

Governo do Estado e Brigada Militar/ Corpo de Bombeiros

Em meio ao fogo cruzado entre os poderes municipal e estadual, após a divulgação do inquérito policial, através da Associação dos Oficiais da Brigada Militar, o Corpo de Bombeiros divulgou

uma carta aberta à sociedade,¹⁸ na qual cobra providências solicitadas ao Governador Tarso Genro, em 2011, no que denominam de modernização do Corpo de Bombeiros, mas que não foram atendidas. No documento é utilizado o termo “omissão” para classificar a postura do Governo do RS frente às reivindicações pleiteadas. Ainda segundo o documento, tais providências poderiam ter evitado que a tragédia assumisse esta dimensão. Portanto, a Brigada Militar atribui ao governo do RS parcela da culpa que lhe é atribuída.

Entre as opiniões de especialistas, em entrevista para o Diário de Santa Maria de 28 de janeiro de 2013, o coronel da reserva da Brigada Militar João Ricardo Vargas (especialista) enfatiza a falta de fiscalização como uma das principais causas da morte de tantas vítimas. “Os órgãos responsáveis têm a obrigação de vistoriar estes locais. Mas é assim, sempre tem um “jeitinho” de burlar a lei. E tem aquela máxima de que isso nunca vai acontecer com a gente”. Ele também indica que a fiscalização falha quanto ao excesso de pessoas que ingressam nas casas noturnas e endossa a dúvida quanto à capacidade de evacuação pela única porta do prédio. Por fim, diz que “o país precisa [...] saber agir em situações emergenciais”.

Prefeito César Schirmer e delegado Marcelo Mendes Arigony

No Jornal Diário de Santa Maria – dia 20, em matéria referente ao inquérito da Polícia Civil, o prefeito Cesar Schirmer afirma haver “indícios de questões políticas”. Na mesma matéria, faz referência ao delegado regional de Santa Maria, Marcelo Mendes Arigony,¹⁹ dizendo que este “já teria manifestado opiniões contrárias sobre administração municipal” e que a sua acusação criminal é uma “aberração jurídica”.

Empresários e artistas

Na edição do Diário de Santa Maria de 28 de janeiro de 2013, consta a versão de um dos integrantes da Banda Gurizada Fandangueira, o guitarrista Rodrigo Martins, que afirma que “que-

¹⁸ Disponível em: <http://www.jornalnh.com.br/efeito-kiss/445818/corpo-de-bombeiros-expoe-precariedade-e-pede-autonomia.html>. Acesso em 1º.04.2013, às 11h41.

¹⁹ O delegado ao concluir o inquérito fez veicular nas redes sociais o poema “Pranto”: Hoje eu vou chorar. Vou me dar o luxo de chorar./ Depois de 55 dias, eu vou poder chorar./ Vou chorar pela minha prima e pelos meus tios./ Vou chorar pelos meus alunos./ Vou chorar por todos os 241 inocentes que perderam suas vidas quando só queriam se divertir./ Vou chorar pelos familiares das vítimas, que hoje têm suas casas vazias./ Vou chorar pelas pessoas próximas, que sofreram caladas comigo por 55 dias, me apoiando até este momento./ Vou chorar pelos especialistas em segurança que nos criticaram diuturnamente./ Vou chorar pelas pessoas inescrupulosas que criaram fatos depreciativos para macular minha imagem. Vou chorar por covardes que forjaram denúncias anônimas contra minha pessoa

MIDIATIZAÇÃO DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

porque nem tiveram peito de assinar por si próprios./ Vou chorar por esses que perderam dias e dias vasculhando minha vida em busca de fatos depreciativos./ Vou chorar pelos que tentaram imputar a mim gestão política de uma investigação técnica e acompanhada publicamente./ Vou chorar por pessoas nefastas com interesses políticos que me criticaram imputando exatamente a conduta espúria que pautava o seu agir./ Vou chorar por todos que tentaram eximir-se de suas responsabilidades./ Mas vou chorar também de alegria./ Vou chorar de alegria por ter conseguido dar as respostas que de mim eram esperadas./ Vou chorar também de alegria pelos grandes amigos que fiz nesses dias tristes./ Vou chorar de alegria pelo reconhecimento público do nosso esforço e dedicação. Vou chorar de alegria porque talvez nosso trabalho previna futuras tragédias./ Vou chorar de alegria porque, a partir desse fato, as pessoas passarão a ser mais

rem culpar a banda, como se a gente quisesse matar alguém. Mas nem o extintor funcionou. A boate não estava em condições (acusa os proprietários)”, sinalizando que há responsabilidade está sendo transferida para a eles.

Outros músicos, que não estavam envolvidos no incidente da boate Kiss, falaram ao jornal *A Razão*, em matéria divulgada no dia 29 de janeiro de 2013, página 12 e sob o título “Dançamos conforme a música dos donos”. Rodrigo Conrad afirma que “quando ainda tocava em casas noturnas, [...] falei para os meus músicos que nunca mais tocaria naquele local”, devido à dificuldade de saída do público, em situações de pânico. Além disso, questiona “Quanta gente teve que morrer para o pessoal entender que a estrutura desses locais é deficiente?”. Felipe Martins endossa o coro, quando diz que “outras casas de Santa Maria têm problemas estruturais no caso de uma evacuação imediata. Não existem acessos secundários para isso, e no caso da Kiss não existia outra porta para dar acesso à rua”. Por fim, Samuel Neto afirmou: “Não é justo julgar eles (músicos), já vi programarem linchamentos à banda. [...] Eles foram a bola da vez”.

A mobilização social

Diante de tanto horror e indignação sobre a atribuição de responsabilidades, a comunidade de Santa Maria se organizou rapidamente e se fez ver e ouvir no mundo todo, em busca de respostas, verdades e justiça que impeçam tragédias previsíveis como a ocorrida na boate Kiss.

A primeira grande manifestação foi no dia 28 de janeiro, seguinte à tragédia, quando cerca de 30 mil pessoas saíram em procissão pelas ruas de Santa Maria. Vestindo branco, caminharam da Praça Saldanha Marinho até a frente da Boate Kiss, onde sentaram ao chão e realizaram um minuto de silêncio em respeito às vítimas. “O único som que podia ser ouvido era o do pranto inconsolável de familiares das vítimas”. Balões brancos foram soltos, seguidos de pedidos de justiça e do deslocamento até o centro desportivo mu-

nicipal, local para o qual os corpos das vítimas foram levados para a identificação dos familiares.²⁰

De 27 de janeiro a 10 de fevereiro foram identificadas 9 manifestações convocadas via Facebook, conforme estudo de Moro e Brignol (2013) no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Mobilizações

NOME	OBJETIVO	AÇÃO EFETIVA
• Caminhada do Luto	Homenagear as vítimas da tragédia com uma caminhada	Caminhada da Paz, com a participação de cerca de 10 mil pessoas.
• Caminhada da Paz	Homenagear as vítimas do incêndio em forma de uma caminhada.	Caminhada da Paz, com a participação de cerca de 10 mil pessoas. (mesma caminhada do Luto)
• Protesto por Justiça	Manifestação por Justiça.	O Protesto reuniu cerca de 700 pessoas, que ao longo do trajeto foram dispersando.
		Caminhada da entrada da UFSM.
• Reunião na Concha Acústica Itaimbé	Reunir pessoas interessadas em seguir com as manifestações.	O evento não se concretizou
• Caminhada 7º dia	Evento criado para organização de uma caminhada.	A ação se organizou após a missa de 7º dia realizada na Igreja Medianeira.
• Homenagem Allana/Emerson	Intuito de homenagear dois estudantes da Comunicação Social – UFSM.	Na homenagem foi realizado a gravação de um vídeo.
• Não vou ao carnaval Avajaces	A mobilização consistia em organizar um protesto no ambiente digital para pressionar o cancelamento dos bailes de carnaval.	A mobilização resultou no cancelamento de todos os bailes de carnaval programados na região central do Rio Grande do Sul.
• Cancelamento Evento – Ajuda Gurias Pedroso Lucas	A mobilização se organizou apenas no ambiente digital com o intuito de arrecadar dinheiro.	O dinheiro arrecadado foi destinado à família Pedroso Lucas.
Esperança in concert	Organizando uma homenagem musical para as vítimas	Não ocorreu
• Pelo monumento em Homenagem as vítimas da tragédia	Apenas no ambiente digital para exigir a construção de um	Coleta de assinaturas no ambiente digital.
• Doações de Sangue para as vítimas ainda hospitalizadas de Santa Maria.	Intuito de mobilizar as pessoas para doação de sangue no homocentro em Porto Alegre.	Mobilização para as doações foi atendida.

responsáveis com suas atribuições./ Por fim, vou chorar porque tive tempo hoje de lembrar que também sou humano, tenho minhas falhas e fragilidades./ Vou me dar o luxo de chorar porque hoje eu desabei.

²⁰ <http://noticias.r7.com/cidades/em-marcha-silenciosa-santa-maria-exige-justica-por-seus-mortos-29012013> e http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130129_santamaria_ter_rp.shtml

Fonte: Moro, C. e Brignol, L. D. (2013)

²¹ Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/smultimas-noticias/2013/03/25/ato-que-pede-impeachment-do-prefeito-cezar-schirmer-movimentou-cerca-de-250-pessoas-nesta-tarde-em-santa-maria/>. Acesso em 05.04.2013, às 21h17.

²² http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/05/31/interna_brasil,368891/parentes-das-vitimas-do-incendio-da-boate-kiss-realizam-protesto.shtml

²³ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/09/abracos-gratis-e-oracoes-marcam-os-8-meses-da-tragedia-na-boate-kiss.html>

Outras importantes mobilizações mantiveram a *Tragédia Kiss* no centro das atenções políticas, midiáticas e sociais, tais como:

Março de 2013 - Na esfera civil, grupos se organizam para cobrar providências do poder público. No dia 25 de março, 250 manifestantes se reuniram na Praça Saldanha e em frente à Prefeitura Municipal, em Santa Maria, para exigir a renúncia do Prefeito Cezar Schirmer. A ação é organizada pelos grupos *Anonymous*, conhecido mundialmente por mobilizações virtuais a favor do povo, e pelo grupo *ForaSchirmer*, que também se mobiliza através das redes sociais. Com um discurso afinado, exaltam a fragilidade da fiscalização e a omissão do poder público municipal nas circunstâncias que contribuíram para as dimensões assumidas pelo incêndio. Em defesa, a assessoria do Prefeito alegou que era uma manifestação de cunho partidário, arquitetada por um ex-candidato à Prefeitura.²¹

Maiο de 2013 - Protesto em Porto Alegre realizado por familiares e amigos das vítimas devido à decisão judicial pela soltura dos quatro acusados que estavam presos, dois músicos e os dois proprietários. O protesto consistiu em uma passeata pelo centro da capital.²²

Junho de 2013 – A Câmara dos Vereadores de Santa Maria foi invadida no dia 26 de junho, devido ao andamento da CPI, considerado equivocado.

Setembro de 2013 - No dia em que a tragédia na boate Kiss completa 8 meses, amigos e familiares realizaram os já tradicionais minuto de barulho e a missa em homenagem às vítimas. A novidade será a distribuição de abraços e palavras de esperança, na Praça Saldanha Marinho, no centro de Santa Maria.²³

Outubro de 2013 - Com cartazes, faixas e fotos das vítimas, familiares das vítimas realizam manifesto em frente à sede do Ministério Público de Santa Maria, em 14 de outubro de 2013. A principal reivindicação é a substituição dos promotores que irão

avaliar a possibilidade de abertura de um novo inquérito civil por improbidade administrativa para avaliar a conduta do prefeito Cezar Schirmer e dos servidores municipais, uma vez que no inquérito apresentado em julho nenhum servidor municipal fora responsabilizado por improbidade administrativa.

A demanda surgiu após a realização de novas investigações pelo Conselho Superior do Ministério Público, que constitui um documento de cerca de 300 páginas que traria indícios de supostas irregularidades na concessão dos alvarás da boate Kiss, além de possíveis atos de improbidade administrativa da prefeitura.²⁴

Diante do exposto é possível identificar a disputa simbólica que torna as fronteiras entre público e privado muito tênues quando se avaliam os discursos do poder público responsável por legislar e fiscalizar para proteger e punir; quando são ouvidas as justificativas dos empresários responsáveis pelo local e os artistas pirotécnicos. Para além das explicações e soluções possíveis sobressaem acusações e tentativas de desqualificação e discursos de isenção de responsabilidades.

O acontecimento público trágico, como está analisado, torna-se permanente devido ao debate ininterrupto que é capaz de propiciar, enquanto houver indignação, tristeza, enquanto houver trâmites jurídicos e disputas políticas. Os poderes públicos se manifestam, cuidadosamente, porque a política obedece às opiniões e estratégias de ajustes em torno de imagem e credibilidade, inserindo-se no horizonte do que Gomes (1999, p. 147) denomina “política de imagem”, que é a “prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas”.

A complexidade da formação da imagem pública de políticos, governantes e todos aqueles que dependem de opiniões favoráveis para exercer suas atividades, ser aplaudidos ou votados, exige aparatos de comunicação técnica e estratégica com expertise

²⁴ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/10/familiares-de-vitimas-da-tragedia-na-boate-kiss-protestam-em-frente-ao-mp.html>

suficiente para se manter em disputa num acontecimento público permanente como a *Tragédia Kiss*.

Considerações Finais

A *Tragédia Kiss* nesse texto serviu à reflexão sobre a configuração do acontecimento público, de caráter permanente, constituído nas relações entre mídia, política e sociedade, a partir de uma dependência mútua entre esses poderes em busca de visibilidade para suas versões e demandas.

Na dinâmica permanente de um acontecimento público trágico e inesperado foi possível apontar para a qualidade do essencial trabalho da imprensa, lugar privilegiado e central na mediação entre realidades, leitores, espectadores e audiência e, ao mesmo tempo, a obediência das mídias à espetacularização e exacerbação da morte.

Foram levantadas, também, indicadores sobre a ambiguidade da postura e dos discursos dos políticos, governantes e servidores públicos diante de um acontecimento tão desproporcional ao cotidiano de jovens, em festa, numa noite de sábado, numa cidade do interior do país. De um lado, a solidariedade e a promessa de fazer justiça; do outro, o desequilíbrio das manifestações devido ao impacto do acontecimento público, permeado pelos rituais da morte e pela indignação, afetou, direta ou indiretamente, a imagem pública daqueles que precisam responder sobre o ocorrido. As mesmas questões poderão ser trazidas à tona, em qualquer embate político, a qualquer momento, especialmente, em tempos de eleição. É a política de imagem que torna os governantes reféns da visibilidade e da opinião, na busca da imagem pública favorável.

Por último, a análise da *Tragédia Kiss* mostra a morte e a dor que configuram e sustentam o acontecimento público, lhe dão permanência e ampliam a responsabilidade. Neste sentido, as estratégias discursivas e ações do governo e responsáveis políticos faz a defesa do interesse público. Todos os acontecimentos trágicos que provocam mortes coletivas estão relacionados à política, aos

governantes e instâncias jurídicas e dependem do jornalismo e da sociedade organizada para que suas verdades e mentiras sejam permanentemente lembradas.

O acontecimento público permanente tem a sua inserção histórica definida e sempre poderá ser revivido. Neste sentido, os fragmentos, ângulos e detalhes da *Tragédia Kiss* sempre estarão disponíveis para a mídia, o jornalismo e a política.

Referências bibliográficas

- BABO-LANÇA, I. Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BAUDRILLARD, J. **A Transparência do Mal**. Ensaio sobre fenômenos externos. Campinas: Papyrus, 1990.
- BECKER, E. **A negação da morte**. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.
- BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**. Por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião** : o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. Sobre o medo. In: NOVAES Adauto (Org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Funarte/Companhia das Letras, 1993. p.35-76.
- DAYAN, D. et KATZ, E. **.Le grandi cerimonie dei media** – La Storia in diretta. Bolonha: Barkerville, 1993.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Afrodite, Lisboa. 1967
- DEBRAY, R. **O Estado sedutor**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente. 1300-1800**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

- EDELMAN, M. **La construcción del espectáculo político**. Argentina: Manantial, 1991.
- FAUSTO NETO, A. **Mortes em derrapagem**: os casos Corona e Cazuzu. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GOMES, W. S. A política de imagem. **Revista Fronteira**, São Leopoldo, 1999. v. 1, p. 133-160.
- LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: Educ/ Pontes, 1992.
- LIMA, J. R. O. O Bem contra o Mal: a representação do discurso de Bush na imprensa. In: **A incompreensão das diferenças: 11 de setembro em Nova York**. Brasília, IESB, 2002. p. 45-63.
- MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. **Jornalismo e acontecimento** – diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012. V.3
- NORA, P. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, J. **Fazer história**. São Paulo: Bertrand, 1974. v.1. p. 243-263.
- PEDEMONTE, D. F. **Conmoción pública**: Los casos mediáticos y SUS públicos. Buenos Aires: La Crujía, 2010.
- QUÉRÉ, L. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, nº 6, 2005a. p. 59 – 76.
- RIVIÉRE, M. **La década de la decencia**. Barcelona: ANAGRAMA, 1995.
- RODRIGUES, A. D. **O acontecimento**. In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993. p. 27 - 33.
- SODRÉ, M. **A narração do fato**. Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERNANT, J.P. **A Morte nos olhos** - Figuração do Outro na Grécia Antiga: Ártemis e Gorgó. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

VERÓN, El. **Construire l'événement**: les médias e l'accident de Three Mile Island. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WEBER, M.H. **Consumo de Paixões e Poderes Nacionais** - Hibridação e Permanência em espetáculos político-mediáticos. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999. (tese de doutorado).

WEBER, M.H. **Do acontecimento público ao espetáculo político-mediático**. In: *Caleidoscópio: revista de comunicação e cultura*. Nº 10, 2011. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. p. 189 -203.

WEBER, M.H. **Imagem Pública**. In: RUBIM, Antonio A. C. (org.). *Comunicação e política*: WEBER, M. H.; BALDISSERA, R. **O desmanche do público e do privado na midiatização da crise aérea brasileira (2006/2007)**. In *Texto* (UFRGS. Online), v. 2, p. 01-25, 2008.

12

CONTEXTOS DIVERSOS, TRAGÉDIAS SIMILARES:

A COBERTURA JORNALÍSTICA BRASILEIRA DOS INCÊNDIOS DO GRAN CIRCO NORTE-AMERICANO E DA BOATE KISS

Rogério Martins de Souza é professor do Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa), no Rio de Janeiro. Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa História do Jornalismo.
E-mail: rogerms@uol.com.br

Renan Henrique Rodrigues Ferreira da Silva é estudante de Jornalismo do Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa), no Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisa História do Jornalismo.
E-mail: renanhenrique@gmail.com

¹ O presente texto foi apresentado no XXXVI Congresso Nacional da Intercom, no GT de História do Jornalismo, em Manaus, em 2013.

² Até julho de 2013, o número de vítimas contava 242 mortos.

Contextos diversos, tragédias similares: a cobertura jornalística brasileira dos incêndios do Gran Circo Norte-Americano e da boate Kiss¹

*Rogério Martins de Souza
Renan Henrique Rodrigues Ferreira da Silva*

Introdução

Cinquenta e dois anos separam duas das maiores tragédias envolvendo incêndios na história brasileira. Em dezembro de 1961, às vésperas do Natal, mais de 500 pessoas (o número exato nunca foi demarcado), em sua maioria jovens e crianças, morreram enquanto assistiam à matinê do Gran Circo Norte-Americano, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2013, centenas de jovens² - em grande parte universitários que arrecadavam fundos para suas festas de formatura - encontraram a morte após um dos músicos da banda que se apresentava no interior da boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, lançar inadvertidamente um foguete (de artifício) no teto do palco do local.

Falta de prevenção contra acidentes, descaso das autoridades, ganância dos proprietários, ambientes com pouca segurança. Todas estas características - presentes em ambas as tragédias - mostram que a realidade brasileira pouco ou nada mudou em cinco décadas. O Brasil infelizmente acostumou-se a acompanhar suas tragédias anunciadas pelos meios de comunicação, sem que a situação melhore para os principais envolvidos: as vítimas expostas ao fogo.

No entanto, no que concerne à cobertura dos veículos de comunicação, podemos afirmar categoricamente que esta se transformou bastante. Se, no primeiro caso, uma cidade traumatizada pelo incêndio no circo acompanhou o fato pelo rádio, jornais e uma incipiente televisão (na época, a TV contava apenas onze anos no Brasil, e era ainda um veículo caro e para poucos), em 2013, na tragédia da boate em Santa Maria, o Brasil inteiro acompanhou

a cobertura jornalística por meio de diversas mídias - muitas delas nem haviam surgido em 1961 -, como os portais jornalísticos e as redes sociais da internet.

Este artigo se propõe a analisar a evolução dos meios de comunicação entre 1961 e 2013 a partir da comparação da cobertura midiática destas duas tragédias separadas pelo tempo. Justificamos a pertinência da pesquisa por considerarmos de grande importância ressaltar as transformações que a cobertura jornalística sofreu nestes 52 anos - o que mudou na rotina e no perfil do jornalista desde então, como se deu a modernização da imprensa neste período, como foi a adaptação do profissional e dos meios às novas mídias eletrônicas e digitalizadas.

A metodologia buscou a consulta bibliográfica documentada em livros, artigos científicos, jornais, revistas e sites jornalísticos da internet que discorreram sobre a cobertura dos dois grandes incêndios. Também se buscou analisar as transformações que o contexto histórico, a globalização e a internet proporcionaram à sociedade como um todo e ao jornalismo em especial em cinco décadas. Delimitamos como recorte temporal um mês de cobertura jornalística para cada evento - em 1961 e 2013, ou seja, o período imediatamente posterior às duas grandes tragédias, usando como corpus da pesquisa a cobertura jornalística realizada nas duas tragédias e o alcance das tecnologias de transmissão de informações midiáticas separadas pelo período de 52 anos.

Niterói, dezembro de 1961

Se pararmos para analisar 1961 dentro da história brasileira a partir das reações da sociedade aos acontecimentos, podemos dizer que o brasileiro começou o ano esperançoso, ficou perplexo no meio do caminho e terminou o período sob grande tristeza. Em janeiro, o estado geral do brasileiro era de esperança por dias melhores, representada pela posse de Jânio Quadros na presidência, no

³O prefeito estabeleceu em 503 o número final de mortos, mas a contagem final nunca foi esclarecida (VENTURA, 2011).

⁴A cidade deixaria de ser capital do estado em 1975, com a fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara.

dia 31 daquele mês. Em agosto, o estado de espírito se alteraria para a perplexidade, devido a um fato inusitado: pela primeira vez na história da República, um presidente eleito de forma direta renunciava ao cargo. O vice, João Goulart, assume, mas mesmo assim uma crise política se inicia, só debelada pela adoção do regime parlamentarista. E em dezembro, próximo ao Natal que se aproximava, a sociedade embarcou num estado de profunda tristeza após a morte de centenas de pessoas no incêndio de um circo em Niterói. Trata-se até hoje da maior tragédia da história brasileira, aquela com maior número de mortos³ e uma das de maior repercussão, tanto no Brasil como no exterior.

Para este tópico, elaboramos a seguinte questão: como a notícia do incêndio se difundiu pelo mundo inteiro? Através de que meios?

Em 1961, a população de Niterói chegava perto dos 300 mil habitantes, mas conservava o ar provinciano que nem o status de capital de estado era capaz de afastar.⁴ Suas poucas opções de lazer se resumiam aos cinemas, aos bares e à praia (VENTURA, 2011, p. 43). Poucas pessoas tinham acesso à TV, ainda um bem de luxo àquela época, de forma que os principais meios de comunicação eram os jornais impressos e o rádio. Foram estas mídias, além da informação boca a boca da tragédia, que disseminaram a catástrofe do circo para o mundo inteiro.

Não havia um jornal ou programa de rádio de circulação nacional, fato que só se tornaria realidade em 1969, com o início das transmissões do Jornal Nacional, na TV Globo, surgida em 1965. Os jornais de grande circulação, tal como na década anterior, eram poucos, concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo, os dois grandes centros nacionais. Os incipientes sistemas de telecomunicações, as deficiências dos correios e as precárias condições das redes e meios de transportes eram fatores que impediam a expansão da comunicação por todo o território nacional (ABREU, 2002, p. 9).

No entanto, os anos 50 foram também um período de

grande modernização na imprensa brasileira. Jornais como *Última Hora*, com sua diagramação revolucionária para a época, e o *Diário Carioca* - responsável pela introdução do *lead* na imprensa brasileira – foram modelos de jornais que representavam uma era marcada pela paixão política (ABREU, 2002, p. 11). Foi também um período em que a industrialização crescente no segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) e prosseguida no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) possibilitou à imprensa brasileira aos poucos se desvencilhar dos favores do Estado para agora seguir outro comando: o da publicidade. Ou seja, é a época na qual temos no Brasil o que Habermas (1984) descreve como a mudança estrutural na esfera pública: a esfera pública, representada pela imprensa burguesa, cuja esfera de atuação privilegiava a política e as relações do poder representativo com a sociedade, vai aos poucos sendo dominada pelos ditames do mercado e da publicidade:

[...] Era preciso, agora, anunciar produtos como automóveis e eletrodomésticos, além de produtos alimentícios e agrícolas. Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita com anúncios. A ocupação do espaço com publicidade passou a ser administrada por uma tabela de preços calculada em centímetros de coluna ou em frações de tempo no rádio ou na televisão. A publicidade também obrigou os jornais a se preocupar em aumentar a circulação, já que as agências preferiam entregar seus anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem as maiores áreas do território nacional (ABREU, 2002, p. 10).

Em sintonia com os novos tempos e a ascensão de uma nova superpotência mundial, simbolizada pelos Estados Unidos e sua cultura, o Brasil aos poucos vai trocando o jornalismo de tintas “francesas”, mais literário e opinativo, por outro, inspirado nos jornais norte-americanos, seguidor das regras da objetividade e buscando a “neutralidade” dos fatos. Como salientou Ana Paula Goulart (2007), as reformas dos anos 50 assinalaram a passagem do jornalismo político-literário para o empresarial. A imprensa abandona definitivamente sua tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e a substitui por um jornalismo que agora irá privilegiar a informação

(transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião (GOULART, 2007, p.13).

Contudo, mesmo com uma imprensa mais empresarial e moderna, em 1961, o jornalismo brasileiro não escapara da crise. Com a renúncia de Jânio, em agosto, militares e setores mais conservadores tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem oficial ao Oriente. A solução encontrada, como supracitado – o regime parlamentarista –, acalmou os ânimos exaltados, mas desencadeou uma forte censura à imprensa. Antes da renúncia, em 1º de julho de 1961, o governo extinguiu o subsídio à fabricação do papel nacional – um golpe fatal na mídia impressa, que dependia deste subsídio – levando à uma rápida elevação do preço do papel jornal e implicando na redução da circulação dos jornais, extinção de pequenos periódicos e entregando a imprensa ao controle das agências estrangeiras de publicidade (SODRÉ, 1999, p. 413).

A prevalência da informação sobre a política no conteúdo editorial dos jornais seria um processo lento e gradual, mesmo com as imposições da publicidade. No começo dos anos 60, a política ainda era presente, mas tinha que dividir espaço com matérias ligadas ao entretenimento ou sensacionalistas, como assinala Alzira Abreu (2012, p.12):

O jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião convivia com o jornal popular, que tinha como característica o grande espaço para o *fait divers* – a notícia menor, relativa aos fatos do cotidiano, a crimes, acidentes etc. –, para a crônica e para o folhetim. A política não estava ausente, mas era apresentada com uma linguagem pouco objetiva.

Essa presença dos *fait divers* na cobertura jornalística seria bastante explorada durante a apuração da tragédia envolvendo o Gran Circo Norte Americano. Em dezembro de 1961, mais de uma

dezena de jornais e revistas disputavam a atenção de seus leitores, e o tom preponderante foi o da banalização do horror. Ou, como salientou o jornalista Mauro Ventura em seu livro “O espetáculo mais triste da Terra” (2011), a frequência com que é preciso “descrever o indescritível, narrar o indizível”:

[...] corpos irreconhecíveis, rostos desfigurados, peles calcinadas. Como manter o distanciamento? Como não se contagiar pela emoção diante de tanto sofrimento absurdo? Se hoje a dificuldade ainda é grande, imagine na época. Daí o tom exaltado, a linguagem exacerbada, os lugares-comuns, o excesso de sentimentalismo, as incontidas doses de pieguice que muitas vezes surgiam nas reportagens (VENTURA, 2011, p. 82).

Fig.1 - Incêndio do Gran Circo Norte-Americano na capa do jornal Folha de São Paulo, em 19.12.1961

Mais de trezentos mortos na catastrophe do circo

Assuntos Diversos

1ª FOLHA DE S. PAULO ★
Um jornal a serviço do Brasil

NOVA DELHI, 19 (AP/UPI) — Funcionários do governo afirmaram neste domingo a queda de Panglo, capital de Goa, em poder das forças do Índia.

AS FORÇAS DA INDIA CONSUMAM A INVASÃO DE GOA, DAMÃO E DIU

Iminente a queda da capital goesa; o CS da ONU examina a queixa de Lisboa

O Brasil condena a invasão de territórios portugueses pela Índia

Permitido a Galvão livre trânsito no país

Fogo nas máquinas do cargueiro "Minas Gerais"

Visita de Kennedy ao Brasil

Sancionada a anarquização

Reforma de mentalidade, propõe JK

O PDC discute testes em Taubaté

Alta dos preços

A polícia deteve cerca de duzentos suspeitos de atear fogo ao circo

Do golpe de 11 de março a recolta do Estado este mês

Sanccionada a anarquização



Relacionados de Goa

O Brasil condena a invasão de territórios portugueses pela Índia

Permitido a Galvão livre trânsito no país

Fogo nas máquinas do cargueiro "Minas Gerais"

Visita de Kennedy ao Brasil

Sancionada a anarquização

Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/13237-grandes-tragedias#foto-235229>. Acesso em 21dez2013.

⁵ Na televisão, a empresa Nestlé retirou do ar os comerciais que, numa triste coincidência, faziam propaganda de um achocolatado, cujo slogan era: “gostoso como uma tarde no circo”.

Alguns exemplos foram coletados por Ventura em seu livro, como o da revista *Fatos & Fotos*, que narrava o drama de uma menina a qual, internada no hospital Antonio Pedro em estado grave, balbuciara “Será que vou morrer sem ver o Papai Noel?”. Segundo a reportagem, médicos e enfermeiras improvisaram uma roupa vermelha, uma barba postiça e um deles se fantasiou apenas para agradar a menina, que viu o falso Papai Noel, sorriu e depois morreu. A *Tribuna da Imprensa* também buscou dramas pessoais, como o do dono de um bar que destruiu o estabelecimento ao saber que perdera a mulher e os três filhos na tragédia. O jornal *O Fluminense* estampava no título de sua manchete: “Niterói abalada por dantesca e lutiouosa tragédia”. Alguns dias depois, ao surgir um suspeito de ter ateado fogo ao circo, parte da imprensa o classificou como “monstro incendiário” ou “criminoso hediondo”, enquanto um possível comparsa seria rotulado como “o repelente cúmplice”. A revista *O Cruzeiro* deixava claro em sua edição semanal que “Niterói amanheceu de luto”. Este era o tom da cobertura nos jornais, rádios e TV.⁵

Numa cidade com poucos recursos, a solidariedade dos moradores de Niterói foi decisiva no apoio às vítimas. No estádio esportivo Caio Martins foram enfileirados os corpos carbonizados, cobertos com panos brancos doados pelo povo. Uma vez reconhecidos, eram colocados, ali mesmo, nos caixões para o sepultamento. A necessidade de disponibilizar grande número de esquifes de diferentes tamanhos transformou o campo de futebol na “maior e mais triste carpintaria do mundo”, segundo a revista *Fatos & Fotos*. O governador Celso Peçanha convocou todos os marceneiros e carpinteiros de Niterói para a fabricação dos caixões em regime de urgência, nos quais chamava atenção o número de urnas para crianças. Durante vários dias, a cidade foi envolvida pelo clima dos velórios e enterros. Enquanto ocorriam os sepultamentos, novas covas eram abertas para os próximos. Carros circulavam com fitas pretas de luto (KNAUSS, 2009).

Fig.2 - Tragédia de Gran Circo na capa do jornal O Estado de São Paulo, em 19.12.1961



Fonte: <http://perosivaldomotta.blogspot.com.br/2013/12/1712-dia-do-incendio-criminoso-em-circo.html>. Acesso em 21dez2013

O fogo levou menos de dez minutos para consumir toda a lona do circo e matar centenas de pessoas queimadas, asfixiadas ou pisoteadas. Em vista disso e levando em conta que a apresentação ocorrera num fim de semana – dias em que os meios de comunicação estavam em regime de plantão, com menos pessoal – a princípio não saiu na imprensa nenhuma foto das chamas consumindo a lona. Apenas a destruição posterior. No entanto, três dias depois, o jornal *O Globo* anunciava em manchete na primeira página: “Flagrantes do circo em chamas!” Logo abaixo, havia fotos nítidas do cir-

⁶ O termo “em tempo real” se tornou bastante usado para definir uma das principais características da velocidade atual de disseminação de notícias e informações pelo mundo::a instantaneidade de poder a cada momento, em tempo real, saber o que está acontecendo no mundo, tudo através de um clique no computador ou na internet móvel propiciada pelos tablets e smartphones.

co pegando fogo no momento do incêndio. O feito foi anunciado pelo jornal como um “furo fotográfico internacional”. Entretanto, aquelas fotos não haviam sido tiradas por nenhum fotógrafo do periódico, mas por um trapezista do circo, o qual, atônito e impotente diante do fogo, correu até seu trailer, pegou a máquina que comprara poucos dias antes “para registrar o cotidiano do circo” e começou a fotografar a tragédia. Vinha da Argentina e chamava-se Santiago Grotto. Assustado, pedira anonimato ao Globo ao entregar as fotos para o jornal, mas diante da insistência do periódico, a autoria das fotos seria revelada logo depois.

A rapidez com que as chamas destruíram o circo e levaram centenas de vida foi documentada por poucas imagens. A televisão não estava lá e só visitou o local no dia seguinte. Jornais diários não eram coloridos e as fotos foram todas documentadas em preto e branco. Até hoje as únicas fotos conhecidas do exato momento da tragédia são aquelas tiradas pelo trapezista argentino. Textos predominavam no corpo do jornal e ainda não haviam infográficos, tão comuns hoje. A apuração da imprensa da tragédia ocorrida em Niterói, no final do ano de 1961, refletiu o grau de perplexidade de uma sociedade que vivera um pesadelo em dezembro e passou os últimos dias do ano em luto por seus mortos. Todas as comemorações de Natal e do Ano Novo naquela cidade, naquele ano, foram canceladas.

Santa Maria, janeiro de 2013

Um incêndio em uma cidade com menos de 300 mil habitantes atraiu olhares do mundo inteiro em Janeiro de 2013. Na madrugada do dia 27 de janeiro, Santa Maria, localizada no centro do Rio Grande do Sul, noticiava, em tempo real,⁶ a tragédia em uma boate que matou 242 pessoas e deixou centenas de feridos, em sua maioria jovens. Dentre estes jovens, havia, principalmente, estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Pedagogia e Tecnolo-

gia de Alimentos, que promoviam uma festa na boate Kiss, visando arrecadar fundos para as respectivas festas de formatura. O incêndio aconteceu quando um grupo musical que se apresentava na casa noturna utilizou efeitos pirotécnicos como forma de atração. O local, que não possuía uma estrutura técnica capaz de suportar o efeito de fogos de artifício, em poucos minutos foi tomado pela fumaça. A grande maioria de mortes ocorreu por asfixia e muitas pessoas foram pisoteadas, devido ao desespero em deixar a boate, o que foi agravado pelo fato de que seguranças, ao lado de fora, sem saberem o que acontecia, demoraram a liberar a saída, pensando que os jovens tentavam sair da boate sem pagar.

Como vimos, pouca coisa mudou no Brasil com relação à segurança contra incêndios nas décadas que se seguiram à tragédia envolvendo o circo em Niterói. Já na esfera jornalística, podemos dizer que o salto foi grande. O golpe de março de 1964 e o período ditatorial que se seguiu pelas duas décadas seguintes representaram grandes mudanças no quadro jornalístico do Brasil. O regime militar - entronizado no poder com forte consentimento civil e apoio dos grandes jornais -, ao mesmo tempo em que censurava matérias e interferia no conteúdo da informação, financiou a modernização dos meios de comunicação, como ressalta Alzira Abreu (2002, p.7):

Isso se explica porque, para eles [os militares], essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos. (...) Nas três últimas décadas do século XX, transformações de grande envergadura ocorreram na imprensa brasileira. Foram feitos vultosos investimentos em equipamentos, novas técnicas foram introduzidas, a estrutura das empresas, assim como sua gestão administrativa mudou, houve uma grande concentração de veículos de comunicação e, por outro lado, um grande alargamento e diversificação do público consumidor, que hoje tem dimensão nacional. Evidentemente, esse movimento de modernização se refletiu na própria atividade jornalística e no perfil do profissional da imprensa.

Sem dúvida a evolução da técnica foi fundamental e um dos principais instrumentos para a modernização da imprensa no Brasil e no mundo. Os avanços nessa área, com o desenvolvimento das telecomunicações, a difusão da informática a partir dos anos 80, as novas possibilidades de impressão e de registro audiovisual, ocorreram em escala mundial e afetaram a coleta de informações, a produção da notícia e sua distribuição (ABREU, 2002).

A entrada em cena das novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitadas pela sinergia entre os setores da informática, das telecomunicações e dos meios de comunicação, propiciou o fenômeno da convergência tecnológica; um processo, segundo Jenkins (2009) mais cultural do que tecnológico, no sentido de que as pessoas passaram a buscar suas informações em múltiplos suportes e com muito mais mobilidade, num verdadeiro “comportamento migratório” do consumidor – agora, o receptor busca a interatividade com os produtores das notícias, ao contrário do consumo de informação na indústria cultural tradicional, mais ligada à leitura passiva dos conteúdos – dentro das mídias reconfiguradas da atualidade. Desta forma, a internet possibilitou uma mudança cultural e comportamental em todos os setores, e o jornalismo não deixaria de ser afetado.

A internet rearticulava a produção de conteúdos em outras mídias, especialmente no jornalismo impresso. As agências de notícias, nacionais e internacionais, passariam a oferecer seus produtos com mais rapidez, através da rede. No fim dos anos 80, as redações dos principais jornais brasileiros estavam conectadas, mesmo que por uns poucos terminais, à rede de computadores. A nova mídia não constituía apenas uma plataforma diferente para o mesmo noticiário. Ela abria a possibilidade de uma nova linguagem jornalística, acirrando a interatividade com os leitores que antes se limitava às seções de carta dos jornais e revistas. Ou seja, no caso de uma reportagem polêmica, o leitor podia agora ser estimulado a escrever uma mensagem eletrônica (email) dando sua opinião assim que se inteirava do assunto (KISCHINHEVSKY & SOUZA, 2010).

A informação levada até o público na noite da tragédia na boate Kiss e nas semanas seguintes foi rapidamente potencializada por diversas mídias; sendo a televisão a principal transmissora da tragédia. Rádios, internet (sites, blogs e redes sociais), jornais locais e nacionais também contribuíram para que a informação fosse levada para todo o país. Diferentemente da tragédia em Niterói, cujo número exato de mortos nunca foi estipulado com exatidão, em Santa Maria a listagem com os nomes dos mortos e feridos da tragédia foi divulgada no mesmo dia e atualizada constantemente, a medida que iam sendo registrados novos óbitos.

Num primeiro momento, a imprensa de fora do Rio Grande do Sul tinha como fonte a mídia local, que repassava as informações depois de noticiar em seus veículos e passar todo o material textual e visual para as outras localidades. Na semana da fatalidade, o acompanhamento era diário e em tempo real, realizado por várias mídias. Uma contribuição fundamental foi dada pelas redes sociais da internet, que levavam notícias informais para toda a rede, as quais eram, minuto a minuto, espalhadas pelos quatro cantos do país. Há indícios que os primeiros pedidos de socorro aconteceram de dentro da boate pelas redes sociais, quando os jovens estavam impedidos de saírem pela falta de segurança física em que estavam submetidos.⁷

Houve um envolvimento de todas as mídias, e grande concorrência dentro da imprensa por novidades envolvendo o incêndio. Após a tragédia, os jornais locais *A Razão*, e *Diário de Santa Maria* (impressos e digitais) continuaram acompanhando o caso, inclusive em junho de 2013, quando a última vítima da tragédia saiu do hospital, depois de meses internada pela inalação da fumaça. No periódico *A Razão* e no *Diário de Santa Maria*, houve títulos de manchetes no dia seguinte à tragédia, que diziam, respectivamente, “Tragédia em Santa Maria” e “Incêndio em boate em Santa Maria causa morte de dezenas de pessoas”.

⁷ A estudante Michelle Cardoso postou às 3h20 da manhã no Facebook a mensagem “Incêndio na Kiss. Socorro!”. Ela morreria logo depois. Em “Mulher pediu socorro pelo Facebook: ‘Incêndio na Kiss’”. Site do Estado de São Paulo, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,-mulher-pediu-socorro-pelo-facebook-incendio-na-kiss-,989558,0.htm>

A internet foi o meio mais rápido de disseminação da informação, já que o incêndio aconteceu na madrugada, quando a edição dominical de praticamente todos os jornais impressos já estava em circulação. As redes sociais também contribuíram para que as primeiras informações fossem repassadas para o resto do Brasil, e conseqüentemente noticiadas em alguns jornais estrangeiros. Assim, pode-se dizer que, num primeiro momento, a internet superou em agilidade o noticiário das TVs e dos jornais impressos.

No momento da tragédia na boate Kiss, praticamente todos os grandes jornais nacionais e locais brasileiros já tinham atualizado seu próprio site na internet para divulgar informações.

Vejam os exemplos do supracitado *A Razão*: trata-se de um jornal diário fundado em outubro de 1934. No início do século XXI, depois de toda uma modernização da imprensa, são criados sites não só para os jornais do Sul, mas para tantos outros espalhados pelo Brasil, nos quais notícias possam ser veiculadas de forma mais rápida. Em duas semanas, foram 35 páginas no site, atualizadas diariamente, e 14 edições no jornal impresso, com chamadas nas manchetes relacionadas ao evento. Situação similar ocorreu com o jornal *Diário de Santa Maria*, no mercado há 11 anos.

Além dos jornais locais, outros veículos também designaram seus repórteres para cobrir a tragédia. A TV Santa Maria transmitiu ao vivo o que aconteceu na manhã da tragédia (DIAS, 2013, p. 3). Rádios do Sul tiveram papel fundamental ao buscar a informação correta, com dados da tragédia mais realistas do que os números e comentários sobre o incêndio que inundavam a internet noite e dia. Algumas emissoras de TV de grande porte mandaram seus âncoras de telejornais para apresentarem o noticiário diretamente da cidade em rede nacional. Patrícia Poeta, âncora do *Jornal Nacional*, apresentou as notícias em parceria com o companheiro de bancada, William Bonner que, diretamente de Santa Maria, mostrou de perto e por vários ângulos a cobertura dos desdobramentos da tragédia. Durante algumas semanas, as manchetes de vários jornais

centraram-se no ocorrido na boate. Sempre com o enfoque principal na quantidade de mortos que crescia gradativamente.

Alguns jornais da mídia impressa com maior infraestrutura levaram ao público, em suas edições seguintes, assuntos relacionados a todo o contexto da boate, como a questão da segurança, a banda que deflagrou o incêndio, o governo municipal e estadual, donos da boate, famílias dos jovens etc. Veículos impressos usaram variados infográficos a fim de mostrar o interior da boate antes, durante e depois do fogo. A repercussão da tragédia fez com que o ministério público fechasse dezenas de casas noturnas em situação irregular em diversas regiões do país. Pautas derivadas da tragédia, como falta de segurança, fiscalização em casas noturnas etc, foram comuns em revistas, jornais e na TV, procurando repercutir o trágico episódio.

Os blogs e as redes sociais serviram também como apoio e divulgação do que a cidade estava precisando durante a movimentação na semana, complementando o que era divulgado na mídia tradicional. Além de repercutirem informações sobre número de mortos, declarações do governo local e nacional – como a informação de que a presidente Dilma Rousseff estaria na cidade – muitas palavras de apoio e de solidariedade foram transmitidas. Um blog de Santa Maria foi muito comentado e recomendado quando seu autor, Joelison Freitas (2013), fez uma homenagem para os amigos que perdeu e para aqueles que sobreviveram, além de divulgar o pedido do governo para quem quisesse ser voluntário e ajudar, pois os hospitais e os lugares de apoio estavam cheios e precisando de ajuda profissional.

Jornais tradicionais no mercado souberam lidar com a informação e não se desesperaram com tanta informação que chegava à redação. Todos possuíam suas estruturas relacionadas aos padrões das empresas, claro, não fugindo das regras jornalísticas. *O Dia* e *O Estado de São Paulo* levaram seus conteúdos com apresentações mais variadas na parte gráfica. Enquanto outros jornais centraram-se apenas na apuração dos fatos, estes periódicos tiveram nos infográficos

⁸ “‘Fantástico’ pauta advogado para entrevista dono da boate Kiss”, Redação do site *Comunique-se* (matéria sem autoria), 4 de fevereiro de 2013.

e nas fotos seu diferencial, o que os levou a fazer um caderno especial só com informações atualizadas do incêndio. Alguns, como o *Zero Hora* e o *Estado de São Paulo*, abandonaram o colorido das suas primeiras páginas para eleger o preto e branco em sinal de luto pelos mortos. A revista *Veja* e outras de conteúdo informativo também incluíram em suas edições especiais toda a cobertura da boate, com reportagens especiais que chegavam a mais de dez páginas relacionadas ao assunto.

Durante a cobertura em Santa Maria houve uma grande virada dos holofotes midiáticos para o centro do Rio Grande do Sul, local de onde era noticiado para o país inteiro o passo a passo, a cada minuto, de tudo que aconteceu nos dias, semanas e meses seguintes à tragédia, quando a investigação sobre as causas do incêndio, a prisão dos principais acusados e cada morte de pessoas internadas continuava sendo destaque nas manchetes e nas chamadas dos jornais.

Um destaque inicial e recurso de espetacularização foi a prática da Rede Globo de privilegiar pautas exclusivas em assuntos de grande repercussão. Foi o que ocorreu com a primeira entrevista do dono da boate Kiss, Elissandro Callegaro Spohr, conhecido como Kiko. Internado em um hospital de Cruz Alta, a 130 km de Santa Maria, Kiko concedeu uma entrevista que foi gravada por seu advogado a pedido do programa “Fantástico”, da TV Globo, que transmitiu os principais trechos com exclusividade dentro do programa, além de disponibilizar a íntegra da reportagem no site do programa dominical.⁸

Considerações finais

A comoção causada pelas tragédias em Niterói e em Santa Maria foi não só nacional como mundial, apesar das cinco décadas transcorridas. Em Niterói, celebridades internacionais não se furtaram a expressar suas condolências. A atriz italiana Gina Lollobrigida doou sangue, enquanto o papa João XXIII rezou missa e enviou

um cheque para ajudar no tratamento dos feridos. Em Santa Maria, houve uma campanha voluntária de ajuda, que atingiria também países do exterior. No entanto, se considerarmos a difusão das duas notícias trágicas, Santa Maria esteve na frente.

Nas décadas seguintes à tragédia em Niterói, a televisão brasileira, antes privilégio de poucos, tornou-se o meio de comunicação onipresente e poderoso. Ajudada pelos militares, que apostaram na TV para levar a ideologia da segurança nacional a todas as partes do país, antenas de televisão chegaram a todas as regiões brasileiras. Hoje, mais de 90% dos lares brasileiros possuem um aparelho de TV, cuja programação é o principal meio de informação e diversão de milhões de indivíduos, uma situação bem diferente daquele contexto de 1961. A rede de TV mais beneficiada durante o regime militar e também a que melhor soube evoluir junto com seu público foi a Globo, cujos índices de audiência ainda são expressivos frente aos de seus principais concorrentes. Isso de certa forma faz com que a emissora e suas filiadas e afiliadas consigam muitas vezes o privilégio de pautas exclusivas em assuntos de grande repercussão.

Com todo o desenvolvimento midiático que a sociedade experimenta em 2013, fica cada vez mais rápida e fácil a disseminação da informação nas mais diversas mídias, o que leva não só veículos de comunicação tradicionais, mas também pessoas não integrantes de órgãos de comunicação - assim como aquelas que estavam no interior da boate -, a transmitirem informações. A interatividade proporcionada pelas mídias digitais faz com que o indivíduo comum sinta-se cada vez mais compelido a não só consumir mas também participar do processo produtivo, quer seja recebendo as informações, seja produzindo noticiário. Este processo pode facilitar a divulgação dos acontecimentos em momentos que são necessários, como já provaram os aparelhos celulares dotados de internet, os *smartphones* - usados não só em Santa Maria, mas também em revoltas e mobilizações de rua em países da Europa e do norte da África na chamada Primavera Árabe.

Hoje, praticamente todos os jornais impressos possuem sua versão digital para que possam noticiar eventos, notas, acontecimentos, sem que a edição impressa tenha sido publicada. Isso demonstra que as mídias tradicionais não querem competir com as mídias digitais, mas captar o melhor destas para convergirem e encontrar um meio de melhor divulgar a informação, chegando assim a mais e diversos públicos. Ou seja, a palavra a ser utilizada não seria substituição, no sentido de uma mídia substituir outra que deixaria de existir, mas sim uma mídia já existente (tradicional) complementando outra (digital). Foi essa complementaridade dos meios midiáticos no trágico evento em Santa Maria – jornais, rádios, televisão, redes sociais, blogs, sites, *smartphones* - o diferencial observável na comparação entre as duas tragédias aqui pesquisadas.

Referências bibliográficas

ABREU, A. A. de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DIAS, A.S. **Incêndio na boate Kiss: o papel da TV Santa Maria na cobertura da tragédia**. Anais do Intercom Júnior, no DT Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-1387-1.pdf>>. Acesso em 10jan2014.

FREITAS, J. **Passado o pesadelo é hora de continuar**. Blog do Joelison Freitas, Rio Grande do Sul, Janeiro/Fevereiro 2013. Link disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,-mulher-pediu-socorro-pelo-facebook-incendio-na-kiss-,989558,0.htm>>.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. Rio de Janeiro: Editora Aleph, 2009.

- KISCHINHEVSKY, M.; SOUZA, R. **Jornalismo contemporâneo e linguagens de mídia**. Rio de Janeiro: Departamento de Comunicação e Cultura do Exército, 2010.
- KNAUSS, P. Tragédia sem fim: mais de meio século depois, ainda arde a lembrança do pior incêndio da história – o do Circo Norte-Americano, em Niterói. **Revista de História**, julho de 2009.
- LAZZAROTTO, B.; VIECELI, L. Efeito Kiss influencia cobertura jornalística de incêndio. **Revista virtual Unicos**, da Unisinos. Disponível em <<http://www.unicos.cc/efeito-kiss-influencia-cobertura-jornalistica-de-incendio/#.UeCMA8e5eP8>>. Acesso em 30 set. 2013.
- SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VENTURA, M. **O espetáculo mais triste da Terra: o incêndio do Gran Circo Norte-Americano**. São Paulo: Cia das letras, 2011.

13

CONTAR A PRÓPRIA TRAGÉDIA: O CASO CROMAÑÓN

Andrea Maria Estrada é doutora em Linguística pela Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de Buenos Aires (UBA). Professora e pesquisadora (UBA-CONICET).
E-mail: andreamariaestrada@gmail.com

Tradução de Luciana Ferrari Montemezzo

¹ Este capítulo foi traduzido do original em espanhol por Luciana Ferrari Montemezzo, que integra o quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Teoria e Historia Literárias da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É líder do Traducere - Grupo de Estudos de Tradução da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lucas70@gmail.com

² O número de vítimas variou de 178 mortos (2 de janeiro de 2005) a 193 (3 de junho de 2005) (Cambra, 2008) e, na atualidade, chega a 194.

Contar a própria tragédia: o caso Cromañón¹

Andrea Estrada

Considerações iniciais

Analisar o discurso de uma tragédia implica, antes de tudo, ser capaz de comprometer-se com um tema altamente sensível para qualquer grupo social, mas, também, tentar elucidar, com os instrumentos de análise das teorias enunciativas (DUCROT, 1984), a arquitetura discursiva construída pelos testemunhos das próprias vítimas, além da informação posta em circulação pelos meios de comunicação e pela justiça.

A chamada “tragédia da *Cromañón*”, acontecida na boate *República de Cromañón*, em 30 de dezembro de 2004, na cidade de Buenos Aires, Argentina, tem – lamentavelmente – muito em comum com a de Santa Maria (ocorrida em 27 de janeiro de 2013, na boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil). Em ambas as catástrofes, um grupo musical estava se apresentando (*Callejeros*, em Buenos Aires e Gurizada Fandangueira, em Santa Maria) e em ambas, também, um elemento de pirotecnia incendiou o teto do lugar e produziu a morte de centenas de pessoas. Concretamente, no caso da *Cromañón*, foram 194² mortos, em sua maioria, jovens e adolescentes. No caso de Santa Maria, houve 242 vítimas (até dezembro de 2013), quase todos universitários que tinham organizado esse show com a finalidade de arrecadar fundos para sua festa de formatura.

Na *Cromañón*, não foi possível comprovar se o artefato pirotécnico que atingiu a cobertura do teto do local – proibida por lei, por ser de um material altamente tóxico – foi um *sputinik* ou um foguete três tiros. Contudo, soube-se que o responsável por seu lançamento, poucos minutos após o início do show do grupo de rock *Callejeros*, foi um jovem do público e que, além disso, as portas do local estavam fechadas com cadeados. Não havia saídas

de emergência nem extintores e o número de pessoas presentes era o dobro do permitido pela fiscalização municipal que, para piorar, não estava em dia. O certo é que *República de Cromañón* converteu-se em uma armadilha escura e mortal, na qual centenas de vítimas morreram asfixiadas.³

A decisão de trabalhar com os testemunhos desta tragédia responde ao nosso interesse, como linguista, em analisar, não sem certas limitações afetivas, o componente passional da enunciação como posta em funcionamento no discurso por um ato individual de utilização (BENVENISTE [1971] 2002). Concretamente, nos concentramos em alguns dos recursos com os quais se discursiviza o que as vítimas perceberam e padeceram naquela noite, isto é, o modo pelo qual o elemento patêmico – entendido no sentido dado ao término *pathémique* por A. J. Greimas y J. Fontanille ([1994] 2002) – reflete a vida passional do sujeito da enunciação, presente no discurso.

Os modos de perceber e a enunciação passional

Perceber é parte do processo de enunciação ou, como afirma Greimas (1973), é a primeira forma de mediação entre o sujeito e o mundo e, portanto, a base sobre a qual se sustenta a apreensão da significação. Por outro lado, o ato de enunciar é um ato complexo que implica diferentes tipos de fazeres: o dizer (verbalizar), o saber e o sentir ou padecer. Assim, o corpo que percebe é afetado pelo percebido em distintos graus e extensão (posição e distância), mas, além disso, o corpo, como centro das percepções e dos dados que lhe chegam do exterior, é também um lugar interior onde se desencadeiam sentimentos e emoções. Nas palavras de R. Dorra (1999), o próprio corpo, o proprioceptivo, é o lugar de confluência entre o exteroceptivo e o interoceptivo e, precisamente, nesta zona de confluência ou interface entre a percepção e a sensação é que se instauram os recursos que analiso no discurso das vítimas da *Cromañón*.

E, visto que, conforme afirmei antes, a percepção se desdobra

³ Neste trabalho, uso extensivamente o termo “vítimas” aos que, de alguma ou outra maneira, sofreram e sofrem ainda, atualmente, as sequelas desta tragédia: sobreviventes, pais e familiares dos mortos.

em diferentes dimensões da enunciação – a experiência inteligível de um locutor racional e a experiência sensível do sujeito passional – o que tento desvendar, neste trabalho, é precisamente o modo pelo qual os testemunhos da *Cromañón* formam um discurso cuja garantia de veracidade se baseia, não somente no que uma testemunha ocular efetivamente conseguiu perceber, mas também no que um “eu” passional inevitavelmente deve ter sofrido.

Para tanto, concentro-me, nos seguintes fragmentos, nas estruturas sintáticas como verbo “ver”, [*ver* que + verbo conjugado], que marcam a dimensão racional da percepção visual, mas também a passional, que emana precisamente do horror daquilo que foi percebido. Com estas estruturas, apresenta-se, no cenário discursivo, não apenas o desdobramento da experiência cognoscitiva (aquilo que as vítimas podem afirmar com segurança, porque foram testemunhas presenciais dos fatos) mas também e, ao mesmo tempo, a experiência passional, porque são precisamente os fatos presenciados por elas o que as transforma em locutores que sofrem, em locutores de paixão.

Os testemunhos

Marcado por profundos traços subjetivos, o testemunho é o relato de uma experiência real e intransferível, surgida de uma percepção testemunhada de forma pessoal, razão pela qual não pode ser repetido ou relatado por um terceiro sem que se perca sua essência de discurso único e subjetivo (CORNELSEN, 2007, p. 114-119). Embora existam outras especificidades e outros modos de abordar o gênero testemunhal, com vistas a não me distanciar do objetivo deste trabalho, somente me concentrarei no aspecto que E. L. Cornelsen denomina “percepção testemunhada em forma pessoal”. De fato, os testemunhos dos sobreviventes da *Cromañón* pertencem a um tipo especial de testemunho, no qual a testemunha é também a vítima dos acontecimentos, razão porque surge um espaço discursivo propício para analisar o modo pelo qual os

locutores perceberam e, portanto, padeceram dos acontecimentos daquela trágica noite.

Em todo testemunho, o locutor, para ser confiável, deve legitimar a autenticidade de seu relato com um “eu estive ali”, um “eu vi o que aconteceu”. Mas nos testemunhos dos sobreviventes da *Cromañón* entram em jogo aspectos que transformam o discurso em plenamente subjetivo, diferentemente dos outros, nos quais, para se mostrar objetivo, o locutor deve apagar as marcas de subjetividade. Este é o caso dos testemunhos analisados por R. Amossy (2007, p. 252-260), para quem o testemunho é um relato que se sustenta em um aparente paradoxo, já que a testemunha deve provar a veracidade do que conta mediante um relato subjetivo, mas, ao mesmo tempo, deve produzir o “apagamento da subjetividade” e demonstrar que não tem nenhum interesse afetivo ou ideológico ao assumir o que diz. O testemunho ideal consistiria, segundo esta autora, na narração factual de um sujeito isento de subjetividade que, sem necessidade de tomar partido, provocaria, de qualquer maneira, a reação e a credibilidade do auditório. Dito de outro modo, segundo Amossy (2007), a testemunha deve relatar os fatos de forma neutra, ou seja, com a menor subjetividade possível, falando sobre si mesmo, sobre o que sentiu e pensou na ocasião que seu relato detalha, de um modo preciso e escrupuloso.

Mas acontece que, com os testemunhos dos sobreviventes da *Cromañón* que examino neste trabalho, ocorre exatamente o contrário do proposto por Amossy (2007) e por Cornelsen (2007). Em primeiro lugar, porque estes autores analisam obras de ficção,³ enquanto que, no meu caso, trabalho com transcrições de testemunhos orais reais, isto é, com discursos que não foram ficcionalizados, mas que poderiam ser chamados de “primeira ordem”.

Em segundo lugar porque, no caso da *Cromañón*, o testemunho não é apenas um ato de fala que descreve um estado de coisas às quais uma testemunha ocular presencia e que lhe outorga a garantia de objetividade e de verossimilhança. É, isto sim, um ato de fala no

³ Amossy, R, *L'Espace Humaine* de Robert Antelme, Paris: Gallimard, 1957 e Cornelsen, E. L. *É isto um homem?* de Primo Levi. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

qual esta testemunha, por ter vivenciado os acontecimentos que descreve, compromete-se emocionalmente com aquilo que declara.

Em síntese, no discurso da *Cromañón*, os testemunhos analisados apresentam-se como um relato objetivo de um “eu” sustentado em um “eu vi”, em um “eu estive ali”, mas que se apoiam, por sua vez, na subjetividade de um “eu padeci” (AMOSSY, 1999, 2007; CORNELSEN, 2007). No caso dos testemunhos da *Cromañón*, diferentemente de outro tipo de testemunhos, as figuras da testemunha e da vítima coincidem e transmitem, então, simultaneamente, o ver e o padecer.

Análise

Tal como afirmei anteriormente, o locutor que é testemunha ocular e, ao mesmo tempo, vítima, vale-se, entre outros recursos, de construções sintáticas com o verbo de percepção “ver” [*ver* que + verbo conjugado] para desdobrar, tal como veremos nos seguintes fragmentos, duas dimensões enunciativas: a *racional* e a *passional*.

A enunciação racional

- [*ver* que + verbo conjugado]: o locutor-observador inteligível fala do que sabe e do que conhece e apresenta a informação como indiscutivelmente verídica.

Por exemplo, no seguinte fragmento, Matías e Eliana, dois sobreviventes que conseguiram escapar do interior da boate, descrevem a desesperada busca por seus amigos entre os mortos e feridos, enquanto eles mesmos entravam e saíam do local, para tentar salvar as vítimas que tinham ficado presas. Neste fragmento, o locutor deve lançar mão de estratégias discursivas que provoquem um efeito de verossimilhança e certeza, por isso o testemunho de Matías, as construções como verbo *ver* validam sua versão dos fatos, baseados em seu caráter de “testemunha ocular”. Estas construções configu-

ram o ponto de vista do sujeito da enunciação na dimensão cognoscitiva que, de acordo com as afirmações de Ph. Hamon (1991), tem por função por em circulação um determinado saber.

(1)[...] —Finalmente. Conseguieste subir?

Matías: — Na primeira vez, não. Saímos super-asfíxiados. Quando voltamos a subir vejo que tiram uma menina que tinha uma mochila pendurada. Maxi me diz: “É a Paula. É a mochila dela”. Sai correndo, sacode a mochila e eu subi rápido, pensando que a menina tinha que estar ali. Não a vi. Encontrei um montão de gente morta.

Eliana: — No banheiro. As pessoas foram para lá porque tinha janela, mas o das mulheres era muito pequeno.

Matías: — Descemos um montão de gente lá de cima. E vejo um médico que vinha tocando o pescoço e o pulso dos que estavam deitados, o pulso, e seguia. Digo: “Putá que pariu, ajuda aqui, atende essa gente, faz alguma coisa”. Ele me olha e diz: “Cara, não posso perder tempo com esta gente. Já era.” [...] (Vários autores, 2005, p. 46) (grifo meu).

De fato, neste fragmento testemunhal, os locutores necessitam transmitir com um alto grau de certeza e segurança que a quantidade de médicos que participaram do resgate das vítimas foi insuficiente:

(2) Vejo que tiram uma menina que tinha uma mochila pendurada.

O mesmo acontece no seguinte fragmento:

(3)[...] Matías: — Um cara acende o *sputinik*, levanta e passa no meu nariz. Comecei a me sentir sufocado pela fumaça. Faço meu amigo descer e vou onde elas estavam, tossindo. Aí aconteceu aquilo que nunca vai ser um acordo entre nós. Não foi um *sputinik*, com isso estamos de acordo. Eu escuto: blum! Um estampido dessas bombas fortes. Olho e vejo que voa um foguete três tiros, as três bolinhas e, com a terceira, vejo a centelha que começa a pegar fogo.

Eliana: —Para mim, foi uma candela romana.

Matías: — Mas o foguete três tiros, quando explode no céu, larga uma fagulha, e a última vem com mais pólvora. A única certeza é

⁴ (Declaração de Amelia Borrás. Comissão investigadora - Cromaón. Legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires, 20 de maio de 2005, às 15h27min, p. 33-36). [Versão taquigráfica disponível em: <<http://www.quesoserepita.com.ar>>].

que não era um *sputinik*, que larga fumaça e incomoda quem está do lado, no máximo. Quando vejo que vem a fagulha, o saxofonista e o cantor olham para o teto, como quem não acredita no que está vendo. Eu digo para as meninas: “Vamos embora daqui, que está pegando fogo.” [...] (CIANCAGLINI e POUSTHOMIS, 2005, p. 40) (grifo meu).

Como se pode ver, a certeza de que o que produziu o incêndio não foi um *sputinik*, mas especificamente outro tipo de artefato pirotécnico chamado “foguetes três tiros” (fato que não foi comprovado até o momento), é afirmada com a estrutura [*ver que* + verbo conjugado] que evidencia, neste contexto, percepção direta:

(4) Olho e vejo que voa um foguete três tiros, as três bolinhas e, com a terceira, vejo a centelha que começa a pegar fogo.

(5) Quando vejo que vem a fagulha, o saxofonista e o cantor olham para o teto, como quem não acredita no que está vendo.

Mas, além disso, com a construção [*ver que* + verbo conjugado] utilizada exclusivamente como percepção visual, reafirma-se a estratégia geral deste fragmento testemunhal que consistiria em eliminar do espaço da tragédia os *sputiniks* e sua colorida fumaça, como símbolo das bandas, para instalá-lo em outro nível, o da transgressão, com um grau de intencionalidade e falta de escrúpulos muito mais evidente.

Mas, como afirmei anteriormente, a construção sintática [*ver que* + verbo conjugado] pode destacar exclusivamente percepção visual. Ou, ainda, quando se acrescenta um traço *patêmico*, pode se converter em uma construção por meio da qual o locutor-testemunha mostra, além do que ele percebeu, também seus sentimentos e suas paixões.

A enunciação passional

- [*ver que* + verbo conjugado] + traço *patêmico*: o locutor passional transfere para a superfície discursiva a manifestação de seus padecimentos, deixan-

do em um segundo plano o acesso visual que, inegavelmente, também está presente em sua enunciação.

Um dos recursos que põem em cena a figura de um enunciador que descreve em simultaneidade os fatos ocorridos e os apresenta, assim, como mais verossímeis é o predomínio do presente do indicativo nas estruturas [*ver* que + verbo conjugado]. No fragmento abaixo, Amelia Borrás conta a morte de sua filha, Gabriela.

(6)[...] Quando saí, vi que vinham os bombeiros; depois vejo que me trazem a Gabriela para meio da rua. Então, vejo que saem com a Gabriela, que a levavam, com oxigênio. E grito que é a minha filha. Às duas e meia da madrugada, levam-na para a terapia intensiva. Tentam me tranquilizar, dizendo-me que minha filha já tinha sido encontrada. Estive por três horas no Hospital Ramos Mejia e agora não entendo como estive internada com oxigênio e soro. [...] (BÓRRÁS, 2005) (grifo meu).

De fato, este fragmento reflete a virada da estrutura [*ver* que + verbo conjugado] (7) do passado ao presente (8):

(7) Quando saí, vi que vinham os bombeiros.

(8) Então, vejo que saem com a Gabriela, que a levavam, com oxigênio.

No entanto, como veremos a seguir, existe uma diferença entre os enunciados (8) e (9):

(9) Vejo que me trazem a Gabriela para meio da rua.

Efetivamente, conforme tento explicitar, existem certos traços *patêmicos* que incorporam o traços subjetivos à percepção visual e provocam, então, que a estrutura [*ver* que + verbo conjugado], quando marca exclusivamente acesso visual, advenha de um recurso que codifica simultaneamente o visual + o passional. Tais traços, como defino a seguir, podem ser gramaticais ou contextuais. De fato, em (9) a inclusão de dativo de interesse “me” destaca o elemen-

⁵ N. do T.: quando um hispano-falante diz, por exemplo, que alguém: “se fue”, está se referindo a uma simples partida. Contudo, quando diz “se me fue”, está dizendo que algo de si se foi com aquele que partiu. Nesse sentido, a inclusão do dativo “me” a que se refere a autora, confere à enunciação em Língua Espanhola um sentido de ênfase, que se perde em Língua Portuguesa culta, já que esta apenas conta com o mesmo recurso em sua sintaxe na forma coloquial, geralmente oralizada.

to subjetivo que introduz na cena enunciativa figura de um locutor passional que não apenas “vê”, mas que também “padece” pelo que vê.⁵ Este recurso provoca a emergência à superfície discursiva de um locutor passional, cujo padecimento é gerado e reafirmado no que foi percebido por seus próprios olhos. Mas os traços *patêmicos* podem estar marcados gramaticalmente como no dativo de interesse “me” de (9), ou emanar do próprio contexto discursivo e provocar, então, a assimilação do verbo *ver* a outros significados como o de “se dar conta”.

Vejamos como se produz esta assimilação:

- [*ver que + verbo conjugado*] + *traçopathémico contextual* ≈ *darse cuenta*.

No fragmento testemunhal a seguir, Fabiana Puebla, outra sobrevivente da tragédia, descreve e narra suas sensações e sofrimentos durante o incêndio da boate:

(10)[...] Não sei quanto tempo se passou, e não encontrava a saída. Via os jovens, que cada vez eram menos. Em um determinado momento, fiquei sozinha, caminhando pelo lugar, perdi os sapatos ao tropeçar com um corpo e aí disse para mim mesma que não ia conseguir sair. Sentei-me, vencida, me deu sono e pensei: bom, vou dormir e vou morrer. Quando me sentei, fiquei quieta; já não podia respirar e nem ver. E me lembrei de José, e pensei: se o José saiu, como vou ficar aqui? Tenho de sair. Voltei a me levantar e comecei a buscar o corrimão da escada. Quando começo a tatear o lugar, sigo me batendo contra os corpos e quando chego ao corrimão, que estava perto da escada, toco nele e queimo minha mão. Aí já tinha encontrado os degraus para poder descer. Como já tinha perdido os sapatos, desci o primeiro degrau, queimei meus pés e me deu medo. Então, voltei a me sentar nas escadas, e fiquei ali. No instante seguinte, comecei a descer com a fila. Comecei a descer as escadas, até que cheguei ao último degrau.

Quando desci o último degrau, fiquei ali atirada, porque já não podia mais. Nesse momento, entram duas pessoas, me agarram pelos pés, não me lembro como, porque nesse momento estava mal – e me tiram dali. E quando me tiram e me levantam, ao respirar o ar, desmaio. E me despertei num instante, quando me atiraram um balde d’água, numa esquina, que nem sequer sei onde é. Aí reagi e tudo girava. Não sabia onde estava, via que os jovens estavam mor-

rendo do meu lado, que os familiares choravam ou que os amigos procuravam, desesperados; tinha gente correndo, eu via muita gente ajudando, porque eu estive um tempo deitada e todos vinham me perguntar se eu estava bem. [...] (PUEBLA, 2005)(grifo meu).

Neste fragmento, ao redor do corpo que percebe, considerado como centro de referência, organizam-se os dêiticos espaciais “*fiquei ali atirada*”, os verbos *entrar*, *tirar* e *vir*, os dêiticos de pessoa *me* (me lembro, me *agarram*, me *tiram*, me *desperto*, me *atiraram um balde*, etc.). Em todo ato de percepção, algo – um objeto ou um acontecimento – faz-se presente diante de alguém que, por sua vez, manifesta algum tipo de reação frente àquilo que foi percebido (FILINICH, 2003, p. 54). Dito de outro modo, neste ato inaugural de significação, ou *tomada de posição*, o corpo constitui-se como centro de referência porque sente uma intensidade que atribui a uma presença (*mira*) e porque realiza, a partir de tal centro, as apreciações de *posição*, de *distância* e de *quantidade (captação)*. Por outro lado, estas operações têm lugar em um âmbito que pode ser definido como uma *profundidade* (espacial, temporal, afetiva ou imaginária), considerada não como uma posição, mas como um movimento que destaca a distância percebida entre o centro e os horizontes (FONTANILLE, 2001, p. 84). Assim concebida, a percepção implica um esforço por parte do sujeito que percebe. Ele terá, basicamente, duas opções estratégicas para captar o objeto: acumular diversos pontos de vista, realizando um percurso em volta dele, ou selecionar um aspecto prototípico e, a partir dali, desenvolver as outras partes. Por outro lado, o corpo é afetado pelo percebido em diferentes graus e extensão (*posição, distância*). Mas, para que o corpo perceba e sinta uma presença, esta deve possuir não apenas certa *extensão*, de tal maneira que possa ser percebida, mas também certa *intensidade*, pela qual o corpo se veja efetivamente afetado. No fragmento anterior, a locutora perdeu o conhecimento e começa a se dar conta do que acontece ao seu redor, quando lhe jogam um balde d’água. O que vem à sua visão, nesse momento, são “jovens [que] *estavam morrendo do meu*

lado”, familiares ou amigos que choravam e os procuravam e “*gente que ajudava*”:

(11) Não sabia onde estava, via que os jovens estavam morrendo do meu lado, que os familiares choravam ou que os amigos procuravam, desesperados.

Neste testemunho, a estrutura presente em (11) “via que os jovens...” reflete a percepção de uma locutora que recém está saindo de um desmaio e que não vê muito bem ou que, melhor dizendo, não pode dar crédito do que vê, mas que começa de maneira incipiente a compreender a terrível realidade na que está imersa. Existe então algo, um acontecimento, neste caso, que vem ao seu campo visual com tal intensidade que transforma um corpo desmaiado e que não sente, em outro que padece. E é nesse sentido que estas estruturas codificam tanto o padecer como o ver, porque neste exemplo, ao enunciar “via que os jovens estavam morrendo”, o sujeito da enunciação põe em primeiro plano seus padecimentos e alude, apenas de maneira secundária, ao ato perceptivo que os provocou. Com efeito, para se dar conta de algum fato o acontecimento no sentido de “compreendê-lo”, primeiro é necessário tê-lo vivido e, portanto, tê-lo visto.

No próximo fragmento, a locutora-sobrevivente – Fabiana Puebla, a mesma do fragmento anterior – escolhe, no plano cognoscitivo, o ponto de vista de um locutor testemunha que, com sua presença no lugar dos fatos garante a verdade da informação que transmite. No plano passional ou afetivo, ao contrario, é o corpo que adota uma *mira*, uma orientação que implica a seleção dos sentidos que intervêm na captação:

(12)[...] Quando saímos caminhando para o lado das escadas, apagou a luz. Quando apagou a luz, todos começaram a gritar e a correr, e eu soltei a mão do José. Pela luz do fogo vi que ele estava indo com as pessoas. Eu fiquei quieta e aí me perdi dele. Não sei quanto

tempo estive caminhando, porque não conseguia sair. Caminhava de um lado para outro, escutava os jovens gritando e batendo na parede, pedindo ajuda. Não tinham como sair, a fumaça era muito escura. Onde eu estava tinha uma abertura de ventilação e por ali entrava toda a fumaça. Isso era em cima da minha cabeça (PUEBLA, 2005) (grifo meu).

Como surge deste fragmento testemunhal, na enunciação de Fabiana Puebla, o corpo que percebe deixa literalmente de perceber e se transforma em um corpo “que sofre”. Com a enunciação de (13)

(13) Pela luz do fogo vi que ele estava indo com as pessoas.

A locutora põe no discurso, mediante a construção “vi que ele estava indo com as pessoas” um ato enunciativo entendido como a experiência sensível do próprio corpo que, ao “dar-se conta” de que está só, permanece, em um primeiro momento, quieta ante o terror e, em seguida, começa a perambular, procurando uma saída. A *orientação* ou a *mira* se desdobra, então em outros sentidos, sons, gritos de auxílio e correrias que, em um primeiro momento, paralisam a testemunha. No entanto, resta um pequeno resquício de percepção, graças ao qual e paradoxalmente – já que se trata do mesmo fogo que provoca a intoxicação e morte de todas as demais vítimas – a locutora realiza as apreciações de captação e pode ver, no sentido de “dar-se conta”, “compreender” e apenas secundariamente de perceber, que José, seu companheiro, de cuja mão tinha se soltado, ia em direção a um lugar determinado com um grupo de gente.

Por outro lado, tal como surge deste fragmento, entre o *corpo* e o *horizonte* ou *campo latente* da experiência sensível, media uma *distância* diante da qual o corpo que percebe realiza as *operações de captação* do objeto (FILINICH, 2003, p. 84). Neste caso, trata-se de um espaço fechado e obscuro – a boate *República de Cromañón* – cheio de fumaça, que impede a visão e exacerba o terror da sobrevivente.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, exemplifiquei os diferentes modos nos quais alguns locutores-testemunhas da tragédia da *Cromañón* utilizam a estrutura sintática [*ver* que + verbo conjugado] para descrever o que viram na noite da tragédia. Com a enunciação destes recursos, os sobreviventes apresentam as provas de verossimilhança e certeza sobre as que deve estar baseado qualquer testemunho. Dito de outro modo, graças à enunciação destes recursos, os locutores administram a circulação de um determinado saber - o que viram, o que não viram - e, portanto, configuram o ponto de vista cognoscitivo da enunciação. Mas, como afirmei antes, o ato de perceber desdobra na enunciação descritiva, além da cognoscitiva, outra dimensão: a passional. É assim que, com determinadas restrições gramaticais e contextuais, algumas destas estruturas que ocorrem em certos contextos como simples estratégias de percepção, convertem-se em outros, em recursos aptos para refletir a enunciação afetiva ou passional e provocam a emergência à superfície discursiva de um corpo que percebe, que se por um lado não deixa literalmente de perceber, transforma-se, além disso, em um corpo “que sofre”. Em conclusão, com este tipo de recursos, a enunciação põe em cena a experiência sensível do próprio corpo que, ao se dar conta de algum evento que o afeta, transforma-se em um ser de paixão.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, R. (Dir.) **Images de soi dans le discours**. La construction de l'éthos, Paris:Delachaux e Niestlé, 1999.
- _____. A Espécie Humana, de Robert Anteleme ou as modalidades argumentativas do discurso testemunhal. In: MACHADO, I. L. *et al.* (Org.). **As emoções no discurso**, Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. Vol. 1, p.252-271.
- BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística general II**. Buenos Aires: Siglo XXI, [1971] 2002. [**Problèmes de Linguistic Général**. Paris: Gallimard, 1958.]

BORRÁS, A. **Declaração apresentada a Comissão investigadora - Cromañón**. Legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires, 20 de maio de 2005, às 15h27min, p. 33-36). [Versão taquigráfica disponível em: <<http://www.quenoserepita.com.ar>>].

CAMBRA, L. **Callejeros en primera persona**. Buenos Aires: Planeta, 2008.

CIANCAGLINI, S.; POUSTHOMIS, N. **Generación Cromañón. Lecciones de resistencia, solidaridad y rocanrol**. Buenos Aires: Lavaca, 2005.

CORNELSEN, E. L. A literatura de testemunho e os limites da linguagem. In: MACHADO, I. L. *et al.* (Org.) **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. Vol. 1, p.114-130.

DORRA, R. Entre el sentir y el percibir. In: LANDOWSKY, Eric, DORRA, R. e OLIVEIRA, A. C. de. (Org.) **Semiótica, estesis, estética**. São Paulo e Puebla: EDUC e Universidad Autónoma de Puebla, 1999. p.253-267.

DUCROT, O. **El decir y lo dicho: polifonía de la enunciación**. Barcelona: Paidós, [1984] 1986.

FILINICH, M. I. **Descripción**. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

FONTANILLE, J. **Semiótica del discurso**. Lima: FCE/ Universidad de Lima, 2001.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica de las pasiones**. De los estados de cosas a los estados de ánimo. México: Siglo XXI, [1994] 2002.

GREIMAS, A. J. **Semántica estructural**. Madri: Gredos, 1973.

HAMON, PUEBLA BORRAS. **Introducción al análisis de lo descriptivo**. Buenos Aires: Edicial, 1991.

PUEBLA, F. **Declaração apresentada a Comissão investigadora - Cromañón**. Legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires, 20 de maio de 2005, às 15h27min, p. 55-61. Versão taquigráfica disponível em: <<http://www.quenoserepita.com.ar>>

14

MÍDIAS JORNALÍSTICAS E O TRABALHO DE MEMÓRIA:

O INCÊNDIO DA BOATE KISS NA PRIMEIRA PÁGINA

Leandro Lage é doutorando e mestre em Comunicação Social pela UFMG. Graduou-se em Jornalismo pela Universidade da Amazônia.
E-mail: leandrolage@gmail.com

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, em 2013.

Mídias jornalísticas e o trabalho de memória: o incêndio da boate Kiss na primeira página¹

Leandro Lage

Introdução

É recorrente, no âmbito dos estudos midiáticos, tomarmos as mídias como *lugares de memória* por excelência. Parece-nos necessário, contudo, precisar a utilização dessa expressão aparentemente neutra e tentar desfazer certo mal entendido conceitual para melhor compreendermos a inflexão entre o trabalho midiático e o trabalho de memória – inflexão essa que, no escopo deste artigo, ficará restrita a determinadas textualidades jornalísticas cotejadas às problemáticas do “dever de memória” e do esquecimento na esteira de P. Ricoeur (2007). Propomos observar a cobertura jornalística do trágico incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), à luz da noção de dever de memória na tentativa de nuançar essa apropriação do termo *lugar de memória* e de entender mais sobre o uso da memória pelo jornalismo.

A expressão *lugares de memória*, ou *lieux de mémoire*, ganhou certa robustez conceitual a partir de extenso trabalho elaborado por P. Nora (1993). Estava em questão, para o historiador francês, uma condição histórica marcada pela obliteração da memória à maneira de um desvanecimento, uma dissipação. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8). Para Nora, a memória, esse fenômeno vivo e pulsante, individual e coletivo, concreto e vulnerável, teria perdido espaço em nossa intimidade, em nossa vida cotidiana. Mas qual seria a explicação para esse fenômeno que nos deixa tão perplexos?

É precisamente na defesa dessa tese tão polêmica que reside o problema conceitual de tomarmos a mídia como um desses lugares de memória. Para Nora, são exatamente a mundialização, a

massificação e a midiaticização os fenômenos responsáveis pelo “fim das sociedades-memória”. Junto à história, a mídia teria contribuído significativamente para a substituição de “uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8). Desse modo, torna-se difícil arregar às mídias, espécie de algozes desse suposto declínio da memória, a condição de *lieux de mémoires* tais como foram desenhados pelo historiador.

Por outro lado, em que pese essa especificidade conceitual, estamos convencidos de que as teses sobre esse novo regime de memória – ou de ausência de memória – são de difícil sustentação ante a emergência tão patente de uma “cultura da memória”, para usarmos os termos de Huyssen (2000).² E as mídias, e particularmente as mídias jornalísticas, ocupam um espaço proeminente nesse contexto em que a memória assume feições diversas, transitando entre o uso comercial, político, judicioso, enfim, cotidiano. Afinal, “sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma” (HUYSSSEN, 2000, p. 22-23). As mídias seriam, então, esse âmbito de “transporte” e “reestruturação” da memória?

O cuidado maior a ser tomado ao investigar o encontro entre mídia e memória talvez seja o de assegurar a dinâmica e a diversidade dessa convergência contra qualquer tentativa de considerar as mídias uma espécie de repositórios de memórias. Por esse motivo, somos solidários àquelas iniciativas em que as mídias aparecem como âmbitos de construção, disputa, ressignificação e enquadramento da memória, sendo esta atravessada por diferentes temporalidades (SILVERSTONE, 2002; BERGER, 2006; RIBEIRO; BRASILIENSE, 2007; BARBOSA, 2008; BABO-LANÇA, 2011). Certamente, todos esses termos remetem a problemáticas e fenômenos específicos, que pedem mais espaço do que aqui dispomos para explorá-los.

Dedicar-nos-emos, neste trabalho, à questão do dever de memória (RICOEUR, 2007), que parece ajudar a compor o pano

² Com a ressalva de que mesmo Huyssen (2000) chama atenção para essa “cultura da memória” menos como um *zeitgeist* contemporâneo do que como a versão ou encarnação recente de uma preocupação histórica com a memória e seu par-oposto, o esquecimento.

de fundo de diversas formas de invocação da memória operadas pelas mídias jornalísticas. Partiremos do conceito de “dever de memória” tomando-o como uma das explicações para essa presença ostensiva da memória; em seguida, iremos em direção à compreensão do trabalho jornalístico de memória, no sentido de observá-lo não apenas no que lhe é esclarecedor, mas também naquilo que se evidencia contraditório nessa gestão da memória. Ao final do percurso, espera-se compreender o trabalho jornalístico de evocação da memória para além do que se insinua, *a priori*, como mera preocupação com o passado.

O trágico e o dever de memória

Era madrugada de 27 de janeiro de 2013 quando o fogo se alastrou em uma casa noturna da cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, fazendo 242 vítimas fatais. Da noite para o dia, mais de 235 famílias perderam entes queridos. Nos dias subsequentes, outras sete vítimas não resistiram aos ferimentos e às substâncias tóxicas aspiradas no incêndio. Seguiu-se, por semanas, intensa cobertura jornalística daquela tragédia, num ritual já conhecido de narração do acontecimento que gira em torno dos testemunhos de sobreviventes, da contagem de vítimas, da atribuição de responsabilidades, do sofrimento dos parentes e dos posicionamentos oficiais.

Encontramos, em meio às inúmeras narrativas sobre o acontecimento identificado como “incêndio da boate Kiss”, evidências relevantes para pensarmos na relação entre mídias jornalísticas e memória, ou mesmo sobre o trabalho jornalístico de memória. Uma espécie de “vontade de memória” – e, certamente, de medo do esquecimento – começou a se manifestar no noticiário impresso. Mal aquele acontecimento tinha seus aspectos mais elementares esclarecidos e o par memória-esquecimento já o rondava.

O Correio Braziliense, jornal de grande circulação no país, especialmente na capital federal, inaugurou esse cariz “memorialístico” da cobertura. Na primeira página da edição de 1º de fevereiro

(Fig. 1), o diário substituiu a diagramação convencional da capa por um quadro com 235 rosas vermelhas, dentro do qual figurava a veemente e ao mesmo tempo terna manchete: “235 razões para não esquecer”. Figurava, na parte inferior, um pesado bloco de texto justificado com o nome completo de todas as vítimas fatais daquela tragédia até então contabilizadas.

Fig. 1 – Reprodução da capa de 1º de fevereiro de 2013



Fonte: <http://www.midiamundo.com/2013/02/homenagem-do-cb.html>
Acesso em 30set2013

³Tomamos a noção de dispositivo midiático, ou apenas dispositivo, na acepção de Antunes e Vaz (2006), para os quais o termo designa matrizes, materiais e/ou imateriais, articuladoras de textos, instauradoras de processos de produção de sentidos, ordenadoras de interações e difusoras de elementos significantes.

A capa do jornal atua como esse espaço intermediário entre o que seria um dentro e um fora do dispositivo³, um âmbito voltado à captura do olhar do leitor – revelador tanto de um modo de uso quanto de uma forma de organização e constituição de si e daquilo que narra. Por isso mesmo, a primeira página é também onde se emoldura os acontecimentos, o lugar mesmo onde precisam ser domesticados (VAZ; FRANÇA, 2011). É por onde começam a ser narrados no âmbito do próprio dispositivo. Naquela capa, para sermos específicos, o que temos é um recorte do acontecimento orientado pelo luto, ou para o luto: flores cercam uma lápide textual, constituída sob um convite à memória, ao não esquecimento.

Precede essa convocação, no texto de apoio ao título, uma triste constatação: “O incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), deixa um trauma nos brasileiros que vai ultrapassar gerações”. Da memória exortada passamos à memória persistente sob a forma do trauma. É a preocupação com o esquecimento do ocorrido cede espaço à difícil superação do que ocorreu. Aparentemente, já não se trata da convencional invocação da memória pelo jornalismo como presentificação de um passado ausente, mas de um imperativo, de uma questão intrínseca ao acontecimento, remetendo-nos, agora, à expectativa de um futuro de ausências.

Essa outra força de aparição ou convocação da memória não foi privilégio dos jornais diários, em sua pretensão de dar conta de uma urgência factual, mas também das revistas semanais de informação, que trabalham em um regime temporal mais estendido, cuja pretensão estaria ligada à maturação do acontecimento e de sua abordagem. A revista *Veja* (Figura 2), periódico semanal de maior circulação no país, também se deixou atravessar pelo contexto de luto e pela atenção à memória, tornando mais evidente uma postura jornalística impelida pelo que chamaríamos, esteados em Ricoeur (2007), de “dever de memória”.

Fig. 2 – Reprodução da capa de 6 de fevereiro de 2013



Fonte: Acervo virtual de Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>
Acesso em 30set2013

É necessário agir *em memória*, recomenda a revista. O subtítulo menciona, com muita clareza, a lição que deve ser aprendida para que, no futuro, resguardados e orientados pela memória, o trágico “nunca mais” se repita. Mas clara também está, no conjunto textual daquela capa, a necessidade de se agir no presente contra o “descaso”, a “negligência”, a “corrupção de valores” e a “impunidade”, em memória e respeito às vítimas – numa forma de tentativa de apaziguamento da dor do luto amparada pela esperança de que as mortes não tenham sido em vão.

O que as capas do *Correio Braziliense* e de *Veja* têm em comum, na cobertura daquele acontecimento, é mais do que um ma-

tiz “memorialístico”. Trata-se de uma vontade de memória associada ao luto, à dor da perda, e principalmente à vontade de justiça em relação aos mortos. É por esse motivo que, para buscar compreender esse modo de convocação da memória, remetemo-nos à noção ricoeuriana de “dever de memória”, resumido pelo autor como “o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (RICOEUR, 2007, p. 101).

Na longa argumentação filosófica de *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur se dedica, em ocasiões diversas, a esse tão intrigante conceito, cujo mérito está no reconhecimento de um lugar político ocupado pela memória.

É a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo. Pode-se então sugerir que, enquanto imperativo de justiça, o dever de memória se projeta à maneira de um terceiro termo no ponto de junção do trabalho de luto e do trabalho de memória (RICOEUR, 2007, p. 101).

Diferentemente do trabalho de memória, isto é, do esforço ou exercício de rememoração, o dever de memória diz respeito a uma imposição como obrigação, imperativo, estabelecendo um laço estreito com a justiça enquanto sentimento de dever a outros. Na idéia de um dever de memória, observamos ao menos três dimensões balizadoras: a alteridade, a dívida e a reparação. Nesse sentido, o dever nasce do compromisso com os outros, que toma a forma da dívida na medida em que desses outros herdamos um problema comum, o qual, por sua vez, demanda o esforço (coletivo) de reparação.

Ao buscarmos compreender aqueles gestos narrativos à luz do dever de memória e da vontade de justiça, não estamos sugerindo qualquer aspiração dessas instâncias jornalísticas à condição de juízes de direito. O que esses movimentos nos sugerem, na verdade, está relacionado à percepção de que o trabalho jornalístico de

memória nem aparece apenas em função de um presentismo, nem surge somente como invocação de um passado a serviço da atualidade. O que seria esse dever de memória senão um convite a pensar o futuro no qual, se não cedermos ao esquecimento, só teremos a triste lembrança daqueles que se foram no trágico acontecimento?

Nesse contexto, a memória adquire uma finalidade para além da retórica presentista. Torna-se luta contra o esquecimento, ao menos enquanto não se fizer justiça; torna-se, portanto, questão de fundo ético a ser enfrentada doravante, isto é, do tempo presente ao futuro. Como afirma Babo-Lança (2011) sobre a configuração midiática dos acontecimentos de um ano em constantes retrospectivas, o dever de memória que se afigura nas mídias ante as ocorrências de nosso tempo é, ao mesmo tempo, o dever de não esquecê-las.

O lugar do esquecimento

Até então, falamos do esquecimento com certa apreensão. Isso porque, no plano de uma necessidade de memória, ou mesmo de um imperativo de memória, o esquecimento representa precisamente aquilo que é erosivo, que corrói a memória e impede a lembrança. Ainda é preciso, no entanto, dar ao esquecimento um lugar na compreensão da memória, e, em nosso caso, percebê-lo como parte do gesto jornalístico de lembrar – com o devido reconhecimento de que, em diversas ocasiões, evoca-se a memória exatamente para que haja a possibilidade de esquecer.

O projeto filosófico em *A memória, a história, o esquecimento* nos coloca ao menos duas questões importantes: em primeiro lugar, pensar a possibilidade de uma reapropriação lúcida do passado e de toda sua carga traumática; em segundo, tomar o esquecimento tanto em sua potência destruidora da memória quanto em sua capacidade de preservação e mesmo possibilidade de memória. É graças à impossibilidade de lembrarmos tudo, isto é, do caráter necessariamente seletivo da memória que Ricoeur (2007, p. 450) chega a uma importante constatação: “é o esquecimento que torna possível

a memória”.

Embora reconheçamos as limitações da memória, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo, e, com isso, o contraditório e inelutável papel do esquecimento, a medida entre o esquecimento destruidor e o esquecimento necessário é sempre polêmica. De todo modo, a questão que aqui nos interessa diz respeito à convivência entre o esquecimento e a vontade de memória num conjunto de textualidades jornalísticas. Haveria espaço para o esquecimento em meio à vontade tão impetuosa de fazer memória? Ou essa pergunta seria inválida, sendo que a própria diacronia midiática impõe uma amnésia contra a qual não se pode lutar?

As indagações acima dificilmente têm respostas prontas. Deve-se, antes de tirarmos consequências delas, reconhecer o incômodo de falar em esquecimento tão pouco tempo depois do acontecimento em questão, o qual, de certo modo, ainda sobrevive ao esquecimento, entre outros motivos porque continua tendo desdobramentos práticos nos âmbitos políticos, jurídicos e midiáticos. Por outro lado, são os próprios vestígios daquela cobertura que nos compelem a levar adiante a problemática, sempre sob a forma da tentativa de compreensão dessa evocação da memória (e do esquecimento).

Referimo-nos, dessa vez, à edição do jornal Diário de Santa Maria publicada em 27 de fevereiro de 2013 (Fig. 3), um mês após o incêndio.

“A vida continua”, diz a faixa estendida na porta da boate Kiss, em meio a tantas outras faixas e homenagens às vítimas. Abaixo daquela imagem de página inteira, o jornal responde: “...mas não como antes”. Nesse exemplo de evocação da memória, e de seu par-oposto, o esquecimento, as vítimas da tragédia não apenas retornam do passado para interpelar o presente. Trata-se do que chamamos, acima, de um futuro de ausências, ou de uma ausência futura. Essas vítimas do acontecimento passado – e ainda presente – também habitam o futuro pela falta, pelo vazio que deixam.

Fig. 3 – Primeira página da edição de 27 de fevereiro de 2013



Fonte: jornal Diário de Santa Maria - <http://www.midiainformacao.com.br/2013/02/faltou-uma-pitada-de-criatividade.html>. Acesso em 30set2013

Como afirmam Vogel e Silva (2012, p. 183), ao mesmo tempo em que as imagens do jornalismo habitam e alimentam o mundo, elas “recobram o passado através da memória e projetam futuros possíveis”. A capa do *Diário de Santa Maria*, a despeito de sua necessária ancoragem no tempo passado, volta-se também para o porvir. Situa-se entre a esperança de continuar a vida esquecendo pacificamente o trauma sofrido e a decepção de seguir com uma falta que insistentemente virá à memória sem poder ser aplacada.

Pode-se acusar os jornais de explorar mercadologicamente

⁴ Ironicamente, as datas nos obrigam a retornar aos lugares de memória à maneira de Nora (1993), para quem as datas comemorativas de acontecimentos ou episódios históricos ocupam assento privilegiado naquela classificação.

a memória, incorporando o sofrimento alheio na própria retórica. Contudo, em que pesem tais questões, o *Diário de Santa Maria* se coloca no centro de um luto coletivo, bem como de uma memória coletiva. Nessa convocação constante do acontecimento pela memória-esquecimento, transparece um desejo inalcançável de apropriação e superação do passado traumático. O passado, sob a forma da morte, retorna nessas textualidades jornalísticas de maneira ambígua, contraditória. No *Correio Braziliense*, aparece sob a forma de números e rosas. Em *Veja*, apresenta-se como o próprio luto. E no *Diário*, as vítimas figuram como falta, como o que não está mais.

Nessa encenação midiática da memória, para usarmos os termos de Barbosa (2006, 2008), a data do acontecimento funciona como marco para o que deve ser lembrado.⁴ “É preciso comemorar as datas-marco fundadoras, re-instaurar o passado pela lembrança e pelo esquecimento. Ao reiterar o passado, normalmente, esses atos colocam em evidência também o desejo de futuro” (BARBOSA, 2006, p. 16). Nesse sentido, a demarcação da memória funcionaria, também, como abertura de um espaço para o esquecimento sob a forma da superação, da triste constatação de que a vida continua.

Aparentemente a memória como um dever permanece mesmo nesses gestos situados entre o passado da ocorrência e o futuro da dor. A vida que não pode continuar como antes, tal qual evidenciada pelo periódico de Santa Maria, é exemplar nesse sentido. Esse dever também ganha, no jornalismo, uma forma ritualizada de retorno, de revisitação. Depois de ocorrido, diz-nos Berger (2006, p. 7) acerca de um acontecimento paradigmático como o do assassinato do jornalista Vladimir Herzog pela ditadura militar brasileira, “o acontecimento volta como memória”, transforma-se em acontecimento revisitado. O acontecimento é revestido de uma espécie de valor de memória.

O imperativo de memória enquanto ponto de inflexão entre o passado e o futuro convive, no entanto, com essa ancoragem no tempo presente. Dar-se conta das múltiplas temporalidades que

atravessam as narrativas jornalísticas, onde a memória toma formas diversas ao ser evocada, não deve substituir a força do presente que medeia fortemente o trabalho jornalístico. Isto é, se uma idéia de presente do acontecimento requer a convocação de sua memória, seja sob a forma do passado ou do dever de lembrar, a própria convocação da memória pede que certo presente do ocorrido se afigure sob a forma da revisitação.

Defrontamo-nos com esse problema, dessa vez, em outro jornal. Trata-se da edição de 27 de fevereiro de 2013 do periódico gaúcho Zero Hora (Fig. 4).

O acontecimento novamente põe em tensão o dispositivo jornalístico e reconfigura sua página inicial, onde emerge como um lugar e uma data: “Santa Maria, 27/01/2013”. Abaixo, o jornal anuncia o retorno ao acontecimento, um mês depois, para vasculhar o que resta: lembranças, sobreviventes e investigações. O passado surge não apenas em sua preteridade, mas em seu aspecto hodierno. Esforço de memória orientado, agora, para o presente, para um estado atual do passado, seu agora. Incorporado ao ritual jornalístico, o dever de memória também inverte a lógica do passado recuperado e convoca o presente em função do passado, de uma memória ainda não resolvida, ou, para voltarmos aos termos de Ricoeur, de uma memória ainda não apaziguada. Tratar-se-ia, então, de um presente que se deixa interpelar pelo passado.

Para além do passado: de volta aos *lieux de mémoire*?

Após esse breve percurso por entre manifestações da memória no âmbito do trabalho jornalístico, e mais especificamente nas bordas dos dispositivos jornalísticos, ficamos tentados a reiterar a necessidade de percepção da diversidade nesses encontros entre o trabalho de memória e o trabalho jornalístico. Torna-se insuficiente restringir tal abordagem ao enfoque da memória como esse movimento neutro em direção ao passado. Como afirmou Huyssen (2000), as mídias funcionam como “atores centrais no drama moral

da memória”. Qualquer que seja seu manuseio - e são diversas as formas de mobilizar a memória - há sempre um pano de fundo moral que lhe serve de amparo e justificação, permitindo que a memória seja compreendida e que faça compreender.

Fig. 4 – Primeira página da edição de 27 de fevereiro de 2013



Fonte: jornal Zero Hora - <http://www.midiainformacao.com/2013/02/faltou-uma-pitada-de-criatividade.html>. Acesso em 30set2013

Os exemplos dos quais lançamos mão colocam em suspensão, ao menos temporariamente, a insistência na tomada do presente como ponto fixo de ancoragem das temporalidades jornalísticas. Nota-se o próprio trabalho de memória sendo atravessado por compromissos com o passado e com o futuro. A tragédia de Santa Maria talvez tenha compelido as mídias jornalísticas ao trabalho de

memória por uma dívida com o passado desse acontecimento, mas uma dívida a ser paga nesse presente entregue ao porvir – e uma dívida a ser constantemente submetida a inventário. Também não se pode perder de vista que a própria utilização da memória pelas mídias jornalísticas detém um valor retórico: é preciso lembrar, mas também mostrar que se lembrou. É diante de todas essas contradições e tensionamentos que, a despeito dessa presença constante da memória das mídias, resistimos às tentativas de compreensão que a imobilizam.

Assim, diante dos exemplos observados, talvez seja somente no sentido menos topográfico do termo “lugar de memória” que aquelas mídias jornalísticas poderiam se localizar. Não apenas como lugares onde a memória é fixada, ou mesmo reificada, mas como lugares onde é inscrita, sobrescrita, reescrita, ininterruptamente. Em suma, lugares de (passagem da) memória. Aqui, explora-se todo o peso na enigmática expressão de que “todos os lugares de memória são objetos no abismo” (NORA, 1993, p. 24). Objetos no abismo porque estão sempre em suspensão, entregues ao ciclo do esquecimento e da memória. É nessa direção que nos parece coerente associar as mídias esses insólitos lugares de memória.

Se tivermos alguma lição a tirar desses pequenos episódios jornalísticos em que a memória e o esquecimento assumem papéis cruciais no desenrolar da trama é a de que tal encenação – sempre dinâmica, portanto – remete tanto ao exercício retrospectivo da memória, evocada sob a forma da lembrança e da recordação, quanto ao exercício prospectivo da memória, como quando apresenta ou mesmo emerge em razão de demandas futuras ou duradouras; sem falarmos no exercício retórico e interessado da memória. Assim, acreditamos poder perceber quais outras tensões surgem no âmbito da problemática da memória para além da serventia ao presente ou da fidelidade ao passado, preocupações estas que permanecem em nosso horizonte, mas que constituem apenas uma face do trabalho jornalístico de memória.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, E.; VAZ, P. B. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: FRANÇA, V. R. V.; GUIMARÃES, C. (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 1, p. 43-60.
- BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Revista Caleidoscópico**, Lisboa, v. 1, n. 10, p. 73-84, 2011.
- BARBOSA, M. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidades, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.
- BARBOSA, Marialva. Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. **Revista Galáxia**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 13-26, 2006. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1458/922>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- BERGER, C. Memória enquadrada: 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2006, Porto Alegre. **SBPjor - PPGCOM**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- RIBEIRO, A. P. G.; BRASILIENSE, D. R. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e Memória - A produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-235.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.**

Campinas: Unicamp, 2007.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo:

Loyola, 2002.

VAZ, P. B. F.; FRANCA, R. O. O acontecimento enquadrado: a tragédia em capas de revistas. In: LEAL, B.S., ANTUNES, E. e VAZ, P.B.F. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento** - Percursos Metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011, v. 2, p. 167-188.

VOGEL, D. I. ; SILVA, G. Imagens de morte na primeira página. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: Diante da morte.** Florianópolis: Insular, 2012, v. 3, p. 169-184.

15

SANTA MARIA, TRAUMA E RESISTÊNCIA:

A EXPERIÊNCIA DA ESTÉTICA NA DOR DO OUTRO

Amarildo Luiz Trevisan é coordenador do programa de Pós-graduação em Educação da UFSM. Doutor em Educação pela UFRGS, tem mestrado em Filosofia pela UFSM.

E-mail: trevisanamarildo@gmail.com

André Luiz de Oliveira Fagundes é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM e é graduado em Pedagogia com mestrado em Educação.

E-mail: andreolive@bol.com.br

Eliana Regina Fritzen Pedroso é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM. É graduada em pedagogia.

E-mail: eliana.fritzen@yahoo.com.br

¹ O debate sobre o holocausto tem-se reavivado na última década através de uma série de trabalhos polêmicos, entre os quais podem ser citados os artigos “Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar” (2000), de Shoshana Felman; “El duelo del siglo. Notas sobre un ensayo de Imre Kertész” (2005), de Antonio Gómez Ramos; “Cinema e holocausto” (2000), de Peter Pál Pelbart; “Educação e barbárie: da Dialética do Esclarecimento ao Homo Sacer” (2010), de Sinésio Ferraz Bueno; “Holocausto, testemunho, arte e trauma” (2000), de Geoffrey Hartmann. Nessa mesma linha, podem ser mencionados os livros: “Heidegger, Marcuse and technology: the catastrophe and redemption of history” (2005), de Andrew Feenberg; “Estado de excepción, Homo Sacer II, I (2003)” e “Lo que queda después de

Santa Maria, trauma e resistência: a experiência estética na dor do outro

Amarildo Luiz Trevisan
André Luiz de Oliveira Fagundes
Eliana Regina Fritzen Pedroso

“Visto que este século nos ensinou e continua a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis, não é fácil apreender a extensão do regresso, por desgraça cada vez mais rápida, ao que nossos ancestrais do século XIX teriam chamados padrões de barbarismo”
(Eric Hobsbawm, 1995, p. 22)

“A história da humanidade torna-se cada vez mais uma corrida entre educação e catástrofe” (Herbert George Wells).

Considerações iniciais

O presente artigo propõe-se a aprofundar a condição normativa e expressiva do conhecimento, em seu compromisso de pensar a atualidade, em voltar-se criticamente para o momento presente. O objetivo é vincular o conhecimento à experiência estética para pensar um modelo de formação denominado “pós-Auschwitz”.¹ Entendemos que Auschwitz se constitui como um signo das catástrofes no contemporâneo do qual é possível extrair lições com o objetivo de aprofundar saberes, no sentido do *saber-expressar* (PAGNI; GELAMO, 2010, p. viii).

Quando nos propomos a pesquisar a partir da obra de Adorno, em confronto com literaturas mais recentes que se referem ao tema do holocausto, temos em vista aqueles elementos teóricos necessários para o redimensionamento da normatividade e da expressividade, tendo em vista a discussão do tema das catástrofes.

Apontam-se, de forma exemplar, o problema da representação e da vivência num século pós-traumático. Por isso, faremos, a seguir, brevemente (I) a exposição de como essa discussão se apresenta para Adorno tendo em vista a catástrofe biopolítica de Santa Maria; (II) uma reflexão sobre a forma como essa discussão pode desencadear novas aprendizagens e o desenvolvimento de uma outra cultura que nos permita compreender o desgarramento trágico sem o qual não poderemos superá-lo.

Conhecimento e resistência: Santa Maria e o holocausto

O conhecimento não se confunde com um conceito simplesmente “escolar” e nem de adaptação, mas principalmente “conceito de mundo” (Kant) e “resistência” (Adorno). Por isso perguntamos: Como se pode contribuir para evitar que tragédias se repitam? Que aspectos da resistência e de visão de mundo seriam decisivos nesse caso?

A confluência de vários fatores contribui atualmente para a ocorrência dessas situações, como a acelerada concentração urbana, o aquecimento global, o terrorismo internacional, a crise econômica mundial, com reflexo nos protestos de rua que ocorreram recentemente em todo o Brasil, e a comunicação planetária, possibilitada pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), os quais tornaram as tragédias e as catástrofes coletivas algo cada vez mais presente em nosso cotidiano. São inúmeros acontecimentos que assomam às populações com velocidade espantosa, saturando-as com toda ordem de detalhamento desses casos. Mas por que, diante do seu impacto, ainda ficamos emudecidos e perplexos, se cada vez isso é mais recorrente? Por que não encontramos palavras para expressar o ocorrido? O que fazer diante da negatividade do espírito, quando as catástrofes nos parecem um trauma insuperável?

Guardadas as devidas proporções, a preocupação inicial desse artigo decorre de caso semelhante ocorrido na cidade de Santa Maria, situada no centro do estado do Rio Grande do Sul, Brasil,

Auschwitz: El archivo y El testigo, Homo Sacer III (2002), de Giorgio Agamben; “La sociedad del desprecio” (2011), de Axel Honneth; “Modernidade e holocausto” (2008), de Zygmunt Bauman; “Un instante de silencio em el paredón. El holocausto como cultura” (2002), de Imre Kertész; “Memórias de Auschwitz: Atualidade e política” (2005), de Reyes Mate; “Catástrofe e representação: ensaios” (2000), de Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva (Orgs.); “A barbárie interior. Ensaio sobre o *i-mundo* moderno (2002)” , de Jean-François Mattéi; “Theodor W. Adorno: pensar contra a barbárie” (2008), de José Antônio Zamora.

mas que tomou proporções mundiais pelo número de pessoas atingidas, pela forma como ocorreu e por suas consequências. Muito embora saibamos que as causas das duas ocorrências foram diferentes, cujas circunstâncias ainda estamos tentando compreender, há questões semelhantes geradas entre o incêndio de Santa Maria e o holocausto, difíceis de manifestar, mas inevitáveis. Assim como o foi para a Alemanha e o mundo todo pós-segunda guerra mundial, o maior desafio é assimilar o trauma e seguir adiante, assumindo de vez uma cultura da prevenção. Essa cultura deveria ser objeto urgente de preocupação da sociedade que justamente tem por escopo pensar os seus fins, a sua dimensão normativa e expressiva. Exercer a reflexão nesse contexto requer tomar consciência do tempo presente, mas perceber também o fluxo de tais acontecimentos que advém do século passado:

As catástrofes e as experiências extremas vividas e sofridas pelos homens durante o século XX fizeram do trauma a marca desse século. Não somente a psicanálise, mas também outras ciências humanas viram-se diante da necessidade de recuperar o atraso na investigação e na compreensão ainda não realizadas a respeito desses acontecimentos. [...] Somente após a guerra do Vietnã o diagnóstico de transtorno pós-traumático foi incluído na nomenclatura psiquiátrica, estimulando uma grande quantidade de pesquisas sobre essa síndrome. O que marca principalmente o século XX é o Holocausto, esse crime nacional-socialista contra a humanidade. O confinamento em campos de concentração e o massacre de milhões de judeus causaram estragos e sofrimentos inimagináveis para as vítimas. A ajuda terapêutica aos sobreviventes obrigou a um confronto com experiências extremas e suas consequências, até então ignoradas (BOHLEBER, 2007 p. 155).

Catástrofes e tragédias como essa trazem consigo a expressão de um trauma coletivo, o que exige uma nova postura da educação e das ciências humanas de modo geral. Nesse ponto um dilema presente na obra de Adorno adquire uma ressignificação ímpar, na medida em que há uma contradição latente entre a crença no potencial da arte (e da educação) em contribuir na prevenção às expe-

riências traumáticas, como as do holocausto, e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de expressar ou representar tais ocorrências; contradição essa que perpassa igualmente a literatura de *Shoah*. Nesse contexto, a representação torna-se um conceito correlato ao termo catástrofe, porém ele não é auto-afirmativo e, sim, dependente de um processo de elaboração do trauma: “a representação depende de uma catástrofe (sem catástrofe, não há o que representar), mas a catástrofe dificulta, ou impede a representação – define, desde logo, uma questão central da literatura, da arte e das disciplinas humanas em geral, em nossos dias” (NETROVSKI & SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 7).

Há aqui, portanto, um obstáculo epistemológico a ser transposto que não se resolve simplesmente apelando para a “instância da prática”, mas antes requer investigação. Talvez resida nessa pergunta um dos problemas básicos para que possamos aprender com essas ocorrências, na medida em que o trauma advindo da dor do outro acaba obstaculizando o devido conhecimento do ocorrido, seja através da função da arte, da literatura ou mesmo pelo processo educacional. Com isso, o indivíduo se depara com a representação do horror paralisado pelo seu efeito, a tal ponto que não consegue falar ou expressar a experiência, ou mesmo, permitir que isso aconteça, de maneira a transformá-la em aprendizado e, dessa forma, numa nova conduta ou posicionamento frente ao mundo. Por isso, questionamos: Como trabalhar a prevenção a catástrofes se, ao mesmo tempo, há uma impossibilidade da sua representação? A dúvida é, se essa grande catástrofe for representada, não poderá haver uma banalização da sua experiência, tornando-a compreensível e retirando-lhe desse modo o caráter de estranheza e confrontação com o absurdo da existência? Mas se tal intento não for realizado, não corremos o risco de contribuir para o seu esquecimento, para a sua negação ou para o obscurantismo?

A formação em um século pós-traumático:

“E agora José? A festa acabou”

No caso da boate Kiss, o efeito do trauma ficou bem evidente logo após a tragédia, quando um conhecido escritor de livros de autoajuda da cidade lançou uma obra sobre o evento. A obra, porém, foi imediatamente criticada por boa parte da sociedade local, seguindo-se a inevitável cobertura da mídia. As reações culminaram com um pedido na Justiça de suspensão da circulação do livro. O resultado da polêmica foi a publicação de uma segunda edição que retirou trechos do livro julgados ofensivos à memória das vítimas, enquanto a Justiça deu ganho de causa ao autor, em nome da “liberdade de expressão”. A tragédia criou um trauma, uma espécie de interdito difícil de transpor, manifesto na dificuldade em falar sobre o assunto publicamente.

Quais são os conceitos que poderiam auxiliar-nos a pensar esse episódio?

Tomando as reflexões de Adorno sobre o holocausto, temos que ele é enfático em concebê-lo como o monstruoso, algo que resiste a toda representação, posto que inominável. É a experiência do limite, daquilo para o qual não temos como estabelecer parâmetros para entender, porque foge de todas as formas habituais de compreensão. O seu apelo, em tom de imperativo categórico - para que Auschwitz não se repita -, significa alertar para um acontecimento que se tornou signo da abertura de uma nova era, na qual a convivência com catástrofes coletivas se tornou onipresente.

As bases para uma nova sociedade numa época sob o signo de Auschwitz exigem, segundo ele, fazer o levantamento de quais elementos se tornaram decisivos para gestar a barbárie. No artigo “Educação após Auschwitz”, ele lembra que fenômenos como os do holocausto são como a sombra da modernidade que a acompanha passo a passo, porque representa o momento regressivo da dialética da razão, responsável pela vida danificada. Por isso, não

seria demais dizer que esse terrível acontecimento não é uma figura do passado que nos assombra vez por outra simplesmente, mas é uma alegoria que se repete a cada momento que vivenciamos uma catástrofe coletiva.

Comentando a posição defendida por Adorno nesse texto, Rouanet assim se refere:

Nesse ensaio, ele parte de novo do paradoxo freudiano segundo o qual “a própria civilização produz as forças contrárias à civilização e cada vez mais as acentua [...]. O princípio da barbárie está incrustado na civilização”. Mas agora ele acha que é possível reagir a esta fatalidade, se não modificando as estruturas objetivas do capitalismo tardio, o que se torna cada vez mais utópico, pelo menos atuando, pela educação, sobre as estruturas objetivas do homem contemporâneo. Com isso, este se tornaria consciente dos mecanismos sociais e psicológicos que podem transformar indivíduos comuns em monstros sanguinários, o que contribuiria, pelo menos em parte, para evitar o retorno da barbárie (ROUANET, 2010, p. 23).

Adorno admite a ausência de formação suficiente para prevenir e trabalhar com ocorrências traumáticas, caso contrário o genocídio não teria existido. Para repensar a meta de que Auschwitz não se repita, sugere começar pelo trabalho na primeira infância. Por isso, assevera também que a relação entre “autoridade e barbárie”, ainda não obteve “a atenção merecida da ciência e da pedagogia” (Ibid., p. 125).

Porém, nos deparamos com vários empecilhos nesse sentido, pois vivemos tempos de uma ética da culpabilidade e não uma ética da responsabilidade e do compartilhamento. É mais fácil espionar a culpa do que realmente promover uma educação para a autodeterminação do espírito. Adorno questiona essa mentalidade com o seguinte argumento:

Que na Alemanha a falta de domínio do passado, já que esta é a questão, não se restringe ao âmbito dos chamados irrecuperáveis, isso é inquestionável. Sempre se remete ao chamado complexo de culpa, muitas vezes alegando que o mesmo na verdade apenas foi gerado pela construção de uma culpa coletiva dos alemães (ADORNO, 1995, p. 30).

² No original: “*Por eso, cuando Kertész habla de la “no elaboración de las vivencias” o de la “imposibilidad de elaborarlas”, o cuando Adorno se preguntaba por la “poesía después de Auschwitz”, no se están refiriendo a un problema privado de las víctimas, sino a un asunto público, directamente político, que atañe a todo el que viva en el mismo tiempo o en el posterior a lo ocurrido: el asunto de cómo se integra la biografía individual con las experiencias colectivas más significativas*” (GÓMEZ RAMOS, 2005, p.107).

Por isso, uma época sob o impacto dessa catástrofe demanda, ainda de acordo com sua avaliação, questionar a frieza e a indiferença do comportamento (com o outro), a necessidade de desbarbarização do campo, o caráter manipulador, a identificação cega com todos os coletivos, a elaboração do passado e, principalmente, indagar as metas de uma civilização tecnicista, o que exige repensar a relação política com o tempo histórico:

Por isso, quando Kertész fala da “não elaboração das vivências” ou da “impossibilidade de elaborá-las”, ou quando Adorno se perguntava pela “poesia depois de Auschwitz”, não se estão referindo a um problema privado das vítimas, senão a um assunto público, diretamente político, que atinge a todo aquele que viva no mesmo tempo ou posteriormente ao ocorrido: o assunto de como se integra a biografia individual com as experiências coletivas mais significativas (GÓMEZ RAMOS, 2005, p. 107).²

Não podemos negar que essa questão toca diretamente no *quefazer* do cidadão e da sua formação, pois é possível extrair lições que passam pela necessidade de vincular a biografia individual com a história coletiva, conforme indica o aludido texto de Kertész. E isso requer ir além das propostas vigentes, que concentram todas as expectativas da formação integral (*Paidéia* e *Bildung*) no formar-se a si mesmo ou, o que é pior, na formação de competências e habilidades simplesmente. Analisar a dinâmica atual que o conceito de formação adquire, implica levar em consideração as profundas transformações que o sistema social vem passando no atual contexto das modernas sociedades avançadas, marcado pelo crescente processo de tragédias e catástrofes ocasionadas pelo agir humano que tem, então, como mesmo pano de fundo, o esquecimento da alteridade com a dor do *outro*. Trata-se de uma subjetividade insuflada de si mesmo, a qual entende o *outro* como um recurso destinado a atender seus propósitos, seja para fins de ordem político-ideológica ou lucro particular. Essa demanda se enquadra numa visada social com preocupação cidadã, na cidadania como direito coletivo e não apenas individual, como é concebido na tradição

liberal. Enfim, o desafio é entender como se apropriar com sensibilidade, nas biografias individuais, de uma formação voltada para a preocupação com o coletivo.

A literatura de *Shoah* apresenta elementos importantes para se pensar essa questão, uma vez que é atravessada por esse mesmo dilema. Ela se constitui como “literatura de testemunho” da barbárie coletiva, baseada na ideia de *mimesis* como “natureza da literatura” e da “catástrofe” com o sentido de reviravolta, semelhante à trajetória do herói trágico grego, cujo destino é a ruína (DE MARCO, 2004, p. 45). Mais tarde, em contato com o testemunho do holocausto, significou também desaparecimento, aniquilação ou extinção. Por isso, é compreensível supor que: “O aniquilamento do homem ecoou no aniquilamento da utopia humanista, corroendo o poder explicativo da razão e a crença no conhecimento como força de civilização” (Ibid., p. 53).

A psicanálise freudiana representa igualmente uma contribuição ímpar nesse campo, pois o trauma é concebido como um acontecimento que a instância do ego não consegue processar, dado ser inexplicável ou indizível para a consciência. O trauma apresenta sérios danos ao psiquismo, que em uma tentativa frustrada de resolução tenta extrapolar a barreira que envolve o ego. Segundo Netrovski e Seligmann-Silva (2000, p. 8), o trauma denota alguma coisa que machuca, perfura, tritura, mas que ao mesmo tempo expressa a ideia de “suplantar” e “passar através”. Na tradição freudiana, o trauma é definido como “uma lembrança que o indivíduo não sabe que lembra, mas que se manifesta em atos obsessivos, sem ligação com a realidade” (Id. Ibid.). Desse modo, o psiquismo só consegue elaborar esse processo através da representação (simbolização) do trauma, que passa a se associar com outras simbolizações. Nesse sentido, as experiências traumáticas presentes no cotidiano de catástrofes exigem, em si mesmas, um modo de nos contrapormos ao mundo, porém ao mesmo tempo assimilando ou elaborando o trauma.

A volta ao estado de exceção? De novo, “E agora José?”

Na discussão contemporânea está em pauta a volta aos temas da Segunda Guerra mundial, especialmente à temática dos campos de concentração. Essa é uma discussão que nunca saiu de cena, desde o período denominado por Eric Hobsbawm como “era da catástrofe”. É nesse sentido que ele questiona:

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX (HOBSBAWM, 1995, p. 15).

Seu diagnóstico de que o princípio do século XX – 1914 a 1945 - assim denominado “era da catástrofe”, pode ser também uma expressão do século XXI, na medida em que “a violência e a barbárie, tanto quanto o capital, não encontram fronteiras geográficas, políticas ou étnicas” (DE MARCO, 2004, p. 50). Segundo Steiner, o contexto criado a partir da Primeira Grande Guerra Mundial é marcado pelo “fracasso da formação humanística diante da barbárie” (1990, p. 17). Vivemos em um momento em que as tragédias saíram da literatura clássica e passaram a se espargir no mundo contemporâneo. Essas tragédias, geralmente de caráter coletivo, manifestam a ‘desconsideração com o outro’, seja em casos de atentados terroristas, seja por falta de segurança, ou ainda, por intermédio de mortes racionalmente planejadas como ocorreu em Auschwitz.

Do mesmo modo, podemos entender a emergência de filmes como:

– “O menino de pijama listrado” (2008), do diretor Mark Herman;

- “Escritores da Liberdade” (2007), de Richard La Gravenese;
- “O Leitor” (2008), dirigido por Stephen Daldry;
- “O pianista” (2002), de Roman Polanski (fig.1):

Fig.1 – O ficcional O pianista

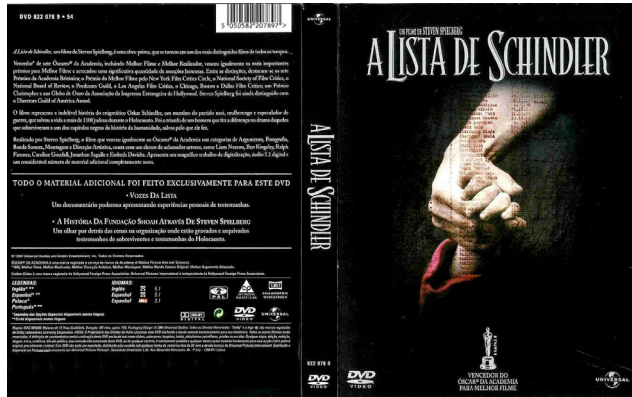


Fonte: <http://filmescompletosdublados.blogspot.com.br/2013/03/o-pianista-dublado.html>. Acesso em 10nov2013

os quais vêm na esteira de outras produções, como:

- “A Lista de Schindler” (1993), de Steven Spielberg (fig.2):

Fig.2 – A Lista de Schindler



Fonte: <http://arquivodosfilmes.blogspot.com.br/2012/02/drama-lista-de-schindler.html>. Acesso em 10nov2013

e documentários como:

- “Minha Luta” (1961), de Erwin Leiser;
- “Arquitetura da destruição” (1989), do diretor Peter Cohen;
- “Shoah” (1985), de Claude Lanzmann (fig. 3), dentre outros.

Fig. 3– O documentário Shoah



Fonte: <http://www.blogdoims.com.br/ims/a-dificuldade-de-falar-de-shoah/>. Acesso em 10dez2013

Muitos desses trabalhos são demonstrativos da “literatura de testemunho” (DE MARCO, 2004, p. 51-52); testemunho esse não apenas da dificuldade dos seres humanos de assimilar o trauma, mas sintoma de que algo mais está acontecendo em nossa cultura. Mas por que isso acontece, será efeito de estarmos vivenciando, como denomina Hobsbawm (2003), a “era da catástrofe”, ou, como assinala Paulo Arantes (2007), a “cultura do excesso”? Podemos compreender aqui estes movimentos das literaturas que problematizam a catástrofe como uma reação à filosofia hegeliana da representação e da consciência? Na visão de Žižek isso é evidente, pois se trata de “uma reação contra essa totalidade da automediação conceitual absoluta, contra esse Espírito onipotente que a tudo consome ..., o que significa, entre outras coisas, que a arte adquire seus direitos contra a filosofia” (ZIZEK, 2013, p. 96). Porém, em função da necessidade de síntese, vamos comentar o que poderia estar por trás dessa discussão, apostando na hipótese que isso se deve à necessidade atualmente da formação da resistência a eventos traumáticos.

Na tentativa de abordar a gênese desse problema, em termos históricos e filosóficos, para Hegel, na “Fenomenologia do Espírito”, a *Aufheben* significa tanto “negar” quanto “conservar” (GÓMEZ RAMOS, 2010, p. 59), o que se torna um aspecto chave para entender o processo de autoconstituição da consciência quando se defronta com as suas limitações. No giro fenomenológico, o espírito depara-se com a negação de si mesmo, que significa ao mesmo tempo a conservação, isto é, a dificuldade em mudar para fazer valer um novo espírito, uma nova cultura, ou também a negação enquanto resistência. Em Hegel (2008, 1986), o ideal da resistência não funciona sem o componente do contraditório, aquilo que o nega. Mas na linguagem de Adorno, poderíamos dizer que na exteriorização do espírito, o indivíduo não é mais capaz de recuperar a si mesmo, posto que permanece aprisionado ao seu outro, neste caso, ao “trauma” da catástrofe. Se para o marxismo a negatividade se fazia presente na alienação do espírito às condições de vida eco-

nomicamente fracassadas, em função da exploração da mais valia, o peso da psicanálise freudiana se faz presente na noção de trauma, o qual impede a reconciliação do espírito consigo mesmo. Porém, a consciência, ao se opor à negatividade do trauma, se enreda na teia insuperável da formação? Caberia investigar, em Hegel, o que se gera, no confronto com este outro, a partir da experiência da consciência: o fato da consciência não viver num mundo totalmente idealizado e sim contingente e transitório, sujeito a todo tipo de percalços. Ao se perceber diante da negatividade, ou da sua diferença, a consciência evidencia o seu limite e é daí que surge o seu estranhamento, a necessidade de descobrir novas formas de ultrapassagem do obstáculo.

Diante disso, segundo Hegel há uma transmutação para um estágio mais elevado, do afirmativo ao negativo, gerando outra figura da consciência que não mais se detém naquele formato anterior, mas o transcende. Quando a consciência se manifesta como negação, ela não deixa de lado a herança ou legado anterior simplesmente, mas irá incorporá-lo na sua nova forma. É um processo cíclico, mas que abrange momentos de confrontação e desafios, próprios das lutas por reconhecimento.

É preciso observar, entretanto, que a formação reduzida ao contato com a diferença significa, na linguagem da Teoria Crítica privilegiar a experiência do estranhamento ou da resistência unicamente, não ocorrendo ainda efetivamente o que Hegel denominava de formação do espírito. Logicamente a complementação desse processo precisa da experiência do segundo momento, com o retorno da consciência a si. Porém não é uma volta sob o signo do próprio, mas é um acolhimento que necessita o reconhecimento na sua inteira diferença e plenitude. Caso contrário, o giro da formação ficaria comprometido, podendo apresentar déficits que certamente irão redundar em patologias na racionalidade de ocorrência do processo formativo.

Mas a partir de Habermas (1990) é possível compreender que não foi apenas a profanização da cultura que Max Weber descreveu do ponto de vista da racionalização, a responsável por este estado de coisas, mas principalmente o próprio desenvolvimento das sociedades modernas levou a esse paradoxo. O sujeito envolto nesse processo não só se deparou com o esfacelamento da metafísica e dos referenciais teológicos do mundo, mas também passou a viver num mundo de incertezas e inseguranças. Agora o “trauma” ocasionado pela passagem da cosmovisão teológico-metafísica à razão crítica se estende ao mundo contemporâneo, vitimado pelos efeitos da racionalidade que se esqueceu da condição humana. Podemos entender que essa problemática constitui também a centralidade da obra de Theodor Adorno. Daí porque, para esse autor, “o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita” (ADORNO, 1995, p. 137). No entanto, apesar desses alertas, o terror do holocausto tem se reacendido nas nossas vidas todas as vezes que uma tragédia se repete em nosso cotidiano. E isso levanta novamente o problema da representação do trauma oriundo das tragédias e catástrofes.

Agamben oferece também uma profunda e interessante interpretação para pensar até que ponto somos capazes de opor resistência às catástrofes coletivas, por intermédio da trilogia política do *Homo Sacer* (“homem sacro”, em latim), figura extraída do direito romano, o qual poderia ser morto sem necessidade de julgamento do crime. O *Homo Sacer* representa o homem atual que normalizou a exclusão. Agamben parte de Carl Schmitt, conservador jurista alemão do III Reich, que definia o soberano como aquele que decide sobre o estado de exceção, mas também de Walter Benjamin que, em suas teses de filosofia da história, afirmava ter a exceção virado regra. Na interpretação de Agamben, vivemos tempos em que, apesar de todos os discursos tenderem para a inclusão, a exceção literalmente virou a regra, ou melhor, se normalizou a exceção, ficando a vida nua e sem proteção da cidadania oferecida pelo estado democrático de direito.

Se denominamos forma-de-vida a este ser que é somente a sua nua existência, essa vida que é sua forma e que permanece inseparável desta, então veremos abrir-se um campo de pesquisa que jaz além daquele definido pela intersecção de política e filosofia, ciências médico-biológicas e jurisprudência. Mas antes será preciso verificar como, no interior das fronteiras dessas disciplinas, algo como uma vida nua possa ter sido pensado, e de que modo, em seu desenvolvimento histórico, elas tenham acabado por chocar-se com um limite além do qual elas não podem prosseguir, a não ser sob o risco de uma catástrofe biopolítica sem precedentes (AGAMBEN, 2010, p. 183).

Convivemos pacificamente ainda hoje com o que foi a exceção imposta por Hitler ao ascender ao poder, por exemplo, suspendendo todos os direitos civis e concedendo ao Estado o poder de vida e morte sobre os cidadãos. A doutrina Bush segue o mesmo caminho desde janeiro de 2002, depois dos ataques terroristas de 11 de setembro às torres gêmeas. Os encarcerados na prisão de Guantánamo, muitos afegãos e iraquianos, acusados de ligação aos grupos Taliban e Al-Qaeda, sem julgamento algum e em área submetida ao controle internacional no que concerne às condições de detenção dos mesmos, são exemplos dessa barbárie.

Mas que papel é reservado à estética em face dessa problemática da qual é impossível escapar, especialmente se continuarmos acreditando numa concepção crítica e emancipatória? Que implicações ou respostas os processos formativos têm conseguido oferecer, na prevenção a esses acontecimentos, na atualidade? Diante desses fenômenos cada vez mais presentes na vida cotidiana das sociedades modernas avançadas, qual é o papel a ser assumido, especialmente nas propostas de formação contra a perpetuação da barbárie?

Educação ou catástrofe?

A preocupação com o *dever-ser* e o *dever-expressar*

Podemos retomar aqui o dilema exposto na epígrafe desse trabalho pelo escritor inglês Herbert George Wells e nos perguntar, ainda, se a educação está superando a concorrência com a catástrofe, mas para isso temos que voltar antes a nossa atenção para

o diagnóstico de época. Vivemos num tempo histórico em que o avanço tecnológico alcançou proporções, até então, inauditas. O acúmulo das altas reservas de capital extrapolou os limites nacionais e contribuiu para hipertrofiar o aspecto técnico-científico do conhecimento em relação às outras dimensões da vida social, a ponto de transformar a ciência e a tecnologia também em uma ideologia de dominação, já que elas cumprem, doravante, um papel crucial na escala dos processos produtivos. Por conta disso, a reificação se faz bastante presente, dado que ultimamente há uma forte tendência dos interesses pelo lucro se sobreporem aos princípios humanos.

Ao lado de tais questões, presenciamos o progressivo aumento do aquecimento global, seguido de desastres naturais. É nesse mesmo contexto que testemunhamos: a ocupação populacional desordenada em áreas de riscos, nas regiões periféricas das cidades; a crescente e difundida violência urbana; a persistência de conflitos armados de natureza étnico-política disseminados pelo mundo a fora; e as grandes aglomerações de pessoas em estádios e casas noturnas de shows, sedentas pelo “espetáculo”, muitas vezes, desprovidas de qualquer segurança mínima. Por conseguinte, não é de todo indiscutível o fato de que esses fenômenos têm colocado em risco a vida contemporânea e concorrido, também, para instituir o trauma e a catástrofe como elementos constitutivos do nosso cotidiano.

Essa diagnose representa uma tônica caracterizadora da vida social, inserida no contexto da modernidade do século XX, que ainda se faz fortemente presente no início do novo milênio. Podemos dizer que as peculiaridades da sociedade desse “tempo” recebeu diagnósticos específicos na visão de certos autores, focados em diferentes perspectivas epistemológicas, com as seguintes denominações:

- “Sociedade de risco” (Ulrich Beck);
- “Era da catástrofe” (Eric Hobsbawm);
- “Sociedade da sensação” (Christoph Türcke) e
- “Mal-estar na civilização” (Sigmund Freud).

Esses diagnósticos tem como ponto em comum mostrar a existência de uma racionalidade que reduziu o valor insuperável da vida humana a um aspecto calculável e manipulável, no qual o sujeito se encontra num estado de permanente temor.

As tragédias ocasionadas pela ação humana, na maioria das vezes, conforme demonstra a mídia em geral, não ocorrem devido à incompetência ou falta de perícia simplesmente, mas a hipótese que aqui levantamos é que isso ocorre por deliberação pessoal, quando, em nome da lucratividade, é assumido o risco de colocar o outro em perigo. Não é somente a falta de habilidade ou competência que está em jogo na ocorrência desses acontecimentos, mas a postura peremptória frente à iminência da dor. Eis aí o perigo da reincidência na barbárie, de que falava Adorno. Tendo em vista o exposto, há no mínimo duas posições básicas frente a esses processos: ou o indivíduo pode emudecer e se resignar, recaindo então num estado de inocuidade e de afirmação adaptativa a uma suposta inexorabilidade da época; ou ele pode se voltar contra o tempo presente, reconfigurando novas respostas e assumindo posturas de resistência frente à dor humana decorrente de tais tragédias. Nessa linha, no campo da sociologia política e da literatura já estão ocorrendo algumas iniciativas promissoras, como é o caso, por exemplo, da proposta citada por Gómez Ramos (2005), a respeito de Imre Kertézs, de converter o holocausto em um valor cultural. Nesse mesmo horizonte de discussão, Bauman (1999, p. 64) alerta que: “Agora o holocausto tem sido cada vez mais discutido, mas principalmente em termos do passado, muito menos em relação a futuros holocaustos potenciais ou à nossa capacidade de realizar o extermínio em massa”.

Certamente a inexistência de uma reflexão sobre o lugar do outro na sociedade permitiu a ocorrência dos campos de concentração. Isso não deixa de ser um problema intersubjetivo, no qual a estética negativa adorniana pode ceder elementos para um

redirecionamento teórico das propostas na contemporaneidade, sobretudo quando tivermos que pensar na formação daqueles que se preocupam com uma visão social. Por isso Adorno empreende uma filosofia contrária àquela racionalidade que se instituiu na modernidade e que gestou as condutas tipificadas pela frieza, as quais permitiram ao holocausto mostrar a sua face perversa na história.

A relação da arte, com a formação cultural (*Bildung*) no contexto de catástrofe, sua relação com o trauma e a representação, impõe muitos desafios, ao ponto de se tornar, a partir de Adorno, um dos desafios centrais para a sociedade contemporânea. E isso auxilia a questionar o papel que esta problemática assume, enquanto *saber-prevenir* e *saber-expressar* em diversos campos do conhecimento das Ciências Humanas. Assumimos, assim, o preço pela opção das últimas reformas do campo educacional quando privilegiaram as formas de apropriação de saberes/competências, portanto centradas no *saber-fazer*, e esqueceram a preocupação com o *dever-ser* e o *dever-expressar*.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. Notas marginais sobre teoria e práxis. In.: ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**: modelos críticos. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 202-229.

AGAMBEN, G. **Estado de excepción**. (Homo Sacer II, I). Buenos Aires: Adriana Idalgo, 2003.

_____. **Lo que queda de Auschwitz**. El archivo y el testigo. (Homo Sacer III). Valencia: Guada Impresores, 2002.

_____. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARANTES, P. **Extinção.** São Paulo: Boitempo, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidad y holocausto.** Madri: Sequitur, 2008.

BOHLEBER, W. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise.** V. 41, n. 1, 2007, p. 154-175.

BUENO, S. F. Educação e barbárie: da Dialética do Esclarecimento ao Homo Sacer. In.: PAGNI, P. A; GELAMO, R. P. (Orgs.). **Experiência, educação e contemporaneidade.** Marília: Poesis: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 237-247.

DE MARCO, V. Literatura de testemunho e violência de estado. **Lua Nova** - Revista de Cultura e Política / CEDEC, nº 62, 2004, pp. 45-68. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf> Acesso em 22/05/2013.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 2012 – 2015. Balanço das atividades estruturantes 2011. MCTI, Brasília: DF, 2012.

FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In.: NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação: ensaios.** São Paulo: Escuta, 2000. p. 13-72.

FEENBERG, A. **Heidegger, Marcuse and technology: the catastrophe and redemption of history.** New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

GÓMEZ RAMOS, Antonio. Edición bilingüe, traducción, notas, y presentación de G.F.W. HEGEL, **Fenomenología del**

espírito de Hegel. Madrid, Abada, 2010.

_____. El duelo del siglo. Notas sobre um ensayo de Imre Kertész. **Azafea.** Revista de Filosofía. Ediciones Universidad Salamanca, V. 7, 2005, p. 105-118.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Técnica e ciência enquanto ideologia.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARTMANN, G. H. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In.: NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. p. 207-235.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1921). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KELLNER, D. Observações acerca da relevância da Escola de Frankfurt a luz da “catástrofe Bush”. In.: SOARES, Jorge C. (Org.). **Escola de Frankfurt:** inquietudes da razão e da emoção. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 55-59.

KERTÉSZ, I. **Um instante de silêncio em el paredón.** El holocausto como cultura. Trad. Adan Kovacsics. Barcelona: Herder, 2002.

MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo.** São Paulo: UNESP, 1999.

MATE, R. **Memórias de Auschwitz.** Atualidade e política. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.

MATTÉI, J.-F. **A barbárie interior.** Ensaio sobre o i-mundo moderno. São Paulo: UNESP, 2002.

NEDER, R. T. (Org.). **Andrew Feenberg:** racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, Vol. 1. Nº 3, 2010.

NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

PAGNI, Pedro G. e GELAMO, Rodrigo P. (Orgs.). **Experiência, educação e contemporaneidade.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PELBART, P. P. Cinema e holocausto. In.: NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000, p. 171-184.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ROUANET, S. P. Adorno e a crítica da barbárie: um olhar psicanalítico. In.: SOARES, J. C. (Org.). **Escola de Frankfurt:** inquietudes da razão e da emoção. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 11-23.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In.: NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História.** São Paulo, vol. 30, jan./jun. 2005, p. 71 – 98.

STEINER, G. **Extraterritorial.** A literatura e a revolução da linguagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TREVISAN, A. L. Estetização da política vs. formação da opinião pública: uma aporia da razão comunicacional? **Revista Educação,**

Porto Alegre, ano XXX, n. 2 (62), maio/ago. 2007, p. 299-312.

_____. **Filosofia da educação:** *mimesis* e razão comunicativa. Ijuí: Unijuí, 2000.

_____. **Pedagogia das imagens culturais:** da formação cultural à formação da opinião pública. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZAMORA, J. A. **Th. W. Adorno:** Pensar contra a barbárie. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008.

16

NARRAÇÕES DO TRÁGICO E HORIZONTE ÉTICO

Noeli Dutra Rossatto integra o quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia e é colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor pela *Universidad de Barcelona*.

E-mail: rossatto.dutra@gmail.com

¹ O texto contém reflexões que em parte foram apresentadas no evento “Santa Maria, trauma e resistência: a experiência estética na dor do outro” resulta de reflexões realizadas durante o evento Catástrofes, Movimentos Sociais e Formas de Resistência”, em Santa Maria - RS, em dezembro de 2013.

Narrações do trágico e horizonte ético¹

Noeli Dutra Rossatto

Introdução

A linguagem ordinária parece ter reservado o uso do termo catástrofe para designar acontecimentos naturais, tais como uma tempestade, um furacão ou um terremoto. Neste caso, não teríamos como imputar ou responsabilizar um agente humano por tais eventos. Eis uma primeira questão: não estaríamos atribuindo causas naturais (ou divinas) a agentes humanos pelo simples uso do termo catástrofe? Alguns diriam: melhor seria, então, utilizarmos o termo tragédia, pois ele não deixaria dúvidas a respeito de que estamos nomeando episódios motivados por agentes humanos. Porém, neste caso, poderíamos interpor uma segunda questão: não seria o termo tragédia melhor empregado para designar um gênero narrativo – o trágico – e não propriamente ações desencadeadas por agentes humanos?

No primeiro caso, o problema reside justamente na distinção entre ações causadas por agentes naturais (ou divinos) e ações motivadas por agentes humanos. Ou dizendo de outro modo, coisas que nos acontecem e coisas que fazemos acontecer. No segundo caso, entramos nas discussões referentes à relação entre o vivido e o narrado, o factual e o relato, a historiografia e a ficção literária.

A respeito da primeira questão, que pergunta pelo uso dos termos catástrofe e tragédia para referir a um acontecimento motivado por ações humanas, entendemos que uma breve análise comparativa das acepções dos dois termos, contidas no dicionário da língua portuguesa, pode ser a uma só vez instrutiva e preparatória para a discussão da segunda questão.

Catástrofe e tragédia

O termo catástrofe, de acordo com o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, se deriva do grego *katastrophé*, pelo latino *catastrophé*, com o significado de “reviravolta”, podendo ser tomado em

duas acepções principais. A primeira acepção remete a um acontecimento súbito com consequências trágicas e calamitosas. Por esta acepção, o termo catástrofe serve para designar igualmente fenômenos cósmicos ou naturais, como a queda de um meteorito, ou eventos desencadeados por agentes humanos. Neste caso, não haveria distinção significativa entre uma tempestade e um ato terrorista.

A segunda acepção remete à tragédia grega. Catástrofe, neste sentido, é “a conclusão ou consumação da ação trágica; o acontecimento principal, decisivo e culminante da tragédia, no qual a ação se esclarece inteiramente, e se estabelece o equilíbrio moral.” O mesmo verbete indica uma correspondência entre catástrofe e catástase, que é um termo também derivado do grego e designa a “terceira parte da tragédia clássica, que se segue à prótase e a epítase, e na qual os acontecimentos principais se adensam, se precipitam, se esclarecem.”

Segundo as duas acepções mencionadas, o termo catástrofe serve tanto para designar um acontecimento trágico, tendo em sua origem causas naturais ou humanas, quanto a parte principal, o desfecho, da representação (*mimese*) de um acontecimento trágico. É importante notar que, nos dois casos, nos remetemos de igual modo ao caráter repetitivo, ao retorno incessante dos mesmos acontecimentos, provocados por agentes naturais ou pela intriga dos deuses; mas também o termo catástrofe pode ser estendido perfeitamente para a designação daqueles eventos motivados por agentes humanos que, tal como a estrofe (*kata*=giro + *strophe*=repetição) cantada pelo coro no drama trágico clássico, se repetem em intervalos regulares.

Da relação entre os termos catástrofe e tragédia, podemos destacar desde já três implicações decisivas com as quais se depara a tentativa de narrar e de vislumbrar o horizonte ético do mal trágico: a) o pressuposto de que o mal se repete com uma regularidade cíclica; b) a suspeita de que há uma interpolação entre os temas do mal praticado e sofrido, do voluntário e involuntário, do ativo e do passivo; e c) que os termos catástrofe e tragédia remetem igualmente a uma zona de entrecruzamento entre o vivido e o narrado, o fato e o relato, a historiografia e a ficção literária.

A regularidade do mal

Um dos primeiros autores a confrontar o modelo cíclico proveniente da tradição greco-romana com o modelo linear judaico-cristão é Agostinho de Hipona, em seu *A cidade de Deus* (1963), escrito no século V d.C. Contudo, desse confronto não vai resultar um total abandono do modelo cíclico. Ao contrário, a história humana, como *historia calamitatis*, será compreendida com base no modelo grego-romano como o giro incansável dos mesmos eventos. No entanto a ênfase será invertida: os eventos que se repetem não têm importância nenhuma, enquanto aqueles eventos únicos e irrepetíveis, tais como a morte de Jesus na cruz, passarão a ter importância superlativa.

Assim, a verdadeira história, contida nas escrituras bíblicas, transcorre de forma linear, de acordo com o encadeamento de acontecimentos significativos. A narrativa desta história percorre seis etapas principais, com seis momentos perfeitos, que têm em seus extremos a saída de um estado inicial de natureza (depois da queda e do pecado original) e a chegada em um destino final de graça e perfeição eternas (volta ao Paraíso perdido). O protótipo desta construção narrativa será o modelo do *hexaemeron*, isto é, dos seis dias da criação, legado pelo Livro do *Gênesis*, que é o primeiro da Bíblia. Os seis dias prefiguram as seis idades do mundo. Deste modo, a história verdadeira, que é aquela traçada pela mão divina (*digito Dei*) e narrada na escritura bíblica, descreve um curso marcado pelas seguintes etapas: de Adão a Noé (infância); de Noé a Abraão (puerícia); de Abraão a Davi (adolescência); de Davi ao Cativo da Babilônia (maturidade); do cativo a Cristo (velhice); de Cristo ao Juízo Final (senilidade).

O importante a destacar é que, neste esquema, os eventos históricos, todos retirados da narrativa bíblica, não são tomados de modo cíclico, mas são descritos como se cumprissem um curso linear em que se inscrevem acontecimentos significativos. Por sua vez, as ações individuais só adquirem significado na medida em que se inserem neste mesmo curso linear; e, para tanto, terão de ser movidas por uma boa vontade, caso contrário serão tomadas den-

tro de um curso em que a vida não tem sentido, pois fica entregue à repetição incessante do mesmo, permanecendo para sempre na difusa sombra da caverna platônica.

Assim, a história do mundo, que não é mais que o resultado das decisões individuais praticadas com má vontade (*mala voluntas*), continua a ser explicada pelo modelo cíclico greco-romano. Segundo Agostinho (1963), os eventos catastróficos, trágicos ou calamitosos, assim como o movimento dos astros, se repetem incessantemente. Cada um dos seis dias da criação, tal como cada uma as seis idades do mundo, tem uma manhã e uma tarde. As tardes, por sua vez, estão reservadas para a especial presença do mal no mundo. Seis são, então, para Agostinho (1963), as grandes catástrofes padecidas pela humanidade, conforme o texto bíblico: o Dilúvio, no primeiro dia; Babel, no segundo; Sodoma e Gomorra, no terceiro; a escravidão do Egito, no quarto; no quinto, o desterro na Babilônia; e por fim, no sexto dia, encontramos as futuras catástrofes previstas pelo *Apocalipse* de João. Já o sétimo dia será vivido na eternidade.

Dessas considerações, cabe remarcar alguns aspectos principais do pensamento de Agostinho que, a nosso ver, terão continuidade no modo de pensar ocidental.

Primeiro que, apesar dos episódios trágicos servirem como marcadores dos momentos nos quais o mal praticado pela humanidade foi punido, devido ao caráter repetitivo deste esquema tais episódios ficam totalmente destituídos de significado e de importância individual. Não obstante, a significação se desloca toda para a esfera psicológica, privada, na medida em que uma consciência individual será culpada e punida por um mal que ela não praticou diretamente, mas foi cometido por um agente coletivo, universal, abstrato, simbolizado na figura da Humanidade, dos Homens, dos muitos pecados cometidos por todos. Neste caso, não há uma relação direta entre o mal praticado e o mal punido; o mal feito e o mal sofrido. Além disso, a relação entre o mal praticado e o mal sofrido fica distorcida: de um lado, temos o mal praticado pela Humanidade (na figura de Adão-Eva); de outro, a pena aplicada pela Natureza ou por Deus. Porém, diferentemente, a culpa reside em uma

consciência individual que será responsabilizada, imputada por um mal coletivo, e punida por agentes não humanos. Em suma, não há como escapar ao problema de fundo: o mal-trágico tem origem em agentes não humanos (cósmicos ou divinos), mas tem em vista a punição individual de delitos coletivos.

O que, na realidade, está por detrás do esquema de Agostinho é o conflito entre duas teses opostas que ele tenta conciliar: a tese cosmológica, defendida pelos gnósticos e os maniqueus, de que o mal entra no mundo por meio de agentes não humanos e, por isso, independe de uma vontade individual; e a tese antropológica, defendida pelo cristianismo agostiniano, de que a origem do mal reside totalmente na vontade humana. Apesar de Agostinho se inclinar para a tese antropológica, sua solução mantém o conflito de fundo, pois de um lado, ele radica o mal na vontade humana individual, porém, de outro, conserva sub-repticiamente a tese de que sua origem remonta a uma gênese mítica condensada na problemática noção jurídica e biológica de pecado original (*peccatum originale*).

Quem melhor atualiza este “conflito de interpretações”, presente no mito e tratado teoricamente por Agostinho, é, a nosso ver, o filósofo francês Paul Ricoeur, em seu texto *O conflito das interpretações* (1978), em que ele analisa a “simbólica do mal”.

Mal praticado e mal sofrido

Em seus estudos sobre a simbólica do mal, Ricoeur retoma o enfoque agostiniano a partir de um novo esquema. O alvo principal é a posição moderna a respeito do problema do mal. Ao abandonar a ideia teológica de pecado original, os modernos passaram a pensar apenas o mal feito ou praticado por uma consciência ou vontade individual autossuficiente. Com isso, a seu ver, o mal sofrido e o mal não identificado imediatamente com uma consciência individual, isto é, o mal involuntário, instituído, *já-aí* – na expressão de Ricoeur –, que é anterior e superior às consciências individuais atomizadas, não serão mais pensados. O principal problema é o de como pensar um mal que não pode ser atribuído

imediatamente a uma consciência individual. Um mal que não tem entre suas causas um agente identificável (o *quem* da ação), mas é uma espécie de mal-objeto (é um *que* da ação).

Como, então, imputar e responsabilizar agentes humanos individuais por um mal que *já estava-aí* no momento da ação e que, portanto, não contou com sua participação direta?

Ricoeur retoma a simbólica do mal, pois, para ele, é a partir desta reinterpretação que surge a possibilidade de pensar o mal de forma efetiva, de acordo com seu mote: "*le symbole donne à penser*". Com base na simbologia do mito Adâmico, ele recupera a indicação de que há um latente conflito de interpretações e que o mesmo reside no tradicional embate entre duas teses opostas. A tese do mal antropológico, que entra no mundo pela vontade humana individual, personificado em Adão e Eva; e a tese do mal cosmológico, que entra no mundo pela atuação de agentes não humanos, associados à sedutora figura da Serpente.

Assim, as teses em conflito – ou o conflito das interpretações, para Ricoeur –, apontam para duas realidades do mal: de um lado, o mal ativo, que tem origem e radica em uma consciência individual, a qual será imputada ou responsabilizada; de outro, o mal passivo, que *já-está-aí* no mundo e é anterior e (até) superior às consciências individuais datadas. Até aqui não há nada de novo na proposta. Tudo já estava presente no relato bíblico e no pensamento de Agostinho ou de Lutero. Qual é, então, a novidade posta na solução ricoeuriana? Dois aspectos se destacam.

Primeiro, há a retomada das duas teses em conflito no pensamento simbólico. De um lado, Ricoeur assume, com a tradição agostiniana e os modernos, a perspectiva de que o mal ativo é um fazer que radica numa vontade humana, o que possibilita identificar, imputar e responsabilizar o (s) agente (es) desencadeador (es) de uma ação (o *quem* da ação).

De outro lado, desde uma perspectiva pré-moderna ou pelo menos que rompe com a consciência moderna autossuficiente, ele retoma a tese de que o mal é um ser (ou quase-ser), tal como se expressa nas figuras da Serpente do *Gênesis* ou do Dragão do *Apocalip-*

se entre outras. Não obstante, o ser do mal é de outra natureza que o das propostas baseadas nas cosmologias antigas. O ser do mal não está depositado em causas naturais ou divinas. O mal *já-ai* passa a ter origem na própria vontade humana: é uma espécie de resíduo produzido pelas muitas vontades que precederam a uma vontade individual. É o que Ricoeur expressa pela fórmula sintética: é uma espécie de involuntário no seio do voluntário.

A segunda coisa proposta por Ricoeur é a dialética ou mútua implicação entre essas duas teses.

O que a simbologia antiga queria expressar era um tipo de mal que está radicado em uma vontade individual, e isso será mantido. Porém, de outro lado, queria também expressar ao mesmo tempo um tipo de mal que não poderia ser atribuído a uma vontade humana particular, e que era atribuído aos deuses ou a causas naturais. Isso será modificado.

O que se ganha com a solução proposta?

Com isso, o mal passivo, como mal sofrido, poderá ser imputado e responsabilizado, pois será o somatório de muitas vontades humanas que atuaram e concorreram para a efetivação desse tipo de mal.

O mal ativo que reside em uma consciência individual é mais fácil de ser identificado, imputado e responsabilizado, pois tanto nossa mentalidade moderna quanto as instituições por ela forjadas estão preparadas para diagnosticar e condenar este tipo de mal. Mas, segundo ponderam alguns, desta perspectiva apenas punimos o mal ativo ou praticado. Escapa dela o mal passivo ou sofrido. Além disso, reparamos segundo o dano em relação à lei, não em relação ao outro sofredor. Nesta ótica, contudo, todo o peso da condenação e da culpa reside em uma vontade individual. A punição do ato incide sobre o sujeito individual que pratica o mal (o *quem* da ação); e a reparação se dá em função da lei infringida, e nunca do sujeito lesado. Tradicionalmente, o outro reparado é sempre em função da *coisa da lei*.

Eis, então, a questão conclusiva: qual a lição de moral dada pelo mal trágico?

O horizonte ético do trágico

A pergunta pela lição de moral que o mal trágico pode nos oferecer, leva-nos imediatamente a pensar nas estórias (ou histórias) que ouvimos ou lemos, em que nos deparamos sempre com uma questão final: qual é a moral da história (ou estória)?

Se formos examinar as narrativas trágicas da antiguidade, parece haver consenso de que a lição de moral a ser aprendida é a de que não se pode lutar contra o destino traçado desde sempre (ou tramado diariamente) pelos deuses. O destino é implacável em seu rodar e rodar e o ser humano terá de se inclinar perante as fortes mãos da necessidade.

No mundo medieval, se pensarmos em Agostinho, a lição moral do trágico está posta na repetição dos eventos naturais e históricos: se os indivíduos se pautarem por esse movimento cosmo-histórico repetitivo, e não pela verdadeira história – a história da salvação em seu curso linear –, estarão sujeitos ao castigo divino, na forma de catástrofes naturais (Dilúvio) ou históricas (Sodoma e Gomorra, escravidão no Egito, desterro na Babilônia, Apocalipse futuro). O trágico é uma das formas de punição divina às más ações praticadas pelos agentes humanos; é uma espécie de dispositivo utilizado para educar e corrigir os desvios no curso traçado pela providência divina.

Na modernidade, e aqui pensamos em Hegel, o trágico passa a ser tomado como produto das irracionalidades ou das particularidades humanas. Para Hegel (1995), há uma razão universal que atua na história e, por isso, há um curso racional na história. E esta razão será cada vez mais ética na medida em que evolui, passando pelas figuras parciais do espírito absoluto. Progressivamente, evolui do plano particular individual para as formas mais gerais da família, da sociedade civil e do Estado. De acordo com isso, quando Hegel (1987) analisa a tragédia grega *Antígona*, em sua *Fenomenologia do Espírito* e em outras obras, situa o conflito entre Creonte, que representa o poder constituído, e Antígona, que representa as tradições familiares, nos caracteres pessoais dos dois personagens. Como costumamos dizer, são dois teimosos, cabeça-dura, personalidades

fortes que não conseguem ver a situação de modo racional. Para Hegel, no fundo, ter uma posição racional significa ver desde a posição do Espírito Absoluto.

Por vários motivos, alguns dos quais já enumeramos antes, esses paradigmas se mostram hoje pouco explicativos e operativos. Ainda que tenhamos narrativas cíclicas para explicar o curso da história (do clima, da economia, da biografia pessoal), difícil será defender até o fim a tese de que esses eventos obedeçam a um plano previamente traçado ou que ocorram exatamente com a mesma frequência. Embora atribuamos causas divinas aos infortúnios humanos que acontecem no dia a dia ou aos eventos calamitosos que parecem se repetir no curso da história, difícil será manter esta tese do quanto está em jogo imputar e responsabilizar agentes humanos que concorreram para o desencadeamento de tais desfechos. E mesmo que acreditássemos na existência de uma razão universal atuando na história, como acreditara a modernidade em geral, difícil será defender tal posição desde a perspectiva da finitude humana, defendida mais recentemente pela fenomenologia e as filosofias da existência.

É retomando a avaliação desta tríplice perspectiva histórica que, outra vez, nos remetemos à reflexão de Ricoeur. No entanto, agora nos remetemos ao mal trágico.

Ao analisar a *Antígona* de Sófocles, em *O si-mesmo como um outro*, Ricoeur (1991) apresenta sua interpretação em contraste com a hegeliana. Em um sentido, o conflito entre personalidades fortes, que Hegel apresentava como um defeito na obtenção de uma posição racional mais elevada, Ricoeur dirá que, na base deste conflito inevitável entre os personagens, reside um conflito mais forte: a vivência e defesa de princípios éticos ou morais diferentes. Assim, mais do que passar a admitir o conflito de princípios éticos, contra boa parte dos filósofos modernos, ele se serve disso para analisar o trágico desde a perspectiva da finitude humana. Ou seja: não podemos ver ou prever todos os movimentos das peças no grande tabuleiro da vida, tal como se fôssemos deuses. Vemos desde

uma perspectiva da finitude. E é desta perspectiva que se desenha o horizonte ético.

Assim, para Ricoeur, a sabedoria trágica não traz uma lição de moral, mas obriga o indivíduo ou uma coletividade a decidir de acordo com a ética. O dilema moral deixado pelo trágico é o seguinte: ou age corretamente ou sofrerá as piores consequências. Parece-nos que esta é a primeira lição a aprender com a sabedoria trágica.

Uma segunda lição decorre da primeira, a qual já situa-se no terreno da ética. O horizonte da sabedoria prática ou da ética, que se descortina frente o trágico, é o de que, mesmo decidindo corretamente, e mesmo imputando e responsabilizando pessoas e instituições por um episódio fatal ocorrido, não se eliminará totalmente o sofrimento, tampouco teremos a certeza final de que o mesmo episódio não se repetirá. O que temos ao certo é um aprendizado moral o qual resulta da vivência da situação trágica, porém isso nunca nos deve instalar na posição do Espírito Absoluto hegeliano que, tal como os antigos deuses, tudo sabe, vê e julga. Vivemos na finitude: o horizonte ético jamais poderá extrapolar os limites da finitude humana.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO. **Obras de Agustín (De civitate Dei)**. Tomos XVI-XVII. Madrid: BAC, 1963.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenología del Espíritu**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. **Filosofia da História**. Brasília: UnB, 1995.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações – ensaios de hermenêutica**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

**PARA CONTINUARMOS VIVENDO
PRECISAMOS ENTENDER...**
SANTA MARIA 27/01/2013



JUSTIÇA! JUSTIÇA!
**A BOCA DO MONTE NÃO
QUEREMOS PAZ, QUEREMOS**

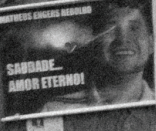
Cristo não pediu muita coisa, não exigiu que as pessoas
escalassem o Everest ou fizessem grandes sacrifícios. Ele só
pediu que nos amássemos uns aos outros!
Chico Xavier

**APELO
EXAUSTIVO
EM LOCAIS PÚBLICOS!!!**



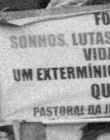
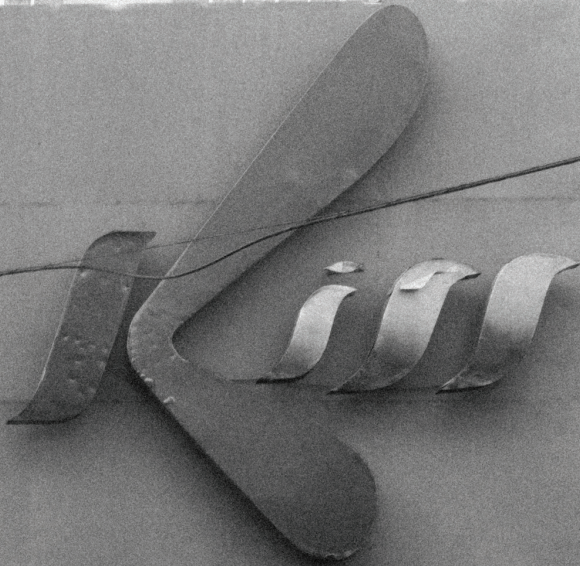
EQUIPE

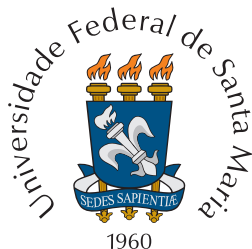
*Sem amor as deusas
não são as mesmas!*



**PÉ, FORÇA E JUSTIÇA!
SANTA MARIA**
OS VÉ, TU NÃO







Reitor Paulo Afonso Burmann
Vice-reitor Paulo Bayard Dias Gonçalves
Diretor do CCSH Rogério Ferrer Koff
Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação Flavi Ferreira Lisboa Filho

Título Mdiatização da tragédia de Santa Maria
Capa Bibiana Silveira
Foto da capa Bibiana Silveira
Projeto gráfico original Bibiana Silveira
Preparação de originais Aline Roes Dalmolin e Isabel Padilha Guimarães
Editoração Andressa Doré Foggiato e Lenon Martins de Paula
Fechamento de edição Bibiana Silveira
Revisão Aline Roes Dalmolin, Andressa Doré Foggiato, Camila Hartmann, Dairan Mathias Paul, Isabel Padilha Guimarães, Lenon Martins de Paula, Luíza Tavares e Jhenyffer Carrício Pereira

Comissão Editorial Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM)
Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM)
Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM)
Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)
Sonia Rosa Tedeschi (UNL)
Susana Bleil de Souza (UFRGS)
Valentina Ayrolo (UNMDP)
Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
Paulo César Castro (UFRJ)
Monia Maronna (UDELAR)
Marina Poggi (UNQ)
Gisela Cramer (UNAL)
Eduardo Andrés Vizer (UNILA)

Conselho Técnico Administrativo Cláudia Regina Ziliotto Bomfá
Liliane Dutra Brignol
Marília de Araujo Barcellos
Rosane Rosa
Sandra Rúbia da Silva